

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

AS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DO MEDO DO CRIME NA CIDADE DE
GOIÂNIA

AUTORA: NAJLA FRANCO FRATTARI

BRASÍLIA, 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

AS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DO MEDO DO CRIME NA CIDADE DE
GOIÂNIA

AUTORA: NAJLA FRANCO FRATTARI

TESE APRESENTADA AO DEPARTAMENTO
DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA/UNB COMO PARTE DOS
REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE DOUTOR.

BRASÍLIA, AGOSTO DE 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

AS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DO MEDO DO CRIME NA CIDADE DE GOIÂNIA

AUTORA: NAJLA FRANCO FRATTARI

ORIENTADOR: DR. ARTHUR TRINDADE MARANHÃO COSTA (UNB)

BANCA:

PROF. DR. ARTHUR TRINDADE MARANHÃO COSTA (UNB)

PROFA. DRA. HAYDÉE GLÓRIA CRUZ CARUSO (UNB)

PROF. DR. ALMIR DE OLIVEIRA JÚNIOR (IPEA)

PROFA. DRA. DALVA MARIA BORGES DE LIMA DIAS DE SOUZA (UFG)

PROF. DR. DORIAM LUIS BORGES DE MELO (UERJ)

PROF. DRA. MARIA STELA GROSSI PORTO (SUPLENTE/UNB)

DEDICATÓRIA

*Aos meus queridos avós, Oleyr e Marta Frattari,
exemplos de vida, pelo amor, dedicação e incentivo.
A eles que sempre me auxiliaram, cuidaram e acreditaram
em minhas capacidades, registro aqui minha gratidão,
meu eterno carinho, meu eterno amor.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao CNPQ pelo apoio financeiro tão fundamental a minha dedicação exclusiva a este trabalho. À Universidade de Brasília responsável por minha formação durante os quatro anos de doutorado. Ao professor Arthur Trindade Maranhão Costa pela orientação e incentivo na realização desse trabalho.

À professora Dalva Borges, pela dedicação, amizade, pelas enormes contribuições ao meu aprendizado e formação. Pela confiança e incentivo, fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui. Por acreditar sempre.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, com que muito aprendi.

Ao longo de toda a vida pude contar com o amor incondicional dos meus familiares. A eles agradeço por sempre me apoiarem durante a minha formação, pelo incentivo e por compreenderem a minha ausência.

A você Norton, pelo carinho e cuidado, por pacientemente entender as muitas vezes que não pude estar ao seu lado, por torcer e apoiar. O seu amor me inspira a ser melhor.

Aos amigos queridos que vivenciaram intensamente os anos de estudo e a produção deste trabalho, souberam entender a minha condição e muito me apoiaram, em especial, Janete, Guilherme, Keila, Celiana, Simone, Rosimeire, Julimária, Adrienny, Iamanda. Com certeza as muitas dificuldades encontradas no meio do caminho se tornaram muito mais leves por ter vocês ao meu lado. Obrigada pela amizade e pelo carinho que me dedicam sempre.

Um agradecimento especial à amiga Marcilaine por ter me acompanhado de forma tão generosa durante a realização do trabalho de campo e também por tornar possível a realização da pesquisa em seu bairro. O seu companheirismo foi fundamental. Do mesmo

modo agradeço a colaboração de outros amigos, em especial, Michele, Jaqueline e Miryam por terem gentilmente me introduzido em algumas das comunidades pesquisadas.

Finalmente, agradeço às pessoas que me acolheram em seus bairros e nas suas casas e dispuseram parte do seu tempo para conversar comigo e me apresentar o lugar onde moram.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo sobre o medo do crime realizado na cidade de Goiânia. A abordagem empregada assenta-se no entendimento de que o medo, ainda que generalizado entre os diferentes grupos sociais, é informado a partir de experiências e contextos diversos nos quais os indivíduos estão inseridos. Nesse sentido, não pode ser explicado somente através de análises estatísticas que buscam mensurar de que forma diferentes variáveis interferem no medo e sentimento de insegurança, buscando assim estabelecer relações de causalidade. Por maior que fosse o número de relações que se pudesse estabelecer, elas não conduziriam por si mesmas, a um entendimento claro do medo do crime nos diversos contextos e o modo como afeta a vida das pessoas nesses contextos. Diferentes lógicas culturais, sociais e situacionais informam o conteúdo do medo e insegurança dos diversos grupos. Além de se relacionar com a percepção de outros problemas sociais e inquietações urbanas, o medo adquire contornos diferenciados segundo as categorias sociais e adquire em cada uma um significado específico. Ele reconfigura-se encontrando em cada momento várias figurações para o perigo. Procuramos, portanto, compreender as particularidades do medo urbano, estudando sujeitos, lugares, situações e estratégias empregadas para enfrentá-lo. Buscamos ainda, entender os elementos que influenciam na sua ocorrência, bem como, o modo como se articulam em diferentes contextos e realidades sociais, ou seja, buscamos compreender as diferentes configurações sociais do medo e o tipo de representações que delas emergem.

PALAVRAS-CHAVE: MEDO DO CRIME, INSEGURANÇA, CONFIGURAÇÕES SOCIAIS.

ABSTRACT

This work aims at presenting a study on fear of crime realized in the city of Goiânia. The approach is based on the understanding that the fear, although generalized among the different social groups, is reported from various experiences and contexts in which individuals are inserted. In this sense, cannot be explained only by statistical analyzes that seek to measure in what way different variables interfere in the feeling of fear and insecurity, thus searching establish causality relations. However great the number of relationships which could be established, they do not by themselves lead to a clear understanding of the fear of crime in different contexts and how they affect the lives of people in such contexts. Different cultural logics, social and situational inform the content of the fear and insecurity of the various groups. In addition to bond with the perception of other social problems and urban restlessness, fear acquires contours differentiated according to social categories and in each one acquires a specific meaning. It reconfigures itself in each moment encountering several figurations for danger. We seek, therefore, to understand the particularities of urban fear, studying individuals, places, situations and strategies employed to address it. We seek also understand the elements that influence its occurrence, as well, as the way in which articulate themselves in different contexts and social realities, in other words, we seek understand different social configurations of fear and the kind of representations that emerge from them.

KEYWORDS: FEAR OF CRIME, INSECURITY, SOCIAL CONFIGURATIONS.

RESUMÉ

Ce travail vise à présenter une étude sur la peur du crime dans la ville de Goiânia, Brésil. L'approche est basée sur la compréhension que la peur, même si répandue parmi les différents groupes sociaux, est imprégnée par des expériences et par des plusieurs contextes dans lesquels les individus sont intégrés. En ce sens, elle ne peut pas s'expliquer seulement par des analyses statistiques qui visant à mesurer comment les différentes variables influent sur le sentiment de peur et d'insécurité, afin d'établir des relations causales. Malgré le grand nombre des relations qui pourrait être établi, elles ne le font pas par elles-mêmes conduire à une claire compréhension de la peur du crime dans différents contextes ou à la façon dont elle affecte la vie des gens dans ces contextes. Le contenu de la peur et de l'insécurité des différents groupes se compose des différentes logiques culturelles, sociales et situationnelles. En plus de se rapporter à la perception d'autres problèmes sociaux et les inquiétudes urbaines, la peur se distingue selon les catégories sociales et acquiert une signification particulière dans chaque cas. Elle se reconfigure en trouvant des plusieurs figurations de danger à chaque fois. Nous cherchons ainsi à comprendre les particularités de la peur dans le milieu urbain, en étudiant des sujets, des lieux, des situations et des stratégies mises en scène pour lui faire face. Nous aussi visons à mieux comprendre les facteurs qui influencent leur apparition, comment ils sont articulés dans différents contextes et dans les réalités sociales, c'est à dire, nous avons l'intention de comprendre les différents contextes sociaux de la peur et le type de représentations qui s'en dégagent.

MOTS-CLÉS: PEUR DU CRIME, INSÉCURITÉ, MILIEUX SOCIAUX .

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Como você se sente andando sozinho no seu bairro à noite?	93
Tabela 2	Opinião sobre violência em Goiânia em relação aos últimos anos.....	95
Tabela 3	Familiar vítima de ato criminoso no ano anterior à pesquisa (2007).....	96
Tabela 4	Amigo próximo ou vizinho vítima de ato criminoso no ano anterior à pesquisa.....	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa de homicídio por 100 mil habitantes – Brasil e Goiás (2000-2012).....	77
Gráfico 2	Número absoluto de homicídios – Goiânia (2000-2012).....	78
Gráfico 3	Taxa de homicídio por 100 mil habitantes – Brasil e Goiânia (2000-2010).....	79
Gráfico 4	Taxa de homicídio por 100 mil habitantes – Capitais Brasileiras (2010).....	80
Gráfico 5	Número Absoluto de furtos e roubos de veículos – Goiânia (2005-2010).....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Homicídios e tentativas de homicídios em Goiânia por região.....	81
Quadro 2	Ranking dos 10 bairros mais violentos de Goiânia (2008-2011).....	83
Quadro 3	Setores com mais ocorrências de roubos de veículos em Goiânia (2011).....	86
Quadro 4	Setores com mais ocorrências de furtos de veículos em Goiânia (2011).....	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: VIOLÊNCIA, CRIME E MEDO.....	11
1.1. SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA.....	12
1.2. VIOLÊNCIA URBANA E MEDO NA CIDADE.....	19
1.3. O MEDO DO CRIME COMO OBJETO DE ESTUDO.....	24
1.4. VIOLÊNCIA E MEDO DO CRIME NO CENÁRIO BRASILEIRO.....	36
CAPÍTULO 2: AS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DO MEDO.....	45
2.1. A ABORDAGEM CONFIGURACIONAL DO MEDO DO CRIME.....	46
2.2. A SOCIOLOGIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS.....	49
2.3. ELEMENTOS CONFIGURACIONAIS DO MEDO.....	51
2.4. AS INTERDEPENDÊNCIAS.....	58
CAPÍTULO 3: CONTORNOS DOS CENÁRIOS DA VIOLÊNCIA E DO MEDO: PENSANDO GOIÂNIA.....	62
3.1. CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL: UM BREVE HISTÓRICO.....	63
3.2. DESIGUALDADE, FRAGMENTAÇÃO E MEDO.....	72
3.3. VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA CIDADE DE GOIÂNIA.....	75
3.4. O MEDO E A INSEGURANÇA DO GOIANIENSE.....	88
CAPÍTULO 4: O MEDO NOSSO DE CADA DIA: AS CONFIGURAÇÕES DO MEDO DO CRIME EM BAIROS DE MÉDIA E ALTA RENDA.....	98
4.1. O PARQUE ATHENEU: A FIGURAÇÃO DO MEDO DO CRIME EM UM BAIRRO MILITAR.....	99
4.2. O SETOR BUENO: A FIGURAÇÃO DO MEDO DO CRIME EM UM BAIRRO NOBRE.....	124
4.3. O JARDIM AMÉRICA: A FIGURAÇÃO DO MEDO DO CRIME A PARTIR DA CRENÇA NA “DESTERRITORIALIZAÇÃO” DA VIOLÊNCIA.....	141

CAPÍTULO 5: VIVENDO COM MEDO NA CIDADE: AS CONFIGURAÇÕES DO MEDO DO CRIME EM BAIROS POPULARES.....	151
5.1. A “VILA” E O “CURITIBA”: FIGURAÇÕES DO MEDO DO CRIME EM TERRITÓRIOS SEGREGADOS NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA.....	152
5.2. A VILA PEDROSO: A FIGURAÇÃO DO MEDO DO CRIME A PARTIR DAS RELAÇÕES DE DESCONFIANÇA E ESTRANHAMENTO NA VIZINHANÇA.....	172
CONCLUSÃO.....	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	199
ANEXOS.....	213

INTRODUÇÃO

Em anos recentes, a criminalidade e violência urbanas têm se tornado objeto de debates e preocupação generalizada por parte dos mais diversos atores sociais. A centralidade assumida pela questão não somente na agenda de lideranças e gestores públicos, mas, também na vida cotidiana das pessoas parece relacionar-se com dois aspectos principais: o aumento da incidência da criminalidade nos últimos anos e o sentimento generalizado e difuso de insegurança e medo do crime. No caso brasileiro, a difusão e ampliação desses sentimentos estão ligadas, entre outros fatores, ao aumento real de todas as modalidades de crimes e violências desde fins dos anos 1970, a maior sensibilidade às questões relacionadas ao crime e a violência e a aparente falta de controle por parte do poder público.

Não é por acaso, portanto, que o medo em relação ao crime se cristalizou como problema social em vários contextos. Estudos e pesquisas mostram que não apenas os crimes cresceram, mas também se tornaram mais violentos (Adorno, 1998; Zaluar, 1996; Caldeira, 2000; Misse, 2006). O que faz com que os sentimentos de medo e insegurança não pareçam infundados ou desprovidos de lastro social. Apesar disso, seria um grande equívoco interpretá-los como produtos diretos do aumento da criminalidade, uma vez que tais fenômenos envolvem relações extremamente complexas, como nos mostra a literatura sobre a temática. Assim, embora, o medo do crime esteja relacionado a taxas de crime e tenda a aumentar com elas, não pode ser reduzido meramente a elas. Existem diversos fatores que podem contribuir para a emergência e potencialização do medo do crime, tais como residir em uma região onde há a ocorrência de criminalidade e violência, a vitimização direta de algum tipo de crime ou mesmo o fato de tomar conhecimento de vítimas na região de moradia; vulnerabilidade socioeconômica, isolamento social, desconfiança das autoridades responsáveis pela segurança pública, crença no aumento das taxas de criminalidade, dentre outros.

O medo do crime é, portanto, um fenômeno multidimensional, constituído pelas muitas possibilidades de reação diante de situações definidas como perigosas, bem como da própria representação do que seria uma ameaça. Trata-se de um objeto fluido, já que é

constituído a partir de uma multiplicidade de acontecimentos, de atores e de contextos, portanto, difícil de ser delimitado empiricamente, porque tem uma forte variação influenciada pelas diferentes circunstâncias sociais, culturais e situacionais. Mais do que um produto das variações da criminalidade, o medo deve, sobretudo, ser entendido como expressão de uma representação social do meio, cuja formação é influenciada por diferenciados fatores. Assim, uma vez que a realidade é múltipla, o medo, por sua vez, adquire uma conformação diversificada, exigindo atenção e esforços redobrados de conceitualização e operacionalização.

O estudo do medo do crime que ora propomos assenta-se no entendimento de que o medo, ainda que generalizado entre os diferentes grupos sociais, é informado a partir de experiências e contextos diversos nos quais os indivíduos estão inseridos. As representações sobre os perigos da cidade, sobre quem são os agressores, as vítimas, os lugares do medo, não são comuns a todos os habitantes ou a todas as posições que se ocupam na cidade e no espaço social. Diferentes lógicas culturais, sociais e situacionais informam o conteúdo do medo e insegurança dos diversos grupos. O medo e a insegurança além de se relacionarem com a percepção de outros problemas sociais e inquietações urbanas adquire contornos diferenciados segundo as categorias sociais e adquire em cada uma um significado específico. O medo reconfigura-se em diferentes contextos, encontrando em cada momento várias figurações para o perigo. Desse modo, torna-se fundamental compreender as particularidades do medo urbano, estudando sujeitos, lugares, situações e estratégias empregadas para enfrentá-lo. É preciso entender os elementos que influenciam na sua ocorrência, bem como, o modo como se articulam em diferentes contextos e realidades sociais, ou seja, é necessário compreender as diferentes configurações sociais do medo e o tipo de representações que delas emergem.

O objeto de estudo desse trabalho é, portanto, o medo do crime. Interessa-nos aqui compreender as configurações sociais do medo do crime que emergem de distintos espaços da cidade de Goiânia. Busca-se ainda, entender o que as pessoas acreditam, percebem ou identificam como perigoso ou associado à criminalidade, quais aspectos informam o medo desses diferentes grupos sociais e de que modo eles se articulam em diferentes cenários e influenciam os comportamentos, hábitos e valores dos moradores desses espaços. Esses

são os principais aspectos que nortearam a investigação e que serão desenvolvidos ao longo do texto.

A perspectiva adotada repousa no entendimento de que a investigação do medo do crime passa necessariamente pela análise da produção de significados que as pessoas e grupos constroem sobre o espaço habitado, os perigos, a criminalidade, a percepção de vulnerabilidade, a confiança nas instituições responsáveis por garantir a segurança, a vitimização direta ou indireta, dentre outros. Essas “crenças do perigo” no sentido elaborado por Borges (2011) são construídas socialmente e influenciam o medo do crime. Contudo, acreditamos que nenhum desses aspectos pode, isoladamente, explicar o medo do crime em um dado contexto. Isso, pois, o entendimento do medo do crime e o modo como ele afeta a vida das pessoas nos diferentes espaços, depende da análise das particularidades desses elementos que o compõem, suas funções e propriedades na configuração, e o modo como estão articulados. Assim, estamos propondo uma nova perspectiva de análise do medo do crime: a abordagem configuracional do medo. Isso implica dizer, que esses significados ou crenças só podem ser compreendidos a partir da análise e do entendimento das redes de relações e dependência recíprocas que indivíduos e grupos formam, resultando em uma multiplicidade de variações para os contornos que o medo do crime adquire e que emerge de cada uma dessas redes de relações interdependentes.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS: SOBRE AS TÉCNICAS E AS FONTES

Esse trabalho surge do que chamamos “necessidade de qualificar o quantitativo”. Dito de outra forma, ele surge da busca de qualificar dados de uma pesquisa anterior sobre vitimização e sentimento de insegurança realizada na cidade de Goiânia e que apesar de apresentar aspectos interessantes sobre a composição do medo e da insegurança urbanos, não nos permitia compreender as nuances e diferenciações que esse fenômeno adquire no interior dos diferentes grupos sociais, muito embora, apontasse para tais diferenciações. No decorrer dessa pesquisa, percebemos que mesmo conhecendo os principais fatores que influenciavam no sentimento generalizado de medo e insegurança dos moradores da cidade de Goiânia não conseguiríamos entender as suas peculiaridades, captar os aspectos

subjetivos subjacentes ao medo do crime, à insegurança em face da violência e criminalidade, às noções de risco e perigo que informam os diferentes cursos de ação e a conduta dos indivíduos. E é com o intuito de articular a análise mais geral com a descrição densa de cenários microssociológicos, em que o medo surge como um forte elemento socializador na vida cotidiana, nos bairros e nas comunidades, que esse trabalho se apresenta.

A pesquisa que deu origem ao presente estudo apoia-se em uma combinação de metodologias e tipos de informações. Os dados quantitativos obtidos pelo *survey* realizado em 2008 serviram de suporte para as etapas posteriores da pesquisa que teve um foco predominante qualitativo e constou da realização de entrevistas semi-estruturadas e grupos focais com moradores de bairros com diferentes características socioeconômicas, o que teve por intuito apreender a diversidade de configurações sociais do medo do crime. A incorporação na pesquisa de bairros compostos por diferentes grupos sociais é fundamental na concepção dessa pesquisa, uma vez que a criminalidade e o medo e insegurança são fenômenos amplamente difundidos, que atravessam todos os grupos e classes, importando assim, compreender as peculiaridades desses fenômenos em contextos diversos.

As entrevistas e grupos focais foram realizados entre os anos de 2011 e 2012. Entre os bairros pesquisados estão o Setor Bueno, Jardim América, Parque Atheneu, Jardim Curitiba, Vila Mutirão e Vila Pedroso (Ver anexo 1 - Mapa de localização dos bairros). A escolha das referidas áreas deveu-se as peculiaridades espaciais e sociais desses lugares que serão discutidas ao longo do trabalho. A concentração da pesquisa nessas áreas também se deveu a necessidade de observar e conhecer melhor a realidade dos espaços pesquisados através de observações do cotidiano dos seus moradores. Isso se tornaria mais fácil se a pesquisa fosse concentrada em alguns lugares da cidade.

A primeira área onde realizamos a pesquisa foi o Parque Atheneu. Trata-se de um bairro de classe média localizado na região sudeste de Goiânia. O lugar tem uma história muito particular, tendo surgido na década de 80 com o intuito exclusivo de abrigar integrantes da polícia militar. Todavia, hoje, o Parque Atheneu conta com um expressivo número de moradores civis. Em seguida, pesquisamos o Setor Bueno e o Jardim América, bairros de classe média alta e alta, localizados em uma das regiões mais valorizadas da capital. Embora, guardem semelhanças bastante expressivas os dois bairros não deixam de

expressar particularidades, como por exemplo, o estilo de morar. O Jardim Curitiba e a Vila Mutirão foram pesquisados na sequência e em contraste com os demais bairros já mencionados, localizam-se em uma das regiões mais pobres de Goiânia. A história desses dois bairros coincide com a história da luta coletiva pela moradia, cujo processo se iniciou com a ocupação de fazendas nos arredores do núcleo urbano, no início dos anos 1980. Por fim, pesquisamos a Vila Pedroso, um bairro popular, localizado na região leste da capital.

Entre 15 e 20 entrevistas e 2 grupos focais foram realizados com moradores de cada um dos bairros pesquisados. Parte das entrevistas aconteceu mediada por contatos de conhecidos. À medida que íamos entrevistando, pedíamos que fossem indicados novos entrevistados, o que permitiu, inclusive, o acesso a condomínios exclusivos, o que não teria sido possível sem os contatos prévios. O único critério para participação na pesquisa era que o (a) entrevistado (a) residisse no bairro há pelo menos 1 ano. Realizamos todas as entrevistas com moradores da cidade sob a condição de anonimato. No geral, os moradores se mostraram bastante receptivos, interessados na conversa e ansiosos por dar suas opiniões e narrar experiências. A entrevista constou de um roteiro previamente elaborado (Anexo 2). Nesse sentido, as questões eram propostas e exploradas a partir das respostas obtidas. O guia da entrevista buscou explorar a trajetória de moradia dos indivíduos na cidade, a vivência do local de moradia, a questão da segurança, narrativas de violência, histórias de mudanças em função do medo da violência, de hábitos e comportamentos, sociabilidades, representações do medo, e ainda, percepções da justiça e segurança pública. A análise do conteúdo das entrevistas permitiu identificar os elementos que informam o medo dos moradores em cada um dos espaços pesquisados, bem como o que percebem ou identificam como perigoso ou associado à criminalidade e violência.

Os grupos focais foram utilizados após a realização das entrevistas e tiveram o intuito de confirmar o que foi apreendido na etapa anterior e também aprofundar e detalhar as informações sobre determinados assuntos considerados relevantes para o estudo em questão (Ver roteiro de discussão – Anexo 3). Buscou-se assim recolher informações sobre os sentimentos, valores e ideias das pessoas. Os grupos foram formados por um número de 7 a 10 pessoas e tiveram uma duração de cerca de 2 horas, sendo que todos eles aconteceram no local de pesquisa, o que incentivou a participação dos moradores. Iniciamos os nossos encontros perguntando como era a vida no bairro, quais eram os

aspectos positivos e negativos de morar no lugar e em seguida estimulamos os debates tendo em mente um leque temático estabelecido previamente. No geral o tema da criminalidade e insegurança surgiu de forma espontânea sem que o moderador tivesse que introduzir o assunto. Um fato que chama bastante a atenção é que em todos os locais estudados o assunto foi tema de destaque na fala dos moradores. A criminalidade e o medo e insegurança a ela associados, ainda que matizados pelos diferentes contextos, apareceram como o principal problema dos bairros, deixando em segundo plano questões como carência de equipamentos públicos e infraestrutura. Nesta etapa da pesquisa também foram realizadas observações nesses espaços, bem como, foram produzidas fotografias.

O estudo lançou mão ainda de outros tipos de informações. Para entender o crime, especialmente o crime violento, foram analisadas estatísticas criminais da cidade, entre os anos de 2000 e 2010, buscando apreender um pouco da lógica de sua distribuição espacial. Para compreender o processo de formação e o desenvolvimento do espaço urbano e mais detalhadamente, de cada uma das áreas estudadas, pesquisas foram realizadas junto aos órgãos responsáveis pela gestão e planejamento urbanos e instituições acadêmicas.

O MEDO DO CRIME COMO TEMA DE INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA

Acreditamos que o modo como a criminalidade e violência urbanas têm se manifestado faz com que o medo e a insegurança apareçam cada vez mais como determinantes socializadores do convívio social. A percepção social da violência e de sua escalada tem influenciado uma significativa mudança nos hábitos e rotinas das pessoas, interferindo negativamente na sua qualidade de vida. Em um contexto de medo e insegurança as pessoas fecham-se em suas casas, protegem-se com grades e muros, contratam sistemas de segurança e vigilância, evitam o espaço público e o contato com “estranhos”. A qualidade de vida deteriora-se diante da constante e exacerbada preocupação com os possíveis perigos e ameaças que rondam a vida dos cidadãos. Cada vez mais amedrontados e desconfiados das ações dos responsáveis pela manutenção da ordem pública e pelo controle da violência, os cidadãos tendem a buscar saídas individuais e fragmentadas, o que só tende a agravar a sensação de medo e insegurança. De outro lado,

as reações de medo e insegurança contribuem para alimentar políticas de segurança cada vez mais inclinadas ao emprego da violência arbitrária, gerando um ciclo vicioso e perigoso de violência e medo, medo e violência.

Parece evidente, portanto, que as relações que a população estabelece com o crime figuram, na atualidade, como um fator importante para a melhor compreensão da sociedade. O que por si só aponta para a importância de estudos e pesquisas que permitam um entendimento cada vez mais profundo e detalhado do medo do crime e de suas consequências sociais. No que tange à discussão desse recorte temático ainda são poucos os estudos nas Ciências Sociais brasileiras que se voltam para essa questão. Ao analisarmos os balanços de literatura no campo da criminalidade e violência urbanas dos últimos 40 anos (Kant de Lima, Misse e Miranda, 2000) e (Barreira e Adorno, 2010) verifica-se que praticamente não há referências a estudos específicos sobre o medo do crime e a sensação de insegurança no contexto urbano brasileiro. O que não quer dizer que tais estudos não existam, mas antes que ainda não se configuram como um campo consolidado de pesquisa e interesse sociológico. No balanço realizado pelos autores a problemática é mencionada de maneira pontual e aparece ligada ao tema da segurança pública. A compreensão do medo e da insegurança é colocada como um ponto importante para a eficácia das políticas públicas no campo da segurança. Os principais estudos mencionados pelos autores discutem a ligação do sentimento de insegurança e o papel do Estado ao monopólio do combate à criminalidade (Adorno, 1996, 1998; Soares, 1996).

Um levantamento próprio da literatura brasileira sobre o tema nos permitiu identificar alguns estudos importantes. De um lado, temos aqueles que partem de uma abordagem cultural, ou seja, buscam examinar e compreender os padrões de comportamento em face do medo do crime (Caldeira, 2000; Eckert e Rocha, 2005; Pastana, 2003). De outro, situam-se alguns poucos trabalhos que se utilizam de métodos quantitativos com o objetivo de mensurar os fatores ou contextos que interferem no medo do crime (Rodrigues, 2006; Villareal e Silva, 2006; Rodrigues e Oliveira, 2007; Beato e Caminhas, 2009). O trabalho desenvolvido por Doriam Borges (2011) é uma das mais recentes contribuições entre os estudos desenvolvidos sobre o medo do crime no Brasil. O autor utiliza-se de ferramentas estatísticas, para estudar a influência do que ele denomina de “Crenças do Perigo” sobre o sentimento de insegurança no Rio de Janeiro.

Borges (2011) entende que o medo do crime se refere a uma variedade de avaliações subjetivas e emocionais diante do perigo, seja ele real ou imaginário. O perigo seria, todavia, determinado por crenças construídas no decorrer das experiências sociais e culturais. Embora, a perspectiva adota por Borges seja bastante interessante e se coloque como uma importante referência para o estudo que desenvolvemos em Goiânia, acreditamos que ela fica em um plano muito subjetivo. E é na tentativa de trabalhar uma perspectiva que não desarticula indivíduo e sociedade que propomos uma análise do medo do crime a partir da ideia de configurações sociais de Nobeit Elias, ou seja, buscamos compreender o medo do crime a partir do entendimento das redes de dependências recíprocas que indivíduos e grupos interdependentes constituem e seus reflexos sobre ações e modos de pensar.

Diante de tais considerações sobre o campo de pesquisas nessa área de estudo e haja vista, a relevância social que o medo e insegurança urbanos assumem em uma situação em que um número cada vez maior de indivíduos se sente vulnerável e passível de ser vítima, direta ou indireta, de uma ação violenta, a compreensão do fenômeno se apresenta como uma importância contribuição da Sociologia para a vida social. Entender que fatores concorrem para o medo do crime e de que modo eles se articulam em diferentes cenários e influenciam os comportamentos e atitudes dos indivíduos e grupos são aspectos extremamente relevantes diante dos impactos negativos que o fenômeno oferece ao conjunto da sociedade. E é na tentativa de buscar repostas a algumas dessas questões que esse estudo se coloca.

O trabalho divide-se em cinco capítulos, além da conclusão. O primeiro capítulo tem quatro seções nas quais discutimos violência, criminalidade e medo, buscando entender os contornos, os limites e relações entre esses temas. Nesse capítulo é apresentado ainda um inventário sobre o medo do crime como objeto de estudo, buscando apreender o modo como esse tema tem sido tratado pela sociologia. O foco é, todavia, o entendimento das diferentes abordagens teóricas do medo do crime.

O segundo capítulo apresenta o que denominamos abordagem configuracional do medo do crime. Tratamos aqui do medo do crime como uma configuração social. A partir dos estudos teóricos empreendidos e das informações coletadas no trabalho de campo buscamos explicitar alguns dos principais elementos que podem compor uma dada

configuração do medo do crime e as possíveis e múltiplas interdependências que se estabelecem entre eles. Conceitos e concepções teórico-metodológicas de Norbert Elias são apresentados nesse capítulo.

O terceiro capítulo apresenta a dinâmica de formação do espaço urbano de Goiânia, com especial atenção para a apresentação das áreas pesquisadas, e traça um panorama da criminalidade violenta na capital para o entendimento da atual situação na qual se insere a cidade, salientando a importância desse elemento na composição do medo e sentimento de insegurança dos cidadãos. O capítulo apresenta ainda alguns resultados de pesquisas que buscam mensurar o medo dos goianienses em face da criminalidade urbana.

A perspectiva teórica desenvolvida no segundo capítulo do trabalho nos dá o “pano de fundo” para a análise realizada nos capítulos 4 e 5 desse estudo, onde apresentamos as configurações sociais do medo do crime nos diferentes grupos sociais pesquisados. O capítulo 4 trata das configurações sociais do medo nos bairros de média e alta renda e o capítulo 5 tem como foco as configurações nos bairros populares. Por fim, temos uma seção com as conclusões mais gerais a respeito das investigações desenvolvidas nesse estudo. Nesse tópico retomamos algumas discussões e pontuamos algumas reflexões importantes.

CAPÍTULO 1

VIOLÊNCIA, CRIME E MEDO

1.1. SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA

Todas as tentativas de entender o fenômeno da violência parecem revelar as dificuldades de definição diante de sua polifonia e amplitude (Zaluar, 1999). A noção de violência expressa um conjunto bastante heterogêneo de atitudes, comportamentos, práticas sociais, representações, presentes principalmente, no cotidiano e nas rotinas dos centros urbanos. Tais aspectos revelam, todavia, a impossibilidade de tratar a violência como se ela se referisse somente a um tipo de ação e fosse produzida a partir dos mesmos processos. É necessário compreender que tal fenômeno pode se manifestar em diferentes atos, com motivações, intencionalidades, significados e implicações completamente diversos, não podendo ser desvinculado das dimensões históricas e socioespaciais, e podendo também variar de sentido e forma de percepção (Michaud, 2001; Porto, 2000).

Ainda que de limites mal definidos e longe de alcançar um consenso quanto à definição do que seja violência, as análises desenvolvidas por Michaud (2001) fornecem uma contribuição importante. O esforço de conceituação desenvolvido pelo autor enfoca as interações sociais e situações em que o fenômeno se manifesta, deixando de lado a busca por essencialismos. Nas palavras do autor:

[...] a violência ocorre quando, em uma situação de interação, um ou vários atores sociais agem, de maneira direta ou indireta, maciça ou expressamente, causando danos a um indivíduo ou vários, em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas ou culturais (p.10 e 11).

A partir de tal prerrogativa, Michaud (2001), reitera que a violência é aquilo considerado como tal por diferentes culturas e sociedades, podendo se dar em diferentes situações de interação ou mesmo, se manifestar de diferentes maneiras de acordo com o contexto histórico e cultural. No mesmo sentido, Porto (2000) afirma que “são flexíveis e mutantes os contornos do que uma sociedade, segundo determinadas épocas e determinados ambientes socioculturais, nomeia como violência” (p.189).

Importa, todavia, compreender os sentidos e significados que a violência assume na contemporaneidade. Autores como Martucelli (1999) e Wieviorka (1997, 2006) oferecem

importantes contribuições nessa direção. Martucelli (1999), por exemplo, nos adverte para a validade duvidosa de definições generalistas da violência e para a importância de se ater as transformações que a noção vem sofrendo na modernidade.

Segundo o autor, no contexto da modernidade a violência se desfaz progressivamente de toda significação positiva e progressista, na qual era concebida como uma estratégia legítima de construção de uma ordem social mais justa, e passa a ser representada como um “fracasso” de uma solução negociada ou pacificada. Nesse contexto, evidencia-se o crescimento da consciência dos riscos e da violência que ameaçam os indivíduos. Para o autor, “os diversos processos de desinstitucionalização, assim como a dissolução de referências comunitárias ou classistas, apenas reforçam uma representação da violência na qual ela é percebida ao mesmo tempo como negativa e perturbadora” (p. 159). Ao mesmo tempo a violência é representada na contemporaneidade como um risco que a sociedade se mostra incapaz de controlar, o que a torna suscetível ao aumento generalizado do sentimento de insegurança.

Na perspectiva do autor, no contexto atual, a violência relaciona-se às mudanças tecnológicas e culturais pelas quais as sociedades vêm passando. Em um mundo onde a informação tem primazia sobre a ação assiste-se a uma espécie de “desligamento social”, uma vez que o uso crescente das tecnologias de informação tende a reduzir significativamente as situações de interação social face-a-face e reforçar a impessoalidade das relações. Segundo ele:

Na representação que tende a se tornar dominante na modernidade, o primado quase exclusivo da informação tende a reforçar um modelo institucional que preconiza a existência de indivíduos autônomos, senhores de si mesmos, e capazes, graças à sua correta interiorização das normas, de se autocontrolar. Ora, esse modelo, cuja realidade histórica pode ser seriamente questionada, se encontra doravante, como consequência de diversos processos de desinstitucionalização, muito afastado dos fatos. Tornando-se, então uma injunção institucional desconectada de práticas reais, ele se traduz por toda uma série de experiências sociais, vividas todavia às vezes como fracassos pessoais, e podendo dar origem a implosões destrutivas do ator sobre si mesmo ou a processos explosivos de violência (p. 173).

No que condiz ao escopo dessa discussão outra contribuição importante é dada por Michel Wieviorka. O autor, também busca compreender as especificidades do fenômeno da violência no contexto contemporâneo. Para tanto adota um ponto de partida semelhante ao utilizado por Martucelli ao focar as mudanças nas representações da violência.

Wieviorka (1997) considera que o fim da centralidade do trabalho e do movimento operário levou ao fim dos conflitos de classe e o seu lugar foi preenchido por uma não relação entre atores, pela exclusão social, pela ausência da relação conflitual, que instauram a uma violência difusa, fruto da raiva e de frustrações. Sendo assim, a violência não é somente um conjunto de práticas objetivas, mas também, uma representação que alguns grupos tendem a atribuir de maneira mais ou menos fantasmagórica a outros grupos.

Enquanto nos anos 60 e 70, a violência podia ser compreendida e justificada por uma tradição revolucionária, bem como, teorizada ou sustentada com certa adesão, ou ainda tolerada na esfera política, tem-se a partir de então uma significativa mudança. Em um mundo onde os conflitos e os princípios de divisão baseados nas relações de produção tornam-se secundários em face dos combates ligados a identidades nacionais e religiosas, a violência passa a ser entendida como algo que precisa ser negado, recusado.

Diante de tais considerações, o autor, afirma ser necessário elaborar um novo paradigma da violência, visto que, na sociedade contemporânea surge uma nova forma de violência, derivada do caos e que não pode ser compreendida a partir de modelos anteriormente utilizados pela sociologia que a interpretavam como derivada de conflitos ou ainda de crises, analisadas como manifestações de um estado patológico do sistema social. De modo que analisar a violência consistia em considerar que ela partia de um cálculo dos agentes que tomavam parte num conflito, ou passava pelo entendimento de que ela vinha traduzir uma integração insuficiente dos agentes ao sistema social, traduzindo-se em disfunções, carências e frustrações relativas. Tais compreensões sugerem que por um lado, a violência pode inscrever-se nas relações sociais de forma instrumental e, desse modo, dispensar a relação e a comunicação entre agentes e que, por outro lado, ela pode vir a traduzir as dificuldades nas relações e na comunicação, funcionando então de maneira expressiva. Contudo, atualmente a análise insiste cada vez mais em ideias que se distanciam enormemente das noções de conflito e crise apresentadas acima. Tendo grande relevância as noções de fragmentação, caos, decomposição. Se por um lado a violência

continua a ser pensada através de categorias em que a oposição entre instrumentalidade e expressividade encontra seu lugar, elas por si só não remetem a ideia de conflito ou de crise.

Para o autor para que haja conflito é necessário de um lado, atores e de outro, problemas que estes reconheçam como comuns, e ainda possibilidades para eles se oporem sem se destruir, ou seja, são necessários mecanismos institucionais ou políticos. E para que se possa falar em crise, é preciso que haja um sistema em dificuldade, é certo, mas que permaneça ainda perceptível como tal. Segundo Wieviorka, considera-se atualmente que o mundo é cada vez mais um mundo sem atores, marcado pelo caos, bem mais do que por relações mais ou menos negociadas que implicam em um mínimo de reconhecimento mútuo. Neste atual contexto, torna-se necessário considerar o sujeito frustrado que funciona fora de qualquer sistema ou de normas, bem como, as condutas que mais além da crise são reveladoras de uma verdadeira desestruturação ou de desvios capazes de levar ao caos. Nesse sentido, as mudanças atuais são de extrema importância para a compreensão do fenômeno da violência e devem, portanto, ser levadas em consideração. Tais mudanças podem ser tratadas em quatro níveis, que englobam os processos de globalização, os Estados, as mutações sociais e os indivíduos.

No que diz respeito à globalização, não se pode deixar de refletir acerca dos vínculos entre a mundialização e o neoliberalismo, que a fundamenta ideologicamente, e a violência. Não obstante, esta última se alimenta, no mínimo indiretamente, das desigualdades e da exclusão que se reforçam com o mercado generalizado, o rigor orçamentário, a livre iniciativa e o livre comércio, bem como, da valorização da troca que a tornam mais importante do que a produção e que ameaçam o trabalho. Além disso, a violência pode ainda inscrever-se nos contextos de fragmentação cultural que a mundialização da economia enseja, à medida que, estimula processos de retraimento identitário, comunitarismo, nacionalismo voltado para a defesa da nação.

No nível do Estado fica evidente a dificuldade do mesmo em assumir suas funções clássicas. A mundialização faz com que o Estado constitua cada vez menos facilmente que antes seu quadro territorial, administrativo e político da vida econômica, tendo em vista, que as decisões, os mercados, os capitais, as informações, efetuam-se cada vez mais em escala mundial e muitas vezes, sob formas ilegais.

Quanto às mutações societais, a violência que se desencadeia a partir de tais mudanças não surge diretamente da mobilidade social descendente ou da crise, esta se exprime tendo por trás as dificuldades sociais, mas corresponde acima de tudo a sentimentos fortes de injustiça e de não reconhecimento, de discriminação cultural e racial.

Por fim, o individualismo contemporâneo, tal qual se manifesta no mundo atual, apresenta duas faces complementares, e eventualmente opostas. Por um lado, tem-se o indivíduo que quer participar da modernidade, do que ela oferece, do consumo de massa, e por outro lado, o indivíduo que quer ser reconhecido como sujeito, não ser totalmente preso a normas e papéis. O que marca uma relação muito forte com a violência, mesmo coletiva, seja de cunho instrumental e relacionado, desse modo, com o desejo de consumir, de possuir bens, ou ainda, assumindo uma forma extrema, relacionada com um desejo de aceder à modernidade e sem que se trate de alcançar determinados fins. Isso se aproxima de condutas informadas pela raiva de não ser reconhecido, pelo sentimento de injustiça vivida.

Ao analisar o contexto contemporâneo e como o fenômeno da violência se insere nele, o autor, afirma que “a violência contemporânea situa-se no cruzamento do social, do político e do cultural do qual ela exprime correntemente as transformações e a eventual desestruturação” (p.36). Nesse contexto, a crise da modernidade torna-se tão importante que os conflitos sistêmicos do período anterior perderam sua função estruturada, o que alimenta o declínio da política, e porque a decomposição dos antigos princípios de ordem torna a noção de crise excessivamente débil para dar conta de situações determinadas pela desestruturação e pelo caos. Nessa perspectiva, a violência significa de um lado, a perda, o déficit, a ausência de conflito, a impossibilidade para o ator de estruturar sua prática em uma relação de troca mais ou menos conflitiva, ela expressa a defasagem ou o fosso entre as demandas subjetivas de pessoas ou grupos e a oferta política, econômica, institucional ou simbólica. E por outro, ela é a expressão desumanizada do ódio e da destruição do outro.

A partir dessas argumentações teóricas cabe indagar sobre os sentidos e significados que a violência adquire no Brasil na contemporaneidade e de que forma tal fenômeno se relaciona aos processos de transformação globais já discutidos.

Porto (2000) enfatiza que uma reflexão sobre o fenômeno da violência no Brasil não pode preterir a análise de um contexto mais amplo de transformações que envolvem processos de globalização e fragmentação. Na concepção da autora, o contorno local revela-se insuficiente enquanto enquadramento para a reflexão, uma vez que as mudanças na escala mundial modificam em graus diferenciados a natureza do tecido social, o que justifica a necessidade das reflexões nacionais levarem em conta o pertencimento a um mundo cada vez mais globalizado, mesmo sabendo que tais relações entre manifestações de fenômenos de violência e processos de globalização não podem ser percebidos de maneira imediata e direta.

Ao buscar analisar o fenômeno da violência no Brasil na contemporaneidade, Porto, afirma que estaria ocorrendo no país atualmente uma mudança no significado social da violência, ou seja, uma “ressignificação” da violência, que faz com que acontecimentos e práticas que outrora não passavam de modos rotineiros de regular a vida social, passem a ser nomeados como violência. Esse processo é acompanhado de uma recusa em legitimar as práticas violentas enquanto forma de regulação social. Essa transformação no modo de perceber a violência seria fruto de um afloramento da sensibilidade coletiva e da maior visibilidade do fenômeno no contexto da redemocratização do Brasil.

Ao pensar as possíveis relações entre processos de globalização e a mudança no contexto social e o fenômeno da violência, a autora reitera a importância das mudanças científicas e tecnológicas que se processam a nível mundial e que não deixam de incluir o Brasil, discutindo principalmente as transformações em termos de processos de informação. Segundo Porto (2000):

O Brasil mergulhou, de forma mais aguda e radical do que países ditos avançados, na era das novas tecnologias. A um ponto que não parece exagero dizer que a radicalidade e abrangência das transformações seriam elas mesmas uma forma de violência, na medida em que rompem, redefinem, deslocam ou superam o tradicional e os processos de organização do social por ele informados, afetando a sociedade em múltiplos aspectos e em diferentes esferas: da economia à social, política e cultural (p.192).

Assegura Porto, que essas mudanças além de alterar de modo significativo a relação física e cultural com o espaço, modificam os procedimentos de difusão da informação. No que diz respeito ao fenômeno da violência, o que se verifica é a sua transformação em

produto, em objeto de consumo. Nesse sentido, “a violência passa a ser consumida num movimento dinâmico em que o consumo participa também do processo de sua produção, ainda que como representação. Também como representação, multiplicam-se as categorias de percepção da violência” (p. 193). Esse consumo tecnológico, todavia, tem participação expressiva nos processos de “reconceitualização” da violência como parte das transformações em curso no Brasil.

Outro aspecto que se insere no contexto dessas transformações diz respeito às mudanças ocorridas principalmente no mundo do trabalho. Adverte Porto (2000) que as mudanças tecnológicas, refletidas diretamente sobre a esfera do trabalho, teriam resultado na sua superação enquanto elemento central da organização sociocultural e das relações sociais, condutas e modos de vida. As transformações em curso no mundo do trabalho e as mutações nos valores nele centrados “evidenciam o surgimento de um social atomizado, fragmentado, carente de pontos fixos de referência” (p. 193). Nesse contexto, os indivíduos e os grupos sociais não mais reconhecem valores coletivos, o que propicia múltiplos arranjos sociais, o que se observa é uma fragmentação valorativa e um enfraquecimento ou mesmo dissolução de regras e normas capazes de unificar o tecido social. A ausência desses pontos fixos de referência estaria diretamente relacionada com as ressignificações da violência. Para a autora, a inserção da sociedade brasileira na modernidade globalizada e a reconstrução dos processos de democratização, são responsáveis por agravar essa fragmentação do mundo dos valores, impossibilitando a existência de um olhar unificado sobre o social. Daí decorre o fato da violência ser identificada de forma diferenciada.

Segundo Porto (2000), esses novos sentidos e significados da violência não podem ser compreendidos sem estarem relacionados ao campo social em que estão inseridos. Nesse contexto social fragmentado, sem pontos fixos de referência, surge como consequência possível a manifestação de diversas lógicas de ação e organização do espaço social, lógicas que se utilizam de recursos diferenciados de atuação, entre os quais pode surgir o recurso à violência. “Violência que vem se caracterizando como difusa e autonomizada face a possíveis sentidos originários. Violência sem objeto, despolitizada, instrumental ou instrumentalizada” (p.195)

Os novos sentidos e significações que a violência adquire na contemporaneidade e a maior sensibilidade diante desse fenômeno, contribuem de forma bastante significativa

para a produção social da insegurança e do medo diante da violência na sociedade brasileira contemporânea, principalmente no contexto dos espaços urbanos. Na contemporaneidade as cidades são vistas como símbolo do medo e de incertezas que assombram os cidadãos. Viver nas cidades implica uma série de adaptações e cuidados rotineiros, engendra uma série de práticas e articulações reativas.

Compreender os sentidos e significados do fenômeno da violência na atualidade nos permite uma aproximação um pouco maior no intuito de compreender o sentimento de insegurança e medo que se manifesta, sobretudo, nos espaços urbanos. Muito embora, esse seja um fenômeno múltiplo e não possa ser reduzido a uma única causa, como passaremos a discutir posteriormente.

1.2. VIOLÊNCIA URBANA E MEDO NA CIDADE

A influência das cidades e do fenômeno urbano é de fundamental importância para a compreensão da violência. Isso, pois, o desenvolvimento do processo de urbanização e das cidades tem influência direta na configuração de certos atos violentos, além disso, é no espaço das cidades onde alguns tipos de violência se manifestam predominantemente. Magrini (2011) entende que o uso da expressão violência urbana, apesar de suas muitas imprecisões, implica o reconhecimento das profundas relações recíprocas entre a realidade espacial e os processos sociais.

[...] os atos violentos apresentam singularidades definidas a partir do espaço em que ocorrem, bem como das lógicas que os comandam. A violência urbana está ligada, dessa maneira, aos atos associados ao modo de vida urbano contemporâneo, que, em traços gerais, pode ser identificado com espaços urbanos organizados para o consumo e para a livre acumulação capitalista, influenciados pelos processos de globalização, marcados por profundas desigualdades sociais, caracterizados pela proliferação de enclaves e pela erosão dos espaços públicos (p.9).

Para a autora, alguns elementos são extremamente importantes para o entendimento e caracterização da noção de violência urbana: 1) o caráter socioespacial, visto que a

configuração dos espaços urbanos agrega qualidades específicas para a ocorrência de certos tipos de violência, ao mesmo tempo em que a própria violência altera a produção e apropriação dos espaços; 2) o aspecto contextual, já que o que é definido como violência urbana muda de acordo com as particularidades históricas, sociais e espaciais; 3) a indissociabilidade, pois, certos tipos de atos violentos que ocorrem nos centros urbanos guardam relações e são influenciados, direta ou indiretamente, pelo contexto nacional ou internacional; 4) a multiplicidade causal, já que não é possível definir uma única causa ou um conjunto de causas para a violência urbana; 5) o individualismo, que se configura na instrumentalidade de alguns tipos de atos violentos e nas ações de busca por segurança.

Michel Misse (2006) afirma que a violência urbana compreende principalmente práticas e conflitos criminalizados. Na compreensão do autor a violência urbana refere-se a uma diversidade de acontecimentos, nem sempre vinculados ao significado mais latente da palavra violência, mas que estão relacionados ao modo de vida nas cidades no contexto da modernidade. Em outras palavras, esses eventos abrangem um amplo conjunto de ações e condutas que vão das incivildades (vandalismos, desordens públicas, motins, etc.) aos crimes de diferentes tipos, orientados pelas mais diversas motivações, partindo de ações intencionais ou não.

Machado da Silva (2004a) também chama a atenção para a polissemia e extensão da noção de “violência urbana”. Na visão do autor, embora, a violência urbana configure um campo semântico particular, por outro lado, não tem limites bem definidos, podendo incorporar todo tipo de comportamentos e ações que simplesmente “incomodam”, afetando somente de modo superficial as rotinas diárias. Assim, apesar de na maioria das vezes, a noção de violência se restringir às ações de um tipo particular de agente, ou seja, o criminoso, diferentes formas de incivildades podem compor essa categoria.

Todavia, adverte Machado da Silva (2004a), que embora de limites mal definidos, uma vez que “violência urbana” não tem o mesmo significado para todas as pessoas, há alguns pontos comuns que formam seu núcleo de sentido. Por “violência urbana” o autor entende um problema social e uma representação coletiva, ou seja, uma categoria do senso comum que confere sentido a determinadas ações e orienta a conduta dos cidadãos. Logo, não se refere a comportamentos isolados, mas à sua articulação com uma ordem social. “O que caracteriza a violência urbana, como qualquer construção simbólica, é justamente o

fato de que ela constitui o que descreve” (p.297). Assim, na perspectiva adotada por Machado da Silva, tornam-se irrelevantes considerações sobre o real incremento dos atos relativos à violência urbana ou mesmo sobre a paranoia da violência, entendida como uma falha na percepção das populações das cidades, fomentada pela chamada espetacularização da mídia em relação ao crime violento.

A representação coletiva da violência caracteriza-se pelo uso da força física e ameaça tanto a integridade física quanto a garantia patrimonial, condições básicas do sentimento de segurança por parte dos cidadãos. Nas palavras do autor (2004b):

[...] Como categoria de entendimento e referência para modelos de conduta, a violência urbana está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais. Ou seja, a representação da violência urbana capta, simbolicamente, um âmbito da vida cotidiana em que ocorre a universalização da força como fundamento de um complexo orgânico de práticas que suspende – sem, entretanto, cancelá-la ou substituí-la integralmente – a tendência à monopolização da violência pelo Estado, generalizando e “desconcentrando” seu uso legitimado. (p.58 e 59)

A representação da violência urbana reconhece um padrão específico de sociabilidade, denominado por Machado de “sociabilidade violenta”. De acordo com o autor, na sociabilidade violenta, os grupos não se organizam segundo referências à honra, ao familismo, à amizade, ou a contratos, negociações ou acordos, mas sim por uma cadeia de submissão formada pelo reconhecimento do desequilíbrio de força. A força passa de meio de obtenção de interesses ao princípio de regulação das relações sociais estabelecidas. Contudo, ressalta o autor, isso não implica dizer que a violência urbana destrói ou substitui os padrões convencionais de sociabilidade. Na verdade, o que ocorre é uma convivência entre os dois padrões.

Sendo assim, a violência urbana tem como elemento central o uso indevido da força física, e é caracterizada pela predominância de crimes contra o patrimônio, bem como pelos crimes contra a pessoa que visam, muitas vezes, à obtenção de bens materiais. Contudo, é importante observar que, apesar da relação quase sempre existente entre violência e crime, estas noções não devem ser confundidas. Isso, pois, nem toda ação violenta constitui crime, do mesmo modo que nem todo crime implica o uso da violência.

Todavia, Oliveira (2003), chama a atenção para o fato de que, embora, crime e violência sejam fenômenos distintos, as fronteiras são tênues, e ambos se sobrepõem no caso dos crimes violentos. Assim, como acontece com a noção de violência, o que é considerado crime também muda de sociedade para sociedade. O crime é, no entanto, a violação dos códigos morais e sociais impostos por uma dada sociedade em um determinado tempo. É, portanto, determinado a partir da identificação de tipos penais específicos de cada legislação. De modo geral, os crimes são considerados violentos quando envolvem o uso da força física, ou sua ameaça, sobre vítimas finais ou potenciais. Segundo Misse (2006):

O que é unificado como “crime” no Código Penal de uma sociedade nacional ou na legislação internacional tem apenas em comum o fato de ser uma ação proibida para a qual, construída a responsabilidade do(s) agente(s), serão aplicadas sanções institucionais. A variedade dessas ações é imensa (p.57).

Logo, a noção de violência urbana refere-se a um amplo conjunto de atos de tipificação difícil, porque frequentemente sobrepostos, incluem-se nessa categoria atos de graduação penal diferenciada ou mesmo, atos que estão fora da alçada da lei, como muitos classificados como incivildades. O conjunto desses atos e comportamentos que compõem a categoria violência urbana contribui de maneira significativa para alimentar o medo e o sentimento de insegurança dos habitantes das cidades e está na origem da centralidade da questão da segurança nos discursos políticos e sociais da atualidade (Lourenço, 2010).

A violência urbana tem como uma das consequências a ampliação do medo e da sensação de insegurança. Em face do medo da violência e criminalidade o território e o tecido urbano vêm sofrendo profundas alterações, bem como, a vida cotidiana das pessoas (Caldeira, 2000; Baierl, 2004; Souza, 2008, dentre outros). Através da noção de “acumulação social da violência”, Misse (1999) entende a violência urbana como representação social de um perigo que influencia as mudanças na sociabilidade. Um efeito perverso da acumulação social da violência é a generalização dos conceitos e riscos de vitimização. Nesse contexto, segundo o autor, tende-se a gerar um discurso de “mal absoluto”, o que fortalece o medo e a insegurança na população. Não há dúvidas que a violência e criminalidade urbana constituem na atualidade um sério constrangimento à vida dos habitantes das cidades, com um crescente sentimento de insegurança e medo do crime.

Desse modo, as cidades, cada vez mais representadas como inseguras, são espaços onde os diferentes grupos sociais têm suas diferenças reforçadas. No novo tipo de espaço público que se configura, os discursos e as estratégias de distanciamento e proteção se entrelaçam com o intuito de reforçar e valorizar as desigualdades. As diferenças não devem, portanto, serem postas de lado ou tomadas como irrelevantes, devem antes, serem demarcadas por muros, sejam eles reais ou imaginários. Neste contexto de cidade fragmentada¹, os encontros entre os diferentes grupos sociais tendem a se tornar cada vez mais esporádicos e marcados pela desconfiança que o afastamento social tende a produzir. A privatização e fortificação dos espaços têm como princípio fundamental a homogeneidade e a exclusão dos diferentes sociais, ao passo que os espaços restantes são abandonados e temidos.

Sendo assim, o medo da violência e criminalidade aparece cada vez mais como um valor estruturante do espaço urbano e das práticas e vivências de seus habitantes. A cidade é vivida como um lugar onde se concentram os perigos e as possibilidades de maus encontros, tornando-se cada vez mais um lugar de evitamentos. O clamor por mais segurança, a obstinação pelo uso de estratégias que visam neutralizar qualquer área ou grupo social visto como perigoso, aumenta de acordo com a crença na degradação da vida coletiva, na ausência de valores sociais e na escalada da violência. Nesse contexto, evidencia-se o agravamento da segregação socioespacial, produzindo efeitos sociais, culturais e espaciais de grandes proporções, tais como a adoção, cada vez maior de medidas de segurança nos domicílios, no modo de vida e nas relações interpessoais, marcadas pela desconfiança e pela suspeita.

Apesar de ser notória a dimensão que estes fenômenos vêm alcançando na atualidade não há consenso sobre suas causas. Fica evidente através das argumentações teóricas apresentadas que, embora, haja uma enorme dissidência quanto à conceituação e às possíveis explicações para a manifestação da violência, uma vez que são empregadas diferentes argumentações e variáveis explicativas, a violência não é entendida apenas

¹ Algumas denominações, tais como, cidade fragmentada, cidade partida, cidade dual, cidade dos enclaves fortificados, cidade da exclusão, vêm sendo utilizadas nos debates acadêmicos e públicos para descrever as mudanças em curso nas cidades brasileiras. Essas mudanças se relacionam aos processos de guetificação, auto-segregação e enclausuramento das elites da cidade. Processos estes, que segundo os pesquisadores, conduzem os habitantes das cidades a um estado de anomia, incentivando a adoção de um individualismo negativo como forma de comportamento social.

através da ocorrência de crimes violentos, mas sim como um fenômeno que interfere na sociabilidade, nas relações sociais, na conduta e nas percepções dos indivíduos, levando-os a construir crenças, representações, que fazem com que se sintam vítimas potenciais de uma violência difusa nos grandes centros urbanos (Borges, 2011).

A formação dessas representações sociais está diretamente relacionada à posição que os indivíduos ocupam no espaço social. Embora, haja uma sensação de insegurança generalizada nos espaços urbanos, diferentes lógicas culturais, sociais e situacionais informam o conteúdo desse medo. A violência se manifesta de forma distinta na sociedade, afetando diferenciadamente o cotidiano das pessoas. Logo, o medo e a sensação de insegurança, gerados pela violência urbana, também se expressam distintamente. Cada grupo social internaliza o medo de diferentes formas e a partir de diferentes objetos. Passaremos a abordar essas questões nas próximas sessões.

1.3. O MEDO DO CRIME COMO OBJETO DE ESTUDO

A criminalidade e violência urbanas, em suas mais diversas manifestações, têm se apresentado como tema recorrente no contexto das grandes cidades, assumindo lugar de destaque nos debates públicos e conversas cotidianas. Nesse contexto, um sentimento generalizado de medo e insegurança marca a vivência dos mais distintos grupos sociais nas grandes cidades, redefinindo as práticas e o modo de vida dos seus habitantes. Diferentes pesquisas realizadas em todo o mundo apontam o medo do crime como uma grande preocupação entre os cidadãos da Europa (Hale, 1996), dos Estados Unidos (Ferraro, Lagrange e Supancic, 1992; Warr, 2000), e Brasil (Adorno e Lamin, 2006; Soares, 2006), dentre outros, bem como tema de interesse de diversos estudiosos.

Nesse sentido, poderíamos nos perguntar por que as pessoas passaram a sentir tanto medo do crime? Por que o tema da criminalidade e violência urbana ganhou tanto destaque entre os cidadãos, os políticos e os estudiosos? Lee (2001) argumenta que as primeiras pesquisas de vitimização surgiram nos Estados Unidos, a partir de 1960, quando as elevadas taxas de criminalidade despertaram o interesse de pesquisadores e governantes para essa temática. Segundo a autora, a problemática do medo do crime emergiu como

objeto de estudo em um contexto de crescente interesse pelo tema por parte do governo norte-americano, que tinha como lema a lei e a ordem e caminhava na direção de torna-se uma sociedade do conhecimento.

Para Lee, os principais elementos discursivos constitutivos da genealogia do medo do crime, nesse período, poderiam ser resumidos da seguinte forma: a crescente sofisticação da investigação estatística, o interesse da criminologia pelas novas formas de estatística criminal, a emergência das pesquisas de vitimização, a ascensão recorde das taxas de criminalidade nos Estados Unidos e a nova atenção do governo para esta questão, uma forma particular de discurso político populista, e um momento histórico onde as condições permitiram que os difusos discursos semelhantes pudessem convergir no debate e aprovação de uma lei de controle criminal e segurança pública de 1968. Esses elementos seriam os responsáveis por operar simbolicamente a produção e intensificação do medo do crime, fazendo com que o crime passasse a ser percebido como um problema social relevante, influenciando de maneira expressiva o aumento do sentimento de insegurança na sociedade e conseqüentemente, o debate público sobre as políticas do sistema de justiça penal.

No mesmo sentido Garland (2008), assegura que desde os anos 1970, o medo do crime ganhou novo destaque passando a ser encarado como um problema social de primeira magnitude e como uma característica da cultura contemporânea, deixando de ser visto como um problema localizado que afligia as piores vizinhanças. A emergência do medo do crime como um tema cultural proeminente é confirmada por pesquisas de opinião pública, que revelam a existência de uma crença consolidada em uma parcela significativa dos cidadãos norte-americanos e britânicos, no sentido de que as taxas de criminalidade têm aumentado independentemente das estatísticas oficiais, e no sentido de que há pouca confiança na capacidade de resposta da justiça criminal. Tudo isso, segundo Garland, teve um impacto significativo no tipo e no conteúdo das políticas, nos anos recentes. Nesse contexto:

[...] O medo do crime passou a ser visto como problema por si só, bem distinto do crime e de sua vitimização, e políticas específicas têm sido desenvolvidas mais com o objetivo de reduzir os níveis de medo do que de reduzir o crime. Pesquisas patrocinadas pelo governo agora investigam regularmente os níveis e as características desse medo, caracterizando e

medindo as reações emocionais provocadas pelo medo do crime – medos concretos, medos difusos, insegurança generalizada, raiva, ressentimento – e correlacionando-os com parâmetros atuais de risco e vitimização (p. 54)

Assim, as primeiras mensurações do medo do crime surgiram como um apoio à tentativa de responder aos anseios crescentes da população diante da escalada do crime, restabelecendo a ordem perdida através do seu combate efetivo. Nesse momento, novos e sofisticados métodos de coleta de dados e análise estatística foram formulados, onde a vítima tornou-se a nova preocupação dos estudiosos. Para Lee (2001), a mudança no modo como as taxas de crime passaram a ser coletadas, correlacionadas e calculadas merece destaque. Muitas organizações começaram, nesse período, a fazer entrevistas com os cidadãos norte-americanos buscando apreender as experiências individuais de vitimização criminal, como uma tentativa de obter taxas de criminalidade mais acuradas.

Em 1965, a pesquisa realizada pelo National Opinion Research Centre (NORC) entrevistou 10.000 pessoas em seus domicílios. Em 1967, outras pesquisas foram coordenadas pelo *Bureau of Social Science Research* em Washington e pelo *Research Centre of the University of Michigan* em muitas outras cidades, bem como outros estudos pilotos foram conduzidos. Por meio dessas pesquisas o entendimento dos cidadãos sobre o crime foi revelado empiricamente pela primeira vez (Lee, 2001:475/476). Até esse período, os estudos de criminalidade desenvolvidos nos Estados Unidos, voltavam-se principalmente para os motivos pelos quais os criminosos violavam as leis. Esses estudos de vitimização teriam se consolidado como um verdadeiro campo de pesquisa a partir de 1980.

Nestas pesquisas constatou-se que não havia correlação direta entre os níveis de medo e as taxas de vitimização. Assim, embora o medo do crime estivesse relacionado a taxas de crime e tendesse a aumentar com elas, não poderia ser reduzido meramente a elas. Desde essa época, o que se observa é que o estudo do medo do crime vem aumentando nos últimos anos, permitindo um entendimento cada vez mais profundo do fenômeno. Contudo, não há um consenso quanto à definição conceitual, as causas e formas de mensuração do medo do crime (Warr, 2000). Os debates mais recentes têm se pautado no argumento da multidimensionalidade de um conceito que evidencia o esforço analítico de lidar com realidades diversas, constituídas pelas muitas possibilidades de reação diante de

situações de perigo, bem como da própria representação do que seria uma ameaça. O medo não adquire o mesmo formato entre os diversos grupos sociais, nem mesmo é estimulado pelas mesmas condições, exigindo, dessa forma, redobrado esforço de conceitualização e operacionalização. Por ser a realidade múltipla, o medo, como outros conceitos, adquire tal conformação diversificada.

De acordo com Warr (2000), por se tratar de um conceito multidimensional, ou seja, que leva em conta tanto a sua noção cognitiva (por exemplo, percepção de risco e ansiedade), quanto emocional (por exemplo, sentimento de medo), muitos estudos não têm considerado a diferença entre o medo do crime e a percepção do risco de vitimização. Na maioria dos estudos, o medo do crime não é definido, e o fenômeno é investigado e medido através da percepção do indivíduo de que será ou não vítima de um crime. Ferraro (1995) argumenta que o medo é uma emoção, um sentimento de alarme causado pela expectativa do perigo. Já a percepção de risco refere-se à avaliação do indivíduo em relação às taxas de crime e à probabilidade de vitimização. Nesse sentido, a percepção de risco é um importante componente influenciador do medo. O autor afirma que embora sejam conceitos distintos, a percepção de risco permite que se faça uma predição do medo do crime, bem como, dos esforços empenhados na autoproteção em relação ao crime. A partir desses resultados, postula-se, que altos níveis de percepção de risco conduziriam a um aumento tanto das medidas preventivas de proteção quanto do medo do crime.

A percepção de risco e o medo não se resumem às experiências diretas com a criminalidade urbana, mas envolvem uma via simbólica, uma reação generalizada ao crime ou à ideia que se tem de crime. Sendo assim, para estudar o medo do crime é necessário entender o que as pessoas percebem, acreditam ou identificam como perigoso ou associado à criminalidade (Borges, 2011). Uma vez que tal fenômeno não segue um percurso linear, o medo do crime é estudado a partir de diversas perspectivas e abordagens, bem como diferentes fatores explicativos. Ao fazer uma revisão desses estudos identificamos as seguintes dimensões principais de análise: *vitimização, vulnerabilidade, relação com o ambiente, confiança em instituições*.

A perspectiva da *vitimização* é um dos fatores explicativos do medo do crime utilizado em alguns estudos sobre o tema. De acordo com Ferguson e Mendel (2007), muitas pesquisas têm demonstrado que ser vítima de um crime tem um efeito positivo no

medo. Experiências diretas ou indiretas (testemunho) de vitimização, na sua própria vizinhança, podem aumentar o nível de ansiedade individual. A atividade criminal torna-se, então, um evento real para a vítima e não uma mera imagem projetada pela mídia ou outro símbolo do crime presente na vizinhança, como atos de vandalismo. Segundo essa perspectiva, esse tipo de experiência alimenta a crença de um mundo perigoso e reforça a vulnerabilidade pessoal.

A partir de pesquisas realizadas, Garofalo (1979) observou que as pessoas que já haviam sofrido uma vitimização prévia sentiam muito medo de que o fato ocorresse novamente. No entanto, nem sempre os resultados das pesquisas corroboram essa ideia. Outros estudiosos têm encontrado uma fraca relação entre vitimização prévia e medo do crime. Agnew (1985) argumenta que a experiência desmistifica o desconhecido, dando uma noção mais realista dos acontecimentos, o que reduziria o medo. Outras pesquisas defendem que a relação entre vitimização prévia e o medo do crime depende do tipo de vitimização (Ferraro, 1995).

A influência da vitimização indireta sobre o medo também tem sido explorada por pesquisadores e estudiosos da temática. Hale (1996) afirma que conhecer pessoas que foram vitimadas ou ouvir relatos de eventos criminais contribui para que a percepção de risco e de medo aumente. As pesquisas realizadas por Skogan (1986) reiteram a importância da informação secundária sobre o crime como um fator capaz de interferir nos níveis de medo em uma dada localidade. Segundo o autor, a mais importante fonte secundária de informações sobre o crime é a própria vizinhança. Conversar com os vizinhos sobre a ocorrência de eventos criminosos, associado ao fato de conhecer vítimas residentes na mesma vizinhança, afeta os níveis de medo e as estimativas individuais de risco de vitimização. Skogan afirma ainda, que o medo e a sensação de insegurança produzidos a partir da circulação de informações entre vizinhos, muito pouco, provavelmente, coincidem com a real distribuição de crimes e acionam um mecanismo que pode acelerar o declínio da vizinhança. Outro fator capaz de influenciar a intensificação do medo é o fato de que as pessoas tendem a conversar mais sobre crimes violentos do que sobre ofensas comuns à propriedade.

Análises como essa podem ser encontradas em trabalhos que partem de uma abordagem qualitativa como o de Teresa Caldeira (2000). Em pesquisa realizada em São

Paulo, a autora aponta a “fala do crime” como um elemento intensificador do medo. Segundo ela, conversas cotidianas, narrativas e até mesmo brincadeiras que têm como tema central o crime alimentam o imaginário dos indivíduos e fazem o sentimento de insegurança proliferar.

Outra abordagem utilizada nesses estudos explora a relação entre o medo do crime e a *vulnerabilidade sociodemográfica*. Postula-se que os grupos mais vulneráveis socialmente ou fisicamente são mais suscetíveis à percepção de risco de vitimização e ao medo do crime. Do ponto de vista da vulnerabilidade social são identificados os grupos como menor nível socioeconômico, os quais, conseqüentemente, apresentam maiores probabilidades de exposição ao risco objetivo por residirem em áreas estruturalmente desorganizadas e onde há uma concentração espacial da criminalidade e violência, o que elevaria a percepção de risco e o medo do crime. Todavia, outros estudiosos, como Rodrigues e Peixoto (2003), revelam que os indivíduos de status socioeconômico mais elevado, apesar da maior capacidade de se protegerem, podem se sentirem mais vulneráveis a vitimização, por se perceberem como alvos mais atrativos dos criminosos, já que possuem bens de maior valor.

Outros estudos buscam explicar os níveis diferentes de medo do crime entre grupos de idade e gênero. Mulheres e idosos são apontados pelas pesquisas como os grupos nos quais o medo do crime é maior. Essa prerrogativa é, todavia, objeto de profundas discussões teóricas. Isso, pois, a relação entre medo do crime e sexo e/ou idade, compreende um paradoxo que reside no fato dos grupos com as menores taxas de vitimização serem os mais temerosos. Segundo alguns estudiosos, uma provável razão para as mulheres apresentarem mais medo de serem vítimas de crimes do que os homens é o fato de sentirem que possuem um menor controle sobre a situação, por acreditarem que podem ser vítimas de crimes mais sérios, como estupro, e por se verem como alvos mais atrativos em relação aos homens, por terem menos condições físicas de reagir a uma possível agressão. Os idosos, assim como as mulheres, também apresentam percepções de menor controle sobre a ocorrência (Warr, 1984).

Outros autores têm chamado a atenção para a existência de outros elementos atuando sobre as dimensões cognitivas e emocionais do medo do crime, propiciando uma

visão mais alargada desta perspectiva da vulnerabilidade, cujo argumento principal é de que o medo estaria mais relacionado às percepções da *desordem no bairro ou vizinhança*.

Assim, a partir de outra linha de análise, alguns pesquisadores têm buscado mostrar a relação entre aspectos do ambiente urbano e os níveis de criminalidade, o medo do crime e a insegurança. Nessa perspectiva, ressalta-se a importância da dimensão da desordem física (vandalismo, casas abandonadas, lotes vagos, presença de lixo e entulhos nas ruas, etc.) e social (presença de usuários de drogas e traficantes, gangues, presença de estranhos, brigas e arruaças, etc.) na produção de maiores taxas de criminalidade e níveis de sentimento de insegurança.

As teorias da ecologia social, como são conhecidas, concentram suas análises no problema da criminalidade nas grandes cidades, tendo o meio ambiente (o lugar) como fator decisivo para explicação do fenômeno. Ou seja, são teorias que associam as características da estrutura de um bairro ou região às suas respectivas taxas de criminalidade e delinquência. A partir dessa perspectiva, as causas da criminalidade não são individuais, mas, antes, se devem ao contexto físico, social e cultural no qual os indivíduos estão inseridos. A compreensão da criminalidade a partir da abordagem ecológica tem como referência os trabalhos da sociologia americana produzidos pela Escola de Chicago² na primeira metade do século XX. Atribui-se à Escola de Chicago o mérito da criação da Sociologia Urbana, enquanto disciplina especializada. A Escola de Chicago vai tomar a cidade como objeto de investigação, sendo que “sua tendência empírica será marcada pela insistência dos investigadores em produzir conhecimentos úteis para a solução dos problemas sociais concretos”. (Coulon, 1995:8)

O espaço urbano era, portanto, alvo da atenção dos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores americanos quando se tratava de explicar o crime. Nesse período, buscava-se uma explicação para a concentração espacial da criminalidade em determinados lugares da cidade. Estudiosos tentavam entender porque alguns bairros eram mais violentos que outros, uma vez que apresentavam discrepâncias consideráveis no que diz respeito às taxas de vitimização.

² Por “Escola de Chicago” se designa um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizados, entre 1915 e 1940, por professores e estudantes da Universidade de Chicago.

“Juvenile Delinquency and Urban Areas”, de Clifford Shaw e Henry McKay (1942) é um trabalho clássico da sociologia americana e destaca-se como um marco para as análises ambientais da criminalidade. A partir do mapeamento do local de residência de jovens que haviam sido encaminhados à corte da cidade de Chicago, os autores, constataram que havia uma forte concentração espacial das residências dos jovens desviantes nas áreas centrais de indústria e comércio. Ao analisar os mesmos dados em três períodos diferentes de tempo o mesmo padrão espacial de localização da criminalidade se repetiu em todos eles. Essas áreas fortemente marcadas pela criminalidade e delinquência, caracterizavam-se por notórios problemas econômicos e sociais, entre os quais se destacam: elevada deterioração das moradias, instabilidade residencial e heterogeneidade étnica, baixo status socioeconômico dos moradores (poucos anos de estudo, baixa renda, níveis ocupacionais pouco qualificados), altas taxas de adultos criminosos, usuários de drogas, alcoolismo, prostituição. Tais fatores revelavam, na opinião dos autores, uma nítida correlação entre as condições estruturais do lugar e as altas taxas de delinquência juvenil.

Apesar das muitas críticas e reformulações, é notória a contribuição do estudo de Shaw e McKay para o desenvolvimento das teorias da desorganização social. A partir do final dos anos 70, surge um grande número de trabalhos empíricos que buscam testar os efeitos das variáveis estruturais (nível socioeconômico, estabilidade residencial e homogeneidade étnica) no contexto das grandes cidades. Estudos posteriores como o de Sampson e Grooves (1989) atestam a relevância de outras variáveis na caracterização de áreas violentas, destacando as chamadas “dimensões intervenientes da desorganização social”, as quais dizem respeito, sobretudo, a intensidade dos laços sociais estabelecidos entre os indivíduos em um determinado espaço. Os autores advogam que em determinadas vizinhanças, o controle social primário se enfraquece e as relações sociais se deterioram criando a possibilidade do desenvolvimento de ações criminosas. Assim, uma vizinhança socialmente desorganizada seria caracterizada por fracas redes de amizade, baixa capacidade de supervisão das atividades das crianças e dos jovens, pouca participação em organizações comunitárias.

Contudo, a discussão sobre desordem aparece aqui articulada a aspectos referentes ao tema do controle social. A partir desse entendimento, a existência de laços de solidariedade e confiança favorece a capacidade dos residentes de uma determinada

vizinhança de exercerem um controle social informal, cerceando, assim, ações consideradas desviantes, diminuindo a ocorrência de eventos criminosos e violentos na localidade, bem como, o medo e sensação de insegurança.

Desde os primeiros estudos empreendidos muitos trabalhos têm buscado investigar as variáveis, desordem e controle social, na tentativa de compreender a criminalidade, bem como o medo e o sentimento de insegurança no contexto das grandes cidades. Segundo Skogan (1986, 1990) essa relação tem sido confirmada em muitas pesquisas sobre criminalidade, que revelam que a desordem física e social (as chamadas incivildades) e a ausência de controle social formal e informal, favorecem uma maior ocorrência de crimes em uma dada localidade.

Pesquisas sobre o medo do crime também enfatizam as incivildades e as características locais como fatores que contribuem para potencializar o sentimento de insegurança dos moradores das cidades. Ferguson e Mindel (2007), ao fazer uma revisão literária sobre o medo do crime argumentam que uma vasta literatura tem sugerido que no contexto de vizinhanças caracterizadas por empobrecimento social e infraestrutura precária há uma intensificação do medo do crime (Skogan, 1986, 1990; LaGrange, Ferraro, Supancic, 1992; Sampson, 2001). Estudos semelhantes afirmam que os índices de criminalidade demonstram que os crimes envolvendo violência interpessoal são mais prováveis de acontecer nos bairros ou vizinhanças caracterizados por desvantagens sociais e econômicas (Pain, 2000).

Pesquisadores têm consistentemente encontrado uma relação positiva entre a presença de incivildades (desordem física e social) e percepção de risco do crime, bem como medo do crime (Ferraro, 1995; Pain, 2000). Esses aspectos convergem com as premissas da teoria da desorganização social, ou seja, a desordem física e social em uma dada vizinhança aumenta a probabilidade dos moradores experimentarem sentimentos de vulnerabilidade e ansiedade em relação ao crime e suas consequências (Sampson e Groves, 1989; Roché, 1993, 1994, 1995). Outras pesquisas também sugerem que o aumento da desordem reduz a coesão e a sociabilidade em uma dada vizinhança. Assim, segundo Ferguson e Mindel (2007), na base desses resultados encontra-se a hipótese de que altos níveis de incivildade percebida estariam associados a maiores taxas de vitimização, maior presença da polícia e maiores níveis de risco de ocorrência de crimes e medo do crime. De

modo recíproco, espera-se, que maiores níveis de percepção de incivildades em uma dada localidade influenciem negativamente na satisfação dos moradores e na eficácia coletiva.

Nesse cenário, uma das principais consequências é o “esvaziamento” do espaço público. Skogan (1986) assegura que uma das mais significantes consequências do medo é a retirada física da vida comunitária. Estudos revelam que pessoas atemorizadas ficam mais frequentemente em casa, especialmente à noite. Quando saem, acionam uma série de medidas cautelares, evitam contato com estranhos ou situações potencialmente ameaçadoras. Horários e percursos são restringidos. A adoção de táticas defensivas está, na perspectiva do autor, relacionada com níveis de desordem na vizinhança, bem como, percepção de risco de vitimização. Nesse contexto, as pessoas se sentem impotentes e vulneráveis em face do crime. Pesquisas indicam ainda, que o medo reduz a “boa vontade” das pessoas para ações positivas quando elas presenciam crimes, incluindo o simples fato de chamar a polícia. A redução do número de “usuários legítimos” das ruas em função do medo, associado com a “má vontade” de intervir, podem criar boas oportunidades para delinquentes e criminosos agirem.

Wilson e Kelling (1982) também atribuem grande importância à manutenção de regras informais de comportamento no contexto das vizinhanças. Os autores da teoria das Janelas Quebradas (*Broken Windows*) acreditam que as desordens ou incivildades se ligam com a delinquência. Segundo eles, nos espaços marcados pelas degradações, conflitos, acumulação de detritos, vandalismos, as pessoas pacíficas tendem a evitar os espaços públicos e o contato com os vizinhos. O enfraquecimento dos laços sociais representa, todavia, uma abertura para que a delinquência e a criminalidade se instaurem nesses lugares, provocando o desenvolvimento de espirais de desqualificação, de insegurança e de violência.

Essas ideias se aproximam muito das de Sebastian Roché (1993, 1994, 1995). Roché (1993) estuda o medo do crime através do sentimento de insegurança, definido pelas “manifestações de medo pessoal ou pelas preocupações com as ordens verbais, comportamentais, individuais ou coletivas” (p.135). Segundo o autor, quando falamos da insegurança urbana, estamos falando de uma sensação produzida a partir de diferentes elementos, onde a ocorrência efetiva de crimes é apenas um deles. Para Sebastian Roché (1994), a insegurança estaria também associada ao aumento das novas violências urbanas,

o que designa de incivildades, ou seja, insultos, degradação, vandalismo, comportamentos desregrados, dentre outros. Tais atos, embora muitas vezes não façam parte da ordem jurídica, por outro lado, fazem parte da ordem social. São fatos que transformam as aparências de normalidade, sendo assim, as reações dos indivíduos frente às incivildades, sejam de retraimento ou fuga, contribuem para a construção da insegurança. Esta última estaria assim relacionada à desordem, ao que Roché designa pequena e média delinquência.

Os atos incivis, tal como descreve o autor, caracterizam-se por comportamentos desafiadores, não lucrativos, pouco organizados e muito visíveis. Esses tipos de comportamento, raramente considerados graves e condenáveis do ponto de vista legal, são públicos. Assim, expressam tensões sobre a ocupação do espaço e sobre as relações entre os indivíduos. A desordem figura, assim, como um aspecto que altera a percepção do espaço e contribui para a disseminação do sentimento de insegurança e percepção do risco à medida que representa uma ruptura nas regras morais de convívio. Contudo, não é a desordem que se revela insuportável e sim a sua repetição cumulativa. Como não são reprimidos, pois não estão associados à noção de desvio, esses atos cotidianos tornam-se recorrentes. Eles emprestam uma visão de abandono e “falta de lei” nos espaços urbanos.

Essas ofensas à ordem são entendidas como fraturas na sociedade e tendem a gerar sentimentos de receio e rejeição. O que torna a vida social difícil de ser vivida por ser imprevisível. Roché afirma que: “Contudo, essas desordens constituem precisamente aquilo que alimenta a inquietação e reforça o imaginário da insegurança. São esses atos que cada um identifica como sinais da impotência dos policiais, do laxismo dos magistrados e da esterilidade do trabalho social.” (Roché, 1994, p.25). A degradação do espaço público e a erosão das normas revelam a fragilidade da ordem social local. Sendo assim, o crime e a delinquência são fenômenos que estão associados a outros problemas que afetam a sociedade, sendo percebidos como parte de uma rede maior de problemas sociais (Pain, 2000).

Roché (1993, 1994) trabalha a questão do medo do crime a partir do sentimento que ele desperta nos indivíduos. No intuito de compreender tal fenômeno o autor construiu dois níveis ideal-típicos: o medo e a preocupação com a ordem.

O sentimento de insegurança no nível ideal-típico do medo é entendido como o medo difuso, onde não é necessário ter sido o indivíduo vítima ou ter tido contato com uma vítima. Assim, associa-se a uma sensação de angústia para além dos acontecimentos. Estando expresso, no medo no domicílio, o medo nas ruas, nas medidas de proteção no domicílio. O medo também é entendido como uma construção social, onde há um temor maior em relação ao que é percebido como os maiores perigos e não com relação aos riscos mais frequentes. O medo expressa-se em cuidados rotineiros dos indivíduos para evitar uma possível vitimização.

A preocupação com a ordem social refere-se ao medo, mas revela preocupações sociais e políticas, implica em uma percepção no âmbito coletivo no que diz respeito ao sentimento de insegurança. Se de um lado, o medo do crime se refere ao medo na rua, ao medo no domicílio e implica comportamentos cautelares, de outro lado, a preocupação com a ordem social expressa uma inquietação coletiva, uma busca por segurança e ordem. Na preocupação com a ordem estão expressas a autoridade na família, a repressão dos poderes políticos, a demanda por um maior controle do Estado no combate a criminalidade, a estigmatização dos delinquentes, etc.

Para Roché (1995) o sentimento de insegurança resulta tanto do enfraquecimento do Estado e de sua capacidade de punir a delinquência, quanto do fato das redes sociais estarem cada vez menos coesas, sem perspectivas de exercer um controle social mínimo sobre seus membros. Na perspectiva de Roché o medo do crime é um dos aspectos que mais contribuem para gerar a insegurança. A criminalidade e os problemas com ela relacionados são responsáveis por originar fortes perturbações da ordem social, podendo até mesmo desenvolver formas estruturantes de pensar e agir.

O assalto à mão armada nos espaços públicos das cidades, o roubo à residência seguido de violência, o latrocínio, são acontecimentos que alimentam o medo do crime, afetando as rotinas de vida e prejudicando a qualidade de vida dos cidadãos. Assim, além dos altos custos materiais que provoca, o crime tende a potencializar o sentimento de medo e de desconfiança que inviabilizam, por sua vez, a existência de valores e práticas fundamentais de sociabilidade e solidariedade social. A partir da perspectiva de que os crimes são encarados como agressões inadmissíveis aos valores e às normas e leis em vigor na sociedade, as expectativas giram em torno da repressão e punição dos criminosos.

Quando tais expectativas não se realizam, uma consequência esperada é o agravamento do sentimento de insegurança, bem como o questionamento dos sistemas de polícia e justiça, percebidos como ineficazes.

Essa discussão nos remete para outra dimensão de análise do medo do crime, ou seja, a *confiança nas instituições de controle social*. Segundo Ferreira (2003) um aspecto que deve ser considerado no que tange a busca de uma maior compreensão acerca do medo do crime e do sentimento de insegurança refere-se às representações existentes sobre a ineficácia do sistema de justiça penal. Para o autor, essas representações apresentam entre outras consequências, maiores níveis de receio do crime e da sensação de insegurança, crescente procura por estratégias de autoproteção, e ainda, no recurso a organizações não governamentais de segurança. Neste contexto, o sistema de justiça penal é tido como incapaz de assegurar um eficaz combate ao crime. A representação sobre a ineficácia do sistema para investigar e julgar todo um conjunto de atos criminosos e também em assegurar a proteção dos indivíduos e dos bens, é ainda reforçada pela percepção da incapacidade dos órgãos competentes em punir exemplarmente os criminosos. A este conjunto de representações acerca da ineficiência da justiça soma-se outra que está baseada no entendimento de que os indivíduos apenas podem contar consigo mesmos para garantir a sua segurança e proteção. O medo do crime se gestaria em um contexto em que o Estado não consegue assumir para si seu papel legítimo de garantir e manter o “Estado de Direito”. Sendo assim, tem se afirmado que altos níveis de confiança nos sistemas jurídicos democráticos, em especial na polícia, resultariam em baixos níveis de percepção de risco e insegurança.

Essa prerrogativa vai encontrar bastante respaldo entre os pesquisadores brasileiros ao buscar analisar o medo do crime e a sensação de insegurança. Todavia, ao contrário de boa parte dos autores norte-americanos e europeus, os autores brasileiros identificam certa correlação entre o aumento do crime e o aumento da sensação de medo. Sendo assim, podemos nos perguntar como se apresentam os debates sobre o medo do crime no contexto nacional?

1.4. VIOLÊNCIA E MEDO DO CRIME NO CENÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, a violência e criminalidade tem feito parte da história e do cotidiano dos cidadãos, especialmente dos grupos socialmente vulneráveis. No entanto, é a partir da década de 80 que a violência ganhou destaque devido ao enorme crescimento da mortalidade por homicídios e de outras ações criminosas em áreas urbanas. Até esse período os trabalhos que discutiam a temática da violência com muito pouca frequência abordavam sob a ótica da criminalidade, considerada como um problema a ser enfrentado. É somente no final da década de 1970 que a questão da violência torna-se objeto de comoção pública, tornando-se um problema social e entra na pauta das grandes preocupações dos cidadãos, pesquisadores e governantes (Oliveira, 2003; Zaluar, 1999).

Certamente, a consequência mais visível da violência é o acentuado crescimento da mortalidade violenta. A criminalidade violenta no Brasil, sobretudo os homicídios nos espaços urbanos, apresenta um crescimento de modo bastante acentuado desde a década de 1960, movimento que acompanha o acelerado processo de urbanização do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2002, o Brasil atingiu um índice de urbanização de 84,14%. A acelerada expansão urbana brasileira é um fenômeno bastante recente e se insere em um processo de transformações econômicas, sociais e políticas. Embora o processo de urbanização tenha ocorrido em todo o território brasileiro, não se trata de um fenômeno uniforme. Ocorreu, todavia, um processo de concentração demográfica nas cidades maiores (Brito, 2006).

A rápida urbanização se deu, na maioria das vezes, em descompasso com o provimento de elementos básicos para a garantia de uma vida digna a amplas parcelas da população que passaram a habitar as grandes cidades brasileiras. As enormes disparidades sociais e espaciais ajudam a entender, ainda que não expliquem de modo simples e direto, a criminalidade urbana violenta. Soma-se a isso a incapacidade de o Estado exercer o controle social e ainda as ações do chamado crime organizado, especialmente o tráfico de drogas. Segundo Oliveira (2003), ainda que não haja uma estimativa precisa das taxas de crescimento da criminalidade no país³, os índices são elevados no que se refere ao

³ Segundo afirma Oliveira (2003), no Brasil, as pesquisas de vitimização são escassas e recentes, a primeira foi realizada no ano de 1988, o que não permite uma análise e comparação de períodos mais longos e uma interpretação mais sólida dos acontecimentos.

homicídio. O aumento da criminalidade letal no Brasil pode ser em parte imputado ao crime organizado, particularmente em algumas metrópoles. Nas últimas décadas essa modalidade delituosa cresceu no território nacional, ameaçando de forma latente o espaço público.

Peralva (2000) defende que a ampliação da sensação de insegurança no contexto nacional está ligada ao aumento da violência de modo geral que ocorre no período da redemocratização, principalmente em relação aos crimes de sangue. Segundo a autora, o número de delitos já havia aumentado nos anos 1970, mas foi nos anos 1980 que o crescimento das taxas de homicídio se acentuou, atingindo níveis até então desconhecidos e combinando-se a outras formas diversas de violências. “A taxa de homicídios era, em 1980, de 11,68 por 100 mil habitantes. Ela passou a 22,20 por 100 mil habitantes em 1990 e a 25,37 em 1997” (p. 73).

Para a autora o retorno à democracia foi acompanhado da generalização de crimes violentos, o que segundo ela expressa em primeiro lugar a fragilidade da relação com a lei e ainda, o surgimento de uma nova conflitualidade urbana resultado de severas transformações no plano social. Peralva salienta que a sociedade brasileira demonstrou alto grau de tolerância ao incremento das taxas de crimes violentos e, em resposta, teria produzido uma série de estratégias de adaptação. O meio urbano também teria dado provas dessa adaptação. Assim, verificou-se um processo de ressegregação onde os espaços passaram a ser cercados e controlados, no intuito de responder a insegurança. De acordo com a autora “a insegurança funciona como uma metáfora para um mundo onde a hierarquia enfraqueceu, e onde por isso mesmo a reconstrução de espaços protegidos passa a ser vista como necessidade fundamental” (p.22).

Peralva associa ainda o aumento da violência e do sentimento de insegurança às transformações da vida no seio da sociedade brasileira. Essas transformações seriam consequência da substituição das relações de tipo hierárquico pelo individualismo de massa.

No que se refere a esse aspecto Velho (1996) acredita que as mudanças ocorridas no Brasil afetaram consideravelmente o universo de valores e o sistema de reciprocidades em que se baseava a sociedade tradicional. Assim, à medida que os contatos *face-a-face*

foram sendo substituídos pela impessoalidade e individualismo exacerbado a prática da violência física foi se rotinizando. Essas mudanças teriam ocasionado tipos de violência distintos: de um lado o crescimento do preconceito social, racial, etc; e de outro, manifestações que apontam para a ausência de mecanismos de regulação das relações interpessoais que sejam eficazes e adaptados ao quadro sociocultural emergente, as “incivilidades” tal como já discutido aqui.

No que diz respeito às transformações no plano social o período é ainda marcado por uma forte crise econômica que empobreceu uma significativa parcela da população e agravou as desigualdades de direitos. Argumenta Caldeira (2000) que o aumento do crime violento a partir da década de 1980 “acrescenta insegurança às já imensas ansiedades relacionadas à inflação, ao desemprego, e a uma transformação política que vinha afetando as configurações tradicionais de poder e expandindo direitos de cidadania” (p.55). Nesse sentido, o medo do crime e a insegurança generalizada revelam a angústia gerada pelo fato das relações sociais já não serem entendidas e controladas a partir de antigos critérios. Em face de tudo isso, distanciamentos sociais e espaciais, fechamentos e vigilância foram algumas das respostas dadas ao medo generalizado da violência nas grandes cidades.

Segundo Misse (2006), ao lado dos elevados índices de mortalidade por homicídio, em meados dos 1970, há um aumento significativo da percepção social do aumento de outras modalidades criminosas, tais como roubos e furtos a residências, veículos e transeuntes. Nesse período, fala-se com maior frequência do aparecimento de quadrilhas de assaltantes de bancos e outras instituições financeiras, bem como, do aumento do uso da violência em ações praticadas por criminosos. Tudo isso associado à generalização do tráfico de drogas e ao uso de armamento sofisticado.

Pinheiro e Almeida (2003) também constataram em seus estudos um significativo aumento da violência a partir do período da transição e consolidação democrática. Segundo os autores, embora o retorno à democracia “formal” tenha propiciado a existência de condições básicas para novas formas de convívio e pacificação, esse período coincidiu com o aumento da violência criminal e a proliferação de organizações criminosas em várias cidades brasileiras. Os autores afirmam que nesse mesmo período estabeleceram-se as redes de tráfico de drogas, estruturadas em moldes econômicos ou mesmo empresariais, com amplo poder de atração de jovens e uso crescente da violência nas negociações

criminosas. Pinheiro e Almeida partem da constatação de que a violência sempre se estruturou como uma prática rotineira na sociedade brasileira. Todavia, afirmam que esse legado convive com outros e também se modifica ao longo do tempo. De acordo com os autores, as pesquisas realizadas deixam claro que a partir dos anos 1990:

[...] estamos diante de “um complexo dispositivo de produção da violência nas grandes cidades brasileiras, envolvendo delinquência convencional, tráfico de drogas, grupos de extermínio, corrupção policial e de agentes penitenciários, arbitrariedade e violência da polícia e práticas de justicamento em acerto de contas entre traficantes, de traficantes com informantes da polícia ou com delinquentes convencionais ou traficantes.” (Lima, Misse, Miranda apud Pinheiro e Almeida, p.37).

Alba Zaluar (1996) também defende que a partir dos anos 1980 constitui-se uma “nova criminalidade”, que difere das anteriores “ondas” de delinquência, e que chega ao extremo em meados da década de 1990. Apesar da limitação local de sua análise a autora tem importantes contribuições no que diz respeito aos estudos de violência no Brasil na década de 1980. Segundo ela, a criminalidade violenta a partir desse período apresenta novos contornos e particularidades. As ações criminosas, incrementadas pelo crescente comércio de drogas passam a assumir traços e características empresariais. O chamado crime organizado se especializa formando quadrilhas fortemente armadas que tornam essas ações delituosas altamente lucrativas. Nesse contexto, a resolução de conflitos resulta no aumento da violência letal.

Há, por conseguinte, um sentimento generalizado de que, não apenas mudaram os padrões do crime, mas também as taxas de criminalidade parecem ter sofrido um aumento considerável. Para Adorno (1996) o crime deixa de ser percebido como algo excepcional e passa a ser caracterizado como um acontecimento cotidiano na vida dos habitantes das cidades, tornando-se um importante fator no aumento dos sentimentos de medo e insegurança. No caso brasileiro, trata-se de um sentimento estimulado e intensificado tanto pelo real crescimento das taxas de criminalidade, em especial o crime violento, a partir de 1980, e pela maior sensibilidade às questões relacionadas ao crime e a violência, bem como pela aparente falta de controle por parte do poder público no que diz respeito ao crescimento da criminalidade urbana (Coelho, 1988; Adorno, 1998; Caldeira, 2000; Peralva, 2000).

Para Oliveira (2003), embora, as escassas e recentes pesquisas, não permitam estabelecer relações diretas e causais entre o sentimento de insegurança alimentado pelos brasileiros e o crescimento dos índices de violência e criminalidade em geral, isto não implica afirmar que esse sentimento seja desprovido de fundamento, uma vez que o aumento dos crimes é um fato real, conforme demonstram as taxas de homicídios nos centros urbanos.

No mesmo sentido, Adorno (1996) afirma que, o sentimento de insegurança não parece infundado ou fruto de uma histeria coletiva. Todavia, não pode ser interpretado meramente como o produto direto do aumento da criminalidade. Ao contrário, a compreensão de tal fenômeno envolve relações extremamente complexas. Na visão do autor, outro elemento que muito contribui para o sentimento de medo e insegurança no cenário nacional diz respeito à descrença na capacidade do Estado em garantir a segurança dos cidadãos, protegendo seu patrimônio e sua vida das investidas cada vez mais audaciosas dos criminosos, tudo isso se soma a uma crescente sensação de impunidade.

Elias (1993 e 1994) aponta em sua análise para o papel central do Estado moderno na pacificação das sociedades. O processo civilizador, tal como Elias argumenta, resulta de um maior nível de controle dos impulsos e das paixões e da pacificação interna dos grupos sociais, proveniente da organização da vida na forma de Estados e do consequente monopólio do uso da força física exercido por estes, construído por um longo processo de desenvolvimento não planejado e, todavia, inacabado. Neste sentido, o domínio dos afetos e das pulsões deveu-se em grande medida ao controle social dos perigos externos. Segundo Elias, o processo civilizador propiciou uma mudança no equilíbrio entre coerções externas e auto coerções, em favor das últimas no que tange o controle do comportamento de cada indivíduo.

A eficácia desse processo de pacificação, tal qual descreve Elias, relaciona-se, no entanto, com o grau de autocontrole dos indivíduos, que consiste na obediência voluntária às normas de convívio social, bem como com a capacidade coatora do Estado face àqueles que transgridem as normas. Todavia, para Adorno (1996, 2002), no Brasil a tarefa de assegurar o monopólio estatal da violência, assim como o de garantir direitos iguais a todos os cidadãos, está inconclusa. Assim, embora, a reconstrução democrática e o novo regime político tenham apontado para mudanças significativas (entre quais destaca: desbloqueio

da comunicação entre sociedade civil e Estado; reconhecimento das liberdades civis e públicas; abolição das organizações paralelas à segurança pública; maior transparência nas decisões e procedimentos políticos; sujeição do poder público ao império da lei democraticamente votada; existência de eleições livres, dentre outras mudanças no campo dos direitos fundamentais da pessoa humana), não se logrou a efetiva instauração do Estado de Direito e tão pouco foi conquistado o monopólio do uso legítimo da força física”. De acordo com o autor:

[...] persistiram graves violações de direitos humanos, produto de uma violência endêmica, radicada nas estruturas sociais, enraizada nos costumes, manifesta quer no comportamento de grupos da sociedade civil, quer no dos agentes incumbidos de preservar a ordem pública. O controle legal da violência permaneceu aquém do desejado (p.66).

Essa incompletude na capacidade do Estado brasileiro de ter o monopólio do uso da força em todo território e assumir plenamente a administração da justiça, resultou, em parte, nos atuais contextos de violência, insegurança e medo, bem como nas demandas por soluções privadas e muitas vezes ilegais com vias a solucionar os problemas. Para Adorno, na atualidade, o medo tornou-se inerente a vida urbana, passando a constituir um dos componentes essenciais daquilo que Simmel caracterizou como mentalidade urbana. A fragilidade do poder público em promover políticas e ações capazes de controlar o crescimento da criminalidade nos centros urbanos, dentro dos marcos legais, propiciou a intensificação do medo por parte dos habitantes das cidades.

Contudo, adverte o autor, o problema não consiste meramente no aumento dos crimes, mas também na menor tolerância da sociedade diante da crescente ameaça do crime e impunidade. Essa leitura converge com a discussão empreendida por Porto (2000) acerca dos novos sentidos e significados da violência no Brasil na contemporaneidade, conforme já discutido anteriormente. A autora afirma que essa maior rejeição a criminalidade e violência seria o resultado de um afloramento da sensibilidade coletiva, diante da maior visibilidade do fenômeno da violência no período de democratização brasileiro e também do que denominou de “reconceitualização” da violência, ou seja, a inclusão ou nomeação como violência de atos que antes eram tidos como práticas costumeiras de regulação das relações sociais. A exacerbação do sentimento de insegurança seria o resultado de uma combinação do aumento da criminalidade com um

processo de seleção social do crime como objeto de preocupação e inquietação, e de sua construção social como risco.

A literatura brasileira sobre a temática tem chamado a atenção para os efeitos perversos do medo do crime e do sentimento de insegurança, argumentando que diante das ansiedades e medos crescente surge uma real obsessão por segurança e proteção. Nesse cenário, os indivíduos reagem e moldam seus comportamentos à nova realidade. O agravamento da segregação socioespacial, a adoção cada vez mais rigorosa de medidas de segurança nos domicílios, no modo de vida e nas relações interpessoais, marcadas pela desconfiança e suspeita, são algumas expressões das respostas empreendidas pelos habitantes amedrontados das cidades. O pânico generalizado faz com que as diferenciações sociais sejam transformadas, muitas vezes, em separações físicas e simbólicas, dificultando assim, a sociabilidade e a coesão social (Caldeira, 2000; Eckert e Rocha, 2005; Pastana, 2003; Zaluar, 2004). Nesse sentido, o fenômeno do medo e do sentimento de insegurança dos indivíduos em face do aumento da criminalidade e violência nas cidades brasileiras é analisado a partir de uma abordagem cultural, ou seja, são examinados os padrões de comportamento em face do medo do crime, o que Soares (1996), denominou de “cultura do medo”.

De outro lado, alguns poucos trabalhos na literatura nacional tentam mensurar os fatores ou contextos que interferem no medo do crime. As análises que buscam trabalhar com a causalidade do medo do crime utilizam variáveis como: fatores de vulnerabilidade sociodemográfica, percepção de risco; incivildades, meios de comunicação de massa, coesão social, vitimização anterior, vitimização indireta e confiança em instituições, e buscam através de análises estatísticas mensurar de que forma esses fatores interferem no medo e sentimento de insegurança dos cidadãos. Os principais estudos que adotam essa perspectiva têm sido realizados em Belo Horizonte (Rodrigues, 2006; Villarreal e Silva, 2006; Rodrigues e Oliveira, 2007; Beato e Caminhas, 2009).

O trabalho desenvolvido por Doriam Borges (2011) é uma das contribuições mais recentes entre os estudos desenvolvidos acerca dessa temática no Brasil. O autor utiliza-se de ferramentas estatísticas, especialmente a análise de regressão logística ordinal, para estudar a influência do que ele denomina de “Crenças do Perigo” sobre o sentimento de insegurança no Rio de Janeiro. Borges, parte do entendimento de que o medo do crime

seria uma reação emocional diante de um perigo, seja ele real ou imaginário. O perigo seria, todavia, determinado por crenças construídas no decorrer das experiências sociais e culturais. Observa-se, assim, um crescimento nos últimos anos, de estudos nessa área, o que possibilita uma compreensão cada vez maior do fenômeno.

AS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DO MEDO

2.1. A ABORDAGEM CONFIGURACIONAL DO MEDO DO CRIME

Em face das discussões teóricas empreendidas parece evidente que a relação entre crime e medo é extremamente complexa. O medo e o sentimento de insegurança não são medidas exatas da criminalidade e violência, ou seja, a insegurança não é um reflexo linear da realidade criminal. Segundo Cunha e Durão (2011), uma vez que os paradoxos da insegurança são múltiplos, assim como as hipóteses para a sua explicação e os estudos empíricos que os analisam, não teria qualquer sentido buscar relações ou mediações entre o risco real (estatisticamente calculado) e o medo do crime e sentimento de insegurança. Para as autoras, tal confronto não seria mais do que uma abstração ingênua e descolada da realidade social. Antes, postulam, seria muito mais profícuo tentar captar o sentido que adquire dentro das diferentes categorias e contextos sociais.

Isso, pois, além de ser constituída por ações, a violência também elabora sentidos e práticas a partir de suas representações. Se de um lado, a experiência do crime não é idêntica para diferentes cidadãos, seja enquanto dimensão subjetiva ou objetiva, de outro lado, outras experiências, mesmo que semelhantes, adquirem sentidos distintos de acordo com o perfil dos indivíduos. O medo, ainda que generalizado entre os diferentes grupos sociais, é alimentado a partir de diferentes experiências e contextos nos quais os sujeitos estão envolvidos. Nesse sentido, não pode ser explicado apenas em termos de fatores quantificáveis, ou seja, através de análises estatísticas que buscam mensurar de que forma diferentes variáveis interferem no medo e sentimento de insegurança, buscando assim estabelecer relações de causalidade. Por maior que fosse o número de relações que se pudesse estabelecer, elas não poderiam, por si mesmas, levar a um entendimento claro do medo do crime nos diferentes contextos sociais e o modo como afeta a vida das pessoas nesses contextos. Para Rêgo e Fernandes (2012) “o crime é alvo de uma construção social, cujo produto será, entre outros, o sentimento de insegurança. Mas o medo do crime é também relacional – ele vive nas e das relações sociais - e, nesse sentido, pertence ao campo das subjetividades” (p.51/52).

Oliveira (2003) também enfatiza a importância da dimensão subjetiva ao afirmar que os atores agem e se comportam de acordo com suas percepções e concepções sobre as coisas. Afirma que:

assim sendo, mesmo que o sentimento de insegurança não corresponda diretamente à experiência vivida pelas pessoas, o comportamento e a ação delas são moldadas por aquele sentimento. É isto o que importa nas relações sociais e também para os cientistas sociais, cuja tarefa não é desqualificar as representações sociais dos atores, mas compreendê-las, como ensinou o autor de *Economia e Sociedade* (p.245).

Nesse sentido, para estudar o medo do crime é necessário entender o que os indivíduos acreditam, percebem ou associam à criminalidade e ao perigo (Borges, 2011). Essa ideia remete para a definição do sentimento de insegurança como expressão de uma representação social do meio, ou como argumenta Machado (2004), como “um posicionamento interpretativo face à realidade criminal, discurso produtor de significados sobre o crime e a desordem” (p. 129).

Magrini (2011) considera que a insegurança urbana incorpora as representações ligadas ao crime e aos diversos delitos dentro de uma trama de sentido maior. Reconhece-se, assim, a existência de processos próprios de percepção de insegurança, que, embora, sejam experimentados individualmente, são construídos socialmente e compartilhados culturalmente, o que implica dizer que não ela não é homogênea. Dito de outra forma, as representações sociais, embora resultado da experiência individual, são condicionadas pelo tipo de inserção social dos indivíduos que a produzem, expressam visões do mundo concreto buscando explicar e dar sentido aos fenômenos, ao mesmo tempo em que, participam da constituição desses mesmos fenômenos. De modo prático, apresentam-se como máximas orientadoras dos modos de agir. Porto (2009) entende que essa perspectiva de análise possibilita “privilegiar a subjetividade das representações sabendo, no entanto, que elas só se constroem em relação a um dado contexto ou ambiente objetivamente dado, já que os sentidos não podem ser compreendidos independentemente do campo social no qual se inserem” (p.802).

Assim, como a violência se manifesta de forma distinta nos diferentes contextos e espaços sociais, o medo e a sensação de insegurança, também se expressam de modo distinto. Cada grupo social externaliza o medo de diferentes formas, elabora crenças e

representações diferenciadas sobre os perigos da cidade, sobre quem são os agressores, as vítimas e os lugares do medo (Borges, 2011). Podemos imaginar, por exemplo, as possíveis distinções entre as concepções de violência urbana para moradores dos bairros nobres e para os que habitam os bairros periféricos, bem como, os distintos objetos de medo e insegurança que assombram os moradores desses diferentes espaços urbanos. Cada um desses grupos sociais constrói suas representações sociais a partir dos contextos que vivencia. A partir desse entendimento, Porto (2006) afirma que: “as representações sociais são passíveis de distinções, em função dos múltiplos pertencimentos socioeconômicos e culturais nos quais os indivíduos e/ou grupos de indivíduos se inserem” (p.263).

Todavia, essas representações são formadas a partir de diversas lógicas culturais, sociais e situacionais. O medo do crime é fruto de múltiplos processos, resulta das relações sociais, das condições de vida dos indivíduos e da forma concreta como se expressa nos diferentes espaços. Sendo assim, para se compreender esse fenômeno e as suas particularidades é necessário entender os fatores que influenciam na sua ocorrência, bem como o modo como se articulam em diferentes contextos e realidades sociais, ou seja, é necessário compreender as diferentes configurações sociais do medo e o tipo de representações que delas emergem.

Assim, estamos propondo uma nova perspectiva de análise do medo do crime: a abordagem con(figuracional) do medo. Para tanto, conceitos e concepções teórico-metodológicas de Norbert Elias serão utilizados como ferramentas analíticas visando à compreensão da dinâmica social em questão, especialmente o conceito de “figuração social” desenvolvido pelo sociólogo alemão. Diante de tais considerações, entendemos que a investigação das configurações sociais do medo do crime passa necessariamente pela análise da produção de significados ou “crenças do perigo” (Borges, 2011) que as pessoas constroem sobre o espaço habitado, os perigos, a criminalidade, a confiança nas instituições responsáveis por garantir a segurança, a vulnerabilidade, etc., através dos processos sociais e culturais presentes nas “teias configuracionais” formadas nos diferentes contextos. De acordo com Elias (2000), essas atitudes e crenças reveladas pelos indivíduos não são, contudo, a expressão de ideias formadas isoladamente, por cada um dos indivíduos, mas antes, compõem as crenças e atitudes comuns compartilhadas em um dado

contexto no qual os indivíduos se inserem e mantidas por diferentes formas de controle social e auto coerção.

2.2. A SOCIOLOGIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS

A Sociologia de Norbert Elias tem como um dos fios condutores a crítica à oposição clássica entre indivíduo e sociedade. Elias, em *What is Sociology?* (1978), afirma que essa oposição teria nos conduzido a acreditar que dois distintos conceitos, o de indivíduo e sociedade, denotam a existência de dois objetos independentes, enquanto eles, na verdade, realmente se referem a dois diferentes, mas inseparáveis níveis do mundo humano. Assim, seu intento de superar a polarização das teorias sociológicas, que de um lado colocavam o indivíduo acima da sociedade e de outro, colocavam a sociedade acima do indivíduo, o levaram a propor o estudo das sociedades como emaranhados de interdependências ou configurações. Segundo Elias, os homens não são seres isolados, tampouco, a sociedade é um ser estranho para eles. Todavia, eles estão ligados através de “cadeias invisíveis” que formam a verdadeira teia social. Logo, as formas sociais são investigadas como figurações de indivíduos interdependentes. Para o sociólogo alemão, o conceito de figuração é primordial, uma vez que procura evitar a impressão de que os indivíduos e a sociedade são antagônicos ou substancialmente distintos, buscando compreender os processos formados pelos homens interdependentes, ou seja, a rede de inter-relações, as interdependências, as figurações. No prefácio de *A Sociedade de Corte* (2001), Roger Chartier, explicita a significação do conceito de figuração de Elias:

Uma *Figuration* é uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis (os jogadores de um carteadado, a sociedade de um café, uma classe escolar, uma aldeia, uma cidade, uma nação), em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões. (p.13).

Podemos perceber que o conceito de figuração não se refere a algo estático, fechado e livre de tensões e conflitos. Elias (1978) explicita que o conceito de figuração, ao contrário do conceito de sistema, não pressupõe uma entidade completamente fechada

em si mesma, livre de tensões ou dotada de um equilíbrio imanente, uma vez que as interdependências existentes entre indivíduos ou grupos são marcadas por relações antagônicas, instáveis, móveis, equilibradas. O conceito de figuração remete, portanto, às noções de processo, de dinâmica, mudança social, poder, coerção externa e auto coerção. As noções de figuração, interdependência e equilíbrio móvel de tensões estão vinculadas umas as outras. Segundo o autor:

No núcleo das figurações móveis – na verdade, no centro do processo de figuração - se estabelece um equilíbrio flutuante das tensões, uma balança de poder que se move para frente e para trás, inclinando primeiro para um lado e depois para o outro. Esse tipo de equilíbrio de forças flutuantes é uma característica estrutural do fluxo de cada figuração. (p. 131).

A teoria sociológica figuracional privilegia, portanto, as redes de dependência recíprocas que indivíduos e grupos interdependentes constituem, “as tramas de posições sociais mais e menos complexas, que pessoas e grupos interdependentes constituem, e seus reflexos sobre ações, modos de pensar e sentimentos dos indivíduos, com especial atenção às instâncias de controle e auto controle” (Quintaneiro, 2010, p. 50).

Segundo Elias (2000), essas figurações possuem peculiaridades estruturais e representam uma ordem de tipo particular, que constitui, por sua vez, o campo de investigação da sociologia. Na visão do autor, toda figuração se molda em um determinado campo social. Importa, todavia, compreender os elementos constitutivos da identidade pessoal e de determinadas realidades sociais. Assim, para ele, a compreensão da dinâmica social de uma dada figuração passa pela análise detalhada de cada um dos elementos que a compõe. Esses elementos só podem ser compreendidos, no entanto, à medida que são analisados no contexto no qual se inserem, ou seja, como fatores dependentes do lugar e da função que ocupam em uma dada configuração social. Nas palavras de Norbert Elias (2000):

A análise sociológica baseia-se no pressuposto de que todos os elementos de uma configuração, com suas respectivas propriedades, só são o que são em virtude da posição e função que têm nela. Assim, a análise ou separação dos elementos é meramente uma etapa temporária numa operação de pesquisa, que requer a complementação por outra, pela integração ou sinopse dos elementos, do mesmo modo que esta requer a suplementação

pela primeira; aqui, o movimento dialético entre análise e síntese não tem começo nem fim. (p. 58).

Nesse sentido, as variáveis ou elementos constitutivos de uma dada configuração só podem ser pensados como dependentes da configuração social completa da qual fazem parte. No intuito de compreender uma dada configuração social devemos nos perguntar: Que elementos podem caracterizar essa configuração? E de que modo esses elementos se articulam nos diferentes contextos sociais? Reverberando essas questões para análise do nosso objeto de estudo, ou seja, o medo do crime, buscaremos definir os principais elementos que podem traduzir as configurações do medo. Os aspectos (elementos) que serão analisados foram definidos a partir das falas dos pesquisados e também tendo por base os estudos teóricos empreendidos. Buscou-se assim, encontrar os elementos que podem compor as configurações sociais do medo e que nos permitem compreender as próprias configurações.

2.3. ELEMENTOS CONFIGURACIONAIS DO MEDO

O espaço habitado com as suas especificidades é um dos elementos para a análise e compreensão de uma configuração social. No que tange esse trabalho a dimensão espacial ganha especial relevância no que diz respeito à configuração social do medo. O medo no contexto das cidades repousa, primordialmente, na relação que os diferentes cidadãos estabelecem constantemente com os espaços implicados na sua vida cotidiana. Assim, se por um lado, tanto a violência real e representada altera a produção e/ou a apropriação dos espaços urbanos, de outro, as configurações espaciais, e as formas de organização do território, interferem na composição da violência e do medo e nas representações sociais acerca desses fenômenos. Segundo Rony e Vaz (2008):

[...] o sentimento de insegurança está ‘situado’, o medo depende da significação que os indivíduos atribuem ao espaço habitado. Desse modo, a questão do crime é cada vez mais pensada através de categorias espaciais, como mostra a recorrência das oposições entre cidade e periferia (ou favela e asfalto) no Brasil e em outros países. Partir da descrição da cidade nos permite, portanto, compreender as dinâmicas dos sentimentos de insegurança,

não enquanto simples reação ao número de crimes cometidos, mas enquanto fenômeno ligado a outros problemas sociais e urbanos como as desigualdades sociais e as interações cotidianas entre pessoas de classes diferentes. (p.2).

O espaço é, portanto, entendido como um nível de determinação importante na configuração do medo. Às diferentes formas de ocupação e distribuição dos grupos sociais no espaço, correspondem diferentes representações sobre o perigo, o medo e a sensação de insegurança. Logo, a configuração espacial observada pode possibilitar a melhor compreensão de uma dada configuração social. Importa, todavia, buscar entender o modo como as pessoas sentem, pensam e percebem o lugar habitado. De que forma as especificidades espaciais influenciam na configuração do medo de determinados grupos? Quais as características físicas e sociais do local onde moram? O que dizem sobre o lugar onde vivem? Como são as relações entre as pessoas que habitam o lugar? Como percebem os níveis de criminalidade na vizinhança?

Assim, no que tange esse aspecto da análise, exploraremos o medo do crime e a sensação de insegurança como uma preocupação com o espaço habitado, buscando mostrar de que modo os aspectos físicos, sociais e estruturais do lugar e as crenças produzidas sobre o mesmo interferem na composição de uma configuração social do medo. Nesta perspectiva de análise, ressalta-se a importância da dimensão da desordem física e social (vandalismo, presença de lotes vagos, equipamentos públicos degradados, sujeira, falta de iluminação, presença de usuários de drogas nas ruas, tráfico de drogas, tiroteios), da percepção sobre o aumento da criminalidade e da violência no local de residência, da ausência de controle social formal ou informal, da falta de coesão social entre moradores, como fatores que inspiram o medo na população residente.

Esses aspectos, como já discutido anteriormente nesse trabalho, têm sido recorrentemente encontrados em diversos estudos e pesquisas sobre o medo do crime, os quais ressaltam que a desordem física e social em uma dada vizinhança, a percepção de níveis elevados de criminalidade e o conseqüente esvaziamento do espaço público, a falta de coesão social e sociabilidade e a ausência de policiamento, contribuem significativamente para que os moradores experimentem sentimentos de vulnerabilidade, ansiedade e medo em relação ao crime. Importa, todavia, compreender de que modo esses aspectos se apresentam e se articulam nos diferentes contextos sociais, quais são os

significados atribuídos pelos indivíduos ou grupos nesses contextos e de que modo eles se relacionam a outros elementos de modo a compor os cenários do medo.

A vitimização direta ou indireta é outro elemento que se relaciona ao medo do crime, e como tal é um dos elementos constituintes das configurações sociais do medo. Experiências diretas ou indiretas (testemunho) de eventos criminais, na sua própria vizinhança, ou mesmo ouvir relatos sobre a ocorrência dos mesmos podem aumentar o medo e a ansiedade dos indivíduos. A circulação de informações sobre crimes contribui significativamente para intensificar o medo da população, fazendo com que hábitos e rotinas sejam modificados. Embora, a mídia⁴ tenha um papel importante na disseminação de notícias sobre violência e criminalidade, a proximidade dos eventos têm um efeito potencializador nos níveis de medo dos indivíduos ou grupos residentes em uma determinada área. Assim, o fato de conhecer pessoas que foram vitimadas ou ouvir narrativas a respeito de pessoas vitimadas na vizinhança é um dos elementos que tendem a reforçar as crenças e percepções sobre o crime e a insegurança em determinados locais. Essas narrativas tendem a disseminar no imaginário coletivo a ideia de lugares perigosos,

⁴ A mídia não foi mencionada pelos pesquisados como um elemento que estivesse relacionado ao medo do crime em suas comunidades. As notícias dos meios de comunicação foram quase sempre questionadas e tidas como distorcidas e “exageradas”. Os pesquisados, principalmente, os residentes em bairros populares questionam as notícias veiculadas sobre o bairro de moradia em relação à criminalidade e violência. As experiências cotidianas e os fatos contados e recontados por vizinhos aparecem como fatores de maior influência no sentimento de insegurança e medo relatado. Segundo Ferreira (2003) pesquisas realizadas demonstram uma relativa ausência de relações consistentes entre a exposição à realidade criminal apresentada pelos meios de comunicação e a insegurança. Segundo o autor, isso pode ser explicado em primeiro lugar pelo fato de que a maioria dos indivíduos reconhece que os eventos relatados não são os que ocorrem com maior frequência, nem são os mais representativos da realidade criminal, mas sim os que têm maior probabilidade de atrair a atenção do público. Em segundo lugar, a maioria das pessoas tende a localizar a criminalidade numa esfera afastada da sua vivência cotidiana. Ferreira afirma que os únicos dados consistentes apenas indicam que uma maior exposição aos diferentes meios de comunicação social não produz efeitos diretos e lineares sobre os níveis de receio do crime e insegurança. Os resultados apontam uma relação não linear e não direta, que parece ser ainda influenciada por experiências diretas ou indiretas de vitimização e por outras fontes de informação, como os vizinhos, amigos ou familiares.

potenciais ofensores e perda de controle social. Em função disso são empreendidas medidas cada vez mais individualistas e escapistas, o que só tende a reforçar o quadro de medo e histeria coletiva.

Todavia, o objeto do medo e da ansiedade varia de acordo com o local e o contexto no qual estão inseridos os indivíduos e se articulam de diferentes modos com outros elementos que compõem as configurações sociais do medo. Essas relações não são sempre as mesmas, nem são estruturadas a partir dos mesmos objetos e contextos. Sendo assim, tal variável não pode ser analisada de forma isolada, mas somente a partir de um contexto mais amplo. Os medos em torno de uma possível vitimização variam de acordo com o lugar e com o perfil dos indivíduos ou grupos, ao mesmo tempo em que estão concatenados com outros aspectos que compõem uma dada figuração social do medo.

O aumento da criminalidade e da violência nos atuais contextos ou o sentimento generalizado de que a criminalidade e a violência empreendida nas ações criminosas vêm aumentando e se disseminando por todo o espaço urbano, são elementos importantes quando analisamos as configurações sociais do medo. Essa imagem da escalada crescente da violência permeia o imaginário dos mais distintos grupos sociais, que se sentem cada vez mais temerosos diante da expectativa de se tornarem as próximas vítimas de algum crime, perpetrado por criminosos cada vez mais audaciosos e violentos. Assim, não apenas os índices de criminalidade teriam alcançado patamares alarmantes como também a violência empreendida nas ações criminosas teria se tornado objeto de pânico. A imagem da cidade caótica e perigosa do presente tende a ser sempre contrastada com a imagem de um passado de tranquilidade, onde era possível circular a pé, mesmo à noite, por ruas e avenidas e frequentar espaços públicos, como praças e parques.

O crime que antes era percebido como algo excepcional, passa a ser caracterizado como algo rotineiro e cotidiano na vida dos habitantes das cidades brasileiras. Para Porto (2000), esse sentimento resultaria não somente de um aumento real nas taxas de criminalidade, como de fato se verifica no Brasil a partir dos anos 1980, como também seria fruto de uma mudança histórica, ou melhor, fruto do surgimento de uma nova formação social, que emergiu no período de “redemocratização” nacional, marcada por um “aflorescimento da sensibilidade coletiva”, diante da maior visibilidade do fenômeno da violência. Nesse contexto, atos que antes eram tidos como práticas rotineiras passaram a

ser rotulados como violência, fazendo com que o crime se tornasse um objeto de preocupação e inquietação e fosse percebido como um risco.

Nesse cenário marcado pelo medo e pela ansiedade crescentes, questiona-se, inclusive, uma inversão de valores na sociedade atual, onde a vida não teria qualquer valor diante da disposição dos criminosos para alcançarem seus objetivos. Para as camadas altas e médias, a criminalidade violenta que antes se limitava aos espaços periféricos das cidades se desterritorializou e agora ameaça os habitantes das áreas mais valorizadas das cidades. De outro lado, os moradores dos bairros populares acreditam em um agravamento sem precedentes das formas de violência nesses espaços, o que os conduziria a viver sitiados diante do medo crescente.

Não obstante, a crença de uma escalada da criminalidade deva muito as “falas do crime” expressas nas conversas cotidianas, informadas tanto pelas histórias contadas e recontadas sobre ocorrências de crimes na vizinhança, quanto pelas notícias cotidianamente divulgadas pela imprensa, não se pode dizer que essa percepção seja destituída de qualquer fundamento. Embora, não se possa pretender compreender o medo do crime meramente a partir das taxas de criminalidade, é inegável que elas vêm aumentando nos últimos anos em muitas cidades brasileiras, especialmente no que se refere aos homicídios. Contudo, a imagem de um aumento da criminalidade e da violência e de sua disseminação por todo o tecido social, ainda que não expresse, na totalidade, a realidade, contribui sobremaneira para aumentar o medo e o receio dos habitantes de diferentes espaços das cidades. A essa representação associa-se a ideia de que o Estado, especialmente, os responsáveis pela segurança pública, são incapazes de garantir a segurança pessoal e patrimonial dos cidadãos. Em resposta, a segurança é vista e sentida cada vez mais como uma questão individual, que toca a cada indivíduo.

Logo, o modo como os indivíduos inseridos nos mais diversos contextos sociais pensam, percebem e expressam suas opiniões acerca das formas e da intensidade como a violência e criminalidade ocorrem na atualidade é um elemento extremamente relevante para compreender as diferentes figurações do medo do crime, uma vez que essas representações tendem a fomentar a sensação de medo e assim, orientar as ações e atitudes dos mais diversos grupos sociais. Embora, sejam alimentadas por diferentes aspectos e só

possam ser compreendidas quando analisadas no contexto de uma dada realidade social, ou seja, no contexto de uma figuração social completa.

À crença na escalada da criminalidade e violência associa-se outro elemento importante na busca de entender as configurações sociais do medo, os níveis de confiança nas instituições garantidoras da lei e da ordem. Lopes (2010), afirma que a confiança nas instituições resulta das percepções dos indivíduos sobre a eficácia de suas ações e adequação às funções que lhe foram designadas e para as quais são idealizadas. Desse modo, a confiança seria uma resposta à avaliação do desempenho das instituições ou da percepção sobre esse desempenho. Para o autor, a construção da percepção seria determinada tanto pelas informações que o indivíduo adquiriu sobre a polícia ao longo da vida quanto pelas experiências concretas com essa instituição. Todavia, o modo como os indivíduos leem as informações e experiências passadas, de modo a emitir uma avaliação sobre a atuação institucional, é mediada por características sociais, culturais e econômicas. Logo, a compreensão do modo como se formam as avaliações sobre as instituições policiais vincula-se a outros aspectos da realidade social na qual se inserem os indivíduos e grupos, como local de moradia e nível socioeconômico, dentre outros.

A falta de confiança ou o descrédito da população quanto à eficácia das ações de manutenção da ordem e combate a criminalidade, bem como a resolução de casos por parte dos órgãos responsáveis pela segurança pública, são constantemente evidenciados nas pesquisas e estudos realizados sobre a temática. A imagem da polícia aparece associada tanto a ineficácia no controle e contenção da violência e criminalidade, quanto à arbitrariedade, violência e corrupção, o que contribui, sobremaneira, para a sensação de angústia e medo dos cidadãos que se sentem desprotegidos e muitas vezes, ameaçados com a presença da polícia. Segundo Oliveira Júnior (2011):

A confiança é o elo entre os cidadãos e as instituições que devem representar o interesse público, intensificando tanto a legitimidade quanto a efetividade dos governos democráticos. Na condição de depositária das reivindicações permanentes do Estado em monopolizar a força física, a polícia é uma das principais responsáveis pelo primado da lei, uma das dimensões que integram uma democracia de qualidade. Na América Latina o tema da falta de confiança na polícia aparece como um dos corolários da transição democrática, que teria sido incapaz de criar polícias respeitosas dos direitos dos cidadãos (p.8).

Esse desrespeito tem sido evidenciado cotidianamente através de uma série de acontecimentos, muitas vezes, de repercussão nacional, fomentando o descrédito e a desconfiança de grande parte dos cidadãos não somente em relação à polícia, mas também em relação ao poder judiciário tido como arbitrário e não confiável. As excepcionalidades legais, as diferenciações de tratamento, os privilégios, as contradições, a impunidade e a legitimação de arbitrariedades e abusos são percebidas como marcas das instituições de controle social. Tudo isso contribui para que as instituições responsáveis por garantir a segurança dos cidadãos se tornem alvo de insatisfação, desconfiança e até mesmo rejeição. A desmoralização e deslegitimação dessas instituições favorece a sensação de que cada um está entregue a própria sorte e não pode contar se não consigo mesmo para garantir a sua proteção e segurança.

A vulnerabilidade é outro elemento, que vinculado aos demais, nos permite uma análise e compreensão de uma configuração social do medo. As características do espaço habitado, as narrativas sobre criminalidade e vitimização em uma dada localidade, o sentimento generalizado de aumento e disseminação da criminalidade e violência, a falta de confiança nas instituições garantidoras da ordem pública e segurança, são aspectos que contribuem, sobremaneira, para que indivíduos ou grupos estejam ou se sintam vulneráveis às ações criminosas. A expectativa da vitimização em função da vulnerabilidade real ou percebida, conseqüentemente aumenta os níveis de medo e ansiedade dos indivíduos. Todavia, a vulnerabilidade também resulta de outros fatores, como a capacidade de ação ou reação do indivíduo quando exposto a uma situação de risco. Assim, por exemplo, uma pessoa pode se sentir fisicamente mais vulnerável por acreditar que tem menos condições de reagir e se defender diante de uma agressão, como é o caso das mulheres e idosos, ou por acreditar que sua condição socioeconômica não lhe permite investir em segurança e adotar medidas que possam evitar ou minimizar a exposição aos riscos.

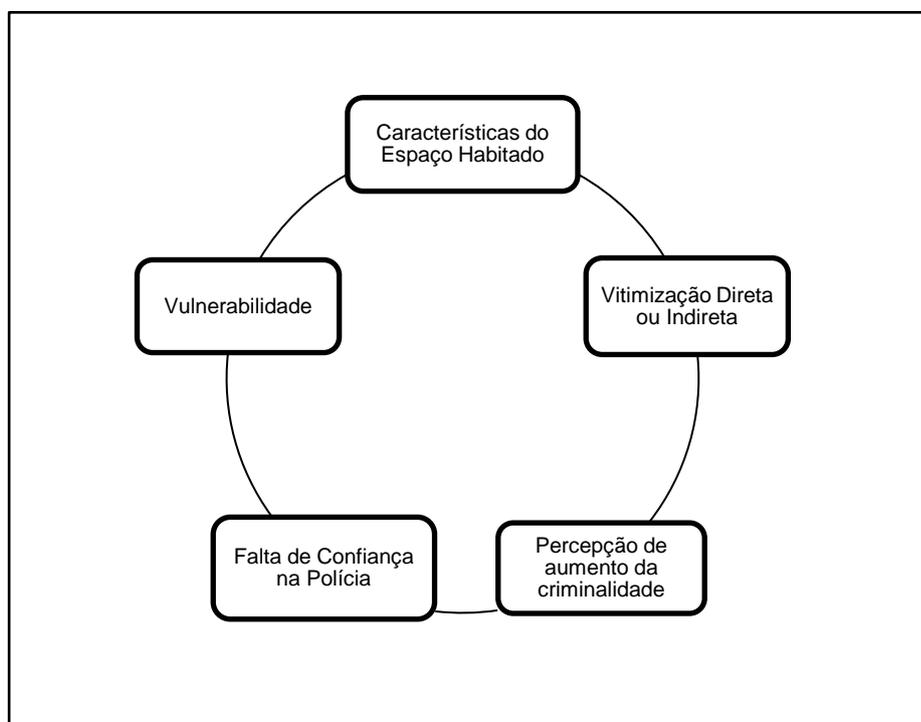
O local de moradia e o status social de um dado indivíduo ou grupo pode suscitar diferentes percepções de vulnerabilidade. Moradores de bairros periféricos, marcados pelo tráfico de drogas, tendem a se sentir bastante vulneráveis e temerosos diante dos sinais visíveis de violência no bairro. Não é raro presenciarem trocas de tiros, assassinatos ou mesmo se depararem com corpos deixados nas ruas ao deixarem suas casas a caminho do trabalho. Por outro lado, os moradores dos bairros de classe média e alta tendem a se sentir

vulneráveis em função da percepção de que são vítimas rentáveis e atrativas para os criminosos, que almejam os bens de alto valor que esses possuem. E por acreditarem que ações dos criminosos, no intuito de obter esses bens, são cada vez mais violentas e, muitas vezes, como desfecho trágico. É evidente, portanto, que a forma como a vulnerabilidade é sentida ou percebida varia de acordo com as características sociais e culturais que marcam a vida dos indivíduos. A vulnerabilidade, menos que não seja real, influencia as ações e atitudes das pessoas e faz com que se sintam ameaçadas e inseguras. A capacidade de responder a essa situação de risco percebido e medo também é diferenciada em função do contexto e das características dos indivíduos. Para se sentirem mais seguras as pessoas têm se fechado em suas casas com muros cada vez mais altos, investido em segurança privada, evitado frequentar espaços públicos, mudado hábitos de lazer e deslocamento, evitado contato com estranhos. Esses aspectos também merecem atenção, uma vez que contribuem para a análise e compreensão das configurações sociais do medo.

2.4. AS INTERDEPENDÊNCIAS

Para compreender a dinâmica de uma dada figuração do medo devemos analisar os elementos aqui expostos (o espaço habitado, a percepção do aumento da criminalidade, a vitimização direta ou indireta, a desconfiança da polícia e a vulnerabilidade) de maneira articulada ou integrada, considerando as suas peculiaridades nos diferentes contextos sociais. Sendo assim, não é possível pensar nenhuma variável sem compreender o modo como está integrada as outras, formando uma configuração. Essas variáveis sintetizam, na verdade, as representações ou “crenças do perigo” (Borges, 2011) que emergem a partir de configurações sociais específicas. Nesse sentido, todos os elementos têm influência uns sobre os outros. E como tal, não podem ser explicados de forma isolada “como se cada um existisse e pudesse variar por si, independente da configuração social completa” (Elias, 2000, p. 53).

Figura 1: Representação dos elementos que compõem uma Configuração Social do Medo⁵.



Assim, por exemplo, o sentimento generalizado de que a violência e criminalidade estão aumentando na atualidade, alimentado, muitas vezes, pelas histórias de vitimização divulgadas pela mídia ou contadas e recontadas por conhecidos e vizinhos que foram vítimas de algum ato criminoso, tendem a fomentar um sentimento de desconfiança e descrença nos indivíduos quanto às ações empreendidas pelos responsáveis pela segurança pública para conter a criminalidade e violência. A falta de confiança na polícia, por sua vez, reduz consideravelmente a eficiência no desempenho das funções dessa instituição, já que a polícia depende, muitas vezes, da cooperação dos cidadãos para a prevenção da criminalidade, investigação e solução de crimes. Sem confiança, não existe cooperação, o que faz com que a qualidade do policiamento decline.

O mau desempenho das funções de vigilância, prevenção e resolução de casos, faz com que a criminalidade encontre oportunidades para se disseminar nos diferentes contextos, aumentando a sensação de vulnerabilidade e medo das pessoas. Em função

⁵ Elaborado a partir do modelo de Crenças do Perigo desenvolvido por Borges (2011).

disso, evidencia-se uma mudança na relação dos cidadãos com o espaço urbano. Pode-se dizer, no limite, que as funções urbanas sofrem uma mutação, um desvirtuamento. Muitos espaços e centralidades urbanas perdem suas funções pelo não uso. Os espaços comuns de convivência e sociabilidade urbana são abandonados, tornando-se alvos fáceis da “delinquência de oportunidade”. Em contrapartida, os encontros e a vivência social são restringidos, impedindo a sociabilidade coletiva, o estabelecimento de vínculos sociais e redes de amizade e solidariedade, o que só reforça a desconfiança e o medo nos espaços urbanos.

De outro modo, a desordem física e social percebida dentro de uma determinada comunidade, associada às representações negativas que são elaboradas sobre o lugar, seja pela própria vizinhança ou pela mídia, fazem com que as pessoas que ali residem se sintam, muitas vezes, vulneráveis à vitimização e temerosas. Tudo isso pode conduzir a reclusão e ao afastamento da vida social. Em função disso, o espaço ficará livre de qualquer forma de vigilância e controle social, mesmo que informal, tornando essas áreas abandonadas repulsivas e alvo cada vez maior do medo. O crescimento das incivilidades, por sua vez, tende a desencadear sentimentos de medo porque cria sinais percebidos como associados à atividade criminal. A falta de coesão social e o enfraquecimento da rede de amizade e solidariedade na comunidade, a falta de controle social informal em função do abandono do espaço público, os sinais de desordem e criminalidade, fazem com que as pessoas se sintam cada vez mais ameaçadas e inseguras, o que será potencializado se, de outro lado, as avaliações e crenças sobre as atitudes da polícia forem negativas.

Em áreas abastadas, por exemplo, as pessoas podem se sentirem vulneráveis por acreditarem que são alvos atrativos para ações criminosas. Esse sentimento de vulnerabilidade, somado a percepção de que a criminalidade aumenta e de que não se pode esperar que o Estado faça algo para mitigar o sentimento de insegurança e medo, promove um incremento massivo dos sistemas de segurança e a fortificação de residências. Nesse contexto, a preferência por áreas privatizadas para atividades diversas do cotidiano tende a fazer com que as pessoas identifiquem o espaço urbano como hostil, não convidativo e marcado por paisagens do medo.

Fica evidente, portanto, que nenhuma variável isoladamente poderia explicar a configuração social. Logo, a compreensão do modo como as configurações sociais do

medo funcionam e como afetam a vida das populações residentes em diferentes espaços e contextos depende da análise das particularidades dos elementos que a compõem, suas funções e propriedades, na configuração, e o modo como estão articulados. Torna-se fundamental, contudo, compreender as relações recíprocas estabelecidas pelos indivíduos quando significam os processos sociais e culturais.

Para Elias (2000) não há elementos em uma configuração que se sobressaiam, não há um que seja mais importante ou tenha mais peso que o outro. É fundamental, portanto, perceber de que modo os elementos se articulam, quais são os significados que as pessoas constroem sobre eles nos diferentes contextos e cenários, para assim compreender as configurações sociais e as diferenças existentes entre elas. Sendo que, os significados, percepções e sentimentos que os indivíduos elaboram sobre uma dada realidade social, nunca são a expressão de ideias formadas isoladamente, por cada um dos sujeitos, mas antes, o modo como agem, sentem e representam a realidade são resultados de processos sociais de longo prazo, de regularidades e padrões que orientam o comportamento humano, são partes interdependentes de uma determinada configuração social.

**CONTORNOS DOS CENÁRIOS DA VIOLÊNCIA E DO MEDO: PENSANDO
GOIÂNIA**

3.1. CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL: UM BREVE HISTÓRICO

O Estado exerceu um papel preponderante na formação original do espaço goianiense. Goiânia, em sua concepção, resulta de um projeto político, marcado pela utopia do desenvolvimento e da modernidade. Preocupado com o estabelecimento de programas de mudança social contrapostos à “velha ordem oligárquica”, o Estado busca através da intervenção no espaço urbano, alcançar patamares de modernidade. Contudo, essa lógica de ação do Estado foi característica de um momento específico na formação da capital. Na literatura que versa sobre a produção do espaço de Goiânia⁶, uma das preocupações centrais é entender o significado das variações de forma e função da cidade no decorrer dos períodos de construção do espaço urbano goianiense.

Ao longo de sua existência, a capital do Estado de Goiás, teve cinco planos diretores elaborados, bem como leis de parcelamento e uso do solo, as quais tinham como objetivo intervir na realidade do espaço urbano. Segundo Ribeiro (2004) “apesar de, na sua origem ser uma cidade planejada, em seu desenvolvimento os novos planos caminharam em geral, a reboque dos acontecimentos urbanos, numa tentativa muitas vezes inglória de retomar o traçado original” (p. 37). O primeiro plano diretor foi desenvolvido inicialmente pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima e na sequência pelo engenheiro urbanista Armando Augusto de Godói, sendo oficializado em 31 de julho de 1938. O segundo plano, não oficializado, foi desenvolvido pelo arquiteto Luís Saia, no período de 1959 a 1962. Esse plano não teria sido aplicado devido ao momento político e teria sido tirado de cena sob a acusação de ter sido elaborado por um comunista. O terceiro plano foi oficializado em 1971, desenvolvido pelo arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm. O quarto plano diretor foi elaborado pela Engevix Engenharia e oficializado em 1994. O quinto e último plano, que se encontra em vigor na atualidade, foi oficializado em 2007.

O desenvolvimento da cidade de Goiânia pode ser analisado a partir de diferentes fases que vão desde a criação do lugar, onde prevalecia a lógica do planejamento e onde o Estado exercia o controle sobre a ocupação do espaço, passando por uma fase de acentuada expansão urbana e perda de controle estatal, até o momento atual, marcado pelo

⁶ Bernardes (1998), Pastore (1984), Chaves (1985), Moysés (2004), Ribeiro (2004)

desrespeito à legislação urbanística vigente, pela fragmentação do tecido urbano, pela segregação socioespacial, bem como pela formação de novas centralidades. Importa, todavia, compreender esses diferentes momentos da construção do espaço territorial, bem como as lógicas inerentes a cada um deles.

Pastore (1984) identifica três períodos marcantes na conformação do espaço urbano da cidade. O primeiro deles, entre 1933 e 1947, é descrito pelo autor como a fase em que o Estado exercia um rígido controle social para a obediência do plano piloto, resguardando assim a racionalidade do planejamento. Nesse período, a administração pública conseguiu conter as ações dos especuladores em Goiânia, detendo o controle do uso do solo. O segundo período estendeu-se de 1947, quando foi aprovado um novo código de edificações para a cidade, até 1968, quando nela começaram a surgir os conjuntos habitacionais (financiados pelo BNH e pela COHAB). Contudo, um ponto marcante da nova lei efetivou-se a partir de 1950, quando deixou de ser obrigatória a montagem de infraestrutura nos loteamentos e passou-se a permitir o parcelamento privado. Podemos dizer que o Estado transfere à iniciativa privada a autonomia sobre o uso do solo. Assim, entre 1950 e 1964, os loteamentos se multiplicaram sem a necessidade de infraestrutura básica. Cerca de 183 loteamentos são aprovados sem nenhum planejamento físico territorial. De acordo com Ribeiro (2004):

Parte dos proprietários de áreas da região que haviam cedido suas terras para desapropriação ou doação na época da construção da nova cidade estocou outra parte delas, incorporando as novas glebas ao redor do plano piloto, passando a ter forte domínio no mercado imobiliário. Aumentaram também as pressões dos empreendedores imobiliários. Assim, já no início da década de 50, o poder público, pressionado pelos proprietários das glebas lindeiras à zona urbanizada e pelos especuladores imobiliários, rendeu-se à iniciativa privada. A cidade cresceu a partir de então em progressão geométrica, sofrendo uma explosão demográfica que descaracterizou o plano inicial (p 38/39).

O surgimento do terceiro período, segundo Pastore (1984), coincidiu com o início da década de 1970, e marcou a lógica do parcelamento do solo em Goiânia. Neste período, prevaleceu a fundação de condomínios verticais e foi acompanhado de um significativo aumento dos loteamentos na cidade. Na perspectiva do autor, a consequência do aumento de loteamentos em Goiânia foi a formação de espaços segregados, haja vista a ausência de infraestrutura urbana, a carência de seus moradores e a distancia e dificuldades de acesso

ao centro da cidade. Ainda nesse período o centro tradicional de Goiânia passou por um processo de descentralização das atividades comerciais e de serviços para áreas distintas. De acordo com Correa (2007), isso decorreu do fato das classes de maior poder aquisitivo terem perdido o interesse pelo setor central, saindo em busca de outros locais que pudessem melhor atender as suas necessidades, o que descentralizou para outras áreas da cidade os serviços especializados e sofisticados. O centro passa, então, a atender as classes populares abrigando comércios e serviços.

Essa mobilidade das classes mais abastadas para áreas adjacentes ao centro formou o chamado centro novo ou centro expandido. Nesse contexto, surgem diferentes centralidades, de um lado, uma voltada para a classe abastada com a oferta de produtos sofisticados, como é o caso dos setores Bueno, Marista e Oeste, e de outro, uma direcionada às classes populares com comércios e serviços, como é o caso, por exemplo, do Setor Central e Setor Campinas. Essas novas centralidades urbanas respondem a um movimento acelerado de abertura de novos loteamentos com diferentes padrões ocupacionais e a implementação de grandes equipamentos como *shopping centers* e hipermercados, equipamentos públicos, etc., todos vinculados aos interesses do mercado imobiliário. Segundo Correa (2007):

Essas centralidades múltiplas e polinucleadas criaram em Goiânia um verdadeiro mosaico em que a segregação socioespacial se torna visível, através da paisagem urbana. É através dessa mesma paisagem, que se percebe a preocupação do poder público e dos agentes imobiliários em infraestruturar áreas nobres da cidade, deixando por outro lado, os bairros periféricos muitas vezes sem a mínima infraestrutura (p. 1).

Chaves (1985), ao analisar a conformação do espaço urbano da nova cidade, aponta dois períodos significativos decorridos entre os anos de 1933 e 1984, que coincidem com a perspectiva de Pastore (1984). O primeiro, entre 1933 e 1950, foi denominado de “o Estado na construção do espaço”; e o segundo, a partir de 1950, a autora denominou de “privatização do espaço e conflitos urbanos”. Este segundo período é apresentado em duas fases: A primeira fase (1950 até 1964) é descrita com um momento que encerra em Goiânia o “caos” da proliferação de loteamentos, através da elaboração de um novo plano diretor. A segunda fase (1964 até 1975), marca a inserção do setor financeiro na construção do espaço urbano.

Chaves (1985) assim como Pastore (1984) adverte para as consequências da entrada do capital financeiro na atividade de parcelamento do solo em Goiânia. Segundo a autora, a forma de aquisição de moradia excluía uma significativa parcela da sociedade, destituída das condições de participação do consumo instituído pela lógica do capital financeiro. Com isso, parte desta população não encontrava alternativa que não fosse a habitação nas favelas, encerrando a problemática das ocupações no processo de urbanização da capital.

Moysés (2004) propõe uma análise crítica das fases e dos planejamentos de utilização do solo de Goiânia. Assim, identifica três períodos na formação do espaço urbano. O primeiro, como no entendimento dos demais autores, estende-se de 1933 a 1950, e denomina-se como sendo de afirmação do plano original. O segundo período vai de 1951 a 1979, denominado pelo autor “do sonho ao pesadelo”, é marcado pela perda de controle do poder público sobre a condução dos rumos da cidade.

Segundo Moysés, tendo sofrido na década de 50 um aumento significativo dos fluxos migratórios, paralelamente ao abandono de seu plano original pelos gestores da cidade e a entrega do controle do poder público sobre o parcelamento do solo à iniciativa privada, o processo de urbanização da cidade realizou-se em um ambiente conflitivo, no qual o Estado privatizou a construção de Goiânia. Tal quadro veio a se agravar na década de 80 quando se iniciou a ocupação de terras urbanas e rurais na capital. Este período que vai de 1980 a 1992, é denominado pelo autor de “urbanização às avessas”, é tido como reflexo da fase anterior que levou a cidade e parte de seus habitantes mais empobrecidos a ocuparem terras notadamente na região noroeste. O movimento de ocupações constituiu-se assim, num momento importante do processo de urbanização. Em resposta a esse movimento, o Estado, desconsiderando a legislação urbana da cidade, comprou fazendas nos arredores de Goiânia e construiu conjuntos habitacionais de baixa qualidade para a população pobre e sem moradia. É nesse contexto que surgem a Vila Finsocial, Vila Mutirão, Jardim Curitiba e Bairro da Vitória.

A Vila Finsocial foi implantada em 1981, pelo governador do Estado Ary Ribeiro Valadão, e contava com 3.648 lotes residenciais. O loteamento dispunha de água tratada, energia elétrica, lotes demarcados, linha de ônibus, ruas abertas, embora, não pavimentadas e assistência médica. Segundo Moysés (2004) o loteamento foi implantado com algum

ordenamento espacial, sendo reservadas áreas para implantação futura de equipamentos comunitários públicos ou privados. A Vila Mutirão, o segundo loteamento de iniciativa do poder público, foi implantada em três etapas pelo governador Iris Rezende Machado. Esse loteamento abrigava casas pré-moldadas de baixíssima qualidade e não contava com nenhuma infraestrutura. Segundo Ribeiro (2004), localizada na zona rural, ao lado da Rodovia GO-070, local de difícil acesso, foi um dos primeiros exemplos dos muitos que se seguiram de formadores de bolsões de pobreza. Todavia, de todos os loteamentos implantados nesse período, o Jardim Curitiba, foi o que apresentou as piores condições de habitabilidade. De acordo com Moysés (2004), o loteamento não dispunha de qualquer forma de atendimento à saúde, as ruas não eram pavimentadas, não dispunha de água tratada e nem de rede de esgoto. A água de poços artesianos abastecia a população local. A expansão da região Noroeste inicia-se, em meados da década de 90, com a incorporação da área da fazenda São Domingos. O loteamento Bairro da Vitória surge nesse período, sendo que sua implantação data de 1992. Segundo o autor:

A implantação dos loteamentos Vila Finsocial, Vila Mutirão e Jardim Curitiba, se constituiu uma estratégia que tinha como objetivo dismantlar a articulação que se vinha criando em torno da luta pela terra, também acabou assumindo caráter de segregação social e espacial. A população assentada pelo poder público era, na sua totalidade, pobre, empregada ou mal empregada, jovem, nômade, possuía um perfil socioeconômico que a distinguia dos chamados “incluídos”. Essa distinção, aliada ao local escolhido para morada, permite inferir a intenção, mesmo que de forma difusa, de segregar ou de isolar em locais mais distantes, ainda que providos de melhores condições de habitabilidade, uma parcela significativa da população goianiense (p. 302/303).

Devido à política de assentamento implantada pelo poder público local, ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990, foram atraídos para a área rural um contingente populacional que totaliza, ao final dos anos 1990, cerca de 140 mil habitantes. Em função desse contexto, a região sofreu profundas alterações tanto do ponto de vista urbanístico quanto ambiental. Nesse período, os problemas socioeconômicos da população foram significativamente agravados, ampliando o contingente de miseráveis nos anos 1990. Segundo Moysés (2004) o crescimento exponencial da população pobre dos anos 1980 para os anos 1990 é desproporcional à oferta, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, de equipamentos sociais no geral. Essa política de assentamentos sem

planejamento continuou sendo uma prática rotineira do governo do Estado ao longo dos anos e se perpetua até a atualidade.

Um estudo realizado por professores e pesquisadores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás sobre a capital⁷, definiu a expansão urbana vivenciada neste período como um momento de “periferização”. Esse processo seria o resultado de um movimento acelerado de crescimento que não foi acompanhado de um adequado controle do uso do solo. Segundo informa o estudo, o crescimento acentuado do tecido urbano teve como consequência a criação de uma estrutura urbana irregular, o que implicou no surgimento de grandes vazios territoriais e em uma grande quantidade de lotes desocupados a disposição da especulação imobiliária. Outras consequências são ainda apontadas, tais como: poluição dos recursos hídricos, produção de uma malha viária descontínua, ocupação de áreas naturais e fundos de vale, ausência de infraestrutura básica para grande parte da população e o aumento do número de ocupações já mencionado anteriormente.

A ocupação dos espaços através de “invasões” ou condomínios e parcelamentos irregulares é uma marca deste período. As “invasões” ocorridas em Goiânia são antes de tudo resultado da concentração fundiária, do crescente desemprego e da especulação imobiliária que caracterizaram este período da história da capital.

A partir de tais considerações, podemos dizer que nos anos 80 três agentes estiveram envolvidos no processo de ocupação do solo em Goiânia, sendo eles: o poder público, o mercado privado e as “invasões”. Assim, por exemplo, a expansão da cidade para a região Leste-Nordeste resultou de ocupações e assentamentos através da ação dos governos municipais e estaduais; na região Oeste e Noroeste a ação do Estado foi significativa no que tange a organização do espaço. Na região Sul o Estado e capital privado atuaram conjuntamente, agindo com algum planejamento. Na região Norte houve um crescimento pouco expressivo resultado da ação do governo estadual e do mercado privado.

⁷ O estudo se intitula, “Goiânia anos 80: Um estudo Etnográfico e das Relações Sociais de Bairros Periféricos” foi desenvolvido sob coordenação dos professores do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Goiás, Francisco Itami Campos e Genilda D’Arc, e ainda contou com a participação de diversos pesquisadores. O principal objetivo desse estudo foi pesquisar as formas de sociabilidade dos moradores das áreas periféricas da capital goianiense.

A configuração do espaço urbano em Goiânia se dá então, de forma desordenada e não sem conflitos. Tal desordenamento acontece não só pela ação do poder público mas também pela ação da população que, pressionada pelas carências que não lhes permite ter sua própria moradia e nem arcar com altos preços dos aluguéis, acaba recorrendo às invasões. Existe ainda a ação do mercado privado que, buscando atender aos interesses do “capital”, concorre também para a desorganização do espaço já que acumula áreas para especulação imobiliária, loteia e vende áreas irregulares, além de lotear áreas limítrofes à Goiânia. (Mariana et al, 1991, p.40).

Nesse período também se identificam diversos loteamentos particulares irregulares implantados na periferia da cidade, tais como Jardim Tremendão, Residencial Morada do Sol e Jardim Petrópolis. Esses loteamentos são carentes de infraestrutura urbana e apresentam uma situação de difícil solução até os dias atuais.

De acordo com Moysés (2004), o termo *planejamento desurbanizador* expressa à leitura desse processo de urbanização, que gerou espaços segregados tanto contínuos quanto descontínuos, onde o Estado liberou áreas “deterioradas” centrais e segregou, na zona rural, grande contingente da população pobre, assentando-a longe do mercado de trabalho e rompendo suas relações de vizinhança e amizade.

A população que chegava à capital e que tinha boas condições financeiras adquiria os seus imóveis em áreas planejadas na “cidade legal” podendo contar com toda a infraestrutura necessária, já a população que não tinha condições para comprar imóveis nessas áreas, acabava por ter como única saída a compra de imóveis em loteamentos clandestinos ou a ocupação de áreas na zona rural do município. Esses aspectos foram se sedimentando ao longo do processo de crescimento da cidade. Segundo Oliveira (2005) esse aspecto pode ser facilmente visualizado pela distribuição espacial por classe de renda, segundo pesquisa domiciliar realizada no ano de 1985 pela equipe técnica do Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU). Segundo dados dessa pesquisa:

[...] a população de alta e média renda concentrava-se nos setores Bueno, Marista, Sul, Oeste, Nova Suíça, Aeroporto e Jardim Goiás (regiões central e sul); a população de renda média localizava-se, principalmente, nos bairros Jardim América, Prive Atlântico, Setor Universitário, Campinas e Setor Coimbra (regiões central, sul e oeste – esta última, nas proximidades das anteriores); a população de baixa renda localizava-se em loteamentos

irregulares, invasões de fundo de vales, conjunto populares, bairros periféricos distantes, zona situada ao norte da ferrovia, região norte e noroeste (p. 4).

Já nos anos 90, ganharam destaque no espaço urbano, os chamados condomínios fechados, estando presentes em todos os cantos da cidade, se constituindo em uma das formas mais evidentes de fragmentação do tecido urbano, acentuando o contraste entre zonas ricas e pobres. Segundo Bernardes e Soares Júnior (2007), atualmente Goiânia figura como a terceira capital do país em número de condomínios fechados, apresentando um total de 14 condomínios (ao todo são 10 de grande porte), se somados a outros instalados em sua região metropolitana, este número sobe para 19 condomínios. Para os autores:

Goiânia, apesar de jovem, a exemplo das metrópoles brasileiras, apresenta uma expansão urbana marcada por processos de auto-segregação urbana (condomínios horizontais fechados), redes formadas por grandes equipamentos como shopping centers, hipermercados e crescentes bolsões de miséria que se localizam em seus bairros periféricos. Essas formas de ocupação são típicas de processos segregatórios no contexto da cidade, sobretudo a partir dos anos 90. A polarização social e a busca de segurança instauram nas médias e grandes cidades, em particular em Goiânia e em sua Região Metropolitana (RM), os chamados “condomínios fechados”, assim como é crescente a tendência da auto-segregação nos bairros residenciais das classes médias e altas. Essa tendência se expressa por meio da expansão do mercado que comercializa vários condomínios horizontais fechados para os possuidores de renda alta (p. 209/210).

A expansão da comercialização dessa “nova maneira de morar” vem modificando drasticamente o espaço urbano e agravando ainda mais os processos de segregação socioespacial já existentes na metrópole. Se de um lado os pobres foram “confinados” nas periferias criadas nas bordas da capital, fruto do crescimento desordenado, do interesse privado e da impotência dos governantes em atender às demandas da crescente população, de outro lado, os ricos parecem aderir a uma espécie de “enclausuramento voluntário” que tem como princípio o desejo de afastamento social e pauta-se muitas vezes em discurso sobre o desejo de tranquilidade e proteção diante aos “males” da cidade.

Segundo observou Soares Júnior (2005) em pesquisa sobre condomínios fechados em Goiânia, a capital demonstra uma opção crescente pela segregação e pela estética dos muros, sendo que os condomínios, situados em sua maioria nas periferias da cidade,

evidenciam uma reprodução social perversa. Os muros estabelecem, por sua vez, rupturas drásticas na paisagem urbana, conformando dois mundos distintos: o público e o privado. Na visão do autor, os condomínios fechados representam “um contraponto à cidade, seu ritmo intenso e seus problemas, reforçando mentalmente a ideia da existência de dois mundos” (p.181). Eles representam, na verdade, a valorização do que é privado e restrito em detrimento ao que é público e aberto.

A auto-segregação que até algum tempo era privilégio das classes altas, vem abrangendo e tornando-se objeto de desejo das classes médias. Contudo, ao mesmo tempo em que buscam distanciamento e despreocupação com a cidade e seus problemas, os habitantes desses espaços prezam pelo usufruto de uma série de benefícios urbanos como empregos, negócios, equipamentos privados de saúde e educação, centros de comércio e serviço. Para Fry e Duarte (2006), a consolidação desses espaços coloca à parte a vida urbana ao mesmo tempo em que utiliza serviços e equipamentos urbanos, ainda que de modo seletivo, demonstra o usufruto sem compromisso das cidades. O meio urbano continua, no entanto, sendo utilizado pelos moradores desses enclaves através do que os autores chamam de pontos de ancoragem. Desse modo, muitas vezes instalados fora dos limites da cidade esses condomínios exclusivos mantêm uma dependência em relação a esta, usufruindo-a seletivamente, na mesma medida que negam aquilo que é uma de suas características principais, ou seja, a multiplicidade e a diversidade de formas de vida urbanas.

Os condomínios fechados expressam um novo modo das elites de habitar a cidade, que implica não somente na segregação socioespacial entre os diferentes grupos sociais, como também na apropriação desigual do espaço urbano, na privatização de áreas públicas, de infraestrutura básica e ainda em processos de isolamento e em certa “autonomização” com relação à cidade. Aqui uma vez mais representam papel importante o Estado e o capital imobiliário, como agentes responsáveis pela configuração da cidade.

Logo, entende-se, que a despeito de toda idealização e plano urbanístico que antecederam a construção de Goiânia no início dos anos 1930, a cidade planejada não escapou as contradições no que tange a produção do espaço e vida urbanos. Bernardes (1998) afirma que a construção do espaço urbano na capital se dá pelo embate de duas

racionalidades diferentes. Uma é aquela que preside o planejamento e a outra é a que move o cotidiano das práticas sociais. Assim, segundo a autora:

A primeira forma de racionalidade, a de quem planeja coloca em evidência a figura do Estado, que assume, desde o início, o processo de construção de Goiânia. Quer através da elaboração do plano urbanístico, da construção dos prédios e equipamentos destinados à administração, quer pela criação das normas necessárias ao controle do processo de ocupação, ou quer ainda pelo incremento de infraestrutura necessária à dinamização das novas relações sociais, como a melhoria do sistema viário pela construção de rodovias e ferrovias, o Estado se faz presente. Sua atuação marca-se por princípios políticos e técnicos, que buscam viabilizar ações racionais de cunho autoritário, sem nenhuma participação popular, até que processos segregacionistas gerem movimentos espontâneos ou organizados com objetivos de interferir e reorganizar o espaço urbano. [...] Na segunda forma de racionalidade, o uso do espaço é uma realidade viva, dinâmica, em que se entrelaçam as necessidades da população e as alternativas que são criadas para o atendimento delas. É essa realidade que cria costumes e mentalidades [...] Mas, essa realidade, do ponto de vista da análise do sistema capitalista, é contraditória. [...] Neste caso, o planejamento de uma cidade também se confronta com interesses dos empreendedores imobiliários em sua luta para acumular capital. (p.14/15)

Bernardes argumenta ainda, que ao planejar o espaço urbano, os idealizadores de tal projeto acabaram por não incorporar as diferenças de classes sociais como diferenças de fundamento antagônico. Essa tendência levou a que a cidade se desenvolvesse afirmando historicamente as desigualdades sociais.

3.2. DESIGUALDADE, FRAGMENTAÇÃO E MEDO

Diante do exposto, fica evidente que Goiânia, desde a sua construção na década de 1930, sofreu um processo de crescimento acelerado e irregular. Planejada para abrigar uma população de 50.000 habitantes, a cidade comporta 1.302.001 habitantes, segundo os dados do Censo 2010 do IBGE. O processo de urbanização da cidade, diferentemente do que se previa, não se desenvolveu de forma planejada no decorrer dos anos, evoluindo para a conformação de um espaço fragmentado e “polinucleado”. O planejamento e controle

exercido sobre o espaço urbano nos primeiros anos deu lugar, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990, a um crescimento rápido e desordenado. Esse contexto é marcado, principalmente, por uma acentuada expansão urbana com a incorporação de extensas áreas rurais à cidade, fruto da proliferação de loteamentos clandestinos com ou sem a concessão do Estado e também de ocupações realizadas por amplos contingentes populacionais que chegavam à capital sem condições de habitar as áreas centrais da cidade, devido ao elevado custo da terra nesses espaços planejados e providos de infraestrutura.

Tudo isso resultou na produção de um espaço urbano espalhado, pouco coeso e bastante heterogêneo. Segundo informações da Secretaria de Planejamento do Município (SEPLAN), Goiânia, não precisa hoje de novos bairros, e sim de integrar os muitos já consolidados ou em fase de consolidação, reduzindo os espaços vazios e as áreas isoladas dos quase 400 bairros existentes na capital. Como ressalta o atual plano diretor da capital, “o processo de periferização e de segregação de grandes contingentes de população de baixa renda foi o grande responsável pela ampliação do perímetro urbano de Goiânia, fenômeno que provocou sucessivas mudanças na lei de zoneamento da capital, empurrando para cada vez mais longe a moradia dos mais pobres e agravando os problemas socioambientais”. As invasões de áreas de praças e fundos de vale tornam a situação ainda mais grave com uma estimativa, indicada pela Secretaria de Planejamento Municipal de Goiânia, da existência de 147 invasões dessa natureza na capital no início dos anos 2000. Enquanto nas áreas centrais estão disponíveis cerca de 120 mil lotes vazios servidos de infraestrutura, novos empreendimentos distantes da área urbana consolidada são lançados a todo o momento, encarecendo a infraestrutura urbana e incentivando a especulação imobiliária. Neste contexto, o processo de urbanização de Goiânia não é afetado apenas pelo crescimento da cidade, mas também, pela distribuição de seus componentes, dos centros de emprego e dos sistemas de transporte.

Ribeiro (2004), a partir da análise de dados da Secretaria de Planejamento Municipal (Seplam), afirma que até o início dos anos 2000 estima-se que cerca de 35% da população goianiense tenha migrado para as regiões periféricas da cidade, passando a habitar o enorme cinturão de bairros que se formou ao redor do núcleo original, que inclui os setores Central, Sul, Oeste, Universitário e Bueno. É na região Noroeste da cidade onde se concentram os bairros mais pobres do cinturão que se formou em torno do núcleo

original. Fundados de forma ilegal e sem nenhuma infraestrutura, esses bairros (Vila Finsocial, Vila Mutirão, Jardim Curitiba e Bairro da Vitória) já se encontravam no começo dos anos 2000 com 71 mil habitantes e em larga expansão, ultrapassando dois terços dos moradores de alguns setores tradicionais, como Bueno, Oeste, Bela Vista e Jardim América, os mais populosos do núcleo central expandido e que abrigavam juntos pouco mais de 100 mil habitantes. A situação da periferia contrasta bruscamente com a região urbana central, servida de infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços. Todavia, ao passo que a cidade se espraia no horizonte formando imensos vazios urbanos, no plano vertical, proliferam cada vez mais arranha-céus.

Segundo Moysés, Bernardes e Kallabis (2005):

A exemplo das grandes cidades brasileiras, a cidade de Goiânia cresce sob o signo da desigualdade social e da segregação, configurando-se como espaço de tensões e conflitos que se espacializam através da configuração de múltiplos territórios, lugares e não lugares, a despeito do discurso do planejamento e dos vários planos diretores a que foi submetida nas últimas décadas (p.5).

Do crescimento acelerado e sem controle decorre uma malha urbana descontínua, muitos espaços vazios, aumento de ocupações, ausência de infraestrutura básica para grande parte da população, dificuldade de mobilidade dos que moram nos bairros afastados, bem como outros problemas. Evidencia-se em Goiânia, todavia, um processo de urbanização que produz uma cidade fragmentada tanto social quanto espacialmente, onde o distanciamento e a desconfiança geram práticas defensivas, onde os muros são cada vez mais reforçados e os gestos tolhidos. Tudo isso gera problemas sociais e só aumenta a insegurança.

Os muros, sejam reais ou não, disseminam-se por toda a metrópole modificando significativamente o desenho e a vivência urbana. Eles parecem dividir, separar, demarcar os diferentes espaços da cidade. Moysés (2004) considera que:

O espaço urbano de Goiânia e de alguns municípios de sua região metropolitana evidencia a existência de uma cidade fracionada e fragmentada. Assim, podemos dizer que, de um lado, existe a *cidade legal* e, de outro, a *cidade ilegal ou não-cidade*. Ambas expressam a cidade concreta, real, flexível, que se metamorfoseia por obra e vontade dos homens. *Legal* é a cidade dos loteamentos e das edificações regulares, aprovados segundo a legislação

vigente. Essa pode projetar a cidade para fora como “cartão postal”. *Ilegal*, a construída à margem da lei, das instituições, por razões econômicas e sociais dos excluídos ou incluídos. Essa cidade ilegal só aparece publicamente quando ocorrem calamidades públicas, como enchentes, epidemias, ou através de reivindicações por melhores condições de vida, o que possibilita a visibilidade de suas entranhas e da deterioração de seus espaços e as condições precárias em que seus moradores vivem. Ambas existem, “convivem” e desconfiam uma da outra. No entanto, entre elas há “muitos muros”. (p.195/196)

Segundo Ribeiro e Santos Júnior (2007) a violência e o medo dos habitantes das cidades são, também, resultantes “do processo de segmentação socioterritorial em curso, que separa as classes e grupos sociais em espaços de abundância e de integração e em espaços de concentração da população vivendo simultâneos processos de exclusão social” (p. 9).

Em um contexto de cidade fragmentada, os encontros entre os diferentes sociais tendem a ser cada vez mais marcados pela suspeita e pela desconfiança. A difusão do medo, acompanhada de um desconhecimento do *outro*, consequências da conformação espacial e urbana e do estado de alarme social, tendem a criar, no imaginário social, a ideia de territórios proibidos, uma profusão de estigmas territoriais e sociais. Nesse sentido, configura-se um círculo vicioso, pois se o medo parece, ao menos nos discursos da população, justificar o enclausuramento e o abandono dos espaços públicos, essas medidas tendem, por outro lado, a reforçar o medo e a insegurança, à medida que restringem a sociabilidade e restringem ou eliminam o diálogo entre os diferentes grupos que habitam as cidades. À medida que são abandonados e ficam livres da vigilância e controle social exercidos pelos cidadãos, os espaços públicos, tornam-se suscetíveis à ocorrência de incivildades, criminalidade e violência, o que recrudesce ainda mais os níveis de medo e insegurança.

3.3. VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NA CIDADE DE GOIÂNIA

A violência e a criminalidade figuram na atualidade como temas recorrentes nos debates públicos e nas conversas cotidianas dos cidadãos, gerando contextos de

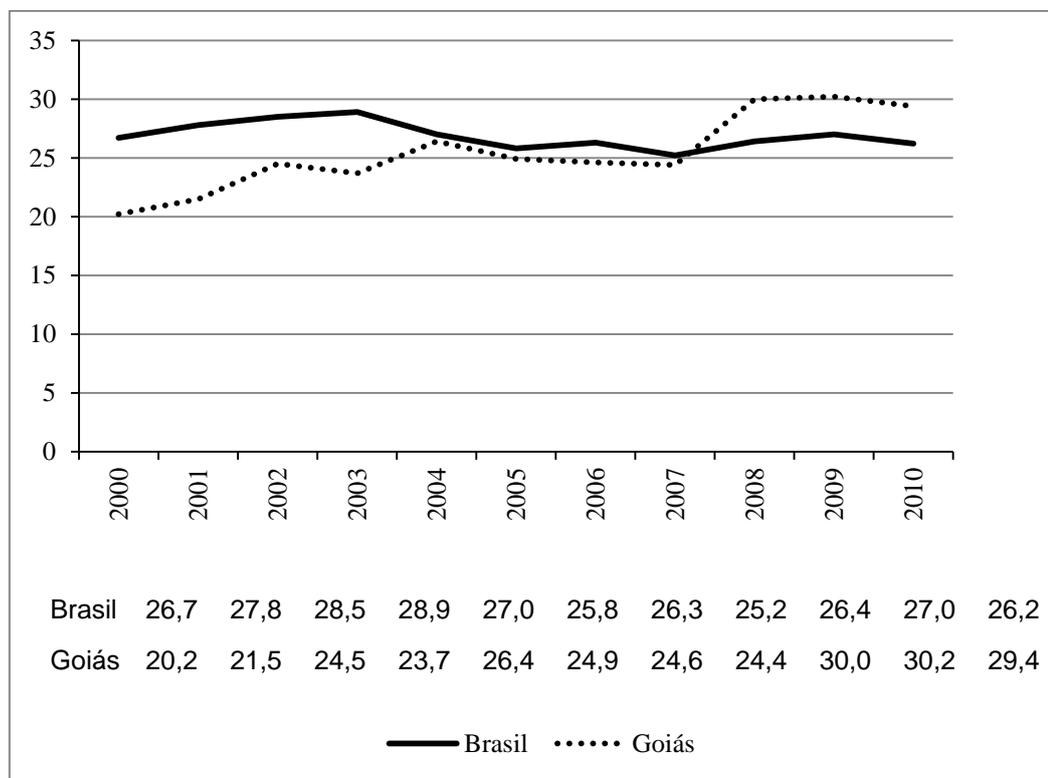
preocupação, ansiedade e medo crescentes. Ao lado da exclusão, segregação e desigualdade social, a questão da violência se destaca como sendo um dos problemas mais graves que acomete as cidades brasileiras, especialmente as mais adensadas. A violência que ocorre no Brasil e se expressa tanto nos indicadores do sistema de saúde quanto nos indicadores criminais tem demonstrado uma magnitude e intensidade sem precedentes. A mortalidade por homicídios representa um dos principais indicadores do fenômeno da violência, haja vista as elevadas taxas apresentadas pelos estados e municípios brasileiros. Conforme já discutido anteriormente, as taxas de mortes por causas violentas, nos principais centros urbanos brasileiros são alarmantes, apresentando uma tendência crescente desde a década de 1980.

Segundo informações do estudo *Mapa da violência 2012*, obtidas a partir do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde, em 1980, foram 13.910 pessoas assassinadas no Brasil. Em 1990, esse número quase dobrou, chegando a 31.989 homicídios. Já em 2010 esse número alcançou 49.932 mortes por homicídio, o que representa um aumento de 259% equivalente a 4,4% de crescimento ao ano. A taxa de mortes por homicídios que em 1980 era de 11,8 homicídios por cem mil habitantes passou para 22,2 em 1990, alcançou 26,7 em 2000 e teve uma leve diminuição em 2010 com uma taxa de 26,2 homicídios por cem mil habitantes. No caso do Estado de Goiás também se observa uma escalada preocupante da violência letal. A taxa que era de 12,3 homicídios por cem mil habitantes em 1980, passou para 16,9 em 1990, alcançou 20,2 em 2000 e chegou em 2010 com uma taxa de 29,4.

Ao comparar as taxas do Estado de Goiás com as taxas nacionais para o período de 2000 a 2010, verificamos que o Estado apresentou taxas inferiores as taxas nacionais até o ano de 2008, superando-as nos anos seguintes da série.

Gráfico 1 - Taxa de homicídio – por 100 mil habitantes

Brasil e Goiás – 2000 – 2010.

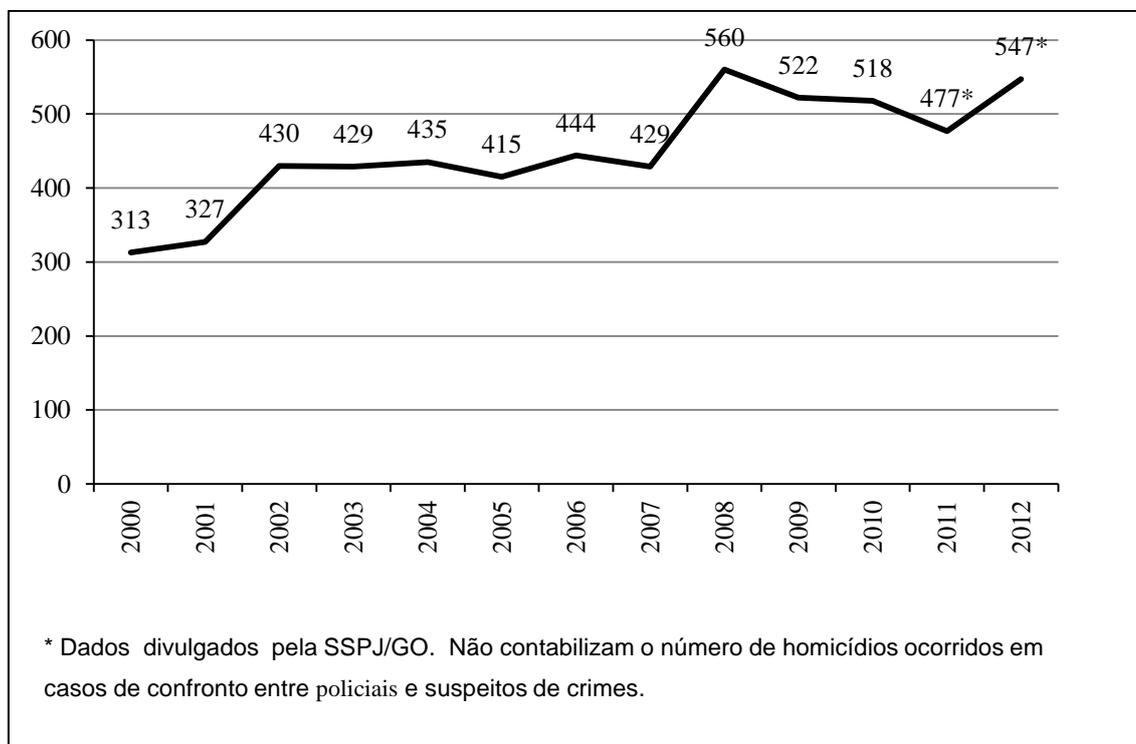


Fonte: Waiselfisz (2012).

A capital, Goiânia, bem como, sua região metropolitana, tem uma contribuição significativa no incremento de mortes por homicídio no Estado. A escalada da violência na capital tem sido constantemente noticiada nos jornais, debatida por governantes, operadores da segurança pública e população em geral. Goiânia contabilizou entre os anos de 2000 a 2010, de acordo com dados apresentados por Waiselfisz (2012), um total de 4822 vítimas de homicídio. O ano de 2008 aparece na série histórica com um dos mais violentos com um total de 560 homicídios. Em 2011, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás (SSPJ/GO), foram 477 pessoas assassinadas na capital do Estado. Em 2012 esse número chegou a 547 casos, sendo que só no mês de março foram cometidos 60 assassinatos na cidade. É importante frisar que o número de vítimas computadas pela SSPJ/GO não inclui os homicídios ocorridos em casos de confronto entre policiais e suspeitos de crimes.

Gráfico 2 – Número absoluto de homicídios

Goiânia – 2000 – 2012.

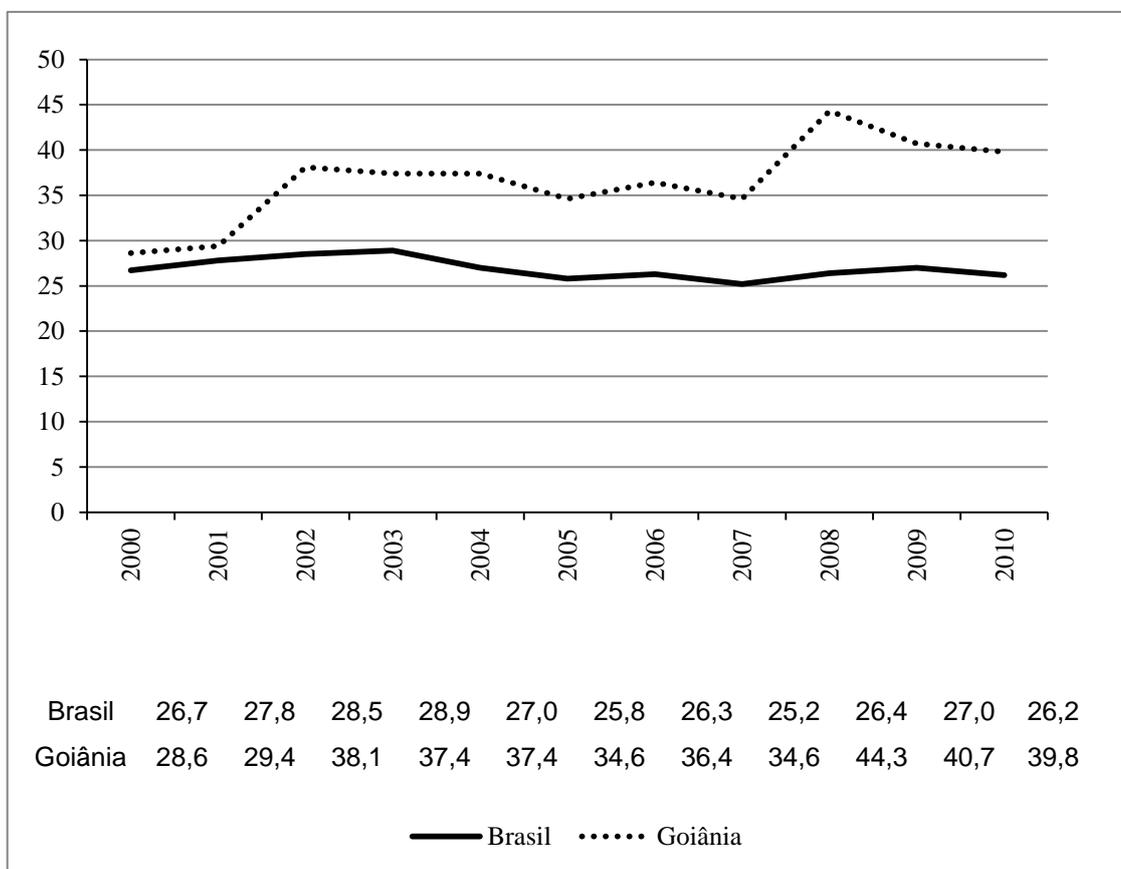


Fonte: Waiselfisz (2012) / Secretaria de Segurança Pública de Justiça de Goiás.

As taxas de vítimas de homicídios por cem mil habitantes em Goiânia ficam acima das taxas nacionais no período de 2000 a 2010 (conforme gráfico 3). A menor taxa de homicídios na capital para o período é de 28,6 homicídios por cem mil habitantes, no ano de 2000, e a maior taxa é de 44,3 homicídios por cem mil habitantes, no ano de 2006. O índice chega a ser quatro vezes maior do que o valor considerado crítico pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de 10 mortes por cem mil habitantes.

Gráfico 3 – Taxa de homicídio – por 100 mil habitantes

Brasil e Goiânia – 2000 – 2010.

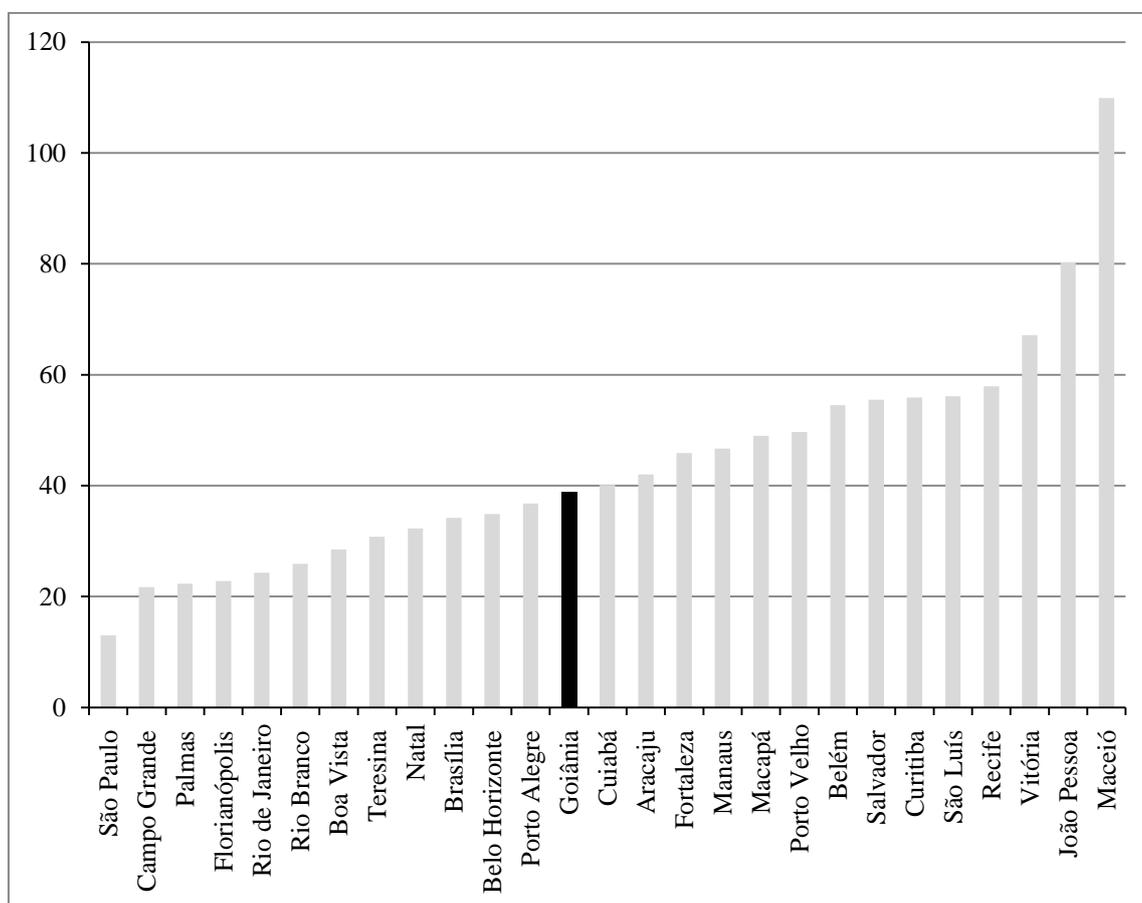


Fonte: Waiselfisz (2012).

Segundo o estudo *Mapa da Violência (2012)*, Goiânia ocupa a 15ª posição no *ranking* do número de homicídios por cem mil habitantes dentre as capitais brasileiras no ano de 2010. (ver Gráfico 4). Comparando as capitais verifica-se que as taxas de Goiânia não são muito diferentes das estatísticas de outras capitais. Maceió, João Pessoa, Vitória, Recife, São Luís, Curitiba, Salvador e Belém registraram em 2010, as maiores taxas de homicídios do país, superiores a 50 homicídios por cem mil habitantes. Por outro lado, cidades como São Paulo, Campo Grande, Palmas, Florianópolis, Rio de Janeiro, Boa Vista, Teresina, Natal, Brasília, Belo Horizonte e Porto Alegre apresentam taxas inferiores às apresentadas por Goiânia.

Gráfico 4 – Taxa de homicídio – por 100 mil habitantes

Capitais brasileiras – 2010.



Fonte: Waiselfisz (2012).

Do mesmo modo que em outras cidades brasileiras os índices de mortalidade por violência são muito diferenciados no espaço. Essa violência associa-se às desigualdades socioespaciais que marcam o tecido urbano. Vários estudiosos têm mostrado que a violência afeta a população de modo desigual, gerando riscos de vitimização diferenciados em função de características como sexo, idade, escolaridade, raça/cor, espaço social e outros.

Assim, muito embora a criminalidade urbana esteja relacionada a um sentimento de insegurança generalizado que marca a vivência dos habitantes das cidades, redefinindo as práticas e o modo de vida dos cidadãos, é notório que ela não se distribui de forma homogênea por todo o território. Segundo Khan (2005) o fenômeno da concentração espacial da violência pode ser observado em diversas cidades, mas é facilmente visível em

idades com elevado nível de desigualdade, onde há uma nítida segregação entre pessoas pertencentes a diferentes estratos sociais, como é o caso de Goiânia. Nesse contexto, a violência letal tende a se concentrar nas áreas periféricas ao passo que as áreas centrais são mais tranquilas. De acordo com o autor, diversos fatores contribuem para explicar a racionalidade dessa distribuição: crescimento populacional, diferenças nas taxas de emprego, grande número de famílias constituídas por um só dos pais, evasão escolar, analfabetismo, distribuição de equipamentos públicos (escolas, creches, parques, hospitais, etc.), presença do tráfico de drogas, distribuição dos efetivos policiais, etc. Contudo, adverte o autor que “embora a explicação da distribuição seja complexa, existe um fator, todavia, que isoladamente contribui com elevada parcela para explicar a distribuição observada dos homicídios, e esse fator é o nível socioeconômico do bairro” (p. 58).

Essa realidade pode ser facilmente evidenciada em Goiânia. São os bairros pertencentes às regiões mais carentes da capital aqueles que são mais fortemente acometidos pela violência homicida. Segundo dados da SSPJ/GO, no ano de 2006, dos 916 homicídios e tentativas de homicídio registradas na capital, 325 ocorrem na região noroeste, uma das mais pobres da cidade. O Jardim Curitiba, a Vila Mutirão e o Setor São Carlos, bairros pertencentes à região noroeste, concentram 143 do total de homicídios e tentativas de homicídios registrados nesse ano (ver quadro 1).

Quadro 1 – Homicídios e Tentativas de Homicídios em Goiânia por região / 2006.

Região Noroeste	325
Região Sudoeste	150
Região Leste	107
Região Oeste	98
Região Central	73
Região Sul	63
Região Norte	58
Região Sudeste	28
Região Nordeste	14

Fonte: SSPJ/GO (2007)

O crescimento desordenado, a atração de comércios e empreendimentos imobiliários aumentaram a complexidade do local. A criminalidade é uma constante nos 61 bairros que compõem a região noroeste de Goiânia. Com uma população de cerca de 180 mil habitantes, a região é uma das mais problemáticas da capital. Ao lado do tráfico de drogas e dos crimes de homicídio, os casos de assaltos, insistentemente noticiados nos jornais, também assombram os moradores da região que se sentem ameaçados e desprotegidos.

Ainda segundo dados da SSPJ/GO um terço dos assassinatos ocorridos em Goiânia no ano de 2009 concentrou-se em apenas 12 bairros dos quase 400 que a capital possui. O Jardim Curitiba, na região noroeste, e o Setor Pedro Ludovico, na região sul, lideram as estatísticas com 20 notificações cada. Na sequência estão os setores Madre Germana II, Sudoeste e Finsocial, com 8 registros cada. Setor Urias Magalhães e Parque Amazônia, com 7 ocorrências, e Bairro Rodoviário, Jardim América, Jardim Guanabara, Conjunto Vera Cruz e Sítio Recreio Morada do Sol, cada um com 6 homicídios.

De acordo com levantamentos da Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás (SSPJ/GO) entre os anos de 2008 e 2011⁸, o Jardim Curitiba apresentou 49 homicídios, continuando na liderança como um dos bairros mais violentos da capital (ver quadro 2). Também pertencentes à região noroeste aparecem na estatística, entre os 10 bairros mais violentos da capital, o Jardim Nova Esperança e o Setor Finsocial. Assim, como o Curitiba e todos os outros bairros da região noroeste, o Jardim Nova Esperança e o Setor Finsocial são bairros onde reside uma população de trabalhadores pobres que convivem cotidianamente com os problemas relacionados à violência e criminalidade.

⁸ Até o dia 6 junho de 2011.

Quadro 2 – Ranking dos 10 bairros mais violentos em Goiânia / Homicídios ocorridos nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011 (até o dia 06 de junho de 2011).

Jardim Curitiba (região noroeste)	49 Homicídios
Setor Pedro Ludovico (região sul)	40 Homicídios
Jardim Novo Mundo (região leste)	38 Homicídios
Jardim Nova Esperança (região noroeste)	34 Homicídios
Centro (região central)	33 Homicídios
Jardim Guanabara (região norte)	30 Homicídios
Parque Amazônia (região sul)	29 Homicídios
Setor Finsocial (região noroeste)	28 Homicídios
Jardim América (região sul)	23 Homicídios
Parque Santa Cruz (região sudeste)	20 Homicídios

Fonte: SSPJ/GO (2008-2011)

Bairro pertencente à região leste de Goiânia, o Jardim Novo Mundo, aparece em terceiro lugar com 38 homicídios no período em análise. É o segundo bairro com a maior população de Goiânia, com cerca de 32.000 habitantes. Embora, tenha sido parcelado nos anos 1950, a efetiva ocupação do bairro somente ocorreu em 1970. Trata-se de um bairro predominantemente habitado por operários e trabalhadores pobres e com uma relativa carência de infraestrutura, apesar de muitas melhorias terem sido implementadas nos últimos anos. O bairro aparece recorrentemente nas estatísticas de violência e criminalidade da cidade de Goiânia. A escalada da violência letal no local é atribuída, pela polícia, ao avanço do tráfico de drogas na região.

O Jardim Guanabara figura nas estatísticas da polícia como o sexto bairro em número de homicídios. O bairro pertence à região norte de Goiânia, onde é possível constatar ocupações irregulares, áreas de risco, condomínios, loteamentos e conjuntos populares e a proliferação de áreas urbanas e carentes de infraestrutura. A região apresenta grandes diferenças de escolaridade e no acesso à propriedade privada pela população. O Jardim Guanabara é um bairro popular e em suas quatro etapas agrega uma população de um pouco mais de 20.000 habitantes. O bairro foi parcelado ainda nas primeiras décadas da existência de Goiânia e como a grande maioria dos bairros do período, o Jardim Guanabara, distava do centro da cidade e não possuía nenhuma infraestrutura. Abrigava

principalmente pessoas que não possuíam recursos para morar em bairros mais centrais e urbanizados. Com o passar do tempo o bairro recebeu melhorias na infraestrutura e equipamentos urbanos. O bairro sempre aparece nos levantamentos da polícia como um dos mais violentos.

O décimo colocado entre os bairros mais violentos da capital é o Parque Santa Cruz. O bairro localiza-se na região sudeste da capital e assim como muitos outros descritos, tem sua origem no final dos anos 1970, quando centenas de famílias que chegaram à nova capital do Estado, sem condições de arcar com o alto custo do aluguel em áreas centrais e servidas de infraestrutura urbana, tomaram posse de uma área de propriedade do Estado. A área ocupada era, na verdade, o lixão de Goiânia. Em 1980, após várias tentativas de remoção das famílias, a ocupação foi se consolidando e aumentando. Em 2010 houve a implantação de um programa de habitação social, que teve por objetivo a regularização fundiária dos imóveis dos moradores. Segundo pesquisa realizada por Amaral (2010), a maior preocupação dos moradores do lugar não diz respeito aos riscos implicados na construção de suas moradias sob o lixo, mas sim a violência crescente que assola o bairro, fruto do envolvimento massivo dos jovens com o tráfico de drogas.

Embora, haja uma notória concentração espacial da violência nos bairros periféricos da cidade, a Polícia Civil ressalta que as estatísticas criminais constataam que, nos últimos quatro anos, setores anteriormente não tão atingidos pela violência passaram a figurar na lista dos bairros mais violentos. Nesse período, quase 40% dos crimes homicidas ocorreram nos bairros mais centrais e valorizados. É o caso, por exemplo, do Parque Amazônia. O Parque Amazônia é um bairro nobre localizado na zona sul da cidade. Criado em 1954, foi inicialmente uma área de residência de pessoas de baixo poder aquisitivo. Entretanto, desde os anos 1990, o bairro vem sendo ocupado por famílias de classe média e média-alta. Conta com vários edifícios verticais, várias avenidas importantes, praças planejadas e tem um comércio pujante. No bairro localiza-se o Parque Cascavel.

O mesmo acontece com o Setor Pedro Ludovico e Jardim América, bairros também localizados na região sul da capital. O Setor Pedro Ludovico nasceu de uma posse da Fazenda Macambira e até o ano de 1954 era uma invasão, somente três anos depois começou o processo de urbanização e o assentamento das famílias. O setor que anteriormente era um bairro de operários, policiais e trabalhadores humildes, passou por

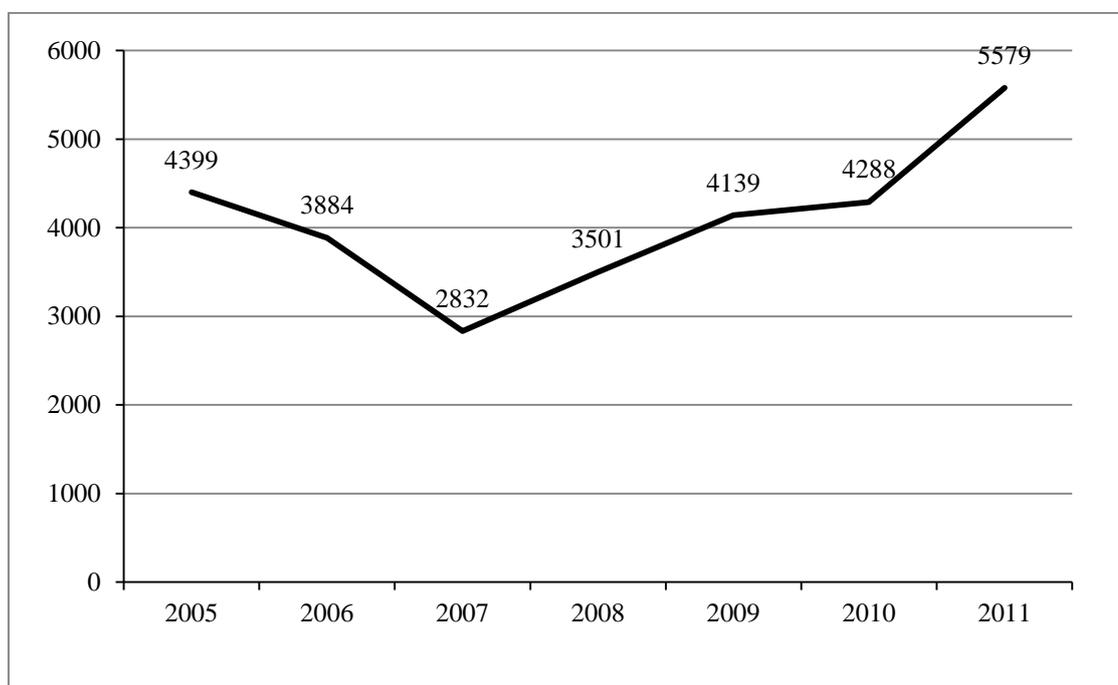
uma transformação significativa e hoje é uma das áreas mais valorizadas, abrigando pessoas de classe média da cidade. Já o Jardim América, o maior bairro da capital, abrigando mais de 50.000 habitantes, é um setor planejado com comércios importantes e avenidas que dão acesso ao centro e com diversas áreas de lazer. O bairro faz divisa com outros bairros nobres, como o Setor Bueno, Nova Suíça, Jardim Atlântico e Parque Amazônia. A maioria dos moradores é de pessoas de classes privilegiadas.

A polícia argumenta que o tráfico de drogas tem sido o maior motivo das mortes e a eliminação de “rivais” aumenta os trágicos dados, muito embora reconheçam que a violência seja multifatorial. O tráfico também proporcionaria, na opinião dos operadores da segurança pública, uma pulverização da violência, que passaria a atingir diversas localidades na cidade, mesmo que com intensidades diferenciadas.

Junto com o crime homicida essa realidade traz consigo um novo fator agregado, o aumento no índice de outras modalidades criminosas como é o caso do furto e roubo de veículos. Segundo a polícia, o carro é usado para que se façam outros roubos e também serve como moeda de troca na compra de droga. Estima-se que entre 12 a 15 veículos são roubados ou furtados por dia em Goiânia. As estatísticas revelam ainda que até o ano de 2007 o número de veículos furtados superava o número de roubados. Nos últimos anos, houve uma inversão desta realidade, já que atualmente os casos de roubos sobressaem aos de furtos. Talvez a principal razão para essa inversão seja a sofisticação e generalização dos sistemas de proteção antifurto de veículos. Nesse contexto, os criminosos passam a ter uma relação direta com as vítimas, o que torna os crimes contra o patrimônio mais violentos.

Gráfico 5 – Número Absoluto de Furtos e Roubos de Veículos

Goiânia – 2005 – 2010.



Fonte: DERFRVA (2005 – 2010)

Segundo registros da Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores (DERFRVA), no ano de 2010, 4.288 veículos foram roubados e furtados em Goiânia. Em 2011, esse número passou a 5.579. Na lista dos bairros com maiores ocorrências aparecem os bairros de classe alta e média da cidade (ver quadros 3 e 4), o que demonstra uma lógica de distribuição diferenciada em relação ao crime homicida.

Quadro 3 – Setores com mais ocorrências de roubos de veículos em Goiânia / 2011.

Setor Bueno	45 ocorrências
Leste Universitário	29 ocorrências
Setor Oeste	28 ocorrências
Jardim América	27 ocorrências
Setor Sudoeste	22 ocorrências

Fonte: DERFRVA (2012)

Quadro 4 – Setores com mais ocorrências de furtos de veículos em Goiânia / 2011.

Centro	50 ocorrências
Jardim Goiás	41 ocorrências
Cidade Jardim e Setor Bueno	24 ocorrências
Jardim América	21 ocorrências
Setor Oeste e Leste Universitário	18 ocorrências

Fonte: DERFRVA (2012)

Em 2012, as estatísticas se revelam alarmantes. Nos três primeiros meses de 2012 mais de 1.500 veículos foram alvos de furtos ou roubos na cidade. Segundo estatísticas da Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores (DERFRVA) o aumento verificado em 2012 em relação ao mesmo período de 2011, é de 90% no número de veículos furtados e roubados na capital. Em fevereiro de 2011 foram 478 veículos roubados e furtados, já em fevereiro de 2012 esse número passou para 901. Apesar das dificuldades metodológicas de se quantificar indicadores de criminalidade, além das taxas de violência letal, parece que, nas últimas décadas, há não apenas uma mudança nos padrões de crime, mas também um aumento nas taxas de crimes contra o patrimônio. Esse quadro contribui sobremaneira para o aumento do medo e sensação de insegurança da população constantemente revelada através de pesquisas e sondagens de opinião e noticiada dia-a-dia nos principais meios de comunicação de massa. O jornal, *O Popular*, um dos de maior circulação na capital, tem apresentado reportagens que apontam os recordes de assassinatos registrados na cidade ao longo dos meses, enfatizando que a violência tornou-se desenfreada e que apavora os goianienses.

Ao lado das notícias sobre o incremento da violência letal na capital, figuram reportagens sobre sequestros relâmpagos, roubos à residência e de veículos, onde as vítimas são feitas reféns, latrocínios e outras modalidades criminosas que assombram os habitantes da cidade. Nos últimos tempos, as atenções da mídia, das autoridades e da população em geral, voltam-se para os chamados “arrastões” que passaram a ocorrer em restaurantes e bares localizados em bairros nobres da capital, como os setores Bueno, Oeste, Sul e Marista. Nesse tipo de ação grupos de criminosos roubam estabelecimentos e todos os clientes que se encontram no local. De acordo com a polícia militar, sete assaltos com características de arrastão já foram registrados em menos de duas semanas, no mês de

outubro (2012), em Goiânia. Com todas as deficiências que se reconhecem nas estatísticas oficiais, elas parecem revelar que a percepção social de aumento da criminalidade violenta tem uma base concreta, ou seja, o crescimento vertiginoso dessa modalidade delituosa nos últimos anos, que passou a ser um meio de resolução de conflitos entre criminosos, que se tornaram mais agressivos e ousados.

A despeito disso, devemos considerar a violência em suas diferentes manifestações como um aspecto decisivo na construção das percepções sociais sobre insegurança. Em função dessa percepção os habitantes da cidade narram suas ansiedades, medos e as mudanças nos seus hábitos e rotinas.

1.4. O MEDO E A INSEGURANÇA DO GOIANIENSE

Pesquisas realizadas na capital evidenciam a preocupação de seus moradores em relação à violência e a segurança. O medo de ser vítima de violência é a principal preocupação admitida pelo goianiense em 2011, segundo pesquisa publicada pelo Jornal *O Popular* e realizada pelo Instituto Grupom Consultoria e Pesquisa. De acordo com dados da pesquisa 65,5% dos moradores de Goiânia temem a violência. Em 2012 em matéria intitulada *Confinados pelo medo* o mesmo jornal voltou a discutir o medo dos moradores de Goiânia em relação à violência. A partir de dados da *Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar sobre Atitudes, Normas Culturais e Valores, em Relação à Violação de Direitos Humanos e Violência 2010*, realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), com apoio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em 11 capitais brasileiras, a matéria debateu a preocupação do goianiense em relação à segurança e as mudanças nos hábitos e relações. Os dados revelam que 83% dos moradores percebem a violência como crescente na capital. Apenas 1,5% dos entrevistados consideram muito seguro andar a pé à noite e 24,6% não se sentem seguros para caminhar por algumas ruas do bairro mesmo durante o dia. Na cidade, ainda segundo a pesquisa, 47% das pessoas entrevistadas relataram deixar de sair à noite e 46,3% deixaram de circular em algumas ruas do bairro.

De forma mais aprofundada a pesquisa *Violência Urbana no Estado de Goiás*⁹ buscou captar o sentimento de insegurança dos moradores da cidade de Goiânia, bem como seus comportamentos, hábitos e valores em face do medo da violência. A pesquisa realizada por professores e alunos da Universidade Federal de Goiás, no ano de 2008, e que teve como um de seus objetivos a realização de um survey sobre vitimização e sentimento de insegurança entre diferentes grupos sociais na cidade, entrevistou 2000 moradores e revelou que 66,2% dos pesquisados acreditam que a violência vem aumentando na capital. Esse dado é corroborado pela pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, no ano de 2010, que considerou Goiânia como uma das cidades brasileiras onde há um maior consenso sobre o crescimento da violência. Ainda segundo dados da pesquisa *Violência Urbana no Estado de Goiás*, 70,3% dos pesquisados afirmaram se sentirem um pouco ou muito inseguros ao andar nas ruas do próprio bairro durante a noite.

Com o intuito de perceber as diferenciações na percepção do medo e da insegurança na capital, foram pesquisados moradores de espaços com características bastante diferenciadas do ponto de vista socioeconômico. A escolha das áreas pesquisadas na capital teve como base o estudo desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles¹⁰ - IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sobre as regiões metropolitanas do Brasil, que tem como um de seus objetivos o desenvolvimento e a difusão de metodologias de análise social do espaço que possam identificar e mensurar as conexões dos processos socioterritoriais de divisão,

⁹ A pesquisa *Violência Urbana no Estado de Goiás* foi coordenada pela professora Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás. O projeto contou com financiamento da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). A pesquisa planejada para ser realizada em diversas etapas, com o uso de diferentes metodologias, teve como um de seus objetivos a realização de um *survey* sobre vitimização e sentimento de insegurança em 13 municípios goianos, incluindo a capital, Goiânia. Os resultados da pesquisa estão publicados no livro *Violência Urbana em Goiás: Práticas e representações* (2011).

¹⁰ O Observatório das Metrôpoles é um grupo que funciona em rede e reúne pesquisadores de instituições dos campos universitário, governamental e não governamental. As equipes reunidas vêm trabalhando sobre onze metrôpoles e uma aglomeração urbana – Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza e Belém, e a aglomeração urbana de Maringá –, visando identificar as tendências convergentes e divergentes nas diferentes metrôpoles, geradas pelos efeitos das transformações econômica, social, institucional e tecnológica por que passa o País nos últimos vinte anos. Ver: <http://web.observatoriodasmetrosoles.net>.

segmentação e segregação residencial com os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais e a pobreza urbana nas áreas metropolitanas.

Nesse sentido, foram desenvolvidas tipologias que têm por objetivo perceber o modo como o espaço social urbano se organiza. A metodologia, apoiada em Bourdieu, considera não só o capital econômico (renda), como também o capital cultural (escolaridade e ocupação) na definição dos tipos. De acordo com Lago (2000), procura-se fugir, com isso, das conhecidas dificuldades teóricas e metodológicas inerentes ao uso de sistemas de classificação baseados apenas em uma única escala, utilizando-se uma concepção multidimensional da estruturação do espaço social que permite buscar uma compreensão mais fina das eventuais diferenças de posições sociais de grupos ocupacionais.

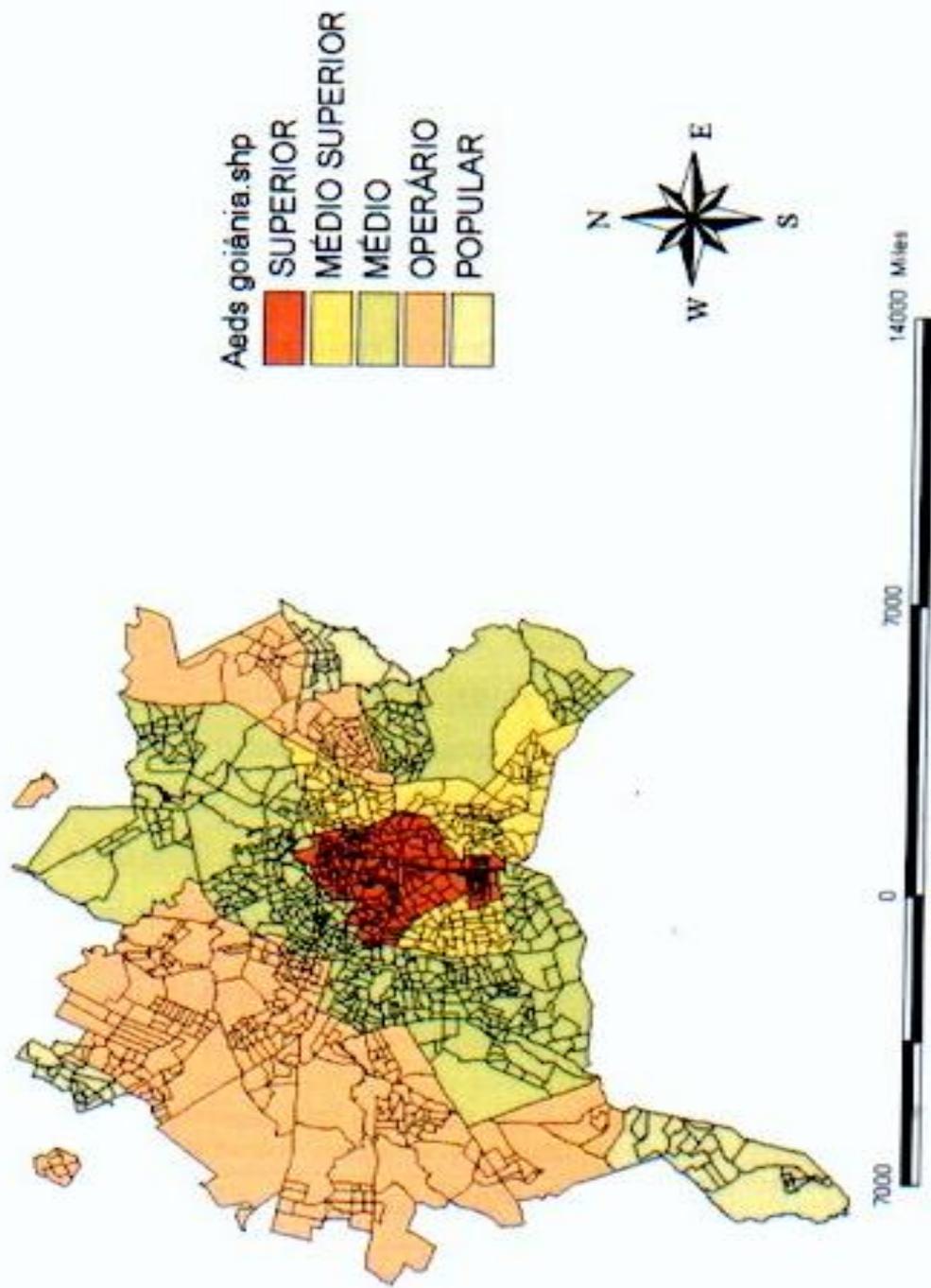
A estrutura socioterritorial de Goiânia é composta por cinco desses tipos socioespaciais: superior, médio superior, médio, operário e popular. Nas áreas definidas como de tipo superior, estão concentradas as categorias socioespaciais mais elevadas hierarquicamente, como grandes empregadores e dirigentes do setor privado e público. Nas áreas identificadas como tipo médio superior, concentram-se as categorias médias e relativamente superiores (profissionais de escritório e artistas e similares, mas com uma tendência a reforçar o peso nas categorias superiores, como professores de nível superior e profissionais empregados de nível superior). No tipo médio, predominam as ocupações de escritório, as ocupações técnicas e os prestadores de serviços especializados. O tipo operário caracteriza-se pela forte presença das categorias de prestadores de serviços especializados e não especializados, ao mesmo tempo em que possuem grande participação as categorias operários da indústria tradicional e operários da construção civil. O tipo popular é fortemente marcado pela participação das categorias de empregados domésticos, ambulantes e catadores.

A amostragem da pesquisa levou em conta a população total de cada tipo socioespacial e, ainda, a distribuição populacional segundo sexo e idade. Foram pesquisados homens e mulheres com idade acima de 18 anos de idade. A aplicação dos questionários foi feita nos domicílios, onde o pesquisador propunha as questões e as marcava de acordo com a resposta do pesquisado. Em cada um dos tipos foram aplicados

400 questionários. A representação das tipologias pode ser observada no cartograma¹¹ a seguir.

¹¹ Cartograma apresentado por Gomes Ribeiro (2007)

Goiânia: Tipologia Sócio-Espacial - 2000



A pesquisa empreendida constou da aplicação de questionários em alguns dos bairros que compõem os diferentes tipos socioespaciais, a saber: Tipo Superior (Marista, Sul, Oeste, Aeroporto, Bela Vista, Nova Suíça, Bueno, Coimbra e Setor Central de Goiânia.), Tipo Médio-Superior (Jardim América, Pedro Ludovico, Bairro Feliz e Leste Universitário), Tipo Médio (Campinas/Marechal Rondon, Parque Amazônia, Parque Atheneu, Sudoeste, Novo Horizonte), Tipo Popular (Baliza/Jardim Itaipu, Vila Pedrosa, São Domingos.), Tipo Operário (Santo Hilário, Novo Mundo, Vera Cruz, Finsocial, Jardim Curitiba e Vila Mutirão).

Segundo Frattari (2008, 2011), a pesquisa apontou que entre os entrevistados residentes nos bairros de classe alta, classe média alta, classe média e bairros populares (tipos operário e popular), 65,8%, 71,9%, 66,8%, 68,4%, e 79,1% respectivamente, relataram se sentirem um pouco ou muito inseguros andando sozinhos em seus bairros durante a noite. Embora, os índices sejam altos em todos os grupos, os moradores dos bairros pertencentes ao tipo popular revelam um maior sentimento de insegurança ao transitarem nas ruas do próprio bairro à noite.

Tabela 1 - Como você se sente andando sozinho no seu bairro à noite?

Tipologia dos Bairros	Muito seguro	Razoavelmente seguro	Um pouco inseguro	Muito Inseguro	Total
Superior	9.5%	24.7%	29.6%	36.2%	100%
Médio Superior	7.2%	20.9%	25.1%	46.8%	100%
Médio	8.8%	24.4%	30.3%	36.5%	100%
Operário	12.5%	19.1%	25.4%	43.0%	100%
Popular	7.8%	13.1%	25.8%	53.3%	100%

Fonte: Pesquisa Violência Urbana no Estado de Goiás (2008)

No que diz respeito à percepção da violência pelos entrevistados evidenciou-se que, embora a maioria dos atos criminosos seja percebida pelos pesquisados como inexistentes ou de rara ocorrência em seus bairros, existem algumas variações importantes em função do local de residência dos pesquisados. A ocorrência de crimes contra a pessoa apresenta percentuais mais elevados nos bairros populares em relação aos bairros da elite e da classe média goianiense. O mesmo se evidencia nas perguntas que fazem referência ao tráfico de drogas. Enquanto 28,5% dos moradores dos bairros de classe alta de Goiânia afirmaram que o tráfico de drogas é frequente em seus bairros, nos bairros populares este percentual representa 78,8% e 71,5% dos casos. O que representa uma variação de cerca de 50,3%.

A presença do tráfico de drogas preferencialmente nos espaços populares é um dos fatores que mais contribui para o aumento da violência letal nesses lugares. Durante a pesquisa os entrevistados quase sempre relacionaram os assassinatos frequentes em seus bairros ao tráfico de drogas. Enquanto nos espaços da elite apenas 3,5% dos entrevistados afirmaram que os assassinatos são acontecimentos frequentes em seus bairros. Este percentual sobe para 27,0% e 37,0% na pesquisa realizada nos bairros pobres da capital. No que diz respeito à agressão física enquanto 5,3% dos entrevistados dos bairros de alta renda identificaram esse ato como frequente, nos bairros populares esse percentual varia entre 27,3% e 27,5% dos casos.

A crença no aumento da criminalidade e violência na cidade é algo disseminado entre os moradores pertencentes aos diferentes grupos socioeconômicos. Entre 65% e 68% dos pesquisados acreditam que a violência vem aumentando a níveis crescentes nos últimos anos, o que de fato parece ser corroborado pelas estatísticas apresentadas na seção anterior. Os resultados da pesquisa apontam ainda para uma descrença do goianiense em relação às ações da segurança pública no intuito de enfrentar a escalada da criminalidade na cidade. Embora, de um lado, alguns acreditem que haja empenho por parte dos órgãos responsáveis pela segurança em resolver o problema, de outro, eles afirmam que os resultados são pequenos e invisíveis, o que contribui com a sensação de medo, insegurança e impotência.

Tabela 2 - Opinião sobre a violência em Goiânia em relação aos últimos anos.

Tipologia dos Bairros	Aumentou	Permaneceu como estava	Diminuiu	Não Sabe/ Não Responde	Total
Superior	66.3%	22.7%	10.0%	1.0%	100%
Médio Superior	65.2%	22.6%	11.7%	0.5%	100%
Médio	66.6%	21.0%	12.4%	0.0%	100%
Operário	66.1%	21.7%	11.7%	0.5%	100%
Popular	67.9%	19.3%	11.5%	1.3%	100%

Fonte: Pesquisa Violência Urbana no Estado de Goiás (2008)

Entre os pesquisados residentes nos bairros de classe alta, classe média alta, classe média e bairros populares (tipos operário e popular), 24,2%, 23,8%, 19,0%, 10,7% e 15,8% respectivamente, disseram terem sido vítimas diretas de algum ato criminoso no ano anterior à pesquisa (2007). Dentre os que foram vítimas os atos relatados se referem principalmente a roubo de celulares, roubo de outros objetos pessoais, furtos, falso sequestro, roubo de carros, roubo em residência, sendo raros os relatos de agressão física, tentativa de homicídio e estupro. Os membros da elite apresentam percentuais de vitimização um pouco mais elevados.

O percentual de entrevistados que teve algum parente vítima de algum ato criminoso no ano anterior à pesquisa é cerca de 10% maior em relação aqueles que foram vítimas diretas. Essa diferença sobe para 20% quando analisamos aqueles que tiveram amigos próximos ou vizinhos que foram vítimas. A vitimização entre vizinhos e amigos varia entre 39% e 50% dos casos.

Tabela 3 – Familiar vítima de ato criminoso no ano anterior à pesquisa (2007)

Tipologia dos Bairros	Sim	Não	Total
Superior	34.6%	65.4%	100%
Médio Superior	35.9%	64.1%	100%
Médio	30.7%	69.3%	100%
Operário	29.7%	70.3%	100%
Popular	32.6%	67.4%	100%

Fonte: Pesquisa Violência Urbana no Estado de Goiás (2008)

Tabela 4 – Amigo próximo ou vizinho vítima de ato criminoso no ano anterior à pesquisa (2007)

Tipologia dos Bairros	Sim	Não	Total
Superior	49.9%	50.1%	100%
Médio Superior	42.1%	57.9%	100%
Médio	39.7%	60.3%	100%
Operário	39.0%	61.0%	100%
Popular	40.2%	59.8%	100%

Fonte: Pesquisa Violência Urbana no Estado de Goiás (2008)

O que a pesquisa mostra é que o medo parece ser um sentimento generalizado, mesmo que informado por diferentes aspectos em diferentes contextos sociais. Ela nos permite fazer um inventário dos elementos que informam e atualizam o medo dos moradores da capital, tais como, percepção da violência no espaço de moradia, crença no aumento da violência na cidade, vitimização direta ou indireta, confiança nas instituições

responsáveis pelo controle social e ordem pública, vulnerabilidade percebida etc., todavia, ela não permite entender o modo como esses elementos se articulam de modo a traduzir as configurações sociais do medo. Importa, todavia, compreender as lógicas inerentes a esses diferentes contextos, ou seja, compreender as diferentes configurações do medo na cidade de Goiânia, como elas funcionam e o modo como interferem na vida das pessoas.

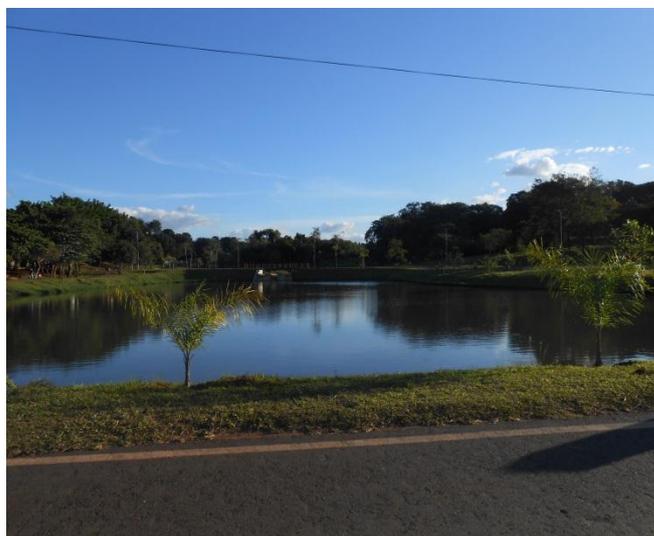
**O MEDO NOSSO DE CADA DIA: AS CONFIGURAÇÕES DO MEDO DO CRIME
EM BAIROS DE MÉDIA E ALTA RENDA**

4.1. O PARQUE ATHENEU: A FIGURAÇÃO DO MEDO DO CRIME EM UM BAIRRO MILITAR

A FORMAÇÃO ESPACIAL E AS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA

O Parque Atheneu é um bairro de tipo predominantemente médio localizado na região sudeste de Goiânia. É considerado o maior conjunto habitacional da América Latina, com mais de 6.500 domicílios (espalhados entre as unidades: 101, 103, 105, 201, 203, 205, 207, 301, 302, 303 e 305) e uma população de cerca de 40.000 habitantes. O Bairro dista cerca de 15 km do centro da cidade e conta com grandes equipamentos urbanos no seu entorno como o Autódromo Internacional Ayrton Senna e o Campus II da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, bem como com um setor de comércio e serviços bastante expressivo. Entre os grandes equipamentos urbanos instalados no bairro destaca-se ainda, o Parque Ecológico Carmo Bernardes, localizado entre o Parque Atheneu e o Setor Marilizia.

O bairro tem uma história muito particular. Surgiu no início da década de 80 com o intuito de abrigar integrantes da Polícia Militar e foi um dos primeiros conjuntos habitacionais no país a ser entregue aos moradores dotados de toda a infraestrutura urbana. O bairro dispõe, desde o seu início de benefícios como asfalto, água tratada, esgoto, energia elétrica e transporte coletivo. O projeto do bairro, pautado na concepção urbanística de parque, dotou o setor de grandes áreas para equipamentos sociais, de lazer e muito espaço verde, incluindo as áreas lindeiras aos lotes. Inspiradas nas cidades francesas foram projetadas ruas em alça (pequenas e estreitas destinadas ao fluxo de veículos só dos moradores), tudo isso com o objetivo de garantir a qualidade de vida e tranquilidade dos habitantes. Esses aspectos contribuem para que o bairro ganhe um ar interiorano, expresso nas falas dos moradores que percebem o Parque Atheneu como uma cidade a parte de Goiânia, embora não esteja isento dos muitos problemas que acometem a capital, inclusive a violência e o sentimento de medo e insegurança.



Fotos 1, 2 e 3: Fachadas de Casas do Bairro.

Foto 4: Vista do Parque Ecológico Carmo Bernardes.

Fotos 5 e 6: Ruas e Jardins do Bairro.



Fotos 7, 8, 9 e 10: Ruas e áreas verdes do bairro.

Fotos 11 e 12: Vista do Residencial Martim Quintanilha e do Batalhão da Polícia Militar.

Os primeiros moradores contam que o projeto original do Parque Atheneu previa que o bairro deveria se tornar uma espécie de condomínio fechado para militares. As casas foram construídas em unidades ou etapas, sendo que o padrão construtivo das mesmas e o modo como foram ocupadas seguiram o grau hierárquico dos moradores, ou seja, a patente dos militares. Assim, as residências destinadas aos oficiais, localizam-se na unidade 101, possuem três quartos, varandas e algumas até piscinas. A unidade 203 foi reservada aos cabos e soldados, os imóveis construídos em lotes menores possuem dois quartos. Sargentos e subtenentes deveriam habitar as casas da unidade 201. Na concepção original do projeto haveria horários rigidamente controlados para qualquer pessoa entrar ou sair do bairro. Todavia, essa ideia se perdeu no tempo, a “vocação militar” do bairro aos poucos foi cedendo lugar para a ocupação de civis, que passaram a ocupar uma significativa parcela do bairro, com a venda ou loca o das casas dos militares.

Como o projeto do bairro previa a verticaliza o de unidades, foi construído em 1990, na Unidade 301, o condomínio Residencial Martim Quintanilha, “os predinhos” como são conhecidos. A constru o do condomínio parece ter reforado a mudança de identidade que se verificou no bairro ao longo do tempo, já que os mais de 400 apartamentos passaram a ser habitados por mutuários civis em sua maioria. Os entrevistados afirmam que havia certo prestígio em morar nos “predinhos”, já que foram as primeiras habita es verticais a surgirem no setor. Na concep o de alguns dos antigos moradores do Parque Atheneu, as pessoas que passaram a morar no condomínio naquela época, se percebiam e eram percebidas como a elite do setor. Não havia, no entanto, diferenças socioeconômicas significativas entre eles e os habitantes das casas do bairro. A diferença residia, portanto, no estilo de morar.

No início dos anos 2000 cerca de 432 novas famílias passaram a habitar o Parque Atheneu em casas construídas e doadas pela prefeitura¹², situadas nas Unidades 301, 302, 303 e 305. Essas famílias foram retiradas de áreas de risco situadas nas margens do córrego Botafogo, Jardim Botânico I e II, Setor Pedro Ludovico e Vila Redeno. Segundo informa es dos próprios moradores, as casas, embora fossem pequenas, apresentavam um

¹² As casas foram construídas com recursos do Programa Habitar Brasil que previa a remo o de famílias residentes em áreas de risco na capital. O programa foi realizado com recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU/1998) e contrapartida da Prefeitura Municipal de Goiânia.

bom padrão construtivo e foram entregues com toda infraestrutura (rede água, esgoto, asfalto, linhas de ônibus), o que difere bastante de outras experiências com conjuntos habitacionais populares na capital. No ano de 2004 foi inaugurada uma creche na Unidade 303 para atender a demanda dos novos moradores. Ao todo o Parque Atheneu conta com três, o que segundo os moradores ainda é insuficiente haja vista as dimensões do bairro e o tamanho de sua população. Outro espaço entregue a população foi um centro de convivência bastante utilizado no início para reuniões, festas e cursos. Hoje esse espaço foi cedido para instalação do Batalhão da Polícia Militar. A instalação do conjunto habitacional da prefeitura no Parque Atheneu foi motivo de grande comoção social entre os antigos moradores do setor que viam os recém-chegados com olhar de desconfiança. Se de um lado, habitar os “predinhos” rendia aos seus moradores um *status* superior, de outro, residir no conjunto da prefeitura fazia com que as pessoas fossem alvo de suspeita e medo por parte dos moradores mais antigos do bairro.



Foto13: Rua do Conjunto Habitacional implantado pela Prefeitura.

Foto 14: Fachada de uma das Casas do Conjunto Habitacional.

As diferentes formas de ocupação do território, as especificidades espaciais e as relações de vizinhança entre os diferentes grupos – moradores do conjunto habitacional, moradores dos “predinhos” e moradores das “casinhas”, como são conhecidos os residentes das Unidades 301, 302, 303 e 305, e também as relações entre policiais militares e civis – aparecem como elementos fundamentais para a compreensão dessa figuração social. A forma como o espaço foi sendo construído e ocupado revela divisões, separações, diferenciações entre as distintas áreas do setor e seus habitantes, evidenciadas através de expressões como: “o lado de cá e o lado de lá” e “o outro Parque Atheneu”. Assim, os espaços são delimitados através de uma situação de hierarquia e ambivalência, criando categorias que demarcam fronteiras antagônicas de reconhecimento e diferenciação.

É evidente, portanto, que o espaço habitado possui sentidos e significados diferentemente interpretados por cada grupo que ali reside. Elias e Scotson (2000) partem do pressuposto que as configurações em um espaço social se formam essencialmente pela interdependência dos indivíduos e podem ser marcadas por uma figuração de aliados ou oponentes. As diferenças nos comportamentos e nas formas de perceber e representar o espaço habitado se encontram na origem das divisões existentes no bairro. Sendo assim, para se compreender as configurações do espaço e dos grupos e as produções simbólicas que dali emergem é fundamental também conhecermos as relações de poder e os conflitos entre grupos e moradores, ou seja, é preciso conhecer as tensões que são inerentes a estes espaços compartilhados. Morar no conjunto habitacional ou nas “casinhas”, ser militar ou civil, são características que orientam o modo como as relações se estruturam e interferem no modo como as pessoas sentem, pensam e percebem o lugar habitado, bem como na composição da violência e do medo e nas representações sociais acerca desses fenômenos.

A maioria dos participantes do grupo focal reside no bairro há mais de 10 anos, alguns chegaram logo no início, no ano de 1982. Entre eles há um sentimento comum de pertencimento e amor ao lugar onde vivem, apesar de alguns problemas que o setor enfrenta e que vão sendo abordados ao longo da nossa conversa sobre o bairro. O tráfico de drogas e a falta de segurança (mesmo se tratando de um bairro onde residem muitos militares e onde está instalado um Batalhão da Polícia Militar), a ausência de atendimento médico 24 horas, bem como, a falta de agências bancárias, insuficiência de escolas e espaços de lazer e cultura, especialmente para os jovens, são alguns dos aspectos negativos

do bairro, segundo alguns de seus moradores. De outro lado, o gostar do bairro relaciona-se, sobretudo, aos vínculos e laços de amizade estabelecidos ao longo dos anos entre os moradores. Os pesquisados afirmam sempre poderem contar com os vizinhos em algum momento de dificuldade, como no caso de uma doença, por exemplo. Segundo os relatos dos mesmos é bastante comum também as mães contarem com a ajuda umas das outras para cuidarem das crianças, quando precisam se ausentar de casa e não tem ninguém da família que possa assumir esse papel.

É possível observar que além da rede de solidariedade os vizinhos também estabelecem entre si um sistema de vigilância e controle, principalmente em relação aos mais jovens. Desse modo, os pais são sempre informados pelos vizinhos de fatos envolvendo os seus filhos, lugares que têm frequentando e de pessoas com quem têm se relacionado. Na fala dos entrevistados o bairro é comparado a uma cidade do interior e guarda hábitos costumeiros interioranos que não podem ser observados em muitos outros bairros da capital, especialmente aqueles onde residem as camadas mais abastadas. Os moradores do Parque Atheneu parecem ter as ruas e as frentes de suas casas como local de encontro e sociabilidade intensos. Assim, ao andar pelas ruas do bairro é possível ver os vizinhos reunidos nas portas das casas e as crianças brincando nas ruas no final da tarde. As pracinhas e áreas verdes, cuidadas coletivamente pelos moradores, também são locais de constante interação. Segundo Prado (1995) e Park (1979), a solidariedade e afetividade são mais perceptíveis quando o ambiente é pessoalizado e reconhecido, conduzindo a um compartilhamento de relações tradicionais.

No contexto analisado, as relações de proximidade são vistas tanto para bem quanto para o mal, haja vista a impossibilidade de se manter relações impessoais com os vizinhos. O ar interiorano do bairro é visto tanto sob a ótica do sossego e dos vínculos de amizade e solidariedade, quanto do ponto de vista da intromissão e ausência de privacidade. Prado (1995) define a cidade pequena como um paraíso e inferno da pessoalidade. Assim, se viver em uma cidade pequena é um paraíso porque vários sujeitos se reconhecem e podem contar com a solidariedade uns dos outros, este reconhecimento leva a uma vida “infernai” já que todos controlam a vida de todos, dificultando, desse modo, o anonimato. Neste caso, a fofoca se torna um instrumento bastante eficaz na regulação e vigilância dos indivíduos que vivem sob esse jogo relacional, gerando a insatisfação de muitos dos indivíduos que se

veem sob esse controle. É o que podemos perceber na fala de uma moradora ao narrar o incômodo do filho adolescente com a interferência dos vizinhos.

“- Aqui parece uma cidade do interior. Parece uma cidade que vive a parte de Goiânia. Pra gente aqui o Parque Atheneu é uma cidade. No geral os moradores aqui tem esse hábito de serem solidários uns com os outros. Aqui todo mundo conhece todo mundo. Eu mesmo sento na porta com a minha mãe e fico vendo a vida passar, vendo as crianças brincando na rua. Todo mundo cuida do filho do outro, vê alguma coisa errada e já fala. Meu filho que é adolescente acha ruim, diz que aqui é um bando de ‘Zé Povim’ que cuida da vida de todo mundo (risos). As pessoas o veem lá longe e chega pra mim e falam que viram e perguntam se eu sabia que ele estava nesse ou naquele lugar. Se eu não sabia, eu fico sabendo e falo pra ele que não queira fazer nada de errado porque onde ele for aqui eu tenho um olho”. (moradora da Unidade 201 do Parque Atheneu)

Embora a comunhão entre vizinhos seja sempre ressaltada, ela parece ser maior entre os moradores que residem na mesma unidade e que na maioria das vezes, se conhecem de longa data. De fato, as chamadas “unidades” parecem exercer um papel central na identificação dos moradores do Parque Atheneu. Já na apresentação as pessoas fazem questão de dizer que são de uma determinada unidade. Quase todas as referências a fatos e acontecimentos têm como lugar a unidade de pertencimento. Assim, quando as pessoas mudam de uma unidade para outra, os vínculos de amizade e solidariedade mais sólidos continuam vinculados a “unidade de origem”.

“- Eu moro na Unidade 205. Lá as distâncias entre as casas são muito curtas, os lotes são pequenos, quase automaticamente você se envolve com as pessoas da vizinhança, não tem como (...). O pessoal lá sempre procura ajudar uns aos outros”. (morador da Unidade 205 do Parque Atheneu)

“- Aqui tem esse envolvimento mesmo. Todo mundo conhece todo mundo. Na minha Unidade mesmo hoje vai ter festa na praça, festa junina. O pessoal se junta para arrumar a praça. A criançada toda participa”. (morador da Unidade 203)

“- Eu moro lá na Unidade 201, mas eu convivo mais com o pessoal da 301, porque eu morei muitos anos aqui, então os meus vizinhos de lá é mais bom dia e boa tarde. Eu vejo uma comunhão muito grande entre eles, mas eu não consigo me envolver porque eu me sinto mais vizinha do pessoal do lado de cá”. (ex-moradora da Unidade 301)

“- Quando eu morava na Unidade 203, eu tinha muita convivência com os vizinhos. Agora aqui quase não tenho convivência nenhuma, só cumprimento mesmo. Mas, eu continuo frequentando meus vizinhos de lá.” (ex-morador da Unidade 203, agora reside na Unidade 301)

Essas separações entre os grupos de moradores contribuem, algumas vezes, para o isolamento dos grupos e para o processo de nomeação, rotulação e incriminação de uns sobre os outros e, conseqüentemente, para a criação de barreiras físicas e simbólicas. Logo, os conflitos e antagonismos não deixam de permear as relações entre os habitantes do bairro, redefinindo a configuração social e espacial do mesmo, bem como, as imagens que são associadas às diferentes áreas do setor e aos seus habitantes.

A MÁ FAMA DOS MORADORES DAS “CASINHAS”

No decorrer da pesquisa empreendida no Parque Atheneu o estranhamento e a desconfiança entre os habitantes de diferentes áreas se mostram claros, conduzindo, inclusive, a estigmatização de certos locais e grupos dentro do bairro. Assim, quando estão em pauta os problemas que acometem o setor, especialmente a criminalidade e a violência, é bastante comum que os moradores de áreas distintas se acusem mutuamente. Nesse

contexto, as divisões se tornam ainda mais nítidas e são demarcadas através de expressões como o “lado de cá” e o “lado de lá”, “nós” e “eles”. No contexto em análise, observa-se que as acusações dos moradores do conjunto habitacional tendem a recair, principalmente, sobre os moradores das “casinhas”, vistos como pessoas de moral duvidosa, responsáveis pela criminalidade que acomete o bairro. A área é apontada como reduto de traficantes.

“- Eu fui roubado dentro do setor, há 10 anos, coincidentemente foi na época que o pessoal das casinhas veio pra cá, não vou dizer que foi alguém deles, mas naquela época se você dissesse que foi roubado no Parque Atheneu, todo mundo falava que foi o pessoal das casinhas. Até os cachorros falavam que foi eles. Naquela época gerava isso.” (morador da Unidade 201)

“- A questão é que chegou tanta notícia ruim do que acontecia nessas áreas de onde o pessoal foi removido. Então, quando veio todo mundo ficou assim. A gente ficou muito desconfiado e com medo. Todo mundo queria distância da área.” (moradora da Unidade 205)

No caso da narrativa acima é interessante observar que a suspeita do morador em relação aos habitantes das “casinhas” não se pauta em nenhuma comprovação. As acusações tecidas, a desconfiança e o medo dos residentes mais antigos, não advêm como se observou durante o trabalho de campo de nenhuma experiência concreta, ameaça ou violência sofrida no local, mas antes repousa na potencialidade criminosa daquelas pessoas em função de serem originários de áreas de risco e nos boatos tecidos sobre eles. À nova área e aos seus habitantes foi atribuída uma imagem negativa e pejorativa constantemente revelada nas falas das pessoas ao reconstruírem na memória o momento da chegada.

“- Lá a gente morava em área de risco, então o governo desapropriou. Foram muitas famílias que vieram para cá. Então daqui da Unidade 301 até lá no final do lado de

cá, todas as famílias vieram da área de risco, de manancial. Todos já eram vizinhos, já se conheciam há mais de 20 anos. Todo mundo veio junto. O caminhão da prefeitura já trouxe todo mundo. Então, é realmente uma família, todo mundo cuida de todo mundo.

[...]

- O pessoal do lado de lá ficou com muito preconceito com a gente. Falavam o 'pessoal das casinhas'. Teve muito isso. Realmente teve um choque. Falavam que aqui ia ter muito marginal, criminoso. Os filhos dos policiais são muito mais marginais do que nós aqui. Nós não viemos de um barraco, nós viemos de uma casa, eles pensam que a gente veio de debaixo de um caixote. Achavam que a gente tinha invadido. Quando eu ia a um supermercado ou algum outro lugar do lado de lá eu ouvia os comentários: 'É das casinhas!'. Quando eu cheguei aqui eu ouvia muitas coisas sobre 'as casinhas'.

[...]

- No começo tinha as casas de conjunto e aí vieram os 'predinhos', o pessoal se achava a elite do bairro. Eram os únicos prédios que tinham. E depois vieram as 'casinhas'. Dá pra ver que criou uma fronteira, né!? Casas do conjunto habitacional, 'predinhos' e as 'casinhas'.

- Até hoje tem esse preconceito, 'mora lá nas casinhas'. Eu trabalho na escola e a gente tem trabalhado muito isso com as crianças. Quando falam 'é das casinhas', nós corrigimos. Não 'é das casinhas', é morador da Unidade 301, 302, 303 e 305. Esse preconceito começa pelos alunos, pelas crianças. As próprias crianças que moram nessas Unidades quando a gente pergunta onde moram, dizem que moram 'nas casinhas'. Hoje em dia nem é casinha mais, são casonas. Todas as casas são muradas, até sobrado tem. Mas, continuam a falar desse jeito". (Morador da Unidade 301).

De outro lado, o grupo estigmatizado tende a acusar os moradores do conjunto, especialmente os militares e seus filhos, pelos problemas e falta de segurança que afetam o bairro, como se verifica na narrativa acima. Outras vezes, eles procuram mostrar que a criminalidade é algo que está disseminado pelo bairro e não apenas enraizado nos limites

das Unidades onde se situam o conjunto habitacional implantado pela prefeitura, como querem acreditar os habitantes mais antigos do Parque Atheneu.

“- O tráfico está enraizado aqui no setor. Aqui parece que criou raiz. Não é de agora que vem falando que o traficante fica do lado de cá, tem traficante do lado de lá e de cá, tem aqui e lá também, está no setor inteiro. Não é só do lado de cá. Não é porque eu estou morando aqui, porque eu morei do lado de lá, minha mãe mora do lado de lá e a rua dela é infectada.” (morador da Unidade 305).

Nota-se, portanto, que dentro do bairro existem divisões entre grupos, divisões estas elaboradas pelos próprios habitantes que percebem uns aos outros como diferentes, embora, compartilhem, essencialmente, as mesmas condições de existência. As divisões evidenciadas aqui não dizem respeito, necessariamente, ao tempo de residência dos moradores, mas antes ao espaço habitado dentro do bairro. Alguns acreditam que a implantação do conjunto popular dentro do bairro depreciou a área como um todo, incluindo seus imóveis. Segundo os relatos, essa imagem já foi bastante modificada, embora, não tenha sido totalmente esquecida. Nesse sentido, a linha imaginária que divide o bairro parece continuar a existir, mesmo quando os entrevistados procuram demonstrar que suas redes de relações são amplas e não se restringem a determinadas áreas do setor. É o que observamos na fala da moradora da Unidade 203 ao dizer que “do lado de lá eu tenho muitos amigos, do outro Parque Atheneu”.

AS RELAÇÕES DE PODER NA VIZINHANÇA: POLICIAIS MILITARES X CIVIS

“- Aqui tem muita arruaça desses policiais aposentados e dos filhos deles. Esses velhos aposentados que enchem a cara de cachaça e ficam direto dando tiro, com arruaça. Essa violência é mais camuflada, ninguém fala, não pode falar. Eu trabalhei muito tempo à noite nesse condomínio que tá construindo aqui. Eu vi muita coisa envolvendo eles. Aqui

policial vai para a porta do bar comprar droga. Todo mundo sabe.” (morador da Unidade 207)

“- Há um tempo atrás o filho do subtenente, o XXX, tentou me assaltar. Ele me ameaçou com um pedaço de pau e eu sai correndo. Aquele pessoal que faz ronda com as motos (refere-se aos seguranças particulares contratados por moradores para circular pelas ruas), me viu correndo e perguntou o que tinha acontecido. Eles chamaram a polícia. A viatura veio, mas não levou porque era filho do subtenente. Aí, eu larguei de mão. Igual aquele rapaz que vem aqui tirar onda porque o pai é major. Aqui é um tal de ‘você sabe com quem tá falando?’ Aqui tem muito disso, é filho, é sobrinho do coronel e não sei de quem mais. São esses que são os assaltantes, quando rouba alguma coisa aqui você pode saber que é filho de policial e fala na sua cara que não adianta você fazer nada porque eu sou fulano de tal, e ainda fala o nome. Eles mandam no bairro, e você tem que se humilhar e pedir desculpa, mesmo estando certo.” (Moradora da Unidade 301)

Embora, o Parque Atheneu tenha perdido ao longo do tempo a sua vocação estritamente militar, a presença marcante dos militares no bairro é um fator de grande relevância quando nos propomos a compreender o modo como se dão as relações entre moradores nesse espaço. Mesmo com a venda e locação de muitas casas de militares para civis, o bairro ainda conta com um número expressivo de moradores que pertencem ou pertenceram à corporação, já que são muitos os policiais militares aposentados que moram no setor. No geral, as relações entre militares e civis são relatadas de modo bastante conflituoso. A maioria dos entrevistados destacou em suas falas o caráter autoritário, abusivo e até criminoso da conduta cotidiana dos policiais moradores do bairro. São muitos os relatos, como os apresentados acima, de desmandos e arbitrariedades praticados por militares e seus familiares.

Segundo os pesquisados, os policiais militares usam do cargo e do poder que lhes é investido para submeter e constranger os demais moradores do setor. As ações rotineiras dos militares são constantemente questionadas e muitas vezes, repudiadas, pelos demais moradores. Note-se que aqui não estão sendo questionadas as ações de combate ou

prevenção à criminalidade, mas sim a conduta cotidiana dos militares enquanto vizinhos, ou seja, enquanto parte da comunidade local. Nesse sentido, as relações de solidariedade e amizade estabelecidas na vizinhança não se estendem aos militares, vistos com desconfiança e medo pela maioria da população. A presença dos moradores militares no setor e as relações de poder que se estruturam em torno dessa presença, são aspectos fundamentais quando buscamos compreender a figuração social do medo nesse contexto.

CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA

Ao contrário dos moradores de outros espaços da cidade, os residentes do Parque Atheneu, não temem ser vítimas de furtos ou roubos em suas residências ou mesmo nas ruas do setor. Os entrevistados afirmam que no bairro nunca acontecem esses tipos de crime. Segundo eles, as casas estão sempre com as portas abertas, carros e motos estacionados nas ruas, objetos deixados nas garagens e nada é furtado ou roubado. Haja vista, a grande sociabilidade entre vizinhos e o fato de que todos os moradores do bairro são conhecidos, qualquer estranho que se aproxime é alvo de averiguação. É comum que os vizinhos comuniquem uns aos outros sobre pessoas desconhecidas que estiveram em suas casas quando estavam ausentes. Além do sistema de controle informal, os moradores acreditam que pelo fato de ser de amplo conhecimento que no Parque Atheneu residem muitos militares, os criminosos de outros lugares têm receio de ir ao bairro para roubar. Os moradores do lugar, mesmo quando envolvidos com o crime, não praticam roubos ali. De acordo com os entrevistados, isto, pois, eles conhecem e são conhecidos de todos, e não querem ter problemas na vizinhança. Quando tal fato acontece, o criminoso é facilmente identificado pelos moradores.

“- Aqui não rouba nada. Meu portão não tranca, minha porta não tranca, nada tranca, fica tudo aberto. Vizinho aqui entra e nem bate. Aqui eu nunca vi assalto, nunca vi uma pessoa chegar e assaltar. Eu já esqueci a minha moto na rua com a chave na ignição e no outro dia tava lá, do mesmo jeito que eu deixei. Aqui você não ouve falar que uma

peessoa tava saindo do caixa eletrônico e foi roubado e olha que aqui tem praticamente um caixa eletrônico e boa parte do pessoal que mora aqui é funcionário público, então tem o dia certo para receber e você não ouve falar que estava retirando dinheiro ou chegando em casa e foi assaltada. Se acontecesse esse tipo de coisa todo mundo saberia. Aqui todo mundo se conhece. Aconteceu aqui, na mesma hora o bairro todo sabe.” (Morador da Unidade 205)

“- Á noite, quando está fazendo calor, eu sento na porta para refrescar. Graças a Deus ninguém mexe com a gente. Nós conhecemos muita gente. A rua aqui tinha um ponto de drogas. Agora acabou com isso, mas mesmo assim, aqui em casa não tinha muro, tinha tanquinho, máquinas deu trabalhar e ficava tudo de fora, nunca me roubaram nada, nada mesmo.” (Moradora da Unidade 301)

“- Aqui tem uma pessoa que rouba e a gente sabe quem é. O único que rouba dos vizinhos aqui é pra usar drogas. Todo mundo vai a casa dele e pega de volta. Sumiu uma ferramenta, vai lá buscar. Às vezes, nem dá tempo dele vender ou trocar por drogas.” (Moradora da Unidade 301)

Ao andar pelas ruas do bairro notamos que a maioria das casas ainda são muito abertas. Se comparado com bairros com o mesmo padrão socioeconômico, verificamos que no Parque Atheneu, são poucas as casas com cercas elétricas, câmeras ou outros dispositivos de segurança. A maioria das residências têm muros baixos e aberturas nos portões que permitem visualizar o interior das casas. Algumas casas não têm muros, apenas jardins nas portas ou uma grade baixa cercando o lote, o que é bastante raro em muitos outros bairros da capital. Os moradores não revelam a intenção de investir em aparatos de segurança residencial, uma vez que acreditam que esses dispositivos tendem a causar um efeito contrário, atraindo a atenção dos criminosos. Na fala de alguns entrevistados, esse tipo de atitude poderia fazer com que essa modalidade criminosa começasse a ocorrer no bairro.

“- A gente anda muito aqui e vê que são poucas as pessoas que colocaram cerca elétrica, você mesmo pode observar que quase não tem. Essas pessoas que colocaram cerca elétrica são pessoas que compraram casas depois e como não conheciam ninguém quando mudaram já foram colocando, mas os que já moram há mais tempo ninguém tem essa preocupação, essa insegurança com relação a roubo de casa. Aqui não! Em outros bairros de Goiânia você anda parece uma prisão. Aqui a gente tem essa liberdade de não precisar ficar preso dentro de casa. Aqui não tem Cajangueiro. O Cajangueiro é o cara que rouba residência. Você anda pelas ruas e vê os portões abertos, as pessoas só trancam na hora de dormir. Você também não houve falar que roubou carro de ninguém. Aqui pode ter o cara que faz um assalto na rua pra comprar uma droga, por causa de 10, 20 reais ele te rouba. Mas, é raro ouvir falar isso. Nesse ponto aqui é muito sossegado. É uma cidade do interior. Você ainda pode ficar com a porta aberta, sentar na porta da rua à noite para tomar um ar, sem problemas.” (Morador da Unidade 207)

“Eu acho seguro aqui.” / “Aqui eu ando tranquilo qualquer horário.” / “Eu me sinto segura. Tenho a Tranquilidade de chegar de madrugada, sei que ninguém vai mexer comigo.” / “Aqui é muito tranquilo, todos se conhecem”. (Participantes do Grupo Focal)

A sólida e extensa rede de solidariedade e amizade entre os residentes do bairro e o sistema de proteção e vigilância que exercem uns sobre os outros, faz com que os moradores não somente gostem de morar no bairro, mas também se sintam relativamente seguros vivendo ali. A sensação de segurança relatada pelos moradores repousa principalmente no argumento de que todos ali se conhecem e que nunca foram vítimas de nenhum ato criminoso dentro dos limites do bairro¹³. Todavia, a “tranquilidade” experimentada no território em questão aparece de modo ambíguo nos discursos e é permeada pelo medo e insegurança comuns à maioria dos habitantes da cidade. O medo é um elemento constante no cotidiano dos moradores.

¹³ No grupo focal apenas um participante informou ter sido vítima de ato criminoso dentro do bairro. No entanto, o fato, um roubo, ocorreu há 13 anos.

Assim, se de um lado, habitar o bairro é considerado um privilégio para muitos moradores haja vista a possibilidade de residir em casas mais abertas, de outro, os residentes do Parque Atheneu afirmam não estarem imunes a outros problemas relativos à criminalidade e violência, que interferem na sua vida cotidiana e nas rotinas. O tráfico de drogas aparece com uma das questões que mais incomodam e preocupam os moradores do setor, especialmente nos anos mais recentes. No geral, os entrevistados, tendem a associar os problemas que acometem o bairro a essa modalidade criminosa e aos seus desdobramentos. Os moradores são enfáticos ao dizer que o tráfico está enraizado no setor e que as ruas estão empesteadas de traficantes e usuários, o que causa certo medo e insegurança ao circular por espaços públicos. Assim, apesar da intensa sociabilidade dos moradores, os espaços verdes e de lazer que o bairro dispõe, privilegiadamente em relação a outros bairros de Goiânia, tendem a ser evitados pelos moradores e seus filhos depois de determinados horários em função da presença de consumidores de drogas.

“- Depois das 18 horas o que mais tem é usuário. Era um lugar pra você ir com a família (se refere ao Parque Carmo Bernardes) porque tem parquinho para as crianças, balanço e escorregador, tem a pista de caminhada. As pessoas ainda vão, mas disputando espaço com os usuários (...) Esses usuários, eles ficam na porta pedindo. Eles ficam pelas ruas, falam palavrão, brigam. Tem também um movimento muito grande de pessoas entrando e saindo do bairro para comprar droga, então traz uma certa insegurança, incomoda bastante.” (Morador da Unidade 103)

Os moradores afirmam sentirem medo, principalmente, de que algum conflito entre criminosos ou entre policiais e criminosos possa atingi-los. Segundo os entrevistados, de janeiro até outubro de 2012, entre o Parque Atheneu e o Jardim Marilizia foram 18 jovens assassinados. De acordo com informações dos próprios moradores todos tinham envolvimento com o tráfico de drogas e esse fato fez com o Parque Atheneu ficasse “mal falado”, aparecendo na mídia como um dos bairros mais violentos da capital em levantamento da Polícia Militar referente ao ano de 2012. Quase todos os jovens assassinados são conhecidos dos vizinhos e tiveram suas trajetórias acompanhadas pelos

mesmos. Os casos de homicídios envolvendo esses jovens com ligação com o tráfico de drogas não causam grande comoção entre a maioria dos moradores, que afirmam que essas mortes são mais ou menos esperadas e certas. A associação ao tráfico de drogas faz com que a vítima se torne culpada e única responsável pelo seu destino. Todavia, o que mais amedronta os moradores é a possibilidade de que toda essa violência acabe atingindo pessoas que não têm qualquer tipo de participação ou envolvimento com o tráfico.

“- Falou que morreu muita gente, mas se você for ver a maioria mexia com o tráfico. O que mais acontece aqui são acertos de conta. A pessoa morre porque está envolvida com alguma coisa. A questão da violência, quando eu ouço falar que alguém matou, no geral, a única coisa que eu pergunto é se era ‘mala’. Então, a gente pensa assim, enquanto está morrendo ‘mala’, está bom. A gente alerta para isso (violência) quando está prejudicando pessoas inocentes. Eu mesmo tenho medo de ser confundido com alguém ou de tomar uma bala perdida.” (Morador da Unidade 203)

Na percepção dos entrevistados, o aumento dos conflitos e do número de mortes, está diretamente vinculado à instalação da 6ª Companhia Independente da Polícia Militar no setor há cerca de três anos. A implantação da CIPM recrudescer o medo dos moradores do Parque Atheneu, que afirmaram não se sentirem tão ameaçados pelo tráfico antes da presença dos policiais da Companhia no setor, uma vez que os conflitos foram exacerbados. Segundo relatos, no caso analisado, o tráfico de drogas existente sempre atuou de forma intersticial, isto é, não se configura no território de forma evidente e explícita, não há conflitos entre grupos rivais, nem há a presença de traficantes armados à vista dos moradores. As principais rixas sempre envolveram os “comerciantes da droga” e os “usuários devedores”, os chamados acertos de conta.

Segundo os moradores, os traficantes e usuários do local sempre mantiveram certo respeito em relação aos demais moradores por se conhecerem de longa data, o que não se observa em relação às ações empreendidas pela polícia militar. Antes, os conflitos podiam ser mais ou menos “administrados” e “absorvidos” como parte extraordinária das rotinas cotidianas, o que fazia com que os moradores afirmassem que o bairro era de certa forma

tranquilo, apesar da presença do tráfico de drogas. De acordo com os pesquisados, embora, não concordassem com a conduta criminosa dos seus vizinhos, “uns não mexiam com os outros e a vida seguia”. Assim, embora procurem sempre se distanciar moralmente dos vizinhos envolvidos com atividades ilegais, deixando clara sua condição de “pessoa de bem”, nota-se que há um “ajustamento das ações”. Machado da Silva (2008) ao estudar as formas de sociabilidade violenta nas comunidades do Rio de Janeiro afirma que:

[...] as representações, enquadradas nos encontros de força, produzem e reproduzem ações e expectativas de ajustamento (termo que deve ser entendido como coordenação prático-instrumental das ações, sem relação necessária com acordos morais ou reciprocidade) entre os atores, que acabam por se rotinizar, tornando “visível” e cognitivamente “mapeável” um contexto marcado pela coexistência em paralelo entre duas ordens sociais, e, portanto, duas formas de sociabilidade incompatíveis entre si. (p. 131)

No grupo focal, nas entrevistas individuais, nas conversas informais, nenhuma experiência positiva com a polícia foi relatada. Na maioria das narrativas a polícia é repetidamente responsabilizada pelos perigos e pela insegurança que os moradores vivenciam em seu cotidiano. Sua imagem é associada à truculência, abuso de poder e à corrupção e ainda, à ineficácia no plano de manutenção da ordem e combate a criminalidade. Houve uma unânime e quase obsessiva concentração na questão da violência e arbitrariedade policial, expresso nas falas dos moradores participantes do grupo focal:

“- Nos últimos meses a quantidade de morte foi demais. Nesse ano foram bastante. Quase toda semana tem. Só aqui na avenida foi um rapaz do bar, o Michel, mais uns dois lá embaixo. Foi o Jonathan também. Teve uma mãe que só de janeiro pra cá morreram três filhos assassinados. O que morreu agora, por último, já deixaram avisado que vai matar o outro que ela tem. Uma mãe vai perder quatro filhos. Está certo que eles estão envolvidos com coisas erradas, mas e essa mãe!? A maioria aqui a gente conhecia desde menino (...) De uns três anos pra cá, desde que instalou o Batalhão da Polícia as mortes aumentaram demais! A violência cresceu aqui dentro do Parque Atheneu. ” (Morador da Unidade 103)

“- Depois que levantou a Companhia de Polícia foi onde houve mais violência no nosso setor, até então não havia tantas mortes. Do começo do ano pra cá eu acho que já mataram muitos adolescentes aqui. Em cada esquina que você vira você dá de cara com uma viatura, só que não pegam ninguém, não resolvem nada.” (Moradora da Unidade 203)

“- Depois que os policiais vieram para cá eu fiquei com mais medo do que eu tinha antes. Pode ter conflito. Você não acredita, eles (se refere aos policiais) me abordaram na porta da minha casa, eu estava sentado com as minhas meninas. Os caras estavam chapados. Você vai discutir com um cara bêbado com a mão no gatilho? Ele está dentro da autoridade dele e trabalhando numa viatura e bêbado. Eu falei, moço, eu moro aqui e essas são minhas filhas. Por isso que eu falo que eu me sinto muito mais inseguro depois que eles vieram pra cá.” (Morador da Unidade 301)

“- Teve uma ocasião que estava meu irmão e o amigo dele sentado na calçada, aqui na porta de casa, eles (os policiais) entraram na rua e não tinha nada pra fazer, quando não tem nada pra fazer, eles inventam. Deram cavalo de pau e pararam na rua e já desceram com a arma na mão apontada para o meu irmão e chamando de vagabundo. Com a arma na cabeça do meu irmão, olharam os documentos e quando viram que ele é paulista, perguntaram: ‘o que você está fazendo aqui?’ Ele mora aqui há quase trinta anos! Minha mãe ficou muito nervosa, com medo de acontecer alguma coisa nesse dia (...) Essa polícia comunitária que falam é conversa fiada. Só se for para comunidade do lado de lá e não dá 70 metros de distância, quando você precisa eles não veem. Não têm uma boa abordagem.” (Moradora da Unidade 301)

“- Meu maior medo é porque o policial é covarde, principalmente se ele tiver sozinho, sem nenhuma testemunha.” (Morador da Unidade 205)

De acordo com Lopes (2010), a falta de confiança na polícia relaciona-se a percepção dos cidadãos de que a instituição é pouco efetiva no combate a criminalidade e manutenção da ordem ou ainda, ao modo como os policiais usam sua autoridade e tratam os cidadãos. Logo, mau desempenho, poucos resultados, tratamento desrespeitoso e desigual, abuso de autoridade, uso indiscriminado da força, são fatores que fomentam a desconfiança na polícia. No caso analisado, embora, os moradores tenham considerações sobre a ineficácia da ação policial no combate a criminalidade, ressaltando a morosidade, despreparo e ausência de resultados efetivos, o foco das críticas dos moradores se dirige, essencialmente, ao tratamento desrespeitoso e abusivo que a polícia despense aos moradores civis, bem como, ao modo irresponsável como os expõe ao risco, haja vista a violência empreendida nas “ações de combate ao crime”.

Nesse cenário, não parece haver espaço para nenhuma forma de cooperação entre policiais e comunidade, o que só tende a reforçar o medo e a insegurança da população. Cidadãos temerosos e desconfiados da polícia são menos tendenciosos a contatá-la ou fornecer informações que possam ajudar a solucionar crimes ou frear os níveis de atividades criminosas. Assim, percepções negativas da polícia contribuem para a redução da eficiência do trabalho policial, o que de certo modo colabora para o aumento das taxas de crimes e para o medo, gerando um ciclo vicioso.

“- Aqui até a criança tem medo do policial, a criança já cresce com a cultura que o policial é ‘mala’, a gente tem que sacanear o policial senão ele sacaneia antes, então é isso”. (Morador da Unidade 201)

A desconfiança na polícia resulta principalmente da percepção de que a autoridade policial é usada de maneira ilegal e injusta, causando mais medo do que segurança nas abordagens realizadas no bairro. É interessante observar que a ideia do que seja um tratamento justo e respeitoso muda de acordo com as “categorias de pessoas” que ali residem, ou seja, “pessoas envolvidas com o crime” e “cidadãos de bem”. Assim, os moradores fazem duras críticas à atuação da polícia no bairro, principalmente, em função do caráter indiscriminado das ações, que não distinguem as “pessoas de bem”, os “pais de

família”, dos “malas”. Note-se que essas críticas não se dirigem aos métodos violentos utilizados pela corporação, mas a falta de seletividade de seu alvo. A violência policial tende a ser duramente criticada quando ela é dirigida aos não criminosos.

“- Teve uma morte aqui recentemente e disseram que era um cara que anda em uma moto preta. Tem um vizinho nosso que tem uma moto dessas. Ele foi cercado por duas viaturas, encostaram ele no muro da vizinha do final da rua e bateram tanto, mas tanto nele, e não deixavam ele falar. Quanto mais ele tentava falar que não era ele, mas ele apanhava. Precisou vir a esposa, a filha e os vizinhos todos para explicar que ele era um pai de família que morava ali. Então, aqui a gente tem mais medo da polícia. Mais medo da polícia do que desses meninos traficantes.” (Morador da Unidade 101)

“- Eu concordo com a maioria que tem muito policial corrupto. A polícia de Goiânia é muito mal preparada. Aqui tem batalhão dentro do setor, esses policiais deveriam estar mais próximos da comunidade, saber quem é quem, conhecer a comunidade. E não ficar dando volta dentro da viatura fazendo cara de mau. E acontece isso. Todo mundo tem medo da polícia. A sociedade tinha que se sentir protegida pela polícia. O policial quando veste aquela farda, ele se transforma, ele é superior a tudo, o nível de educação ao invés de melhorar, piora. Como você aborda uma pessoa que você nem conhece chamando de vagabundo?” (Morador da Unidade 203)

Os entrevistados tendem a atribuir o aumento dos conflitos entre policiais e criminosos no bairro à demanda dos policiais militares residentes no setor, principalmente, aqueles que têm seus filhos envolvidos com drogas. Nas falas dos moradores as ações dos policiais da CIPM serviriam unicamente aos interesses dos colegas residentes no setor. Essas ações teriam como foco principal os moradores do conjunto habitacional da prefeitura. Segundo os moradores das “casinhas”, na visão da polícia, o tráfico de drogas e os criminosos estariam concentrados naquela porção do bairro e um modo de deixar o bairro tranquilo e os filhos dos vizinhos militares livres do vício, seria exterminando os

moradores do lugar. A falta de confiança e o medo da polícia aparecem de forma generalizada nos discursos dos moradores do Parque Atheneu.

“- Minha filha tem 10 anos e estuda na escola aqui. A última morte que teve ela comentou umas coisas comigo que eu já tinha ouvido de outras pessoas, mas quando criança fala choca mais e você presta mais atenção. Ela disse que a colega da escola é filha de policial e que ela disse que eles estão limpando o bairro. Quer dizer o quê? Que a própria polícia está matando os jovens traficantes. Inclusive, eu já ouvi isso de outros policiais aqui que tem os filhos envolvidos com drogas, viciados com drogas. Na cabeça deles os moradores da Unidade 301 são traficantes e a maneira que eles encontram de curar o vício dos filhos é matando os traficantes (...) A gente sabe de tudo isso, mas fazer o que contra a polícia? Não adianta denunciar, eles vem e te mata depois, ameaça a sua família, os seus filhos. ” (Moradora da Unidade 301)

No momento da realização da pesquisa no Parque Atheneu a 6ª CIPM estava sendo transformada no 31º Batalhão da Polícia Militar, passando a contar com um efetivo maior de homens e viaturas nas ruas. Esse fato aumentava a tensão dos moradores, que se sentiam acuados diante das notícias que circulavam entre moradores de que a polícia tinha “carta branca” para “limpar” o bairro dos traficantes e usuários, já que agora ali estava instalado um Batalhão da PM e a polícia não queria se tornar alvo das críticas da opinião pública, ainda mais se tratando de um bairro onde residem muitos militares. A possibilidade dos conflitos se acirrarem ainda mais e acabarem atingindo “as pessoas de bem” do local, eram constantemente enfatizadas pelos entrevistados, que afirmaram terem tomado conhecimento de que algumas “ações” já tinham sido iniciadas semanas antes da inauguração do Batalhão da Polícia Militar.

“- O pastor da minha igreja é policial. E ele sempre passa o que acontece lá dentro da polícia pra gente da igreja. Como vão inaugurar o Batalhão na semana que vem (A 6ª Companhia Independente da Polícia Militar, instalada na Unidade 201, ao lado da feira do setor, deu lugar ao 31º Batalhão da Polícia Militar, passando a funcionar no antigo

Centro Comunitário na Unidade 301), houve uma ordem de uma juíza aí, que é pra eliminar o tráfico aqui nessa região. Ele disse que houve uma ordem que é pra limpar a área. Tem o fato também que aqui moram muitos militares, né? Então, deram autorização para que os policiais invadissem casas de usuários de drogas e, realmente, foi feito isso essa semana. Aconteceu isso aqui. Eles invadiram as casas e disseram que não querem nem usuário, nem traficante na rua, porque a ordem é espancar e matar. Eles não querem nenhum usuário e traficante na rua porque agora eles vão estar ali do lado, para que não atraia a opinião pública. Quando eles estavam do lado de lá da avenida, eles não pensaram nisso? Então, eles já chegaram intimidando todo mundo para que todos fiquem mais assustados ainda, para que não faça nada de errado, pra gerar uma aparência de segurança porque eles estão ali. Eles nem chegaram e já estão avisando que não quer barulho para que eles não apareçam (na mídia). Os traficantes e usuários que se cuidem, e a gente aqui no meio. Pra matarem a gente também não custa. Eles não querem ajudar a população, eles querem que a gente tenha medo deles. (Moradora da Unidade 301).

Os pesquisados são enfáticos ao dizer que o aumento do número de mortes de jovens e adolescentes no setor seria o resultado de “operações policiais” que têm por objetivo “varrer” o tráfico de drogas do setor, principalmente, por se tratar de um bairro onde residem muitos militares. Sobre os policiais recaí a acusação de atuarem como grupo de extermínio no setor. Acusações como essas têm sido constantemente dirigidas à polícia goiana. No ano de 2011, ganhou repercussão nacional a Operação Sexto Mandamento, que culminou na prisão de 19 policiais militares da capital, acusados pela polícia federal de integrar um grupo de extermínio. A investigação apontou que a maioria das execuções atribuídas aos policiais ocorreu com o uso de veículos e armas da corporação. Ficou comprovado ainda, que na maioria dos crimes houve trocas de tiros forjadas pelos militares, até mesmo contra mulheres e crianças. Quase metade das vítimas nem sequer tinha ficha criminal e morreram com tiros à queima-roupa. Muitas, com bala na nuca, sinal de execução identificado em laudos cadavéricos do Instituto Médico Legal. Esse fato foi recordado com bastante frequência nos relatos dos entrevistados para respaldar as suas suspeitas em relação à polícia, diante da percepção do recente aumento de mortes de jovens no Parque Atheneu.

Os moradores referem-se e denunciam um poder arbitrário em relação ao qual afirmam não disporem de recursos para se contrapor. A esse contexto, respondem com medo e insegurança. A desconfiança da polícia e a descrença das suas ações se estendem ao poder judiciário e as leis. Para os moradores, a violência e o medo crescem dia após dia, não somente no bairro, mas na cidade como um todo. Há um sentimento generalizado de impotência diante das arbitrariedades praticadas por policiais no bairro e também de impunidade generalizada que atinge a sociedade.

O MEDO DO CRIME

Para se compreender uma dada figuração social é necessário entender as interações sociais em um dado contexto, ou seja, é preciso analisar a natureza das interdependências grupais, que podem ser tanto harmônicas quanto conflituosas. Entender uma dada figuração significa conhecer também as tensões que são inerentes a uma dada realidade, as relações de poder que se estruturam em um determinado espaço e os grupos envolvidos. Logo, a concepção original do Parque Atheneu como um bairro para abrigar militares e a forma como esse espaço foi se configurando e reconfigurando ao longo do tempo, bem como, o modo como se estruturam as relações entre moradores nesse lugar, são elementos importantes para o entendimento das configurações do medo. As particularidades do bairro nos permitem tecer considerações importantes sobre o modo como o medo se estrutura e afeta a população reside.

No caso analisado, a presença dos moradores militares e as relações de poder que se estruturam em torno dessa presença, são aspectos fundamentais quando procuramos compreender a figuração social do medo nesse contexto. A maioria dos moradores se diz atemorizada e constrangida diante das arbitrariedades, abusos e até mesmo crimes, praticados pelos militares que residem na vizinhança e também por seus familiares. O medo, aqui, não repousa em uma avaliação negativa no desempenho das instituições e de seus representantes ou na percepção sobre esse desempenho, mas sim na conduta abusiva cotidiana dos vizinhos militares e na influência que esses possuem sobre as ações dos policiais que atuam no bairro. A maioria dos moradores afirma se sentir vulnerável diante

das ações violentas dos policiais dirigidas ao suposto combate ao tráfico de drogas, o que tem exacerbado os conflitos no lugar. O acirramento dos conflitos e o aumento no número de mortes aparecem como um aspecto importante para compreensão dessa figuração do medo.

Nota-se, que a escalada das mortes violentas evidenciada pelos moradores não parece, por si só, recrudescer o medo e o sentimento de insegurança. Como já mencionado na seção anterior, a morte de pessoas envolvidas com o crime, seja por meio de conflitos com outros criminosos ou pela ação da polícia, é mais ou menos algo esperado e não é motivo de grande comoção ou rejeição por parte dos moradores do bairro. Embora, o fato de conhecer pessoas que foram vitimadas ou ouvir narrativas a respeito de pessoas vitimadas na vizinhança seja um dos elementos que tendem a reforçar as crenças e percepções sobre o crime e a insegurança em determinados locais, algumas questões devem ser ponderadas no caso analisado, já que a grande preocupação dos moradores reside no temor de que pessoas que não estão envolvidas com o tráfico sejam atingidas pelos conflitos. As tensões nas relações entre os grupos que compõe a vizinhança, a presença do tráfico de drogas e o acirramento dos conflitos entre criminosos e policiais são elementos que articulados compõe a configuração do medo do crime nesse contexto.

4.2. O SETOR BUENO: A FIGURAÇÃO DO MEDO DO CRIME EM UM BAIRRO NOBRE

O BAIRRO, A SOCIABILIDADE E O COTIDIANO

Como já mencionamos no capítulo anterior, entre os anos de 1950 e 1960, aproximadamente 183 novos loteamentos foram aprovados em Goiânia. As novas glebas foram incorporadas ao redor do plano piloto original da capital, o que levou muitos urbanistas a caracterizarem esse período como um momento de desordenamento e perda de controle do poder público sobre o parcelamento do solo urbano. Entre esses novos loteamentos estava o projeto do Setor Bueno. O nome do setor faz referência aos irmãos Coimbra Bueno, que doaram as terras de parte das fazendas que deram origem à cidade de

Goiânia. Na época de sua formação, o Bueno, era a última fronteira da cidade, sendo que sua ocupação expressiva começou somente no início da década de 80. Foi nesse período, que os olhares da iniciativa privada se voltaram para o bairro e o transformaram. A verticalização foi o modelo adotado para a expansão do setor. Em um curto espaço de tempo, prédios surgiram em praticamente toda a extensão do bairro e as grandes avenidas foram tomadas por empresas de segmentos diversos. De acordo com Marinho (2006), de modo geral, a região Sul, na qual se localiza o setor Bueno:

[...] sofreu, ao longo da produção do espaço urbano de Goiânia, uma intensa ocupação populacional e atraiu a instalação de atividades econômicas. Isso favoreceu a implantação de infraestrutura e os investimentos da construção civil no seu espaço, a partir da década de 1970. A estruturação e a verticalização da região acabaram por promover a valorização dos terrenos aí localizados e, conseqüentemente, reforçaram sua posição de lugar “nobre” no imaginário do goianiense. (p.128).

Na visão do autor, a região Sul representa uma área não só de valorização imobiliária, concentrando serviços e equipamentos urbanos, mas também de segregação das camadas de alta e média renda de Goiânia, contrastando drasticamente com outras áreas da cidade, como a região noroeste, apontada como subequipada e habitada pela população mais pobre da cidade.

Privilegiado e rico, hoje, o Setor Bueno abriga uma população de cerca de 30.000 habitantes e faz divisa com outros bairros nobres da capital, como os setores, Bela Vista, Oeste, Nova Suíça e Marista. Nos sofisticados e imponentes prédios do bairro reside boa parte da alta sociedade goianiense. O setor absorve os empreendimentos mais sofisticados da cidade e tem uma presença forte de um requintado setor de comércio e serviços para atender a exigente população local (escolas, hospitais, grandes supermercados, restaurantes e bares, salões de beleza, salões de festa e eventos, shoppings, comércio diversificado). O Parque Vaca Brava, um dos cartões postais da cidade, também se localiza no setor, que conta ainda com praças muito bem cuidadas e belos jardins.

Todo esse crescimento e desenvolvimento, dos últimos anos, faz com que muitos dos antigos moradores sintam que o setor perdeu a tranquilidade e o charme de outrora, haja vista a movimentação que o bairro ganhou com o passar do tempo. As expectativas são de que o número de habitantes aumente ainda mais, já que inúmeros empreendimentos

imobiliários são lançados a todo o momento no Bueno. O trânsito é uma queixa muito frequente em relação ao bairro que possui uma densidade alta e uma grande frota de veículos. Todavia, é a questão da segurança que mais preocupa os moradores e os afasta das ruas e espaços aprazíveis da vizinhança.



Fotos 1, 2, 3 e 4: Ruas e edifícios do Setor Bueno.

Fotos 5 e 6: Vista do Parque Vaca Brava e da Praça da T-25 (Imagens Google).

Do ponto de vista do convívio social observamos que há uma restrita ou quase inexistente sociabilidade entre os moradores do Setor Bueno. De modo geral, os entrevistados, afirmaram não manter ou possuir relações sociais limitadas com a vizinhança. Os raros contatos restringem-se aos moradores do mesmo prédio e consistem, primordialmente, em cumprimentos em encontros casuais nos elevadores ou nas áreas comuns do prédio, como o *hall* e o *playground*. Moradores com filhos pequenos parecem ter encontros mais frequentes com outros residentes, o que não significa convivência. Proximidade é uma questão delicada entre os moradores dos bairros nobres da capital, mesmo a proximidade daqueles que supostamente são iguais do ponto de vista social. Essa atitude é sustentada de modo bastante fervoroso pelos moradores que entrevistei. De modo que a limitação da socialização entre os moradores do mesmo bairro não incomoda os depoentes. Todos os entrevistados encaram com naturalidade a pouca convivência entre os vizinhos em casas ou apartamentos, destacando a escolha pela impessoalidade, anonimato e isolamento. Podemos observar que no contexto analisado os indivíduos preferem se resguardarem na intimidade de suas vidas e de suas casas. Sendo assim, é bastante incomum que vizinhos visitem as casas uns dos outros. Muitos dos entrevistados afirmaram nem ao menos saberem quem são seus vizinhos. O bairro, no entanto, não pode ser pensado como o resultado da vivência comunitária e das relações entre moradores.

“- Nós não gostamos de conviver muito. Aqui no prédio, mesmo sendo um apartamento por andar, a gente acha complicado, chegar, ficar esperando elevador, ter alguém no elevador, a gente gosta mais da privacidade, eu e meu marido. Meus filhos também. Eles se parecem muito com a gente nesse ponto, não tem amizade dentro do condomínio. Não gostam de conviver muito, não gostam, porque o tempo também é curto.” (Moradora de um condomínio de apartamentos)

“- Eu nem conheço meu vizinho aqui da direita. E só bom dia, boa tarde, para o vizinho da esquerda. Hoje em dia ninguém se interessa mais por um convívio com a vizinhança. Mudou o vizinho aí, eu nunca vi essas pessoas, então... Sabe, não há interesse

de nenhum dos lados. Eu me recolhi na minha casa, eles se recolheram na deles e a gente nem se vê.” (Moradora de uma casa)

“- Não tenho amizade. Essa coisa de frequentar a casa do vizinho, eu não frequento. Eu não tenho muito contato com vizinho, a não ser na área de lazer quando desço para brincar os meninos. Aí encontra lá embaixo. As crianças brincam juntas, mas é só.” (Morador de um condomínio de apartamentos).

“- Meus vizinhos eu conheço do elevador. Não conheço todos. Aí, eu cumprimento. Bom dia! boa tarde! e pronto. Ninguém se frequenta. São aqueles amigos artificiais, é mais cordialidade mesmo.” (Moradora de um condomínio de apartamentos).

Para os entrevistados, o gostar do bairro não está relacionado à socialização, aos vínculos de amizade entre vizinhos, mas antes, à oferta de serviços. Os entrevistados são enfáticos ao dizer que a ampla gama de serviços e comércio que o setor possui é um dos aspectos mais positivos do Bueno. A qualificação do setor como um bom lugar para se viver deriva, principalmente, do fato de ser um espaço praticamente autossuficiente, não demandando que os moradores necessitem se deslocar para outros lugares para dispor de serviços. Até mesmo os momentos de lazer podem ser desfrutados dentro do bairro que conta com shoppings, bares da moda e restaurantes sofisticados frequentados pela elite local e da cidade como um todo.

“- Eu gosto muito de morar aqui por conta dessa autossuficiência do setor. Eu moro na T-37 acima da pracinha. Só ali onde eu moro são dois quarteirões autossuficientes. Têm dois bancos, o Pão de Açúcar, três padarias, restaurantes, academia, salão, pet-shop, loja que você compra um presentinho à noite, mesmo depois do horário comercial, e você faz qualquer coisa em duas quadras, então eu gosto muito. Pra sair aqui também é ótimo, têm muitos bares e restaurantes.”

“- Aqui eu tenho tudo perto: supermercado, escola, lavanderia, tudo aqui do lado, é excelente! Você não precisa sair do bairro, você resolve praticamente tudo aqui dentro mesmo. Às vezes nem precisa de carro pra você fazer algumas coisas.”

A IMAGEM NEGATIVA DAS RUAS

Embora, a maioria dos entrevistados enfatize que no bairro todos os serviços são próximos, o que permite ao morador se deslocar a pé, quase todos os trajetos são feitos de carro. Isso, pois, a imagem das ruas é negativa e inspiradora de medo e o contato social é transferido para espaços privados. As ruas e outros espaços públicos são descritos como lugares de passagem, por onde os cidadãos se deslocam sem permanecer. Mesmo com tantos espaços de convivência no bairro, como as praças e o parque, os moradores não são frequentadores assíduos desses lugares, e quando frequentam costumam observar certos horários e a movimentação do lugar. As ruas são percebidas como espaços que geram uma forte demanda por proteção para o deslocamento. Nas falas é comum os entrevistados contraporem a segurança do espaço privado dos seus condomínios e a insegurança dos espaços públicos, das ruas, onde circulam todos os tipos de pessoas, inclusive aquelas que vão ao setor na certeza de encontrarem vítimas rentáveis economicamente. A ideia de que apartamentos oferecem mais segurança do que casas é sempre enfatizada, quando os moradores narram os motivos da sua escolha.

“- Se você está dentro do seu apartamento você está relativamente seguro, preso e seguro ao mesmo tempo, mas se você for pra rua você está muito mais vulnerável a ser abordado e tudo mais. Eu adoro a pracinha, acho muito agradável, mas eu não vou muito. Eu fico com medo de ir e ser abordada e sofrer alguma coisa. O maior problema aqui tem sido a questão da segurança.”

“- Eu não me sinto segura na rua, eu não moraria em uma casa, por exemplo. Há uns tempos atrás o meu sonho era morar em uma casa, hoje eu não tenho coragem de morar numa casa, a não ser que seja em um condomínio fechado, e ainda assim, a gente sabe que apesar de toda segurança você não está totalmente seguro. Então, eu acho que prédio tem essa vantagem, você ali dentro do seu apartamento de alguma forma você está protegido, mas pra sair, principalmente à noite, eu não me sinto segura. Eu acho que você está sempre se expondo ao risco. Aqui nós investimos em segurança, têm câmeras, sensores, botão do pânico, nós temos a empresa que presta segurança aqui, então, toda noite tem um guarda vigiando a entrada do prédio. Então, aqui dentro eu me sinto segura, só circulam os moradores mesmo. Lá fora não. Lá fora você está exposto e você nunca sabe quem é quem.”

“- Em casa é o meu porto seguro. A rua é um lugar perigoso, é um lugar que eu me sinto exposta, porque eu acho que eu posso ser abordada a qualquer momento pra roubar minha bolsa, meu celular, pra me sequestrar. Com isso você sai menos de casa, você encontra menos pessoas também, e quando você sai, você vai para um determinado lugar. Se eu vou ali no Goiânia Shopping, entre aqui e o Goiânia Shopping eu poderia ir a pé e ter vários contatos sociais no meio, vamos supor parar no Vaca Brava, apreciar a paisagem ou parar na padaria ou algum outro lugar, mas geralmente eu não faço isso, eu vou de carro, vou direto, e não fico dando bobeira. Eu poderia desfrutar mais do setor e das praças e do parque, que é lindo! Eu poderia ir com as crianças, mas eu evito.”

Tereza Caldeira (2000) afirma que elementos como: segurança, equipamentos de uso coletivo, serviços e localização, transformam os edifícios residenciais em residências de prestígio. Os “enclaves fortificados”, tal qual Caldeira os denomina, “estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição.” (p.259). Isso pode ser facilmente notado nas falas dos entrevistados ao enfatizarem a segurança dos espaços privados e restritos e o perigo dos espaços públicos e abertos, onde não é possível controlar o tipo das interações sociais e saber “quem é quem”. As ruas, praças e parques

públicos são tidos pelos moradores do Bueno como espaços pouco convidativos e parecem perder a sua função socializadora. Cada vez mais representado como o espaço do medo e da violência, o espaço público vem sendo objeto de um grave processo de recuo nos últimos tempos. Esse recuo se refere não somente à extensão física, mas também à função desses espaços como veículos de comunicação social. Gomes (2005) afirma que a insegurança e o medo que a acompanha são fortes componentes dentro desse contexto que ele entende como um processo de demissão do homem público e de desinvestimento do espaço de sua capacidade de arena de diálogo e debate.

Embora, enfatizado e reverenciado, o enclausuramento, gera sentimentos ambivalentes e contraditórios. Se de um lado, os espaços públicos são abandonados sob a justificativa do medo da criminalidade e violência crescentes no bairro, de outro, os moradores afirmam que o esvaziamento dos espaços recrudescer o sentimento de insegurança. Ao mesmo tempo em que diz que evita circular a pé pelas ruas do bairro, que não moraria em uma casa e que descreve todos os dispositivos de segurança que foram implantados no condomínio visando à proteção dos moradores, a entrevistada afirma, que o fechamento e todas essas medidas de proteção deixam as ruas vazias, fazendo com que ela sinta mais medo ao circular. Nota-se aqui a existência de um círculo vicioso onde o medo justifica o enclausuramento e este reforça, reproduz, alimenta o medo, já que o espaço público fica destituído da vigilância e controle social informal, tornando-se mais frágil para a ação da criminalidade oportunista. Em consequência disso, as pessoas perdem seus espaços de socialização, desarticulando os laços interpessoais.

“- Não tem mais ninguém sentando na cadeira com fio, como no interior, com alguém te olhando. Estão todos enclausurados nos prédios, nas casas com muros altos e portões fechados. Quando eu olho e está tudo vazio e eu sei que não tem ninguém me vendo, eu fico com medo. As ruas aqui são desertas, às vezes, dependendo do horário, não tem ninguém.”

CRIMINALIDADE, ATRATIVIDADE E MEDO

Se a comodidade de contar com todos os serviços tão próximos é um dos pontos que mais agrada os moradores do Bueno, a segurança ou a falta dela é uma das questões que mais preocupa quem vive ali. Na maioria dos relatos sobre o bairro, a insegurança aparece como uma questão latente, que preocupa cada vez mais os moradores e orienta as suas condutas. A percepção do aumento da criminalidade e violência no bairro é recorrentemente expressa nas falas dos entrevistados, que se dizem temerosos diante dos constantes casos que vivenciaram, presenciaram ou sobre os quais tomaram conhecimento. De acordo com os relatos, o roubo é um dos crimes mais comuns no Setor Bueno, atualmente, e tem se tornado cada vez mais violento, sendo praticado por criminosos armados e dispostos a tudo. Os entrevistados estão assustados com o que veem acontecendo em seu bairro, que segundo eles, até pouco tempo era calmo e seguro. No momento da pesquisa os moradores estavam bastante alarmados com alguns casos de sequestro-relâmpago ocorridos no Bueno. Nesses casos as vítimas teriam sido abordadas quando chegavam ou saíam em seus carros e levadas no próprio veículo pelos criminosos. Após roubar pertences, realizar saques nas contas das vítimas, elas teriam sido deixadas em cidades próximas à capital.

“- A violência é o que mais preocupa. Quando nós mudamos pra cá parece que não era tanto, mas de alguns anos pra cá. Parece que foi muito rápido, dois, três anos no máximo, a violência deu um boom nessa região e foi uma coisa absurda, porque não tinha isso. Era muito tranquilo, e foi de repente não sei porquê. Não são crimes mais leves como passar um cara correndo e levar uma bolsa, puxar uma carteira e sair correndo, mas sim assalto a mão armada, violento mesmo. Isso não tinha aqui não. Se acontecia antes era mais raro. E não é só carro, não. Porque falam muito de roubo de carro aqui. Há pouco mais de um mês eu estava no salão de festas que tem aqui na rua mesmo, na festinha da minha afilhada. Na porta do salão de festas teve um tiroteio, o cara foi assaltar um rapaz que estava chegando e o cara era um policial federal, e cravejou o bandido de balas na frente do prédio. Aqui a boutique da Andreia foi assaltada a pouco tempo. Ela chegou com o pagamento dos funcionários e os caras abordaram e levaram 25 mil reais dela. Todos os dias acontece alguma coisa. E a gente fica com muito medo.”

“- Tem assalto toda semana. No salão de beleza aqui do lado renderam todas as clientes lá dentro, levaram bolsas, carros das clientes que estavam estacionados. Roubo de pessoas que estão passando na pracinha, roubo de carro à mão armada tem toda semana. No Banco do Brasil aqui um homem foi morto depois de fazer um saque e ser abordado por ladrões armados (...) Eu assisti ali na Porta do Pão Shopping um assalto a uma caminhonete. Os caras armados, com a arma na cabeça da mulher, arrancaram ela da caminhonete e levou. Eu fiquei olhando, sem reação, porque se você grita, faz alarde, o ladrão assusta e mata a mulher. Então você assiste calado.”

“- Eu sinto muito medo. Tomaram o meu carro aqui na porta. O cara chegou e só falou ‘ me dá a chave do I-30’, eu olhei sem entender muito bem e falei ‘ o que moço? ’. Eu vi que o cara era estranho e ele ‘ tá vacilando, tá vacilando’ e mostrou a arma. Aí eu entendi, já ia saindo do carro com a bolsa e ele me pediu a bolsa também, puxou e levou. A moça da portaria não podia fazer nada. As pessoas assistem, mas não podem fazer nada. Outra moradora aqui do prédio foi abordada quando ia entrar na garagem. No impulso ela acelerou e entrou com o carro, porque ela estava com a babá e a filha. Aí, o bandido saiu atirando, por sorte não acertou ninguém. Então, todos os dias têm casos como esses. Eu tenho muito medo. (...) Minha filha antes passeava com o cachorrinho, eu a deixava passear, mas hoje em dia não deixo mais, eu tenho medo de levarem ela. Teve uns dois casos de sequestro ali perto do Parque Vaca Brava, um foi de uma senhora que estava parando no salão e levaram o carro e ela junto e deixaram não sei em que cidade, teve um estudante também. Então, eu tenho medo de levarem a criança. Eu tenho muito medo. Na verdade eu estou mudando daqui por causa disso. Eu fui bem radical. Essa questão interfere muito na qualidade de vida, você anda o tempo todo com medo. Eu acho que o mal daqui é segurança.”

Segundo as narrativas, a maioria dos crimes comumente acontece quando os moradores deixam ou chegam às suas residências ou mesmo quando transitam por ruas, praças, ou algum outro lugar público. Os entrevistados acreditam que as abordagens acontecem, preferencialmente, nesses momentos, pois, se trata de um bairro onde o tipo de

habitação é predominantemente vertical e onde, praticamente todos os edifícios de apartamentos e também as casas, dispõem de uma série de sofisticados dispositivos de segurança e vigilância particular, dificultando as ações dos ladrões para acessar os espaços residenciais. A insegurança generalizada que assombra as ruas do bairro é constantemente evidenciada durante as conversas. Transitar por elas, principalmente à noite, é sinal de ameaça e perigo e requer uma série de estratégias. Para se sentirem mais seguros os entrevistados afirmam terem se fechado em seus condomínios, investido em segurança privada, evitado frequentar espaços públicos, mudado hábitos de lazer e deslocamento, evitado contato com estranhos.

As experiências ou narrativas sobre crimes no bairro e o medo dos moradores parecem contribuir não somente para a disseminação dos muros e da parafernália de equipamentos de segurança, mas também para uma profunda alteração na vida social e no modo como os indivíduos se relacionam e vivenciam o urbano. As mudanças nos hábitos, nos modos de vida, e nas formas de se apropriar dos espaços urbanos, são apresentadas como precauções necessárias a serem tomadas pelos cidadãos com o intuito de minimizar riscos, uma espécie de agenda de segurança visando orientar a conduta pública e privada dos indivíduos. O medo e a insegurança figuram como elementos socializadores cada vez mais presentes no convívio dos moradores.

“- Eu mudei bastante os meus hábitos por essa questão de segurança mesmo. Eu evito sair à noite, essa coisa de ir à festa. Às vezes, você está a fim de ir, mas você pensa tanta coisa que acaba ficando em casa mesmo, é mais tranquilo. Eu procuro ir a lugares mais restritos. Eu vou ao shopping que tem segurança interna, estacionamento interno, então, eu não tenho que parar na rua. Quando eu saio eu vou para lugares mais reservados, eu não dou bobeira. Eu evito o espaço público, lugares que circulam todo tipo de gente.”

“- No trânsito eu não ando com o vidro aberto, principalmente por causa de motoqueiro. Eu sempre procuro parar do lado esquerdo, do lado da guia, porque não vai

caber um motoqueiro entre eu e o meio-fio. Eu morro de medo. Conheço várias pessoas que foram assaltadas no trânsito.”

“- Eu evito chegar muito tarde. Mas, quando isso acontece, eu sempre ligo para o porteiro para ele ficar de olho. Às vezes, eu ligo na minha casa mesmo e peço para minha mãe ficar olhando pela televisão para ver a câmera da rua, porque se acontecer alguma coisa eles vão saber e chamar a polícia. Esse momento de chegar em casa é bem complicado. Eu tenho pânico de ser abordada na porta da garagem do prédio. Isso acontece muito aqui.”

Os moradores do Setor Bueno afirmam se sentirem expostos e vulneráveis à vitimização por acreditam que são alvos atrativos e rentáveis para os criminosos, que almejarão os bens de alto valor que esses possuem. Na percepção dos mesmos “os marginais” vêm de outros bairros da cidade para praticar crimes no setor, uma vez que sabem que as pessoas que ali residem possuem alto poder aquisitivo e podem oferecer maiores benefícios materiais aos agressores. O crime e os criminosos estão associados a determinados espaços que supostamente lhes dão origem. Em muitas falas os espaços considerados perigosos e violentos são os bairros periféricos da cidade. Uma ideia bastante recorrente nas entrevistas realizadas com os moradores do Bueno, e também de outros bairros onde reside a elite econômica da cidade, consiste na percepção de que a periferia seria a responsável por “fornecer” os assaltantes, marginais, delinquentes, que agiriam no bairro, em função da visibilidade social que as pessoas desse lugar têm.

“- As pessoas que moram aqui não são violentas. Quem vem assaltar aqui é realmente gente de fora, desses bairros distantes. Eles vêm pra cá porque aqui chama muito a atenção. É um bairro que as pessoas têm mais dinheiro, têm mais bens, estão mais expostas. O fato de aqui ter um poder aquisitivo maior atrai os bandidos pra cá, pra ficar perto de nós. Aí, você tem esses medos, de sair na rua, de sair à noite.”

“- A segurança é um problema. Eu fico com muito medo de chegar em casa, dependendo da hora, principalmente de madrugada, eu fico com muito medo na hora de abrir o portão e algo de ruim acontecer. Eu tenho muito medo de assalto. Quem mora aqui é a classe média alta, então é muito visado. Toda porta de prédio tem um carro bom, nós não temos garagem para todos os carros nesse setor, lá em casa fica dois carros na garagem e dois carros na porta. Nem para alugar tem garagem aqui por perto. Aqui em quase toda porta de prédio tem carro importado, tem carro que vale 100 mil, e como o ladrão vai pegar esse carro? Na hora que você estiver entrando ou saindo dele. Antes quebrava o vidro do carro e fazia ligação direta, agora toda chave de carro tem código, então o ladrão precisa pegar a chave com o motorista porque ele não faz ligação direta. E nessa hora tudo pode acontecer. Eles não estão preocupados se vão ter que matar alguém ou não para conseguirem o que querem.”

O conceito de atratividade tem sido muito utilizado em estudos que buscam explicar as probabilidades de vitimização, bem como, o medo do crime (Cohen, Kluegel e Land, 1981, Beato, 2004). Esses estudos buscam investigar, principalmente, como o estilo de vida do indivíduo e as oportunidades geradas por esse estilo influenciam a probabilidade de vitimização. De acordo com essa perspectiva, a exposição, a proximidade da vítima ao agressor, a capacidade de proteção, os atrativos das vítimas e natureza dos delitos, são elementos que apresentam maior influência na possibilidade dos indivíduos se tornarem vítimas ou temerem se tornar vítimas. O estilo de vida de um determinado indivíduo influencia o modo como os demais fatores se fazem presentes em sua vida.

As vítimas tornam-se ainda mais atrativas quando oferecem menor possibilidade de resistência ou proporcionam maior retorno esperado do crime. Os indivíduos que oferecem menor possibilidade de resistência, provavelmente, reagem com pouca intensidade, o que representa menor risco de aprisionamento para o agressor. Aqueles que proporcionam maior retorno esperado do crime têm maior probabilidade de serem vitimados, uma vez que, por um mesmo risco de aprisionamento, o criminoso pode ganhar mais. (Beato, 2004, p.76).

Quando buscamos compreender os elementos que compõem a configuração do medo nesse contexto, verificamos que a percepção de que se é um alvo atrativo para uma

ocorrência criminal contribui para a insegurança e sensação de vulnerabilidade dos moradores do bairro. Os entrevistados dizem se sentirem ameaçados, principalmente, por acreditarem que ações dos criminosos, no intuito de obter esses bens, são cada vez mais violentas e, muitas vezes, podem ter desfechos trágicos. Na percepção dos entrevistados os criminosos não compartilham dos mesmos valores morais que “as pessoas de bem”, são audaciosos e não se importam de matar ou ferir para conseguirem o que querem.

“- Meu maior medo é com a vida, porque se a pessoa assalta uma bolsa ou carro, tudo bem, aliás, tudo bem não! Claro que não é uma sensação legal, levou sua bolsa e seus documentos, é um transtorno, mas o problema é a vida, o cara atirar porque o ladrão fica nervoso e você também, você não sabe como vai reagir e se o cara atirar e acontecer uma tragédia. Levar uma bolsa, um carro é uma coisa, levar um tiro é outra. Eu tenho muito medo. Esses bandidos estão dispostos a tudo para conseguirem o que querem. A nossa vida não vale nada para eles. Os marginais, eles não têm valor moral. Essa coisa que a gente tem de gostar das pessoas, amar as pessoas, os entes queridos da gente, tanto faz para eles, então, eu temo mais por isso mesmo, risco de morte.”

“- Porque se alguém abordar e quiser levar o carro, leva, mas meu medo é de um desfecho trágico, atirar, matar alguém da minha família. E se eu estiver com os meninos juntos no carro e se não der tempo de tirar os meninos das cadeirinhas, eu fico apavorado de pensar essas coisas. Porque a gente conhece tanta história de bandido que leva menino. Esse é o meu maior medo.”

A INEFICÁCIA DAS INSTITUIÇÕES DE CONTROLE SOCIAL

As pessoas que entrevistei sentiam que as instituições responsáveis pelo controle e manutenção da ordem estavam claramente fracassando em sua tarefa, deixando espaços abertos para a criminalidade e violência se perpetrarem. No geral, avalia-se de maneira

bastante negativa o trabalho da segurança pública. É interessante observar que embora mencionem a questão da corrupção policial, ela não é o alvo da principal crítica dos moradores do Setor Bueno. Não há nenhuma menção a violência policial ou a arbitrariedade e excessos cometidos por policiais. No geral, os moradores questionam as instituições governamentais e, especialmente, o sistema judiciário brasileiro.

“- Não tem uma segurança eficaz. Eu não confio plenamente na polícia, na cúpula da polícia, não confio nos governos. Eu acho que o tem sido feito contra a violência é ineficaz. Diante de tudo isso nós ficamos atemorizados, reclusos em nossas casas, ameaçados de andar pelas ruas.”

“- Tem a questão da corrupção, e em todas as profissões, infelizmente, tem corrupção, não é só dentro da polícia. Mas, no geral eu acho que os policiais estão tentando fazer o trabalho deles, mas existe toda uma questão judicial. Eu acho que os policiais não têm apoio no trabalho deles. Muitas vezes o policial prende o bandido, daí na outra semana ele está solto, então, a justiça é falha. Muita impunidade. E tem também o fato de que a polícia ganha mal, os salários são muito baixos para quem defende a população, são mal treinados, o quadro é insuficiente. Então, são muitos aspectos a serem considerados.”

“- Eu confio nas medidas que estão sendo tomadas, mas se não mudar esse código penal nada vai adiantar. Um dia vamos ter uma guerra urbana por falta de lei e rigor. Existe uma falha muito grande, essas brechas, esse negócio de ‘dá um jeitinho’. Isso a gente vê que começa na política, é provada a culpa do cidadão e daí um pouquinho não era nada disso, nada acontece. Há um jogo de interesse, não há uma lei que seja cumprida, independente de qualquer coisa. Isso é cultural, infelizmente. E o cidadão de bem que paga seus impostos que se lixe. Ele que fica ameaçado e acuado dentro de casa, ele que contrate segurança particular se quiser ter um pouco mais de sossego. O Estado é totalmente impotente.”

A corrupção e impunidade são discutidas de modo amplo como práticas que estariam enraizadas nas instituições públicas no Brasil. Quando falam da ineficácia do trabalho policial quase sempre a associam as más condições materiais para o desempenho da função, aos baixos salários e as dificuldades do trabalho policial. Essas dificuldades são percebidas em termos de barreiras ao bom desempenho do trabalho da polícia. Para os entrevistados, uma das principais barreiras é a própria legislação brasileira, tida como falha, morosa e ineficaz. O sistema de justiça penal é tido como incapaz de assegurar um eficaz combate ao crime. Observa-se que a representação sobre a ineficácia do Estado em garantir a proteção dos indivíduos e dos bens, é ainda reforçada pela percepção da incapacidade dos órgãos competentes em punir exemplarmente os criminosos. A esse conjunto de representações acerca da ineficiência da justiça soma-se a crença de que a segurança é uma questão individual e pessoal.

A DINÂMICA DO MEDO DO CRIME

Na percepção dos moradores do Bueno a desigualdade social, a expansão do tráfico de drogas na cidade, somados a impotência da polícia e a “fraqueza” do sistema judiciário brasileiro, contribuem para o aumento da violência na atualidade. O crescimento da criminalidade no bairro é visto como o resultado da dinâmica perversa do tráfico de drogas, que os coloca como vítimas preferenciais, uma vez que possuem bens de elevado valor econômico, que serão usados nas transações dos criminosos envolvidos com o tráfico. O fato de se verem como alvos atrativos para as ações criminosas é um elemento que contribui para a insegurança generalizada dos moradores. O resultado tem sido o afastamento do espaço público e a reclusão em espaços privatizados e cada vez mais fortificados.

O efeito perverso de tudo isso é que o abandono das ruas e espaços públicos de convívio social e a busca por segurança em espaços vigiados e monitorados acabam por recrudescer a insegurança e o medo dos habitantes do lugar, já que a falta de vigilância e controle social informal, fazem com que os moradores experimentem um sentimento de medo cada vez maior ao se aventurar pelas ruas vazias do bairro. O isolamento é algo bom

e desejável, mas algumas de suas consequências podem ser negativas, o que fica evidente na fala de uma das entrevistadas que diz:

“Parece que às vezes, toda essa tentativa de ficar seguros só aumenta o medo, a insegurança. Aumenta também a violência aqui. Porque o bandido sabe que pra conseguir pegar um carro desses que tem GPS, código de segurança, ele vai precisar abordar o dono. (...) Como as ruas são evitadas, há pouca circulação, é fácil de você ser abordado e roubado, porque ninguém tá te vendo ali, você se torna um alvo fácil.”

As experiências de vitimização, a incidência da criminalidade e violência, a crença de que se é um alvo atrativo, a segregação socioespacial e o isolamento, e a falta de confiança nas instituições de segurança pública, são fatores que articulados inspiram o medo dos moradores. No caso analisado, observa-se que, embora, invistam massivamente em segurança e tenham uma capacidade maior de se protegerem, os moradores do Bueno se sentem vulneráveis e expostos à vitimização. Muitos deles foram vítimas da criminalidade dentro do setor, presenciaram ou tomaram conhecimento de vizinhos que foram vitimados. Os casos contados e recontados evidenciam a preocupação dos moradores, que enfatizam o temor de desfechos trágicos nas abordagens dos criminosos, cada vez mais audaciosos e violentos.

A recorrência dos casos leva a uma análise bastante negativa do desempenho das instituições de segurança pública. A crítica principal volta-se, porém, ao sistema judiciário brasileiro. Para os entrevistados, não se trata apenas da vigilância e prevenção da criminalidade, mas também, da punição dos criminosos. Na visão dos pesquisados, a impunidade contribui para a disseminação da criminalidade, os deixa expostos e amedrontados. Nesse contexto, dissemina-se a ideia de que cada um deve ser responsável por garantir a sua própria segurança, uma espécie de “salve-se quem puder”.

4.3. O JARDIM AMÉRICA: A FIGURAÇÃO DO MEDO DO CRIME A PARTIR DA CRENÇA NA “DESTERRITORIALIZAÇÃO” DA VIOLÊNCIA

A HISTÓRIA E VIVÊNCIA DO BAIRRO

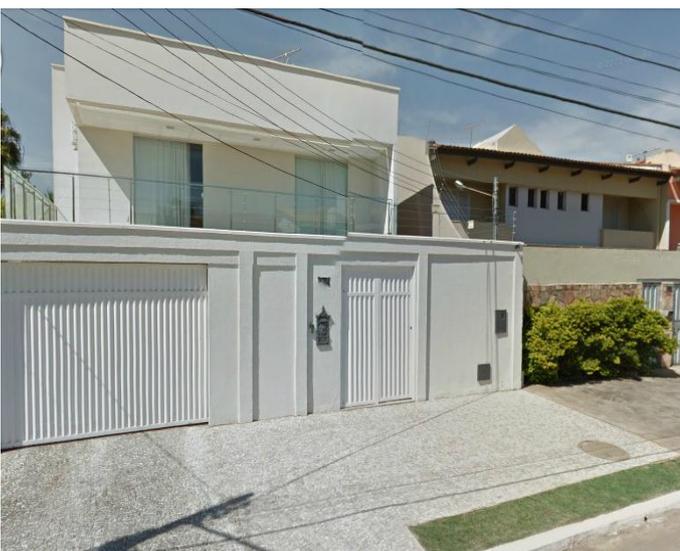
O Jardim América como o próprio nome já diz foi projetado para ser um bairro jardim e ocupado pelas classes economicamente mais privilegiadas, seguindo a tendência da Região Sul. Todavia, em um primeiro momento, essa proposta acabou não sendo efetivada e os primeiros a ocuparem o bairro foram trabalhadores de origem muito humilde. O loteamento foi aprovado no ano de 1952 e teve início a partir do desmembramento do antigo Setor Sudoeste Macambira, hoje apenas Setor Sudoeste. A ocupação foi lenta e gradual e quando as primeiras famílias chegaram não havia nenhuma infraestrutura. Nessa época, o Jardim América era um bairro de proporções gigantescas e pouquíssimos moradores, o que era mais um obstáculo para a implantação de serviços básicos, que na época não havia chegado de forma plena nem aos bairros mais nobres. Além disso, os primeiros moradores tinham que conviver com o estigma de bairro violento e perigoso.

A mudança no perfil dos moradores do Jardim América só aconteceu a partir da década de 80. Segundo, o historiador, Adriano de Castro, a passagem não foi obra do acaso ou apenas consequência do processo de crescimento da cidade. Ele afirma que houve um projeto do poder público chamado “Cura” com esse intuito. E se a intenção era mudar a imagem do bairro, os objetivos foram atingidos. Em poucos anos, a maioria dos moradores mais pobres foram deixando o Jardim América. E no lugar deles, famílias mais abastadas e muitas empresas, de todos os segmentos. O maior bairro da cidade abriga hoje mais de 50 mil habitantes, é um setor com comércios importantes, grandes avenidas e diversas áreas de lazer. Uma parte significativa de seus moradores é de classes privilegiadas, embora, o bairro, por sua dimensão, possa ser considerado heterogêneo em algumas áreas, como nas próximas ao Setor Sudoeste e Parque Anhanguera, abrigando trabalhadores do setor de serviços e comércio. Do outro lado, o Jardim América faz divisa com outros bairros nobres, como o Setor Bueno, Nova Suíça, Jardim Atlântico e Parque Amazônia. Contudo, diferentemente da maioria dos seus vizinhos, o bairro apresenta um padrão de crescimento horizontal. O lugar ainda conta com poucos edifícios de grande porte, embora, as pressões do capital imobiliário na cidade tenham acarretado o desrespeito ao Plano Diretor Municipal que restringe a construção de edifícios com mais de quatro andares no setor. A

maioria dos habitantes reside em casas situadas nas ruas bem servidas e arborizadas do bairro. As construções são amplas e há muitos sobrados.

A centralidade do bairro, a excelente infraestrutura e a ampla gama de comércios e serviços são ressaltados pelos moradores do Jardim América como um dos pontos mais positivos do lugar. A horizontalidade é uma das características mais apreciadas no bairro, garantindo, segundo os moradores, uma visão limpa e privilegiada aos habitantes locais. Muitos deles, afirmam que optaram pelo setor pela possibilidade de residir em casas espaçosas e poderem desfrutar de privacidade, o que não seria possível em habitações coletivas, mesmo as de alto padrão, como as do vizinho Bueno.

“- Eu gosto muito de morar aqui. Eu não pretendo sair tão cedo daqui. É um bairro centralizado, o trânsito ainda não é tão ruim e eu estou perto do meu trabalho, da minha faculdade, da escola dos meus filhos. Eu não preciso necessariamente sair do bairro para atender as minhas necessidades e da minha família. Embora, aqui nós tenhamos um comércio bom e bem estruturado, nós não estamos sufocados como, por exemplo, no Setor Aeroporto e em Campinas, onde você não consegue andar nas ruas. Aqui você tem uma qualidade de vida. Nós não temos ambulantes batendo na porta da nossa casa. E tem o fato de eu e minha família adorarmos viver em casa, você abre a janela e não dá de cara com prédios e mais prédios, como é o caso do Bueno. Eu adoro a minha casa, ela é ampla, temos jardim, piscina, podemos desfrutar de tudo isso em família, em um ambiente só nosso.”



Fotos 1, 2, 3, 4, 5 e 6: Ruas e Fachadas das Casas no Jardim América.

Para os participantes do grupo focal e demais entrevistados esses aspectos positivos e também o fato do Jardim América ser considerado um “corredor” por onde muitas pessoas, vindas de todos os cantos da cidade, se deslocam diariamente para acessar o centro e outros bairros, são alguns dos fatores responsáveis por trazerem problemas para o lugar, entre eles, a criminalidade e violência. Os próprios moradores afirmam que o bairro é um dos mais violentos da capital. Essa violência seria, na percepção dos mesmos, o resultado da visibilidade e atratividade do lugar, considerado nobre e tradicional, com muitas residências luxuosas e comércio expressivo. O prazer e satisfação de morar no bairro convivem com o medo e a insegurança diante da percepção de um crescimento acentuado da criminalidade na localidade e também na cidade como um todo.

Os antigos moradores afirmam que o bairro teria experimentado muitas mudanças em relação ao passado, inclusive no que diz respeito às formas de morar e a sociabilidade entre vizinhos. Segundo eles, antigamente as casas não eram tão fechadas e as pessoas se encontravam mais e estabeleciam vínculos de amizade. Hoje, há mais impessoalidade, as pessoas não têm o costume de frequentar as casas uns dos outros ou mesmo de conversar nas portas. Em algumas partes do bairro isso ainda acontece, geralmente onde residem moradores mais antigos. Para eles, além de representar uma modificação nos hábitos e costumes dos moradores das cidades grandes, essas mudanças revelam o medo e a insegurança dos habitantes do bairro em relação ao crime e a violência que veem se tornando rotineiros.

“- Eu moro aqui há mais de 25 anos. Quando eu mudei pra cá minha residência não tinha muro. Você tinha muito contato com os vizinhos, encontrava todo mundo. Naquela época essa coisa de assalto era bem esporádico mesmo e as coisas aconteciam mais à noite. Os ladrões que tinham eram de locais vizinhos. Agora, aumentou demais, é dia, é de noite, não tem horário, qualquer hora tá perigoso. A vizinhança também foi vendendo e mudando do local. Eu não conheço muita gente. Antes eram casas mais simples, hoje é tudo sobrado, bem fechado. Até mesmo por causa do medo as pessoas sobem os muros, colocam cercas elétricas e acaba que você vai perdendo o contato. Só “oi”, “bom dia”, “boa tarde”. Antigamente a gente ficava na rua. Na minha rua, hoje, não tem mais ninguém na porta. (...) Hoje em dia tá muito perigoso. Tá tendo muito roubo

e eles [os ladrões] são bem violentos. Lá perto de casa mesmo os vizinhos estão todos com medo. Lá em casa estamos colocando cerca elétrica e câmera. ”

Embora invistam massivamente em segurança os moradores acreditam que essas são medidas paliativas e, às vezes, pouco efetivas, pois a maioria das abordagens que acontece no setor ocorre quando as pessoas estão entrando ou saindo de casa. Segundo relatos, os crimes mais frequentes no Jardim América são roubos e furtos de veículos, invasão e roubo de residências, roubo no comércio e também a transeuntes. Os moradores de áreas próximas ao Setor Sudoeste, Parque Anhanguera e ao Parque Amazonas afirmam que ali vem acontecendo homicídios em função de conflitos entre grupo de traficantes que atuam nessas localidades, o que não era comum. Essas falas são condizentes com os dados levantados pela polícia e apresentados no capítulo anterior. Segundo as estatísticas criminais, nos últimos quatro anos, 40% dos crimes homicidas passaram a ocorrer nos bairros mais centrais e valorizados da capital, setores que anteriormente não eram tão atingidos pela violência letal, como o Jardim América e o Parque Amazonas.

Na percepção dos moradores há, todavia, uma distribuição da violência e criminalidade nos espaços do bairro que tem dimensões grandiosas, sendo que algumas modalidades de crime aconteceriam com maior frequência em alguns locais do que em outros, principalmente em função das características físicas do lugar e dos bairros limítrofes. Assim, parecem ser produzidos mapas mentais sobre os principais perigos que acometem os diferentes lugares do Jardim América. Todavia, o que parece comum aos moradores dos diversos espaços é o medo e a sensação de insegurança diante das ameaças.

Um dos maiores temores dos moradores do bairro é ter a residência invadida por bandidos quando estiverem em casa com seus familiares e sofrerem maus-tratos, serem agredidos ou assassinados pelos criminosos. Esse temor foi revelado em diversas conversas que tiveram como tema a criminalidade e violência no bairro. Os moradores afirmam que este vem se tornado um fato comum na vizinhança. Além dos roubos à residência, os moradores afirmam que recorrentemente acontecem roubos de carro e que em alguns casos as vítimas foram levadas junto com os criminosos. A violência dessas abordagens

preocupa os moradores que afirmam terem alterado hábitos e rotinas em função do medo e da insegurança.

AS EXPERIÊNCIAS COM A CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA E A CRENÇA NA PULVERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Na nossa incursão pelo bairro ouvimos muitos relatos de vitimização e também casos contados e recontados sobre pessoas conhecidas ou não que tinham sido vítimas de algum ato criminoso no próprio bairro. O fato de ter sido vítima de um crime ou de tomar conhecimento da recorrência de eventos dessa natureza faz com que muitos moradores reelaborem o modo de ver e sentir o lugar onde moram. Na visão dos mesmos, o bairro é hoje um lugar perigoso e violento.

“- Eu moro no Jardim América há 27 anos. Eu sempre achei muito bom morar no meu bairro, mas depois de um fato terrível que aconteceu a minha relação com o bairro mudou e é por isso que eu estou mudando. Estou construindo em um condomínio fechado. Hoje eu não sinto nenhuma segurança morando no bairro, nenhuma segurança. Eu fui assaltado há 1 ano e isso deixou uma marca muito grande. Todo mundo ficou muito traumatizado. Estavam todos em casa, minha esposa, meu filho e minhas duas filhas, eu estava chegando e quando fiz a manobra para entrar eles já chegaram armados e entram junto comigo. Você se sente um nada. Eu estou fazendo terapia. Meu comportamento mudou. Assim, um pânico total. Eu me sinto vigiado na rua. A ameaça era matar os filhos. Ele já tinha visto a casa toda, os meus filhos dormindo no outro quarto. Ele quis me trancar no quarto. Na hora eu escolhi ficar no quarto das meninas, deixei o menino. Eu tive de escolher. Ai, ele me perguntou da chave. Minha salvação, um detalhe arquitetônico, essas portas que trancam por dentro, num têm chave. Mesmo se trancar por fora, você abre por dentro, só girar um botão. Todas as portas lá em casa são assim, então, ele não conseguiu me trancar. Ele levou minha mulher lá pra baixo, pegou tudo o

que queria, ele ia tentar algo com ela, mas ouviu uns barulhos e fugiu no meu carro, levando as coisas.”

”- Aqui tá muito perigoso. Tem muito assalto, roubo à residência, roubo de carro, bandido tomando bolsa das pessoas na rua. Chegar ou sair de casa é um momento de muita tensão. Você ouve tantas estórias de pessoas que foram abordadas, que foram rendidas dentro da própria casa, que foram agredidas por criminosos. E não é só isso, assassinato também. O bairro é muito grande, então acontece todo tipo de coisa. Têm pontos de drogas em alguns pontos e você ouve falar de mortes também. Perto da casa da minha mãe, que é na parte de baixo do Jardim América, perto do Setor Sudoeste, é um tal de matar traficante. Às vezes eu acho que eu não estou morando no Jardim América, mas no Curitiba, no Madre Germana, nesses bairros periféricos. Então, esses crimes de periferia agora tem aqui também. Parece que não tem mais aquela divisão, bairro de classe média, classe alta e bairro pobre. A falta de segurança é total. A polícia não dá conta de conter e esses crimes vão contaminando toda a cidade.”

Além dos roubos, os homicídios também preocupam os moradores. Eles afirmam que há tráfico de drogas em alguns pontos do bairro e que isso tem feito com que o número de mortes no setor tenha aumentado, sendo noticiado inclusive na mídia. Para os moradores, a violência parece ter se pulverizado e generalizado, fazendo com que muitos crimes que antes aconteciam preferencialmente em áreas pobres passassem a ocorrer em bairros de classe média e alta, como o caso do Jardim América e de outros bairros da capital. Os entrevistados acreditam que esses fatos emprestam uma visão negativa ao bairro e apontam para a ineficácia da segurança pública que tem permitido que a criminalidade e violência se espalhem por toda a cidade, emprestando uma imagem de falta de controle e fracasso.

As experiências com a criminalidade e o fato de tomar ciência desses acontecimentos parecem causar uma ruptura com significados anteriormente incorporados sobre o lugar de moradia e sobre a dinâmica da criminalidade e violência na cidade. Uma nova visão do mundo social é mobilizada, fazendo com que, no caso da primeira narrativa,

o bairro e a casa deixem de serem lugares aprazíveis, confortáveis e seguros e ganhem significações de lugares perigosos, onde a vida está em constante risco, e na segunda, revelando uma crença em um desordenamento da vida social, impossibilitando que os indivíduos prevejam e antecipem as situações. Esse desordenamento repousa, sobretudo, no fato de que a violência não respeita mais os “limites territoriais”. O espraiamento da violência letal foi um dos aspectos mais discutidos pelos moradores do bairro participantes do grupo focal, que afirmam se sentirem ameaçados e temerosos, haja vista a imprevisibilidade dos fatos relacionados ao crime e a violência. Na discussão, os moradores lembraram também os casos de roubos de clientes em restaurantes e bares sofisticados da capital, divulgados pela mídia como “arrastões”. Segundo eles, o lugar onde você está ou onde você mora não é mais garantia de que você não vá sofrer ou presenciar determinados crimes e atos de violência.

Nesse contexto, as ações da segurança pública são vistas como incapazes de conter o crescimento da violência e sua difusão por todo o tecido social. As críticas dos moradores do Jardim América vão de encontro às críticas tecidas pelos moradores do Setor Bueno, tendo como enfoque a falta de preparo e estrutura da polícia e dos órgãos responsáveis pela segurança pública de modo geral. A corrupção e a impunidade são apontadas como elementos que permitem com que a violência se perpetue. Nesse sentido, exige-se uma legislação mais rigorosa e uma punição exemplar.

A percepção de que a violência aumentou e se difundiu por todo o tecido social é um dos elementos que compõe o medo dos moradores do bairro e soma-se a percepção de que o número de vítimas no local tem aumentado vertiginosamente. O medo de ser vítima de roubo à residência alimenta o imaginário dos moradores do Jardim América, e respalda-se na visibilidade e atratividade do setor, que tem como moradores uma parcela significativa da classe média alta, e é predominantemente residencial, o que tornaria o lugar alvo de ações dessa natureza. A exposição e vulnerabilidade da família nesse tipo de situação e a possibilidade de um desfecho trágico são as maiores preocupações dos moradores. Em resposta ao medo e insegurança a maioria absoluta dos entrevistados tem investido em aparatos de segurança residencial. A estética da segurança marca fortemente a arquitetura do bairro. A paisagem do lugar é contornada por muros, grades, cercas. As fachadas das casas são fechadas e as mesmas monitoradas por diversos sistemas de vigilância.

O medo é um elemento rotineiro na vida dos entrevistados que acreditam que a violência não tem mais um lugar específico, ela está pulverizada por todo o tecido social, mostrando a impotência do Estado e a fragilidade dos cidadãos. A recente frequência de crimes de sangue relacionados ao tráfico de drogas, em um bairro considerado predominantemente de elite, é evidenciada como uma preocupação dos moradores que se sentem vulneráveis diante da percepção de que a violência está desterritorializada e não faz distinção entre ricos e pobres.

**VIVENDO COM MEDO NA CIDADE: AS CONFIGURAÇÕES DO MEDO DO CRIME
EM BAIROS POPULARES**

5.1. A “VILA” E O “CURITIBA”: FIGURAÇÕES DO MEDO DO CRIME EM TERRITÓRIOS SEGREGADOS NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO NOROESTE – UM BREVE RELATO

A ocupação da Região Noroeste de Goiânia teve como marco a luta coletiva pela moradia. Tudo começou a partir da iniciativa de alguns grupos de famílias pobres de buscar soluções alternativas para a questão da moradia, já que não possuíam rendimentos suficientes para arcar com os altos custos dos aluguéis nas áreas consolidadas da cidade. O processo se iniciou com a ocupação da Fazenda Caveiras, em três etapas. A primeira e mais importante, ocorreu no ano de 1979, e deu origem ao bairro denominado pelos ocupantes de Jardim Nova Esperança, hoje consolidado. A segunda e terceira etapas do processo de ocupação ocorreram nos anos de 1981 e 1983, respectivamente, não sendo efetivadas, devido à ação rápida e violenta da polícia que impediu a consolidação das ocupações. Diante desse cenário de conflitos e lutas em torno do direito de morar, o poder público, se viu obrigado a buscar soluções para o problema da moradia, que assumia dimensões cada vez mais preocupantes (Moysés, 2001, 2004). Como coloca Chaves (1985):

Sintetizando o que ocorreu de novo no comportamento dos moradores de invasões ao longo do ano de 1979, pode se apontar: em primeiro lugar a ruptura da forma tradicional de surgimento de invasões em Goiânia. De ações individuais e sem organização, características de períodos anteriores, passa-se à ação coletiva que pressupõe um mínimo de organização. (p.88)

Em resposta a esse movimento, o Estado, desconsiderando a legislação urbana da cidade, comprou fazendas nos arredores de Goiânia e implantou conjuntos habitacionais de baixa qualidade para a população pobre e sem moradia. É nesse contexto que surgem a Vila Finsocial, a Vila Mutirão e o Jardim Curitiba. Assim, podemos observar que a presença do Estado na Região Noroeste é marcada por dois momentos distintos. Em um primeiro momento, a intervenção do Estado apresenta uma face autoritária e repressora, buscando coibir de qualquer modo o movimento de ocupação de terras, no segundo,

apresenta-se com uma postura menos coercitiva e mais conciliadora. Tudo isso como o objetivo de neutralizar as ações cada vez mais audaciosas e organizadas daqueles que estavam envolvidos no movimento de luta pela moradia e também, ganhar notoriedade política.

De acordo com Moysés (2001, 2004) o Estado passou, gradativamente, a praticar uma política habitacional segregacionista que assentou inúmeras famílias fora da malha urbana, ou seja, em área rural, desrespeitando a legislação e excluindo social e espacialmente esse contingente populacional. O termo “planejamento desurbanizador” é utilizado pelo autor para caracterizar esse momento do processo de “urbanização” da cidade de Goiânia, que gerou espaços segregados. Desses, o que mais chama a atenção para Moysés, é o espaço da Região Noroeste, a mais pobre e desprovida da cidade.

A implantação de loteamentos urbanos em áreas rurais pelo governo do Estado, à revelia da legislação em vigor na época, como os casos da Vila Finsocial, Vila Mutirão e Jardim Curitiba, desencadeou o surgimento de outros vários loteamentos¹⁴, quase todos, irregulares, desprovidos de toda e qualquer infraestrutura e de condições mínimas de vida. Tudo isso conduziu a um novo padrão de urbanização, ao produzir uma cidade dispersa e segregada, um espaço de segmentação e diferenciação social. O crescimento desordenado da cidade de Goiânia privilegiou a ocupação de áreas periféricas em detrimento do centro e adjacências. O movimento ocorrido nesse período ao mesmo tempo em que, concentrou a população de nível social mais elevado nas regiões centrais e providas de toda infraestrutura, segregou os pobres nas áreas periféricas da metrópole.

De acordo com Moysés (2001), a irresponsabilidade das ações governamentais fez com que “na Região Noroeste, ao longo da década de 1980, [se concentrasse] o maior bolsão de miséria da cidade de Goiânia.” (p.11). Hoje, com aproximadamente 150.000 habitantes¹⁵ a Região Noroeste continua a sofrer os efeitos perversos dessa política, ainda se mantém em grande parte deteriorada, pobre e marginalizada. Segundo levantamento realizado pela prefeitura de Goiânia no ano de 2007, mais da metade dos habitantes da região têm menos de 29 anos de idade e sofre com a escassez de empregos. Os bairros que

¹⁴ A Região Noroeste tem hoje 46 setores. A grande maioria desses loteamentos surgiu no contexto das ocupações iniciadas no final dos anos 70 por famílias de baixa renda.

¹⁵ Informação fornecida pela Secretaria de Planejamento de Goiânia.

compõem a região aparecem recorrentemente como os mais violentos da capital, entre eles a Vila Mutirão e o Jardim Curitiba, conforme observamos no capítulo anterior.

Em consonância com a crítica tecida por Moysés, Raquel Rolnik (2007), defende que a ilegalidade é uma das marcas das nossas cidades. Para a autora, o planejamento, a política habitacional e a gestão do solo urbano têm contribuído para construir um modelo de exclusão territorial com consequências graves. Segundo ela:

A presença de um vasto contingente de assentamentos inseridos de forma ambígua na cidade é uma das mais poderosas engrenagens da máquina de exclusão territorial que bloqueia o acesso dos mais pobres às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano que as cidades oferecem. Essa situação de exclusão é muito mais do que a expressão das desigualdades sociais e de renda: ela é agente de reprodução dessa desigualdade. Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infraestrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura e lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam no meio daqueles que já vivem melhores, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população faz com que a permeabilidade entre as duas partes seja muito pequena. (p.272/273).

Katzman (2005) define esses espaços como territórios vulneráveis, ou seja, lugares nos quais os indivíduos enfrentam riscos e a impossibilidade de acesso a condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho e de participação e acesso diferencial a informação. O acúmulo das desvantagens sociais, econômicas e culturais que partilham os habitantes desses espaços segregados e excluídos, faz com que estejam expostos à situações de desemprego, fome, marginalidade e criminalidade, bem como, discriminação e preconceito.

“A VILA”

A Vila Mutirão situa-se em um local de difícil acesso, às margens da GO-070 que liga Goiânia à cidade de Inhumas, distanciando-se 14 km do centro da capital. Foi o segundo loteamento de iniciativa do poder público, implantado em 1983, pelo governador

Íris Rezende Machado. A área da Fazenda Caveiras foi escolhida para implantação das 3.600 unidades habitacionais destinadas a abrigar as inúmeras famílias que viviam em ocupações irregulares muitas delas às margens de córregos e de outras áreas de risco. O projeto foi implantado em três etapas e como o próprio nome diz foi construído em regime de mutirão, a exceção da etapa três, que contou apenas com a doação de lotes.

A primeira etapa foi projetada para atender mil famílias. As casas, todas padronizadas, foram construídas a partir do processo de pré-fabricação, possuíam uma área de aproximadamente 29 metros quadrados, com sala, cozinha e quarto. O banheiro foi construído do lado de fora, no fundo do lote. No interior das casas não havia abastecimento de água e nem rede de esgoto, utilizavam-se como opções o chafariz e a fossa negra, respectivamente. O projeto da primeira etapa estabeleceu um total de 32 quadras, das quais 24 foram destinadas às unidades habitacionais e o restante ao futuro comércio e instalação de equipamentos urbanos. A implantação da primeira etapa da Vila Mutirão foi alvo de grande repercussão. A construção de mil casas em um dia, ganhou as manchetes nacionais e até internacionais, e projetou o governo do Estado. Nos dias que se seguiram ao mutirão, para construção das primeiras mil casas, várias famílias começaram a chegar ao bairro em caminhões da prefeitura.

Quanto à urbanização, a primeira etapa do loteamento foi a que recebeu mais obras: ruas pavimentadas (apenas a primeira etapa), energia elétrica, linhas de ônibus, telefones públicos e água tratada. Os poucos equipamentos urbanos implantados no bairro também estavam concentrados na primeira etapa do loteamento e só foram implantados muito tempo depois. Localizada longe das áreas urbanizadas e distante do centro ou de qualquer outro serviço urbano, a população pobre que passou a habitar o bairro, enfrentou sérios obstáculos para a fixação. O isolamento acarretou a diminuição das chances dos moradores conseguirem trabalho, já que não dispunham de recursos para custear o transporte diário para o centro da cidade em busca de serviços, mesmo que esporádicos. Além disso, como o assentamento foi pontuado inicialmente somente pela moradia, vários outros problemas marcavam a vida dos moradores. A maioria das crianças deixou de frequentar a escola e o abastecimento das famílias demandava que os moradores se deslocassem cerca de 12 km até uma região urbanizada. A assistência médica também só era encontrada em lugares

bem distantes do bairro (Freitas, 2007). A vida dos habitantes da “Vila” foi, desde logo, marcada pelo isolamento, abandono e carência. De acordo com Freitas 2007:

A Vila Mutirão demorou a consolidar-se em função do atraso na construção de equipamentos comunitários essenciais para a sua sobrevivência. O primeiro serviço urbano implantado foi a Casa dos Idosos, que foi inaugurada em dezembro de 1983, para abrigar pessoas mais velhas que moravam sozinhas nas invasões e dependiam da ajuda dos vizinhos para as tarefas essenciais. A escola estadual de 1º grau só foi inaugurada em abril de 1984, na quadra central da Vila Mutirão, com 1.300 alunos matriculados no período diurno e 206 no período noturno. Mas das 28 turmas previstas, só nove tiveram funcionamento regular, devido á carência de professores. Os candidatos ao cargo alegavam que a distância tornava o deslocamento dispendioso, que não havia segurança no local. Isso resultou a evasão escolar e a não oferta de merenda escolar. O Centro de Apoio e Assistência Social (CAIS), responsável pela assistência médica e odontológica, a creche para 160 crianças e o berçário para doze bebês foram os serviços oferecidos um ano depois do mutirão. (p.108 e 109).

Hoje, a “Vila”, como é chamada pelos moradores, ainda enfrenta muitos problemas sérios no que diz respeito às condições de vida dos moradores. Trinta anos depois o bairro ainda não conta com rede de esgoto. É bastante comum encontrar casas que têm até três fossas, a água servida é jogada nas ruas. A saúde, a educação e o lazer, ainda são oferecidos de modo bastante precário para a população local. Todavia, é a criminalidade e a violência o que mais preocupa os moradores do bairro que se dizem inseguros e ameaçados. Exclusão, marginalidade e criminalidade compõem o cenário do medo e da insegurança no bairro.



Fotos 1, 2, 3 e 4: Casas de Placa.

Fotos 5 e 6: Esgoto correndo nas ruas do bairro e fossa na calçada.

“O CURITIBA”

O Jardim Curitiba foi implantado pelo Governo do Estado no ano de 1987 e marcou a terceira e última etapa do processo de ocupação da Região Noroeste nos anos 80, em que o protagonista foi o poder público. O loteamento também surgiu em decorrência da falta de moradia, sendo implantado com 4.125 lotes, em quatro etapas. Na primeira etapa foram entregues 1.200 lotes para famílias que residiam em áreas irregulares e de risco ou que não podiam arcar com os custos altos dos aluguéis. Para receber os lotes as famílias deveriam estar inscritas na Secretaria Especial de Assuntos Comunitários (SEAC), responsável por selecionar as famílias beneficiadas. Todavia, o processo não foi isento de contradições e conflitos, sendo que o loteamento teve a sua efetivação concomitante a um processo de invasão.

O Governo também forneceu parte do material de construção para as famílias construírem as casas. Contudo, esse processo foi bastante demorado, fazendo com que muitas famílias habitassem por quase um ano em barracas de lona. Segundo Moysés (2004), de todos os loteamentos implantados na época, o Jardim Curitiba apresentava as piores condições de habitabilidade. Não dispunha de água tratada nem rede de esgoto. Não havia energia elétrica quando os primeiros habitantes chegaram. As ruas não eram pavimentadas e o bairro não dispunha de equipamentos públicos, como escolas, posto de saúde, creches e outros.

As dificuldades enfrentadas pelas famílias aparecem recorrentemente nos relatos dos primeiros moradores com quem tivemos oportunidade de conversar. A narrativa apresentada a seguir nos permite reconstruir um pouco a história de uma dessas famílias, que é também a história de muitas outras que viveram na cidade na época, e que sem ter condições de habitar as áreas urbanizadas, foram morar nas bordas da cidade, com sérias dificuldades de acessar e desfrutar dos serviços urbanos e longe das oportunidades de trabalho.

“- Eu moro aqui há 25 anos. Eu vim pra cá um ano depois que fundaram o setor. Naquela época houve uma invasão no Jardim Leblon, ali perto do Terminal Padre

Pelágio, perto do Capuava. As pessoas se aglomeraram lá na expectativa de ganhar um lote em um determinado lugar. Nesse tempo eu já era casada e tinha três crianças, morava no Capuava, no fundo da casa da minha mãe. Como eu não podia comprar e não tinha como pagar aluguel também, eu achei que ali estava a minha oportunidade. Muitas pessoas já tinham ido, quem ficou lá só fez uma cabaninha. À noite dava medo, era tiro, era briga. A gente corria risco. Quando é esse tipo de coisa vai gente de todo jeito, vão aquelas pessoas que precisam, aqueles que querem adquirir para vender depois o seu direito, vão aquelas pessoas que só querem bagunçar mesmo.

[...]

Eu fiquei mais ou menos uns 8 meses ali em barraca de lona preta. O governo disse que ia comprar um terreno e nós ficamos esperando. Aí minhas crianças desidrataram porque ficava o dia todo debaixo da lona quente, um calor. A médica recomendou que eu tivesse que sair com eles de lá. Aí eu tive que voltar para a minha mãe. Mas eu estava alerta caso saísse. Quando saiu eu fui e corri atrás. Eles distribuía os documentos lá no governo e muitas pessoas pegavam diretamente lá na secretaria. Mas, a maioria eles distribuía para os políticos para eles repassarem. Muitos vieram e outros acharam muito difícil e disseram que não viriam para esse lugar de jeito nenhum. Ficou muito tempo lotes vazios. Aí, muitas pessoas que tinham ficado lá no Leblon e que não tinham conseguido os documentos, acharam por bem invadir aqueles lotes que estavam vazios. Vieram e ocuparam todos os lotes. Aí começou o setor.

Quando eu cheguei aqui era só um matagal, um pasto. Cheguei com as crianças e jogamos as coisas dentro do lote cheio de mato, capim. Aí, meu marido correu e foi construir uma barraca de lona e a gente entrou pra dentro. Depois a gente foi cortando o mato ao redor e foi nos alojando. Mas, foi muito difícil, não tinha ninguém aqui por perto, só tinha três barracas aqui no Jardim Curitiba II, no I já estava mais aglomerado porque o pessoal veio primeiro, mas era só mato também. Mas aqui no II umas três barracas, não tinha nada! Não tinha energia, nem água. A água vinha três vezes por dia pelo caminhão pipa, a gente tinha que arranjar um tambor para pôr água, a água servida, para beber, pra tudo, para dá para as crianças, dá banho e tinha que economizar, porque nunca era certo que no próximo dia o caminhão viria. Tinha que usar vela, lampião. Foi muito difícil, muito! Debaixo de lona, no calor, não tinha árvore pra você se abrigar.

Um ano a gente ficou esperando os materiais que iriam ser fornecidos pelo governo. Ficou aquela enrolação. Aí, veio os materiais e a gente não podia pagar alguém para fazer a casa, aí tinha que ser através de mutirão, coisas assim, só tinha a ajuda de voluntários. Meu marido fez a maior parte das coisas sozinho e bem devagarzinho. Fez dois cômodos primeiro e a gente passou pra dentro. E foi fazendo aos poucos. Meu marido furou uma cisterna e melhorou um pouco. Foi difícil demais aqui!

Eles colocaram um ônibus depois, só que ele só vinha até determinado lugar e as pessoas iam tudo pra lá, era super difícil porque não tinha rua. Quando chovia o ônibus ficava na metade do caminho, as pessoas tinham que terminar de vim a pé, tarde da noite, no meio do mato e da lama. A gente ficava isolado aqui. Quem tinha que trabalhar tinha que madrugar. Não tinha escola, médico, nada. Nem lugar de comprar alguma coisa que faltasse não tinha. Pra trabalhar, o salário, às vezes, num dava para o transporte.”
(Moradora do Jardim Curitiba)

Essa realidade foi vivenciada por muitos dos nossos entrevistados que chegaram naquela época e permanecem no bairro até hoje. Segundo contam, com o passar dos anos o setor foi recebendo melhorias e as condições de vida foram melhorando para as pessoas que viviam ali. O bairro hoje conta com um comércio expressivo, posto de saúde, escolas, posto policial, creche, muito embora, esses equipamentos ainda sejam insuficientes em virtude do tamanho do bairro. O asfalto cobre toda a extensão do setor. Contudo, a falta da rede de esgoto, assim como na Vila Mutirão, continua a ser uma carência do bairro e motivo de queixa dos moradores. Ao falar sobre a vivência do bairro, os moradores são enfáticos ao dizerem que o que mais os preocupa hoje é a criminalidade e violência, que segundo eles, aumentou muito em um curto espaço de tempo, não só no Curitiba, mas em todos os bairros da Região Noroeste, e mudou os sentidos e significados atribuídos ao lugar de morar e as relações na vizinhança.



Fotos 7,8,9 e 10: Ruas , casas do bairro e fossa na calçada.

Fotos 11 e 12: Batalhão da Polícia Militar e Praça na Avenida Principal do Bairro.

OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO LUGAR

A Vila Mutirão e o Jardim Curitiba são bairros contíguos territorialmente e guardam histórias bastante semelhantes quanto ao seu processo de formação e ocupação e, hoje, enfrentam problemas semelhantes compartilhados por vários bairros da região. Assim, nos parece evidente que a configuração socioespacial desses lugares é um aspecto importante quando buscamos compreender a dinâmica da violência e do medo nesses espaços. Quando falam sobre o lugar onde vivem as pessoas que entrevistei nos dois bairros tendem a expressar sentimentos ambíguos e contraditórios. O gostar do bairro associa-se a ideia de “morar no que é nosso”, mas ao mesmo tempo apresenta algumas reticências. Nas falas dos moradores há quase sempre uma ênfase na perda em relação a um tempo de antes, onde o bairro era visto como uma grande comunidade e as pessoas podiam viver mais intensamente as ruas e espaços do lugar.

Para muitos dos entrevistados, morar na Vila Mutirão e no Jardim Curitiba já foi bom, hoje não é mais. O principal motivo apresentado para a mudança no sentimento em relação aos bairros é o aumento da criminalidade e da violência na vizinhança nos últimos tempos, em função da difusão do tráfico de drogas. Viver nesses bairros nos dias atuais é viver com medo, o que se contrapõe a um tempo anterior onde, segundo os entrevistados, era possível desfrutar das ruas e calçadas para conversas aprazíveis com os vizinhos no final da tarde e deixar as crianças correrem livres pelas ruas.

“- Aqui já foi muito bom, tranquilo da gente morar. Hoje tem muito bandido, pessoas que usam drogas. Às vezes, a gente sai e vê pessoas na porta da casa da gente usando droga. A gente não tem mais aquela tranquilidade de sentar na porta de noite como a gente fazia . Hoje a gente não tem mais, tem que ser tudo na chave, trancado. De uns três anos pra cá começou o desassossego, porque aqui era bom. Quando estava muito calor a gente colocava as cadeiras na porta e ficava os vizinhos todos conversando até tarde. Mas agora, nós não temos mais essa liberdade. De noite é muito difícil você ver alguém sentado na porta.” (Moradora do Jardim Curitiba)

“- Aqui era uma comunidade, tudo em família. Era a coisa mais boa, era tão bom, mas agora não está igual era não, está muito diferente. A gente passa muita coisa. Aqui você não está tendo paz com essas drogas, muitas drogas mesmo. Eu não gosto daqui não. Já gostei muito. Se eu tivesse condições eu mudava daqui.” (Moradora da Vila Mutirão)

As pessoas que entrevistei nesses bairros, afirmaram não ter muito contato com os vizinhos e que as amizades se restringem a duas ou três famílias com quem mantém uma relação mais próxima. Segundo eles, hoje em dia as pessoas ficam mais restritas as suas casas e há pouco convívio. As portas que antes ficavam abertas, hoje estão trancadas. Muitos relatam terem investido algum dinheiro construindo ou aumentando os muros das casas. Segundo nos contam os entrevistados, não é raro pessoas terem suas casas invadidas quando saem para o trabalho.

Nos dois bairros pesquisados todos os moradores com os quais conversei narraram-me mais de um acontecimento envolvendo violência e/ou crime. Mesmo quando as pessoas não são vítimas elas conhecem, presenciaram ou ouviram falar de alguém que já passou por algum tipo de experiência relacionada aos fenômenos referidos. De acordo com as narrativas, homicídios, roubos e furtos à residência, roubo ao comércio, e roubo a transeuntes são bastante comuns no setor. A violência nesses espaços é experimentada de modo bastante concreto e “rotineiro” pelos moradores que dizem que viram a vítima, ouviram os tiros, ouviram gritos e discussões.

A proximidade do crime e a probabilidade de se tornar uma vítima amedronta os moradores. Os maiores temores dos entrevistados são de que um roubo tenha como desfecho uma tragédia, já que de acordo com os depoimentos, os criminosos estão quase sempre sobre efeito de drogas e dispostos a tudo, ou de serem confundidos com alguém envolvido com o tráfico por bandidos ou policiais. Os entrevistados dizem que buscam evitar a proximidade com os vizinhos que têm relações com o tráfico de drogas, mas ao mesmo tempo não deixam de cumprimentar, pois sentem receio de que essas pessoas se ‘revoltem’ contra eles.

“- Violência aqui é uma rotina. Aqui é a droga e tudo que vem junto com ela. Eu vejo, eu ouço e tem perto de mim. A gente vê nas casas um entra e sai de gente vendendo e comprando droga. Um monte de ‘malas’ usando drogas na rua. Você vê gente morrendo aqui direto. Aqui na casa do lado matou um menino de 16 anos. Eu ouvi tudo e depois vi o corpo lá. Eu escutei quando o cara bateu o pé no portão. Eu escutei os três tiros. Eu coloquei a mão na cabeça e falei pro meu filho ‘é na casa do Jonathan’. Sai, depois de um tempo, e era lá mesmo. Não gosto nem de lembrar. Ele já saiu daqui morto. Depois mataram o primo dele aqui também. (...) Aqui tá geral. Você vê acontecer na porta da sua casa, é de dia, é de noite. E não é só morte não. Eles entram nas casas para roubar, assaltam nas ruas, tomam bolsa, assaltam no comércio também. Tá tudo muito perto de você. Aqui você não pode ser amigo, mas também não pode se mostrar inimigo. Eu passo cumprimento e pronto. Meu maior medo é deles [traficantes e usuários] revoltar com a gente. Tudo aqui é droga, gira em torno de droga. Eu desgostei daqui.” (Moradora do Jardim Curitiba)

“- Aqui é assalto e morte. As pessoas assaltam para comprar droga. Aqui tem muito usuário e traficante. Você anda pelas ruas e é muito jovem na rua, nas praças, sem ocupação, sem ter o que fazer. A maioria tá usando e tá vendendo. Eles mexem nas casas quando as pessoas saem. Gente daqui mesmo. Você não pode deixar a casa sozinha de jeito nenhum. Já aconteceu com o meu vizinho aqui. Depois você ainda vê o povo vendendo as suas coisas na rua e não pode falar nada. Você convive com a violência dia e noite. Assaltaram a minha mãe quando ela estava indo dar aula, esfaqueou um cara aqui na porta da minha casa, três horas da tarde. Não é novidade alguém morrer, alguém ser assaltado. Eu tenho medo sim. Nessa rua aqui têm três bocas de fumo. Os viciados tem dia que eles dormem aí na rua. As pessoas que moram aqui já esperam ‘o pior’ todos os dias quando sai de casa.” (Morador da Vila Mutirão)

É importante destacar o fato de que todos os moradores entrevistados nos dois bairros enfatizaram que o lugar é realmente perigoso e muito violento. Essa foi uma das falas mais emblemáticas sobre a situação de violência nesses espaços, e representa uma

unanimidade sobre a questão. De fato, ela revela uma representação presente na mente das populações locais e que mobiliza sentimentos em torno de uma configuração da qual a experiência de crimes e ações violentas faz parte. A imagem negativa do lugar é reiterada por todos os moradores pesquisados que dizem se sentirem inseguros e temerosos diante da violência que acomete essas áreas. Nesse caso, não há qualquer tentativa de distinguir ou separar lugares dos bairros, a violência e a criminalidade estariam espreiadas por todo o território.

“- A Vila Mutirão é o exemplo de lugar perigoso. Aqui não têm crime, aqui é o crime. O crime, a violência tá no ar que as pessoas respiram. É briga em bar que acaba em tragédia, aluno agredindo professor, aluno botando fogo no outro, marido matando mulher, briga de torcida organizada, disputa do tráfico de drogas, acerto de contas, assalto a mão armada. Aqui é a violência. Eu sei onde eu estou morando, onde eu estou pisando.” (Moradora da Vila Mutirão)

“- Lugar perigoso é o Jardim Curitiba. Sempre as pessoas falaram do Curitiba, antes eu defendia o Curitiba, mas hoje não, é verdade, está acontecendo mesmo.” (Moradora do Jardim Curitiba)

A DEGRADAÇÃO DO ESPAÇO E O MEDO

“- As escolas estaduais da Vila Mutirão estão horríveis, impossível você estudar. Os alunos estão usando droga dentro da sala de aula, cheirando dentro da sala de aula, isso é comprovadíssimo. Minha mãe é professora em uma dessas escolas e ela conta que tem aluno vendendo lá dentro. Eles entram armados dentro da escola. Aliás, aqui muita gente anda armado. É normal ter uma arma em casa, eu fui descobrindo isso com o tempo. Em outra escola a professora foi estuprada. E ninguém faz nada. A Vila é um lugar morto, esquecido, um lugar nenhum, não só a Vila Mutirão, mas a Região Noroeste como um

todo. A Região Noroeste é isso um lugar que não existe. Tem escola aqui que é de placa. A tarde um calor horrível, não tem ventilador, poucas janelas e não pode furar a parede porque é de placa, como as casas que foram construídas aqui. Falta tudo aqui! Falta médico! No posto aqui nunca tem médico, ninguém te atende. A iluminação é precária, não tem rede de esgoto, fica correndo água suja no meio da rua. As praças estão todas danificadas, os próprios moradores estragam. Jogam lixo nas ruas do bairro, aparentemente é muito ruim. (...) Os jovens não tem ocupação. Fica tudo na rua se perdendo. Muitas adolescentes, meninas, grávidas. Fala que aqui tem muita criminalidade, tem mesmo, mas eu acho que tem tanta porque é uma área esquecida. Aqui é o povão. Os governantes só lembram daqui quando querem pedir voto.” (Morador da Vila Mutirão)

“- Pro lado de cá é tudo muito precário, tudo muito esquecido. Já melhorou, mas mesmo assim ainda falta muita coisa. (...) Os próprios moradores, às vezes, contribuem para piorar as coisas. Eles jogam o lixo do quintal nas ruas, estragam as praças. Se pinta o muro de uma escola em uma semana, na outra, já tá pichado, sujo. Fica um aspecto muito ruim. (...) Muito jovem na rua sem ter o que fazer. Você fica com medo de sair na rua porque eles ficam em bandos nas praças, nas esquinas, usando drogas, as meninas se prostituindo. Então, é um clima muito pesado. Eles mexem com as pessoas que passam, falam palavrão, xingam. E roubam também nas ruas, nos pontos de ônibus. Ninguém dá conta. Eu evito muito sair de casa, principalmente à noite. É perigoso e as ruas aqui são um pouco escuras. Então, eu fico com muito medo. Nem na igreja eu tenho ido mais com medo.” (Moradora do Jardim Curitiba)

Nos relatos os moradores tendem a associar a criminalidade e a violência à precariedade da infraestrutura dos bairros e dos serviços públicos oferecidos. O sentimento de vulnerabilidade vincula-se ao crime, mas também ao clima de desorganização física e social percebido na vizinhança. Os moradores tecem críticas ao abandono e esquecimento dos bairros e da região como um todo. De acordo com os entrevistados a maioria dos jovens do lugar está desocupada, não trabalha e nem estuda. Não há qualquer incentivo à

profissionalização desses jovens e também não existem espaços de lazer e sociabilidade. A desorganização familiar é constantemente ressaltada nas narrativas. Segundo alguns depoimentos, na região há um alto índice de adolescentes grávidas.

No contexto analisado, observa-se que a precariedade da estrutura dos bairros e a desorganização social associam-se à criminalidade para dar conta do clima de medo e insegurança dos moradores e para reforçar a representação dos dois bairros e da região como um lugar perigoso e esquecido. A degradação do lugar aparece como sinal do descaso político para com a população que o habita e expressa também as tensões sobre a ocupação do espaço e sobre as relações entre os indivíduos. A desordem física é expressa através da existência de espaços depredados e mal conservados, lixo nas ruas, depredação de praças, pichações, iluminação precária, dentre outros. Já a desordem social é expressa através da existência e presença de agentes delituosos e criminosos na vizinhança. As pessoas relatam fatos como, consumo público de drogas ilícitas, venda de drogas ilícitas, prostituição, gravidez na adolescência, vandalismo, presença de criminosos, presença de pessoas armadas circulando na vizinhança, barulho de tiros, e pessoas se insultando ou xingando outras pelas ruas da vizinhança. Tudo isso tende a contribuir para a imagem de um ambiente onde não há sinais de um controle social eficaz. De acordo com Fernandes e Oliveira (2012):

O controle neste sentido é tomado como a capacidade de que elementos externos ou mesmo do próprio microcosmo social transformem a disposição de alguém para o ato delituoso. O morador que está atento ao que acontece nas ruas próximas a sua casa e liga para a polícia quando presencia uma tentativa de agressão exerce controle social. A Polícia Militar em sua atividade de policiamento ostensivo intimida a ação de quem comete pequenos furtos, ou seja, exerce controle social. As características físicas e sociais dos bairros e ruas nas cidades informam ao indivíduo sobre sua capacidade de exercício desse controle sobre as ações individuais. Essa informação pode ou não ser verdadeira, mas, em linhas gerais, ambientes sociais e fisicamente degradados carregam uma mensagem de pequena capacidade de controle, portanto, onde as pessoas experimentam maior chance de vitimização e, finalmente, maior insegurança. (p.5)

Logo, a desordem física e social aparece como um sinal que altera a percepção do lugar habitado e contribui para a disseminação do medo e da insegurança (Skogan, 1986,

1990; LaGrange, Ferraro, Supancic, 1992; Sampson, 2001). Sinaliza também que as instituições falharam e que as regras de convívio social foram rompidas. Como resultado a desconfiança e o medo pautam as relações e minam as possibilidades de coesão e solidariedade social. A desordem percebida e a criminalidade ao modificarem o olhar do indivíduo sobre o lugar alteram a relação daquele que utiliza o espaço, tornando-o, sob seu ponto de vista mais ameaçador. Um espaço considerado fisicamente e socialmente desorganizado também condiciona a percepção dos moradores fazendo com que se sintam inseguros ao circular pelas ruas. O efeito de tudo isso é o abandono dos espaços de convívio social, vistos como lugares perigosos. Esse comportamento diminui a circulação de pessoas nas ruas o que pode levar algumas vezes ao aumento da criminalidade, já que não há vigilantes, mas, com maior frequência eleva a sensação de insegurança (Ferguson e Mindel, 2007).

“- Não tem espaço pra você andar, os usuários de drogas tomaram todos. Na praça sempre tem gente fumando droga. Sempre tem gente muito suspeita, esperando para fazer alguma coisa. Então, não dá pra frequentar. Daí, você fica trancado dentro de casa. Se eu pudesse não morava aqui. Você vai ficando fraco da cabeça. Daqui a pouco tá todo mundo com depressão, qualquer barulho você já assusta, você vive em pânico, alerta.”
(Morador da Vila Mutirão)

“- Nem na feira você tá podendo ir mais. O dia da feira é hoje, quinta, é o dia mais assustador. Dá tanta morte, tiroteio. Um dia minhas filhas estavam na feira e quando pensa que não começa um tiroteio. O cara saiu atirando, atirou até no pé de uma conhecida minha. Já mataram um cara esfaqueado lá também. A feira acontece à noite e os jovens frequentam muito e muitos conflitos deles, eles resolvem lá, porque eles se reúnem lá. Um dia eles roubaram a mulher da banca, pôs ela deitada no chão, no asfalto, e pegou todo o dinheiro que ela tinha conseguido no dia. Eu tenho trauma de dia de feira. E eu gostava muito de ir antes porque toda vizinhança se encontrava lá.” (Moradora do Jardim Curitiba)

O aumento da perspectiva de risco provoca, cada vez mais, o retraimento e o fechamento dos moradores desses dois bairros em suas residências. Mesmo morando muito próximos, os vizinhos, em muitas oportunidades deixam de se ver porque não se sentem seguros ao andar nas ruas em determinados horários e circunstâncias. Os moradores associam esse contexto de preocupação generalizada e constante ao desenvolvimento de um quadro de *stress*, depressão e perda de qualidade de vida. O sentimento de aprisionamento foi mencionado por muitas pessoas nesses espaços.

“- Hoje as pessoas de bem estão aí bem dizer presas. Eu me sinto presa, eu já não saio na rua, eu fico assustada, saio no portão e olho e está aquele bando de ‘noiado’ perto de você, você nem pode olhar. Você chega na esquina e está outro bando lá. Vai numa pracinha daquela ali às 17:00 horas! Está todo mundo fumando droga na pracinha durante o dia, só a catanga de drogas, as crianças nem estão indo lá mais. Então, eu acho que eu me sinto ameaçada até saindo fora do portão. Tenho que ficar presa. Eu vivo com medo, eu deito na cama e tenho medo. Eu não tenho sossego.”

A ATUAÇÃO DA POLÍCIA

A perda da confiança e o aumento das perspectivas de risco são fenômenos relacionados não apenas as ocorrências de crimes e a desordem social que figura nos bairros pesquisados, mas, também, na percepção dos moradores, a incapacidade do Estado prevenir ou, ao menos, reagir aos acontecimentos relacionados à violência urbana. A representação pertinente à falta de um sistema de proteção eficiente no Bairro é bastante disseminada nas narrativas dos moradores. Todavia, entre os dois bairros existem algumas diferenças. Embora, a maioria dos pesquisados afirmem ter pouca ou nenhuma confiança na polícia, os motivos são expressos de maneira diferenciada. Enquanto os moradores do Jardim Curitiba enfocaram a ineficácia da ação policial no combate a criminalidade, ressaltando a falta de efetivo policial e as dificuldades enfrentadas para se cobrir todo o bairro e dar conta de tantas ocorrências, de outro lado, os moradores da Vila Mutirão,

foram enfáticos ao acusar a polícia que atua no bairro de convivência e associação ao tráfico de drogas na localidade. Em nenhum dos bairros houve menção à violência policial.

Os moradores do Curitiba acreditam que falta uma polícia preventiva no bairro. Segundo eles, na maioria das vezes, a polícia está presente somente quando o fato já aconteceu. O descrédito quanto à capacidade da instituição de proteger os moradores se revela como um empecilho à cooperação entre a vizinhança e os agentes da segurança pública. Com medo dos criminosos e desconfiados da eficácia das ações policiais e da capacidade de oferecer proteção aos moradores, eles optam pela reclusão e silêncio. Quando relatam experiências pessoais ou de conhecidos com a instituição policial, o ponto de maior destaque é a ineficiência em resolver casos. A representação acerca da corrupção e truculência policial é mencionada apenas como um fato de conhecimento geral e não como furto de experiências ou de observação direta.

“- Aqui tem o 13º BP. Então, tem polícia, mas tá pouca. Não tem sido eficaz. No Curitiba tem pouca viatura. Eles atuam muito, onde eles passam e veem a ‘maloquinha’ sentada, eles param, dão ‘baculejo’, eles atuam mesmo, mas é pouco policial. Eles até tentam, mas é muita ocorrência, não dá conta de tudo. Precisamos de mais polícia na rua.” (Moradora do Jardim Curitiba)

“- Não dá pra confiar na polícia. Esfaqueou o cara aqui e muita gente viu, mas todo mundo entra pra dentro, o pessoal do comércio desce as portas. Tenho um amigo que tem bar quando ele vê alguma coisa errada ele fecha a porta. Por quê? De medo. Vai ser testemunha de quê? Por isso que tem muita coisa que acontece que nós falamos que não sabemos, que não vimos. A polícia não garante a proteção de ninguém. Depois eles [os criminosos] matam a gente também. Então, todo mundo fica calado e quieto dentro de casa. Se um bandido desses cisma com a gente, a polícia não vai fazer nada. Vai vir depois que o corpo tiver no chão.” (Morador do Jardim Curitiba)

Quando os moradores da Vila Mutirão afirmam ter pouca ou nenhuma confiança na polícia, eles ressaltam aspectos diferentes dos evidenciados acima pelos moradores do Jardim Curitiba. Em muitos relatos os entrevistados afirmaram que a polícia que atua no setor é conivente com a criminalidade, uma vez, que ela é lucrativa para os policiais. A imagem da polícia é negativa e associada a subornos e extorsões e formação de milícias. Os moradores dizem que ao reportar algum caso a polícia, muitas vezes, são alvos de piadas e humilhações. Nas falas dos entrevistados, as representações sobre a polícia somam-se à imagem de degradação do bairro imerso na criminalidade para dar conta de um cenário de abandono e medo.

“- Eu nunca vi tanta polícia e bandido andando de mãos dadas para acabar com a paz de quem vive aqui. Tem polícia aqui pra nada. Tem o 22º DP e não adianta nada. São todos amiguinhos dos traficantes. Não fazem nada. A gente vê os policiais aqui de noite recebendo o pagamento da semana para garantir o funcionamento das bocas de fumo. Tem alguns que vão pra feira para poder vigiar o pessoal da banca que paga para eles. É tão absurdo. Um dia meu namorado e os amigos dele foram abordados e assaltados por um bandido bem conhecido e eles foram aos policiais da viatura e falaram. Os policiais perguntaram se eles queriam um revólver para matar o cara e disseram que ia fingir que não viram nada, e que eles podiam até ficar com o revólver para eles (...). Eles sabem de tudo não fazem nada porque não querem, porque o negócio é lucrativo para eles. Eles ganham muito deixando a coisa rolar. A população que vive aqui no meio que se dane. Você não pode contar com ninguém, confiar em ninguém. É cada um por si.” (Moradora da Vila Mutirão)

O medo dessas populações se gesta em um contexto de degradação física e social do espaço habitado, exacerbção da criminalidade e violência, e no qual os níveis de confiança nas instituições de controle e manutenção da ordem são baixos. A dinâmica da realidade social vivenciada nesses bairros nos permite uma aproximação do modo como a violência e o medo se configuram nesses espaços periféricos e segregados e do modo como interferem na vida das pessoas que vivem ali. A cotidianidade e visibilidade do crime e dos

sinais a ele associados, nos dois bairros pesquisados, acrescentam insegurança e desconfiança à vivência dos moradores. Em resposta a esse contexto, os contatos sociais entre vizinhos diminuem e a coesão social fica fragilizada. O fato de disporem de recursos financeiros limitados é tido como um fator de vulnerabilidade pelos moradores das duas áreas, uma vez que não podem investir em segurança privada ou mesmo deixar o bairro. A imagem de caos e desintegração social compõe os cenários do medo nesses lugares, onde a violência é representada como algo endêmico e parte constitutiva da vida das populações que ali residem. Logo, o medo encontra nesta conjuntura terreno fértil, sendo que ele prospera entre os que se encontram mais imediata e diretamente ameaçados pelo crime predatório, e que se veem a si próprios em situação de maior incerteza e vulnerabilidade social. Esses grupos são também mais sensíveis à ausência de uma ação pública eficaz nos vários âmbitos da segurança.

5.2. A VILA PEDROSO: A FIGURAÇÃO DO MEDO DO CRIME A PARTIR DAS RELAÇÕES DE DESCONFIANÇA E ESTRANHAMENTO NA VIZINHANÇA

SURGE O BAIRRO

O povoamento da Vila Pedroso teve início por volta de 1955, com apenas cinco casas. Nessa época, a Região Leste de Goiânia, onde a vila está situada, era praticamente despovoada. O local onde o loteamento foi implantado localiza-se acerca de 10 quilômetros do centro de Goiânia, distância considerada grande quando se tratava de uma fazenda situada fora dos limites da cidade. O último bairro da Região, que também ainda era pouco habitado, era o Jardim Novo Mundo, também situado a uma distância consideravelmente grande do núcleo urbano da cidade e do novo bairro que surgia.

A “Pedroso”, como é conhecida, nasceu a partir do parcelamento da fazenda Retiro de propriedade de Juvenal José Pedroso. O loteamento e a comercialização das terras do bairro foram aprovados pela Prefeitura de Goiânia em 1954, em um processo solicitado por Juvenal Pedroso e sua esposa, que lá residiram até o ano de 1987. Segundo documentos da Secretaria de Planejamento de Goiânia, a vila, foi parcelada em 1377 lotes, sendo que 1069

foram destinados às residências e outras 5 áreas para a implantação de equipamentos públicos. As habitações apresentam padrão popular médio.

A primeira “jardineira”, transporte coletivo da época, somente começou a circular em 1957. A aprovação do loteamento é fruto da nova política em curso na época, que permitiu que os proprietários privados de terras passassem a participar do parcelamento da cidade. Durante quase duas décadas, a vila apresentou características interioranas, sendo que suas imediações eram reservadas à criação extensiva de gado. Essa situação só se modificou no final da década de 1960, com a formação da Vila Concórdia, em terreno vizinho, ocupado por famílias sem acesso à moradia (Diário da Manhã, 09/05/1987).

O Rio Meia Ponte, a estrada de ferro e a BR-153 (Goiânia-São Paulo) são considerados fatores de isolamento do setor e que influíram na sua história como barreiras ao avanço do desenvolvimento. Essas barreiras físicas e naturais, segundo Olária (2010), parecem reforçar o significado de confinamento para os moradores do extremo da Região Leste, segregando-os de regiões mais centrais e urbanizadas da cidade. Do ponto de vista da localização de equipamentos sociais importantes, os moradores também se encontram às margens de políticas públicas sociais.

Por muitos e muitos anos o bairro continuou praticamente desabitado. E como havia poucos moradores o poder público não se preocupou em levar benefícios. Assim, até a metade dos anos 1980 os meios de transporte mais comuns na Vila Pedroso eram ainda a bicicleta e as carroças dos vizinhos chacareiros, que serviam inclusive de ambulância no bairro. Nesse período era impossível circular utilizando veículos nas ruas do loteamento tomadas por buracos e mato.

Ao final da década de 1980, vários bairros foram criados pelo Estado nos arredores da Vila Pedroso, com o propósito de assentar famílias carentes oriundas do interior de Goiás e de outros Estados como Paraíba, Bahia e Ceará, o que fez com que o perfil socioeconômico da região onde está localizada a Vila Pedroso se alterasse profundamente, passando a ser considerada uma região carente. É nesse contexto que surgem bairros como o Jardim Dom Fernando I e II, o Jardim das Oliveiras, o Jardim das Aroeiras, o Jardim Liberdade e o Nova Conquista. Em muitos desses bairros, o governo doou os lotes para a

construção das casas, outros são áreas de posse. A região antes despovoada e praticamente rural, hoje conta com mais de 30 bairros, na parte conhecida como pós Rio Meia-Ponte.

Os jornais da época, que fazem parte dos arquivos da Secretaria de Planejamento, dão conta de um grande número de reclamações e reivindicações de serviços públicos pelos moradores da Vila Pedroso, tais como: saúde, transporte coletivo, escolas, fornecimento de água tratada, esgoto, dentre outros. O ano era 1988 e o bairro contava com uma população de 5.700 habitantes e muitos problemas e carências. As notícias sobre violência e criminalidade na região são bastante comuns nesse período. Segundo matéria do jornal *O popular*, publicado em 1989, roubos, furtos em residências e no comércio, lesões corporais e até homicídios, passaram a engrossar as ocorrências no 14º Distrito Policial, localizado no setor. A maioria das ocorrências é atribuída às áreas de posse e assentamentos que ficam próximos. Notícias mais recentes enfatizam que o tráfico e o uso de drogas são um dos maiores problemas enfrentados pela Vila Pedroso e bairros adjacentes.

Atualmente, o bairro conta com uma população de quase 23.000 habitantes, que pode ser classificada como classe média baixa e baixa em algumas quadras. Durante a pesquisa realizada nota-se que o mesmo apresenta uma boa infraestrutura, com ruas asfaltadas, quadra poliesportiva, coleta de lixo, escola, supermercados, varrição de rua, entre outros. A falta de rede de esgoto, as carências no setor de saúde e a falta de segurança são as principais demandas dos moradores na atualidade.





Fotos 1, 2, 3, 4, 5 e 6: Vista das ruas e fachadas das casas do bairro. Algumas casas apresentam um padrão construtivo diferenciado em relação ao padrão predominante.

Fotos 7 e 8: Colégio Estadual Juvenal José Pedroso e Praça.

AS FORMAS DE VIVER E SENTIR O BAIRRO

A maioria dos entrevistados reside na Vila Pedroso há muitos anos e expressa um sentimento de amor e pertencimento em relação ao bairro e aos seus lugares. O tempo de moradia é recorrentemente ressaltado como um dos aspectos que explica os vínculos afetivos com o local de morada. Não é raro ouvir histórias sobre o começo da vila, constantemente comparada a uma grande comunidade. Entre os moradores há um sentimento de orgulho pelo crescimento e desenvolvimento do lugar, desenvolvimento esse que demorou muito a chegar, sendo bastante comum, segundo relatos, que nos tempos de antes as pessoas de fora se referissem ao bairro como uma “roça”, haja vista as características rurais que o lugar apresentava.

As pessoas que entrevistei afirmam que criaram raízes ali e que não se mudariam para outros bairros mais centralizados, mesmo tendo condições para fazê-lo. A amizade e comunhão entre vizinhos são sempre ressaltadas como aspectos positivos de se morar no bairro, uma vez que todos se conhecem de longa data e podem contar uns com os outros em momentos de necessidade. Muitas das pessoas que se mudam para a Vila Pedroso já possuem famílias que residem ali há bastante tempo, o que faz com que a rede de solidariedade se perpetue e seja ampliada. No bairro é bastante comum que as pessoas se visitem com frequência e aproveitem as frentes das casas para conversas de fim de tarde. Nesse contexto, as pessoas de fora, “os estranhos”, são facilmente identificados em meio à “população nativa” e objeto dos olhares atentos dos vizinhos. Os mais velhos e já aposentados costumam exercer uma espécie de vigilância e controle sobre a rua. No lugar é comum que todos saibam da vida de todos.

“- A gente tem amor pelo lugar. A Vila Pedroso faz parte da nossa vida. Aqui a gente cresceu. É praticamente a nossa origem, né? Eu, como muitos aqui, tenho um vínculo muito grande. Eu tenho certeza que tem muita gente aqui que tem até condições de mudar para outro setor, mas por esse amor no bairro, não muda.”

“- Aqui é um bairro bom de viver, é um bairro onde as pessoas conhecem todo mundo, não tem muito aquela coisa de falar assim que um é melhor que o outro, entendeu? Não tem isso, as pessoas são mais ou menos iguais. (...) Quando você precisa, quando há necessidade, as pessoas ajudam. Todo mundo se conhece de muitos anos. A gente tem um vínculo de amor aqui. A Vila Pedroso cresceu e a gente cresceu junto com ela.”

“- Eu gosto muito daqui. A gente mora há muito tempo e os vizinhos são todos tão antigos quanto eu. São pessoas muito amistosas e a gente já desenvolveu um vínculo muito grande aqui. Somos quase uma família por morar tanto tempo perto. A gente se visita constantemente. Vai na casa um do outro, já tem liberdade, a pessoa chega já nem bate mais no portão, já entra, é a mesma coisa da casa deles. Todo mundo é muito amistoso. Nossa convivência é excelente. Se a gente não bater um papinho todo dia a tarde na beirada da rua não tá satisfeito.”

Através das falas é possível perceber que os moradores se identificam, se socializam, criam laços de amizade e sentimentos de pertencimento. Na visão da maioria dos entrevistados o bairro é um lugar bom para se viver, embora, ainda não esteja totalmente isento de alguns problemas e dificuldades que acometem tantos outros bairros da capital que possuem semelhanças com a Pedroso, como a carência de infraestrutura, a falta de alguns serviços, a falta de segurança. Para muitos dos antigos moradores a Vila Pedroso hoje é um lugar muito melhor do que antes. Segundo eles, além do esquecimento e total falta de infraestrutura que o bairro experimentou nos primeiros anos, a violência era algo endêmico e preocupante ali e era definida por aspectos e por uma intensidade bastante diferentes do que se observa na atualidade. Muitos relatos enfatizam que mortes violentas eram recorrentes no setor em função de brigas e desentendimentos em bares e também devido às rixas existentes entre moradores de bairros distintos. Esses fatos fizeram com que o bairro ficasse conhecido na cidade como um lugar perigoso e violento, o que segundo os moradores, já não condiz com a realidade. A composição da região, que recebeu muitos nordestinos na fase de sua formação, é, na percepção dos entrevistados, um fator explicativo da violência que pautava as relações pessoais na localidade.

“- Eu mudei pra cá em 1978 e aqui era muito violento. Aqui quase todos os dias amanhecia alguém morto na rua com facada, tiro. Todo final de semana tinha dois, três. Eu mesmo já presenciei. Não era droga igual hoje. Era por conta de cachaça, jogo de sinuca. Não era durante a semana, só final de semana. Geralmente só nos barzinhos, aqui era violento. Tinha muita gente vinda de fora, esse pessoal da Paraíba, Ceará, Bahia, eles bebiam muito e arrumava muita confusão.”

“- Antes tinha muita morte aqui mesmo. Tinha uma família que chamava Paraíba, morava aqui em baixo. Eles eram famosos na região. Falavam muito deles porque eles matavam mesmo. Tinha muita rivalidade também entre os setores, tinham gangues e quando elas se enfrentavam sempre morria gente, tinha muita briga. O pessoal da Pedroso e do Novo Mundo mesmo não se davam. E um grupo não podia pisar no setor do outro. Até hoje tem rixas entre os setores. (...) A gente radica aonde a gente mora, vai passando o tempo e a gente vai se acostumando, tem seus perigos e tudo, mas a gente vai desviando disso aí. A violência ainda existe? Ainda existe, mas é um bom lugar pra se viver apesar de tudo. O conhecimento que você tem com os seus vizinhos, a convivência é muito bom. Todo mundo conhece todo mundo, até as pessoas que chegaram depois, geralmente quando elas vêm para cá é porque têm familiares vivendo aqui. Tem seus problemas, mas isso compensa. E eu gosto muito de morar aqui.”

Os moradores acreditam que a situação se modificou bastante no lugar que já não é tão “perigoso” como antes, embora a segurança seja uma preocupação constantemente evidenciada pelos participantes do grupo focal e demais entrevistados. Segundo eles, a presença do tráfico e dos usuários de drogas são alguns dos principais problemas que afetam a “Pedroso” na atualidade, trazendo insegurança aos moradores ao circularem por alguns espaços. A visibilidade desses fenômenos incomoda os entrevistados que afirmam evitar alguns lugares no bairro que, segundo eles, estão tomados por traficantes e viciados, emprestando uma imagem negativa à vila.

“- Aqui tem uma praça que foi criada para a família mesmo. Lá tem uma rampa para os skatistas, tem uma pista de caminhada, só que ela não é usada para essa finalidade de lazer, as famílias mesmo não vão lá. Eu já presenciei e não foi só uma vez, foram várias vezes, as pessoas vendendo e consumindo drogas lá. E a praça fica em frente a duas escolas. Você passa lá e fica sentindo aquele odor forte de drogas. Outro lugar aqui que é ponto é o campinho de futebol, o pessoal já nem joga lá mais, muito raramente você vê gente jogando lá, porque deu seis horas da tarde ali na beirada você só vê ‘neguinho’ trocando papelzinho e parece que a polícia faz de conta que não vê. Você vê as pessoas viciadas usando drogas na frente das crianças, eles não se importam. Não tem hora, é de dia, é de noite. Na porta da igreja a gente fica até constrangida, a gente fica esperando eles saírem da porta pra gente poder entrar. Eu acho que é isso que incomoda por aqui.”

“- Aqui já teve muito homicídio, hoje em dia deu uma parada. O que acontece hoje é acerto de contas, briga por ponto de drogas, mas é com quem tá envolvido mesmo. A gente fica apreensivo são com os drogados, pessoas que mexe com esse tipo de coisas. Você está andando e vê muitas pessoas vagando por aí, está história de droga e crack está muito pesado aqui à noite. A partir das 03:00 horas isso aqui vira um caos. Tipo assim uma cidade de mortos vivos, os caras pra lá e pra cá descalços, uma coisa louca. Eu falo mortos vivos porque estão todos magros, sujos e ficam catando coisas, perambulando sem rumo. Na Rua 2 parece uma cracolândia com vários elementos. O problema da rua 2 é que ali tem um ponto, então o tempo todo a gente presencia, mas ninguém faz nada. É ao lado da delegacia. Ali tem um movimento danado, eles ficam ali, o pessoal chega eles abordam para pedir, mas depois da 03:00 horas da madrugada o negócio fica feio, dá medo. Parece um bando de zumbi. Aqui tem muito roubo, assalto, mais por conta desse negócio de droga mesmo. A invasão de casas tá grande também.”

A recorrência dessas situações e a sua visibilidade são percebidas como um sinal de degradação física e social do lugar e de ausência de instituições de controle capazes de coibir ou inibir a ocorrência das mesmas. Em função disso, os moradores acreditam que a

polícia é ineficaz no plano de manutenção da ordem e controle social no bairro, sendo incapaz de se impor no bairro e resolver essas questões, já que tudo acontece praticamente nas imediações do 14º Distrito Policial. Esses atos são sentidos como inoportunos e desafiadores e geram sentimentos de desprazer e descrédito na população local. A presença e ao mesmo tempo negligência da polícia são constantemente evidenciadas nas falas dos moradores, que dizem não frequentar esses lugares por medo de se verem envolvidos em conflitos de terceiros ou de sofrerem possíveis ameaças por parte dos traficantes e usuários.

No contexto analisado, observa-se que, as formas de viver, sentir, pensar e representar o lugar de moradia apresentam aspectos por vezes contraditórios. O gostar do bairro e dos vizinhos, o orgulho do crescimento e das benfeitorias que o setor foi recebendo ao longo do tempo, logo se misturam com o sentimento de insegurança dos moradores ao circular pelas ruas e alguns outros “lugares do medo” identificados pelos moradores. Se de um lado, eles afirmam que a Vila Pedroso já foi um lugar muito perigoso antes e que hoje é um lugar muito melhor para se viver, de outro, relatam fatos que buscam dar conta de um cenário de falta de segurança, medo e estratégias para evitar o perigo e as ameaças. Segundo Almeida (2011):

O pitoresco e o idílico, existentes em um bairro, se mesclam com as dificuldades, com o medo, com a indiferença, com os estranhos, com os dessemelhantes. Neste sentido, se o bairro é o espaço do convívio mútuo, da harmonia, dos trabalhadores, do bom vizinho, da amizade, do lazer, também é o espaço do vagabundo, do vizinho encrenqueiro, do maconheiro, do estranho, da violência. (p.361)

AS EXPERIÊNCIAS COM O CRIME NA VIZINHANÇA

A maioria das pessoas que entrevistei já havia sido vítima de algum tipo de crime, direta ou indiretamente (um vizinho, um amigo ou pessoa próxima já tinha sido vítima), nos limites do próprio bairro. Segundo os moradores, os crimes contra a propriedade, sobretudo arrombamento e furto de residências e roubo, são os mais frequentes. Nenhuma pessoa entrevistada tinha sido vítima direta do crime violento, mas tinha testemunhado

casos de violência no bairro. Assim, foram narrados casos de homicídios e agressões físicas que aconteceram na vizinhança, embora, os moradores enfatizem que a grande parcela dos casos diz respeito a conflitos entre pessoas com algum tipo de envolvimento com o tráfico de drogas. Alguns moradores mencionaram que suas casas tinham sido invadidas e furtadas e que suas bolsas e carteiras haviam sido roubadas em pontos de ônibus e em seus trajetos de ida ou volta do trabalho. Outros, afirmam se sentirem ameaçados com a possibilidade de se tornarem vítimas desses crimes, já que eles são recorrentes no bairro.

“- A gente fica inseguro. Um dia eu cheguei em casa e, a minha porta estava quebrada, eles praticamente enrolaram a minha porta, entraram pegaram a televisão e foram embora. A maioria desses casos é tudo para sustentar o vício. Eles ficam esperando você sair para entrar e pegar as coisas. Recentemente entraram na casa de uma vizinha minha e levaram tudo que tinha na casa dela, limparam mesmo. Um outro vizinho meu vizinho deixou o carro na porta, 15:00 horas. Aí, tinha um grupinho de rapazes e meu vizinho viu eles fumando alguma coisa. Eles foram e pegaram o som do carro dele, mas se você for mexer com eles é pior. Então, ele deixou por isso mesmo. Eu gosto muito de morar aqui, mas não tá podendo brincar com essas coisas.”

“- Eu não me sinto segura morando aqui. Tem pouco tempo o filho do vizinho que é viciado em crack abordou o meu filho quando ele chegava da faculdade e o ameaçou com uma faca por conta de 10,00 reais. Ele me ligou pedindo para levar 10,00 reais para ele, senão ele ia morrer. Eu fiquei em pânico. Eu já presenciei outras coisas aqui. E eu fico com muito medo. Mais é por causa de droga mesmo. Esses dias eu vinha do serviço, que eu trabalho à noite. Aí, eu passei pela rua da feira. Tem feira à noite aqui. Foi agora esses dias também. E eu parei e fiquei conversando com o meu cunhado que estava lá na feira. Nós estávamos conversando e ele falou pra mim, afasta aí. Nem deu tempo de eu perguntar o que foi e o cara caiu nos meus pés, esfaqueado. Minha roupa ficou toda suja de sangue. O outro cara foi dando facada nele assim, e depois limpou a faca e saiu andando. Eu tremia tanto. Tive que ser carregada. Eu fiquei traumatizada. Não era

ninguém daqui não. Parece que era morador do Dom Fernando. Acerto de contas, por causa de drogas. E na outra semana mataram esse que matou aqui na feira. Eu fiquei sabendo. Eu já vi muita coisa por aqui.”

As constantes notícias sobre invasões à residência e roubos aos transeuntes na área contribuem para aumentar a expectativa de vitimização dos moradores, que afirmam se sentirem muito inseguros ao deixarem suas residências sozinhas ao saírem para o trabalho ou mesmo nos trajetos pelas ruas do bairro, sobretudo, no período noturno. O aumento desse tipo de crime na Vila Pedrosa é atribuído aos usuários de drogas, que em função da necessidade imediata da droga, praticariam roubos e furtos como o intuito de conseguir algum dinheiro ou objeto de troca para manter o vício. O crime violento, embora, impressione quem o presencia, não é objeto de grande preocupação dos moradores, pois esses acreditam que por não estarem envolvidos com o tráfico, não são alvos da violência homicida, responsável por ceifar muitas vidas de jovens e adolescentes na região. Nesse cenário, os entrevistados afirmam procurar evitar “lugares do tráfico” e não se relacionar com traficantes e usuários.

O PERIGO MORA AO LADO

No contexto analisado chama a atenção o fato de que, na própria percepção local, a participação dos moradores do bairro em ações criminosas se restringe, na maioria dos casos, a um número bastante pequeno de pessoas. De modo geral, a criminalidade e violência que acometem o bairro tendem a serem atribuídas aos setores vizinhos e aos seus moradores, percebidos de forma generalizada como pessoas de moral duvidosa, mal socializadas nos valores da família e da igreja e não civilizadas. Esses lugares são tidos como ambientes mais pobres, degradados, sujos, desorganizados do ponto de vista físico e social, marcados pelo crime e violência, e onde não é possível saber a “origem das pessoas” e conhecer a sua índole. Os moradores afirmam que as pessoas que habitam os bairros adjacentes foram chegando de vários cantos, especialmente da região nordeste, e

como não tinham moradia e nem condições de custear um aluguel em outros espaços da cidade, foram assentadas pelo governo na região, trazendo vários problemas para a Vila Pedroso e, como é possível observar, alimentando o medo e a insegurança dos “habitantes legítimos” do lugar. Tudo isso parece restringir ou diminuir o contato e as relações entre os moradores de localidades tão próximas.

“Lá é perigoso, aqui não.”, “Aqui tem essa fama de perigoso por conta do que acontece nesses bairros aqui em volta.”, “Eles vêm roubar no nosso bairro, não fosse isso aqui seria um paraíso.”, são falas registradas durante as entrevistas e também durante as discussões no grupo focal. Essas falas demarcam divisões entre os locais considerados perigosos e o bairro pesquisado, muitas vezes, separados por apenas uma rua. Nesse contexto, são construídas barreiras simbólicas entre o bairro mais antigo e os bairros que foram surgindo ao seu redor com o passar do tempo. Assim, a Vila Pedroso é um lugar bom para se viver porque existem conhecidos, pessoas trabalhadoras e honestas que deram uma boa educação aos seus filhos, mas, os outros, vindos de fora, causam transtornos ao bairro e perturbam a tranquilidade das pessoas que ali vivem. Essa percepção gera um sentimento de repúdio e um desejo de separação e distanciamento em relação aos “outros”, os de fora, aqueles que não fazem parte da comunidade, nem compartilham os mesmos valores.

“- A criminalidade aumentou aqui por causa da droga, mas assim, a marginalidade que tem aqui são esses pequenos furtos que acontecem, geralmente não são cometidos por moradores daqui, são cometidos por moradores de bairros vizinhos, Oliveira, Parque Alvorada, Recanto das Minas Gerais, Boa Vista, Guanabara, Amendoeira, Aroeira. Porque eu conheço muitos anos aqui, o pessoal mais velho daqui não deu esse tipo de colocação para os filhos, então esses moradores mais antigos são o tipo que teve esse alicerce com a família, e aqui dentro da Pedroso você pode olhar, até ali no 14º DP mesmo, quando acontece roubo é gente de fora. Eles vêm de fora, não são daqui. Eu não me relaciono com as pessoas desses lugares, nem deixo meus filhos se

relacionarem. Se tivesse jeito de fazer uma porteira e fechar a porteira para não entrar esse tipo de gente aqui a gente viveria num paraíso.”

“- No Dom Fernando mata muita gente. É questão de droga mesmo. Aqui também tem droga, mas aqui dificilmente você ouve falar que alguém matou na Pedroso. O povo aqui é mais civilizado!”

Observou-se que a maioria dos entrevistados da vila quando falou de episódios de crimes e violência se esforçou para distanciar a si mesmo e outras pessoas residentes no bairro da imagem do criminoso, bem como, para distanciar o lugar perigoso do lugar de sua moradia. Embora, reconheçam em suas falas que na Vila Pedroso há tráfico de drogas e que os usuários e traficantes do local trazem incômodos à vizinhança e também praticam pequenos furtos ali, os entrevistados tendem a tributar a maior parte da sua insegurança e incerteza aos habitantes dos bairros próximos. Expressões como as mencionadas acima foram constantemente utilizadas para afastar qualquer possibilidade de associação dos habitantes da vila com a criminalidade e violência imputadas ao lugar. De acordo com Tereza Caldeira (2000):

Ao contrário da experiência do crime, que rompe o significado e desorganiza o mundo, a fala do crime simbolicamente o reorganiza ao tentar restabelecer um quadro estático do mundo. Essa reorganização simbólica é expressa em termos muito simplistas, que se apoiam na elaboração de pares de oposição óbvios oferecidos pelo universo do crime, o mais comum deles sendo o do bem contra o mal. A exemplo dessas práticas cotidianas para lidar com a violência, as histórias de crime tentam recriar um mapa estável para um mundo que foi abalado. Essas narrativas e práticas impõem separações, constroem muros, delineiam e encerram espaços, estabelecem distâncias, segregam, diferenciam, impõem proibições, multiplicam regras de exclusão e de evitação, e restringem movimentos. Em resumo, elas simplificam e encerram o mundo. (p. 28)

As pessoas que entrevistei acreditam que são alvo da acusação e desconfiança dos moradores de outros espaços da cidade, especialmente os espaços onde habitam as classes altas da cidade, e também, da mídia que reproduz rotineiramente a ideia de que a Vila

Pedroso é um lugar perigoso onde acontecem muitos crimes violentos. O fato de residirem em um espaço de “má fama” requer, todavia, um discurso de separação e distanciamento, o que expressa na verdade o temor de serem confundidos e estigmatizados. Esse temor gera a incriminação dos moradores dos bairros vizinhos, vistos, coletiva e individualmente, como anômicos e potencialmente violentos. O estigma de lugar violento e perigoso atribuído à Vila Pedroso pelos demais moradores da cidade e pela mídia, é replicado pelos moradores aos bairros da vizinhança. Ao mesmo tempo em que questionam a visão generalista e preconceituosa que coloca a periferia e seus moradores como responsáveis pela criminalidade e violência que acomete a cidade, os moradores se utilizam dos mesmos recursos para estigmatizar os seus vizinhos.

Na fala dos moradores há uma visão hierarquizante quando se referem aos vizinhos, sob esses recaí um estigma, pois se há criminalidade e violência na Vila Pedroso hoje, é porque os habitantes dos loteamentos, beneficiados pelo governo ou posseiros, chegaram para tirar a tranquilidade das pessoas de bem, que adquiriram suas residências com muito trabalho e esforço. Esses bairros e seus moradores são apontados como a fonte das mazelas relacionadas à criminalidade e violência que acometem a vila e são alvos da rejeição de seus habitantes. Os furtos e roubos praticados no bairro são atribuídos aos “vizinhos criminosos”, que não partilham dos mesmos valores morais e éticos que norteiam a vida das famílias da vila. A distinção entre categorias é pautada na localização geográfica em que se encontram as casas dos indivíduos que residem na vizinhança. Nesse caso ser morador da Vila Pedroso, do Dom Fernando, do Parque Amendoeiras, entre outros, faz parte de um plano moral de diferenciação e identidade social.

No caso analisado, a caracterização dos lugares é definida por perspectivas mobilizadas pela criminalidade e violência existentes no bairro. Sobre os bairros vizinhos recaí a acusação de influírem de modo direto na “má fama” que a Vila Pedroso possui, sendo recorrentemente representada por outros moradores da cidade como um lugar perigoso e violento, embora, na percepção dos moradores, isso faça parte do passado da vila. Na visão dos entrevistados, o bairro seria contaminado pela violência que acomete os setores adjacentes, prejudicando a sua imagem e de seus habitantes. Na opinião dos mesmos, o fato de ser o maior bairro da região e o mais antigo, faz com que crimes violentos que acontecem nos arredores sejam imputados a Vila Pedroso e seus habitantes.

“- Aqui acontecia muita coisa mesmo. Acontecia muita morte, o pessoal tinha muita rivalidade entre gangues de setores, existia bastante isso. Aí, foi pegando esse preconceito com a Vila Pedroso e até hoje as pessoas falam. A Pedroso hoje é muito boa de se viver, só que ficou esse preconceito. Acontece nos bairros vizinhos e falam que aconteceu aqui. Acontece no Dom Fernando, no Amendoeira e falam que foi aqui. Aqui cresceu e ficou muito conhecido, como já tinha aquela fama de que a Pedroso era violenta, que o povo era tudo mala, então ficou esse preconceito de lugar violento. Mas geralmente acontece muito crime aqui no Dom Fernando, no Aroeira, e no jornal sai que foi na Pedroso. Mas, é porque eles também não conhecem esses outros setores e muita gente que mora lá fala que mora na Pedroso porque não são setores conhecidos.”

“- Tem essa questão dos viciados aqui, mas muitos assaltos que ocorrem aqui na vila são pessoas desses setores vizinhos. Também tem a rivalidade de setores, setores contra os outros. Eu já fiquei sabendo que o Jardim das Oliveiras não tem uma comunhão com a Vila Pedroso, então eles vêm de lá roubar aqui e os daqui vai roubar lá, por isso que surgem muitos homicídios. Muitas pessoas perguntam onde você mora e se você fala na Vila Pedroso, eles já ficam te olhando diferente. Falam assim: ‘Nossa lá é perigoso!’ É o maior setor daqui, então sempre é referência. Mata no Dom Fernando, no Amendoeiras, e o pessoal fala na Vila Pedroso. Porque ninguém conhece esses outros setores. Aí, aqui fica com essa fama de violento e perigoso!”

É recorrente nas grandes cidades a produção e reprodução de bairros periféricos como lugares perigosos e violentos. Embora, seja bastante comum encontramos representações como estas que tomam a periferia como um todo homogêneo, as observações realizadas para esse estudo, reforçam a necessidade de pensar os chamados bairros periféricos, diante da complexidade de sua dinâmica interna, deixando de percebê-los como unidades territoriais, mas antes como territórios multifacetados, onde a identidade territorial dos seus habitantes se constrói tendo por pano de fundo as especificidades dos diferentes locais de moradia e os tipos de relações que se estabelecem entre eles. Do mesmo modo a compreensão da dinâmica do medo parte de uma análise

atenta das particularidades locais, das características dos habitantes e das formas de pensar, sentir e representar os perigos do lugar habitado. No caso da Vila Pedroso, o medo do “outro” aparece como um dos elementos importantes da configuração em análise. Contudo, o grupo marginalizado objeto das acusações e do medo dos moradores pesquisados, não difere de maneira muito significativa dos seus acusadores. É apenas o lugar de moradia que define as diferenciações e similitudes entre os habitantes da região.

O medo e a insegurança também fazem parte do cotidiano das pessoas que entrevistei no Dom Fernando e no Jardim das Oliveiras. As preocupações com a criminalidade e violência são praticamente as mesmas mencionadas na Vila Pedroso. Essas pessoas afirmam viverem ameaçadas e reclusas em suas casas e também se queixam do fato de serem rotuladas conjuntamente como criminosas. Elas afirmam que o crime não está somente ali, mas em toda a região, e acreditam que as pessoas tendem a dizer que os moradores dali são, de modo geral, criminosos, pois elas vieram de áreas de risco e posse, são mais pobres, que os moradores da Vila Pedroso, por exemplo, e assim são vistas sem exceção como desordeiras e violentas. Ali também existem representações do perigo e do medo que se dirigem aos vizinhos e enfraquecem ou impossibilitam a existência de redes de amizade e solidariedade. Logo, os distanciamentos, as separações e as barreiras simbólicas impostas entre esses distintos espaços parecem apenas contribuir para recrudescer a desconfiança dos habitantes da região, que por medo e suspeita do “desconhecido” não convivem e por não conviverem mais temerosos e desconfiados se tornam a cada dia. A necessidade de materializar as ameaças e perigos faz com que eles se incriminem mutuamente e assim, diminuam ou restrinjam as possibilidades de comunhão e solidariedade na vizinhança.

O DESCRÉDITO DA POLÍCIA E DO SISTEMA JUDICIÁRIO

As experiências de vitimização e a desconfiança em relação aos habitantes dos territórios vizinhos são fatores que influenciam diretamente no medo e insegurança expressos pelos moradores do local. Em resposta a esse contexto os habitantes do bairro têm criado estratégias e táticas para se protegerem ao circular pelas ruas e também investido,

de acordo com as condições financeiras de cada família, em equipamentos de segurança residencial. Em algumas ruas os moradores se associaram para pagar um vigilante particular. Muitas dessas medidas foram tomadas depois de episódios de roubos e furtos, e são pautadas na crença de que a polícia não é capaz de garantir a segurança e tranquilidade dos moradores do bairro, uma vez que não coíbe crimes nem ao menos soluciona os casos.

“- Depois que o viciado ameaçou meu filho e que andaram roubando em umas casas da rua nós contratamos um desses vigilantes. A gente paga por mês. Eu me sinto mais segura. Eles passam ao redor da minha casa, eu fiquei com muito medo porque meu filho fazia faculdade e chegava muito tarde. Ele passa com uma sirene, de vinte em vinte minutos ele passa na rua, então é um trabalho que a polícia podia fazer. Deveria fazer, mas não faz. É o trabalho da polícia, é o trabalho que o Estado tem que oferecer.”

“- Lá em casa meu filho colocou cerca elétrica e alarme. Tem cachorro, novas fechaduras com quatro segredos, então, você tem que fazer algumas mudanças, não dá pra ficar do jeito que tá. A gente que tem que se proteger porque a polícia não tá fazendo muita coisa, sabe? Às vezes, você vai registrar uma ocorrência e você que é questionado. Não vira nada. Quando a minha casa foi roubada eu chamei a polícia e um deles me perguntou na maior cara dura porque eu deixei a casa sozinha. Aí, eu deixei de mão mesmo. Já aconteceu aqui de vizinho ser roubado e ver as coisas dele lá na delegacia e ainda ser ameaçado por falar. Polícia aqui tem, viatura também, só que não adianta praticamente nada. Os crimes continuam.”

A percepção dos entrevistados sobre a competência e qualidade do trabalho policial é, na maioria das vezes, negativa. Os moradores acreditam que no caso da Vila Pedrosa há um bom efetivo policial e um número suficiente de viaturas para atender a localidade, contudo, falta organização e uma atuação efetiva de modo a combater a criminalidade e garantir que os espaços públicos possam ser utilizados com tranquilidade pela população. Na percepção dos moradores a polícia está longe de ser capaz de oferecer um sentimento

de segurança às pessoas do lugar. Alguns entrevistados relataram que ao reportarem ocorrências criminais à polícia foram tratados com descaso e desrespeito, e responsabilizados pela própria vitimização. Em outros casos os policiais foram acusados de intimidar e ameaçar moradores diante da insistência dos mesmos de que os casos denunciados fossem investigados. O relato de uma das moradoras, apresentado a seguir, expressa o descontentamento e desconfiança em relação à polícia que atua no bairro. Narrativas como está foram contadas e recontadas durante a pesquisa realizada na localidade.

“- Agora, que eu estava subindo para vir pra cá, tinha dois indivíduos na praça com “um” [baseado] e uma criança que eu acho que se ele tiver muito, tem dois anos, e que por sinal parece ser filho de um dos que estavam fazendo uso da droga. Aí, assim, se você chamar a polícia é mais fácil você ir para o 14º do que eles. Eu acho isso, eu tenho isso comigo. Minha casa já foi assaltada duas vezes. Da última que isso aconteceu eles levaram a minha televisão, o vizinho anotou a placa e me falou mais ou menos como eram as pessoas, e eu fui atrás, fui à delegacia. Você sabe o que o delegado me falou? Que era para eu pegar mais características do ladrão e levar pra ele porque senão não tinha jeito deles pegar os ladrões. Passou uns dias e eu resolvi ir no 14º para saber notícias do caso, cheguei lá e vi a minha televisão na mesa do delegado. Eu conhecia muito bem a minha televisão e tinha até um arranhado que o meu filho pequeno fez. Era ela. Eu falei que aquela televisão era a minha e perguntei se eles haviam conseguido recuperar? Aí, ele falou que não. Quando eu insisti ele falou assim: “prova que é a sua televisão!”. O que é que eu ia fazer? Então, eu não confio no policiamento daqui, eu não gosto, eu não me sinto segura com eles aqui. Se você tiver um pacotinho de maconha você é muito bem visto para eles, se não, se você for uma pessoa de bem e não mexer com essas coisas, eles param você, te revistam, te dão baculejo. Eu já vi isso acontecer não foi uma, nem duas vezes aqui dentro da Pedroso. Viaturas têm demais, mas se você falar que tá acontecendo uma morte aqui, eles vão pra lá, chegam duas horas depois. Todo mundo aqui sabe disso.”

Se de um lado, o desempenho da instituição policial é questionado, de outro, a conduta dos policiais também é objeto de críticas. A crença na corrupção, na possibilidade de envolvimento com a criminalidade por parte da polícia e no seu despreparo para cumprir suas tarefas, fazem com que a população local, ameaçada pela criminalidade, se sinta temerosa e sem muitas alternativas. Sem proteção, os moradores acabam por investir algum recurso na proteção dos domicílios, evitam deslocamentos noturnos e determinados locais considerados perigosos. Nesse contexto a segurança é negociada por conta própria entre os moradores. No que diz respeito aos questionamentos sobre as formas de abordagem policial, esses aparecem de modo mais impactante nas entrevistadas realizadas com os mais jovens. As imagens usadas para caracterizar a polícia são muito próximas das usadas para descrever os criminosos. Os policiais foram acusados de se serem racistas, preconceituosos, arbitrários e extremamente violentos.

Assim como a polícia, o sistema judiciário está longe de ser visto como confiável. O judiciário é visto como sendo, injusto, enviesado contra as camadas mais pobres da sociedade, e incapaz de punir de modo eficaz os criminosos. Os entrevistados acreditam que a impunidade no país é tão visível que as pessoas que atuam no crime já não se sentem mais ameaçadas diante da possibilidade de serem punidas, uma vez que isso praticamente não acontece. A impunidade conduz, na opinião das pessoas que entrevistei, a uma progressão na carreira criminosa. Como não são punidos, os criminosos, tenderiam a praticar crimes cada vez mais graves.

A legislação é vista como fraca e inoperante. Na visão dos entrevistados, o crescimento da criminalidade estaria diretamente associado à expansão do tráfico de drogas e a impunidade generalizada. Há um consenso entre os moradores acerca da necessidade de se aprovar a redução da maioria penal, haja vista, que a maioria dos crimes violentos praticados na atualidade tem a participação direta desses adolescentes. Com relação à discussão sobre a pena de morte as pessoas tendem a ter opiniões, na maioria das vezes, contrárias, uma vez que acreditam que como o sistema judiciário é tendencioso e pouco eficiente, os pobres e excluídos seriam os únicos alvos das execuções.

Embora, a crença na ineficiência do trabalho policial apareça de modo generalizado nas falas dos moradores de distintas localidades na cidade de Goiânia, essa crença é informada por diferentes aspectos, experiências e contextos, e encontra-se articulada a

outros elementos de modo a respaldar o medo dos habitantes desses espaços. No caso analisado, as experiências de vitimização direta ou indireta e as representações dos territórios vizinhos e de seus habitantes como perigosos e responsáveis pela criminalidade que acomete o bairro, são fatores que em conjunto influenciam diretamente no medo e insegurança expressos pelos moradores da localidade e mobilizam estratégias para organizar o cotidiano em um espaço público percebido como predatório e degradado, em função, principalmente, da expansão do tráfico de drogas.

O adensamento da região e a sua expansão com a proliferação de loteamentos implantados pelo poder público e de outros surgidos a partir da ocupação das áreas por famílias carentes, aparecem como elementos importantes para o entendimento dessa figuração social. No contexto analisado, o modo como o espaço foi sendo construído e ocupado parece influenciar a maneira com as relações se estruturam e interferir no modo como as pessoas sentem, pensam e representam o local de moradia e seus perigos. Nas representações coletivas o bairro é visto de maneira dicotômica e ambígua. Se de um lado, é um lugar bom de viver é porque todos ali se conhecem e são amigos de longa data, se de outro, o medo e a insegurança fazem parte da vida cotidiana dos seus moradores, é porque perigos externos ameaçam a tranquilidade local. A incriminação e desconfiança em relação aos moradores dos bairros vizinhos leva a um contexto de distanciamento, isolamento e aversão de uns pelos outros, o que só tende a reforçar o medo e a insegurança entre os moradores.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Parece inegável que a questão da segurança, bem como seu oposto, ocupa atualmente um lugar de destaque nas discussões públicas, aparecendo de forma mais dramática no conjunto das preocupações mais destacadas dos moradores das cidades. Nesse contexto, a representação da segurança coletiva passa cada vez menos por uma ideia de estabilidade e previsibilidade, para repousar numa noção de risco e vulnerabilidade contra as incertezas. Em vários aspectos, importa pouco que tal percepção seja baseada em dados “objetivos” ou produto de uma visão “exagerada” da realidade social. Já que a ampliação de tal percepção tende a incidir diretamente sobre o comportamento dos diferentes grupos sociais, produzindo efeitos sociais, culturais e espaciais de grandes proporções, tais como a adoção, cada vez maior de medidas de segurança nos domicílios, no modo de vida e nas relações interpessoais, marcadas pela desconfiança e pela suspeita. De modo que, os indivíduos ponderam ações, gestos, trajetos e horários, evitam o espaço público e o contato com estranhos. Tudo isso faz com que as questões envolvidas nessa discussão pareçam se tornar a marca distintiva da sociabilidade atual.

Neste trabalho, procuramos tratar o tema do medo do crime a partir da abordagem configuracional, ou seja, partimos da ideia de que o medo apresenta diferentes configurações em contextos diversos, encontrando em cada momento várias figurações para o perigo. Diante desse entendimento, procuramos apreender as particularidades do medo do crime na cidade de Goiânia, estudando sujeitos, lugares, situações e estratégias reativas. O estudo foi norteado, sobretudo, pela tentativa de entender os aspectos que informam o medo de diferentes grupos sociais e de que modo eles se articulam em diferentes cenários e influenciam a conduta, as crenças e os valores dos habitantes da urbe. Entender a lógica do medo e da insegurança passou antes de tudo pela compreensão da dinâmica social na qual a população está inserida.

O trabalho evidenciou que um medo generalizado marca a vivência dos habitantes de Goiânia, embora seja matizado pela posição que estes ocupam na estrutura social, local de moradia, percepção de vulnerabilidade, vitimização direta ou indireta, confiança na

polícia, etc. Partimos do entendimento que, se de um lado, nenhuma dessas variáveis pode, isoladamente, explicar uma determinada configuração social, de outro, a compreensão da maneira como uma dada configuração social do medo funciona e como interfere na vida das populações que residem em diferentes espaços, depende da análise das particularidades dos elementos que a compõem, suas funções e propriedades na configuração, bem como do modo como estão articulados aos demais.

Um mesmo elemento pode, portanto, apresentar significados distintos a depender da realidade analisada. Os medos em torno de uma possível vitimização, por exemplo, variam de acordo com o lugar e perfil dos indivíduos ou grupos. Do mesmo modo, a percepção de vulnerabilidade não é sempre a mesma. Moradores de bairros periféricos, marcados pelo tráfico de drogas, tendem a se sentir bastante vulneráveis diante aos visíveis sinais de violência no bairro, de outro modo, os habitantes dos bairros de classe média e alta tendem a se sentir vulneráveis em função da percepção de que são vítimas rentáveis e atrativas para os criminosos. A capacidade de responder as ameaças e riscos é outro aspecto que interfere na percepção de vulnerabilidade dos indivíduos. O mesmo ocorre com a falta de confiança ou o descrédito quanto à eficácia das ações de manutenção da ordem e combate a criminalidade. Em alguns casos esse descrédito relaciona-se às crenças quanto às dificuldades encontradas para o bom desempenho do trabalho policial, como as más condições materiais, a insuficiência do número de policiais, os entraves oferecidos pela legislação, considerada permissiva e limitadora do trabalho da polícia. Em outros, esse descrédito é resultado da associação da imagem das instituições de controle social à arbitrariedade, corrupção, violência e criminalidade. A configuração espacial do bairro habitado, suas características físicas, sociais, culturais, as relações de vizinhança, são elementos que articulados aos demais e guardadas as suas especificidades são extremamente importantes na compreensão de uma dada configuração social do medo. Nesse sentido, importa não apenas analisar o modo como os distintos elementos se articulam, mas os sentidos que lhes são atribuídos em diferentes contextos. Todavia, esses sentidos só podem ser captados, conforme procuramos demonstrar, a partir da análise e entendimento das redes de dependência recíprocas que indivíduos e grupos interdependentes constituem.

Logo, é possível perceber que o medo do crime encontra muitas nuances à medida que caminhamos pelos distintos espaços da cidade. No bairro militar o medo estrutura-se a partir das tensas relações entre os grupos que compõem a vizinhança (militares e civis), a presença do tráfico de drogas e o acirramento dos conflitos entre criminosos e policiais. A falta de confiança na polícia é generalizada entre os moradores que se sentem atemorizados e constrangidos diante das arbitrariedades e abusos praticados pelos vizinhos militares e por seus familiares. Esse descrédito, todavia, não repousa em uma avaliação negativa do desempenho das instituições nas ações de combate à criminalidade, mas sim na conduta abusiva cotidiana dos vizinhos militares e na influência que exercem sobre as ações dos policiais militares que atuam no Parque Atheneu. O medo estrutura-se, principalmente, a partir da percepção dos moradores de que estão submetidos e constrangidos pelo poder dos militares que ali residem, mesmo quando não estão no exercício de suas funções policiais. Embora, se trate de um bairro predominantemente residencial os moradores do Atheneu não temem serem vítimas de furtos ou roubos em suas residências ou mesmo nas ruas do setor, que são intensamente usadas como local de encontro e sociabilidade entre vizinhos.

Essa situação é bastante diferente nos bairros que abrigam a classe média alta da capital, como por exemplo, o setor Bueno e o Jardim América, onde os espaços públicos são alvos do medo e da desconfiança dos moradores, que evitam circular por esses lugares. Nesses espaços, o medo é informado, sobretudo, pela percepção do crescimento acentuado da criminalidade na cidade como um todo e pelo seu espraiamento para áreas que antes não eram tão atingidas. Nesse contexto, os moradores se sentem altamente vulneráveis à medida que acreditam serem vítimas preferencias das ações dos bandidos, haja vista a sua condição econômica privilegiada. A sensação de vulnerabilidade é associada ainda ao descrédito nas ações das instituições responsáveis pelo controle e manutenção da ordem. Todavia, diferentemente, do que se observa na configuração do medo no Parque Atheneu, esse descrédito associa-se a aspectos estruturais (más condições materiais para o desempenho do trabalho da polícia, falta de efetivo e dificuldades enfrentadas pelos policiais na realização de suas atividades rotineiras), se estendendo ao judiciário brasileiro, visto como moroso, ineficaz e permissivo.

Embora, o Jardim América e o Setor Bueno, apresentem muitas características em comum, a configuração espacial diferenciada dos dois bairros, o primeiro

predominantemente horizontal e o segundo verticalizado em praticamente toda a sua extensão, faz com que os medos em torno de uma provável vitimização sejam diferenciados. Enquanto, o medo de ser vítima de roubo à residência deixa atemorizados os moradores do Jardim América, de outro lado, os moradores do Bueno se preocupam constantemente com as possíveis abordagens nas ruas do bairro, especialmente quando chegam ou saem de seus prédios ou estabelecimentos comerciais. Em resposta ao medo e a insegurança os moradores desses dois bairros investem massivamente em segurança privada. A ideia de que cada um é responsável por garantir a sua proteção é disseminada entre as pessoas que residem nesses dois setores.

De outro modo, nos bairros populares, como o Jardim Curitiba e a Vila Mutirão, a população acredita estar totalmente vulnerável diante das ações de grupos de criminosos que atuam na localidade e também da própria polícia, alvo do medo e desconfiança da maioria da população. O fato de disporem de recursos financeiros limitados é tido como outro fator de vulnerabilidade dos moradores das duas áreas, uma vez que não podem investir em segurança privada ou mesmo deixar o bairro. O medo se configura nesses espaços em um contexto que associa degradação física e social do lugar habitado, exacerbação da criminalidade e violência, vivenciadas cotidianamente pelos moradores, e no qual os níveis de confiança nas instituições de controle e manutenção da ordem são baixíssimos. Os motivos que informam a desconfiança e até mesmo o medo em relação à instituição policial englobam desde aspectos estruturais, como a dificuldade de cobrir toda a área e dar conta do grande número de ocorrências, como, também, relacionam-se a percepção de que a polícia é conivente com a criminalidade nessas localidades. A imagem da instituição policial é bastante negativa sendo associada a subornos, extorsões e formação de milícias. Nessas localidades, os moradores se sentem constantemente sob ameaça, observam horários e trajetos e deixam de conviver com vizinhos. A falta de confiança torna-se generalizada e o lugar onde vivem é representado pela própria comunidade como um lugar violento e perigoso.

Situação bastante diversa é encontrada na Vila Pedroso, onde a criminalidade existente no bairro é atribuída aos bairros vizinhos. O adensamento da região e a sua expansão com a proliferação de loteamentos implantados pelo poder público para atender famílias carentes e mesmo de outros surgidos a partir do movimento de ocupação,

aparecem como um elemento importante na compreensão dessa configuração social do medo do crime. Os perigos e os sinais de desordem associados à presença do “outro” articulam-se a desconfiança da polícia que atua no bairro, tida como ineficaz no controle da criminalidade, sendo que a conduta dos policiais também é alvo de críticas dos moradores.

Assim, parece notório que o medo ainda que disseminado entre os diferentes grupos sociais, é informado a partir de experiências e contextos diversos nos quais os indivíduos estão inseridos, o que torna fundamental a compreensão das particularidades do medo urbano, dos elementos que o compõem e do modo como se articulam. Mergulhar nessas particularidades nos permite um entendimento um pouco mais nítido do fenômeno e de certa forma, nos permite caminhar na direção de possíveis respostas mais acuradas no campo da segurança pública. Respostas que levem em conta uma demanda coletiva, mas sem deixar de lado as especificidades locais.

Nos contextos estudados, embora, as estratégias para lidar reativamente com o medo possam variar sensivelmente uma resposta bastante comum tem sido a exclusão. O medo e a insegurança diante do crime incentivam o isolamento e o retraimento social, solapam os laços de solidariedade e a coesão social entre os indivíduos e grupos que desconfiam e temem uns aos outros. Nesse sentido, disseminam-se valores como enclausuramento, individualismo, negação da vida pública e aberta. Nota-se uma significativa mudança de hábitos por parte de uma parcela significativa dos habitantes da cidade de Goiânia como evitar sair à noite, reduzir a frequência a espaços públicos, uma vez que a rua é encarada como um lugar de risco e ameaças. A intolerância tem sido uma reação bastante comum em cenários de medo crescente, onde as pessoas tendem a aceitar e defender qualquer medida capaz de mitigar ao menos no seu “imaginário” a sensação de insegurança que assola os cidadãos. Os discursos são bastante vigorosos ao defender penas mais severas. As representações sobre a ineficiência do sistema de justiça penal em julgar e punir exemplarmente os criminosos justifica, muitas vezes, a procura por estratégias individuais de autoproteção baseadas na crença de que os indivíduos só podem contar com eles mesmos para assegurar a sua proteção em face dos perigos e ameaças que rondam a vida cotidiana da cidade. Tornam-se evidentes, portanto, os efeitos desestruturadores do

medo, haja vista os inúmeros impactos negativos que são impostos aos diversos grupos sociais.

Acreditamos que as relações que a população estabelece com o crime aparecem atualmente como um fator importante para a melhor compreensão da sociedade. O que aponta para a importância de estudos e pesquisas que permitam um entendimento cada vez maior e detalhado do medo do crime e de suas consequências. Os caminhos dessa discussão não são fáceis de percorrer. Devemos ainda estudar muito as configurações do medo do crime, bem como, as consequências do crescimento do medo e da sensação de insegurança. Entender essas dinâmicas pode contribuir com a definição de políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações das grandes cidades, bem como, incidir igualmente, sobre a adoção de estratégias mais efetivas de segurança pública e mesmo sobre a redefinição do que venha a ser uma atuação eficaz nessa área. Esse trabalho busca, de alguma forma, contribuir nessa direção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio; LAMIN, Cristiane. Medo, violência e insegurança. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (Orgs.). *Segurança Pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel?* São Paulo: Contexto, 2006.

ADORNO, Sérgio. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELLI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Sumaré, 2002.

_____. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 10 (1), p. 19-47, 1998.

_____. *A gestão urbana do medo e da insegurança*. Tese (Livre-Docência). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

AGNEW, R.S. Neutralising the impact of crime. *Criminal Justice and Behavior*, n.12, p.221-239, 1985.

ALMEIDA, Alexandre paz. Sociabilidade e cotidiano em um bairro popular, *RBSE*, v.10, n.29, 2011.

AMARAL, Arthur Pires. Firme igual prego na areia (?): reflexões etnográficas sobre percepções de risco numa comunidade erguida sobre o lixo em Goiânia-GO. *Iluminuras*, v. 11, n.26, 2010.

BAIERL, Luzia Fátima. *Medo social: da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BARREIRA, César; ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira. In: *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil* – São Paulo: ANPOCS, p. 303 -374 2010.

BEATO, Cláudio; PEIXOTO, Betânia; ANDRADE, Mônica Viegas. Crime, oportunidade e vitimização. *RBCS*, 19, n. 55, 2004.

BEATO, Claudio; CAMINHAS, Diogo. *O medo do Crime em Minas Gerais: um olhar aproximativo das Causas*. Paper apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

BERNARDES, Genilda D. *Goiânia, cidade planejada/cidade vivida: discurso e cultura da modernidade*. Tese de doutorado em Sociologia. Brasília: Departamento de Sociologia da UNB, 1998.

BERNARDES, Genilda D´arc; SOARES JÚNIOR, Ademar Azevedo. Condomínios horizontais fechados: reflexão sobre a configuração do espaço intrametropolitano de Goiânia. *Sociedade e Cultura*, v.10, n.2, p. 209-225, 2007.

BORGES, Doriam. *O medo do crime na cidade do Rio de Janeiro: uma análise sob a perspectiva das crenças de perigo*. Curitiba: Appris, 2011.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CHAVES, Elza G. *De invasor a posseiro: estado- igreja e a luta pela terra urbana*. Dissertação de mestrado em Sociologia. João Pessoa/PB: Departamento de Ciências Sociais da UFPB, 1985.

CLORISNETE, Marinho Borges. *Região Sul de Goiânia: Um lugar valorizado na metrópole*. Espaço e tempo, São Paulo, n. 19, p. 113-129, 2006.

COELHO, Edmundo Campos. *A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *A Criminalidade urbana violenta. Dados – Revista de Ciências Sociais*, 1988.

COHEN, Lawrence E.; KLUEGEL, James R. & LAND, Kenneth C. Social inequality and predatory criminal victimization: an exposition and test of a formal theory. *American Sociological Review*, 46 (5), p. 505-524, 1981.

CORREA, Eliane Alves Lobo. *A formação da centralidade do Setor Jardim Goiás – Goiânia (GO)*. Paper apresentado no X Simpósio Regional de Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2007.

COULON, Alain. *A escola de Chicago*. Campinas/SP: Papyrus, 1995.

CUNHA, Manuela; DURÃO, Susana. Os sentidos da segurança: ambiguidades e reduções. *Etnográfica*, 15(1), p. 53-66, 2011.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza C. da. O porto pouco seguro: estudo da cultura do medo em Porto Alegre. *Iluminuras*. Porto alegre: Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, n. 80, 2005.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2000.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1v, 1994.

_____. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2v, 1993.

_____. *What is Sociology?* New York: Columbia University Press, 1978.

FERNANDES, Rodrigo Alisson; OLIVEIRA, Valéria Cristina de. Medo do crime e avaliação da polícia: determinantes de insegurança em Belo Horizonte, ANPOCS, 2012.

FERRARO, K. F. *Fear of crime: interpreting victimization risk*. Albany: State University of New York Press, 1995.

FERRARO, K. F.; LAGRANGE, R. L., SUPANCIC, M. Perceived risk and fear of crime: Role of social and physical incivilities. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 29, p.311–334, 1992.

FERREIRA, Eduardo Viegas. Violência e insegurança urbana: um fenômeno em crescimento ou em transformação? *Cidade - comunidades e territórios*, v.7, p. 37-58, 2003.

FERGUSON, K.M.; MINDEL, C.H. Modeling fear of crime in Dallas neighborhoods: a test of social capital theory. *Crime & Delinquency*, 53, n.2, 2007.

FRATTARI, Najla Franco. Sentimento de insegurança na cidade de Goiânia. In: SOUZA, Dalva Borges (Org.). *Violência Urbana em Goiás: práticas e representações*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011.

_____. *Insegurança: as práticas e discursos do medo na cidade de Goiânia*. Dissertação de mestrado em sociologia. Goiânia: Faculdade de Ciências Sociais da UFG, 2008.

FREITAS, Silvio Antônio. *Habitação popular em Goiânia: Vila Mutirão mil casas em um dia*. Dissertação de mestrado em arquitetura. Porto Alegre: Departamento de Arquitetura da UFRS, 2007.

FRY, Klaus, DUARTE, Fábio. Auto-segregação e a gestão das cidades. *Ciências Sociais em perspectiva* (5) 9, p. 109-119, 2006.

GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GAROFALO, J. Victimization and the fear of crime. *Journal of research in crime and delinquency*, n.16, p. 80-97, 1979.

GOMES, Paulo César da Costa. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. Rio de Janeiro: *Cidades*, v. 2, n.4, p.249-265, 2005.

GOMES RIBEIRO, Marcelo. Intervenções pública e privada no espaço urbano de Goiânia. Dissertação de mestrado em Sociologia. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais da UFG, 2007.

HALE, C. Fear of crime: a review of the literature. *International Review of victimology*, n.4, p.79-150, 1996.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*. Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 50, p. 45-123, 2000.

KAZTMAN, Ruben. *Vulnerabilidad y Exclusión social. Una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares*. Chile, CEPAL, 2005.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação nas Metrôpoles: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

LEE, M. The genesis of fear of crime. *Theoretical criminology*, n.5, v. 4, p. 467-485, 2001.

LOPES, Cleber da Silva. *Por que os brasileiros desconfiam da polícia? Uma análise das causas da desconfiança na instituição policial*, 7º Encontro da ABCP, Recife, PE, 2010.

LOURENÇO, Nelson. Cidades e sentimento de insegurança: Violência Urbana ou insegurança urbana? In: PEREIRA JÚNIOR, J.; SILVA. FRANCISCO; MARON, Juliana (Org.). *Um toque de qualidade: eficiência e qualidade na gestão da defesa social*, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Defesa Social, 2010.

MACHADO, Carla. *Crime e insegurança: discursos do medo, imagens do outro*. Lisboa: Editora Notícias, 2004.

MACHADO DA SILVA, Luís Antônio. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luís Antônio. Sociabilidade violenta: Uma dificuldade a mais para a ação Coletiva nas Favelas. In: _____. *Rio a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004a.

_____. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil Urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.19, n.1, p.53-84, jan/jun. 2004b.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. *A busca por segurança nas cidades contemporâneas: reflexões a partir da violência e da insegurança urbana*. XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Belo Horizonte, 2011.

MARIANO, Nilva Lopes; SANTOS, Marta Lúcia; PIRES, Mauro; PINTO, Carmen. O processo de urbanização de Goiânia nos anos 80. In: *Goiânia anos 80: um estudo etnográfico e das relações sociais de bairros periféricos*. Goiânia, 1991.

MARTUCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição pós-moderna. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP* 11(1), São Paulo, USP, p.157-175, maio de 1999.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 2001.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

_____. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.

MOYSÉS, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

_____. *A produção de territórios segregados na Região Noroeste de Goiânia: uma leitura sócio-política*. Paper apresentado no II encontro democracia, igualdade e qualidade de vida: o desafio para às cidades no século XXI, Belém, PA, 2001.

MOYSÉS, Aristides; BERNARDES, Genilda D´Arc; KALLABIS, Rita. *Vida urbana na periferia de Goiânia: segregação urbana e desigualdade social*. Paper apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, MG, 2005.

OLÁRIA, Vânia. *Arte, Vida, Trabalho: produção de sentidos de hip hoppers da Vila Pedroso – Goiânia*. Dissertação de mestrado: Goiânia: Faculdade de Artes Visuais, UFG, 2010.

OLIVEIRA, Antônio Santos. A violência e a Criminalidade como entraves à democratização da sociedade brasileira. *Caderno CRH*, Salvador, BA, n.38, p. 239-265, 2003.

OLIVEIRA, Maria das Mercedes Brandão. O padrão territorial de Goiânia: um olhar sobre o processo de formação de sua estrutura urbana. *Arquitextos*, 6, 2005.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir. Dá pra confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, SP, ano 5, 9 edição, 2011.

PAIN, Rachel. Place, social relations and fear of crime: a review. *Progress in Human Geography*, 24 (3), p. 365-387, 2000.

PARK, Robert Ezra. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho (Org.). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1979.

PASTANA, Débora Regina. *Cultura do medo: reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil*. São Paulo: Editora Método, 2003.

PASTORE, Everaldo A. *Renda fundiária e parcelamento do solo: Goiânia (1933-1983)*. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano. Brasília: Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UNB, 1984.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme de Assis. *Violência Urbana*. São Paulo: Publifolha, 2003.

PORTO, Maria S.G. Brasília, uma cidade como as outras? Representações sociais e práticas de violência. *Sociedade e Estado*, Brasília, n.3, p. 797-826, 2009.

_____. Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 250-273, 2006.

_____. A violência entre a inclusão e a exclusão social. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 187-200, 2000.

PRADO, Rosane M. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n° 4, p. 31-56, 1995.

QUINTANEIRO, Tania. *Processo civilizador, sociedade e indivíduo na teoria sociológica de Norbert Elias*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves. As metrópoles brasileiras: territórios desgovernados. In: *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.22, n.3, p.525-544, 2007.

_____. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: editora da UCG, 2004.

ROCHÉ, Sebastian. Insecurité, état en déclin, société dépendente. *Le Débat*, n.85, p.164-178, 1995.

_____. *Insécurité et libertes*, Paris, Seuil, 1994.

_____. *Le Sentiment d'insécurité*. Paris, Presses Universitaires de France, 1993.

RODRIGUES, Corinne Davis. Civil Democracy, Perceived Risk and Insecurity in Brazil: an Extension of the Systemic Social Control Model. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 605, p. 242-263, 2006.

RODRIGUES, Corinne Davis; OLIVEIRA, Valéria Cristina. *Medo de crime, integração social e desordem: uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido na capital de Minas Gerais*. Paper apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, PE, 2007.

RODRIGUES, Corinne Davis e PEIXOTO, Betânia Tonino. *Medo e Espaço Urbano: Uma Análise da Percepção de Risco de Vitimização Local e Não-local*. Paper apresentado no XI Congresso Brasileira de Sociologia, Campinas, SP, 2003.

ROLNIK, Raquel. A Construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. In: *Planos Diretores Municipais: Novos Conceitos de Planejamento Territorial*. São Paulo: Annamblume, 2007.

SAMPSON, R. J. Crime and public safety: Insights from community-level perspectives on social capital. In: *Social capital and poor communities*. New York: Russell Sage, p. 89-114, 2001.

SAMPSON, R. J.; GROVES, W. B. Community structure and crime: Testing social disorganization theory. *American Journal of Sociology*, 94, n.4, p. 774-802, 1989.

SHAW, C.; MCKAY, H. *Juvenile delinquency and urban areas*. Chicago: University of Chicago, 1942.

SKOGAN, W. *Disorder and decline: Crime and the spiral of decay in american neighborhoods*. New York: The Free Press. 1990

_____. Fear of crime and neighborhood change. *Crime and Justice*, n.8, p. 203-229,1986.

SOARES JÚNIOR, Ademar Azevedo. *Condomínios horizontais fechados e a configuração de um novo espaço intrametropolitano de Goiânia*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Goiânia: Departamento de Ciências Sociais da UFG, 2005.

SOARES, Luís E. *Legalidade Libertária*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

SOARES, Luís E. et al. *Violência e política no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

SOUZA, Dalva Borges de (Org.). *Violência Urbana em Goiás: Práticas e Representações*. Goiânia: Editora UFG: Cãnone Editorial, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

RONY, Gaelle; VAZ, Paulo. Experiência urbana e narrativas de crime. *Revista da associação nacional dos programas de pós-graduação em comunicação*. Brasília, v.11, n1, 2008.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 10-23, 1996.

VILLARREAL, Andrés; SILVA, Bráulio Figueiredo A. Social cohesion, criminal victimization and perceived risk of crime in Brazilian neighborhoods. *Social Forces*, n.84, 3, p. 1725-1753, 2006.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012 - Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo, Instituto Sangari, 2012.

WARR, Mark. Fear of Crime in the United States: Avenues for Research and Policy. In: *Measurement and Analysis of Crime and Justice*. Criminal Justice, v.4, National Institute of Justice, Washington, DC, 2000.

_____. Fear of victimization: why are women and the elderly more afraid? *Social Science Quarterly*, n.65, p.681-702, 1984

WIEVIORKA, Michel. Violência hoje. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.11, p. 1147-1153, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a02v11s0>

_____.O novo paradigma da violência. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP* 9(1), São Paulo, USP, p.5-41, maio de 1997.

WILSON, J.Q.; KELLING, G.L The police and neighborhood safety: Broken windows. *Atlantic Monthly*, p. 29-38, 1982.

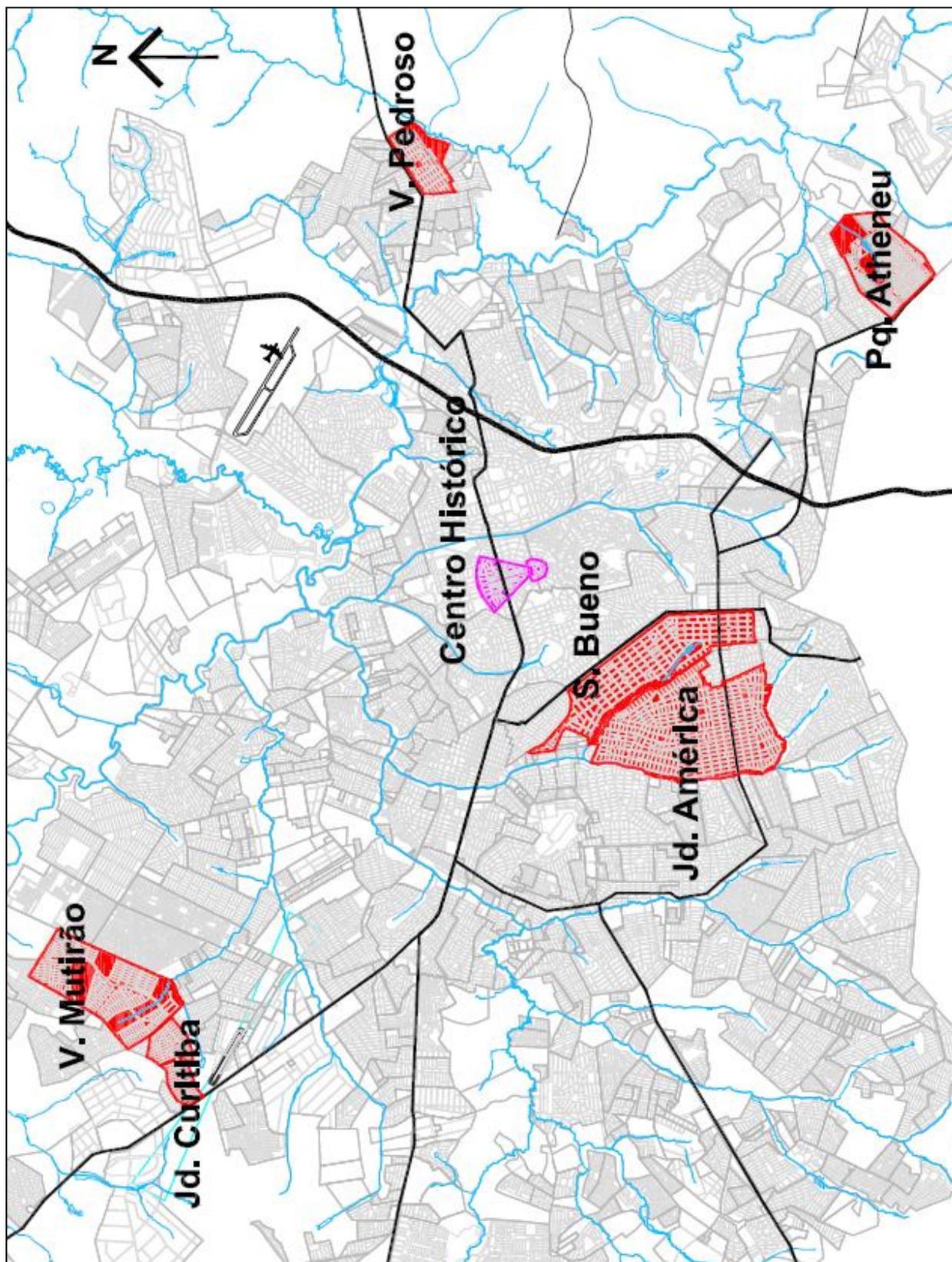
XIMENE, Rêgo; FERNANDES, Luís. As falas do medo: convergências entre as cidades do Porto e Rio de Janeiro. *RBCS*, v. 27, n.78, p. 51-65, 2012.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs.). *Um século de favela*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, p. 210-232, 2004.

_____. *Um debate disperso: violência e crime no Brasil da democratização*. São Paulo em Perspectiva, 13 (3), 1999.

_____. *Da Revolta ao crime S.A.* São Paulo: Moderna, 1996.

ANEXO 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS PESQUISADAS



ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome/ idade/ profissão

- 1) Há quanto tempo o senhor (a) reside neste bairro?
- 2) Como é a convivência com os vizinhos? Há solidariedade entre vizinhos? Podem contar uns com os outros?
- 3) Descreva sua trajetória de moradia na cidade?
- 4) Como é morar aqui no seu bairro? O que acha de morar aqui? Me fale dos aspectos positivos e negativos.
- 5) O quanto o senhor (a) se sente seguro(a) residindo neste bairro? Considera o seu bairro seguro?
- 6) Quais os crimes que mais ocorrem no bairro?
- 7) O senhor (a) se considera uma vítima potencial?
- 8) O senhor (a) tem medo de quê? Qual o seu maior medo?
- 9) O que causa maior insegurança aqui no bairro?
- 10) O senhor (a) já foi assaltado, sofreu algum tipo de violência física ou foi roubado? (fale um pouco do ocorrido, como se sentiu, o que mudou depois do fato na sua vida)
- 11) Alguém que conhece foi? Qual a relação de parentesco ou amizade? O que a pessoa relatou? Como ela se sentiu? Como você percebeu a pessoa depois do ocorrido?
- 12) Nos últimos tempos o senhor(a) implementou alguma modificação em sua residência/condomínio visando maior segurança?
- 13) O senhor(a) saberia reconhecer um lugar perigoso? Quais suas características?
- 14) Com relação aos seus hábitos e de sua família existe uma preocupação com a segurança? O que fazem para evitar a violência e para se sentirem mais protegidos?

- 15) Recentemente houve uma proposta de cercamento da favela da rocinha no Rio de Janeiro, bem como, de alguns bairros em algumas cidades brasileiras. Aqui mesmo em Goiânia havia uma proposta de cercamento do Setor Jaó. O senhor(a) acredita que o fechamento dos espaços (condomínios, ruas) e o reforçamento de medidas de segurança são soluções eficazes no que condiz os atuais contextos de violência e insegurança?
- 16) Quem ou o quê o senhor(a) teme quando sai a rua? Onde não se sente seguro? Que medidas o senhor(a) acha que deveriam ser tomadas para que as pessoas se sentissem mais seguras?
- 17) Na sua opinião a violência em Goiânia aumentou/diminuiu/ ou permaneceu como estava? E no bairro?
- 18) O senhor(a) acredita que as medidas dos órgãos de segurança pública são eficazes no controle da violência e em garantir a segurança dos cidadãos?
- 19) O senhor confia na polícia? E no judiciário?
- 20) O senhor (a) é a favor da redução da maioria penal? E da pena de morte? E quanto a prisão perpétua? Por que?
- 21) As leis no Brasil são boas, mas não são aplicadas ou não, não são boas e precisam ser modificadas? Se precisam ser modificadas, em que sentido, dê exemplos?
- 22) Em sua opinião quais são as causas da violência e criminalidade urbanas? E quais as possíveis soluções para o problema?

ANEXO 3: ROTEIRO DE DEBATE – GRUPO FOCAL

Apresentação: Nome/idade/profissão/tempo de moradia no bairro.

Tema de discussão: A vida no bairro.

1) O que o morador acha do bairro?

- Como é a vida no bairro?
- Gosta de morar no bairro? Por quê?
- Aspectos positivos e negativos do bairro
- Convivência com os vizinhos
- Vivência dos espaços de lazer (se houver)

2) Se sente seguro residindo no bairro?

- Já foi vítima de algum ato criminoso no bairro?
- Tomou conhecimento ou presenciou fatos que o levaram a se sentir inseguro?
- Que tipos de crimes ocorrem com maior frequência no bairro?
- Medidas Protetivas em relação à segurança (mudança nos hábitos, na casa, etc.)
- Figuras, lugares do medo dos moradores.

3) Opinião sobre violência e criminalidade e segurança pública

- Percepção sobre a violência e criminalidade no bairro e na cidade
- A segurança pública tem sido eficaz no controle da criminalidade e na proteção dos cidadãos?
- Confiança na polícia e relações com a polícia no bairro
- Confiança no Judiciário, as leis brasileiras
- O que pode ser feito para reduzir a violência e os níveis de medo e insegurança?